

PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

16

2021 SÉRIE 3

No decurso de mais este ano estranho, em que a pandemia nos continuou a limitar os movimentos e as atividades, a revista *Páginas a&b* procurou fazer o seu caminho com vista a melhorar a sua qualidade e a aumentar a visibilidade e divulgação na comunidade científica, académica e profissional. A migração para a nova plataforma eletrónica, que ocorreu em meados do ano, foi sem dúvida um passo importante para atingirmos os nossos objetivos e para promovermos uma maior disseminação em acesso aberto, procurado chegar assim a um mais vasto número de leitores. O facto de a revista estar indexada num cada vez maior número de bases de dados, como se pode verificar pela enumeração feita no menu lateral direito da plataforma em que está alojada, é um fator de estímulo e encorajamento para continuarmos a melhorar em cada nova edição.

O número que fecha o ano de 2022 conta com 12 artigos e 2 resenhas bibliográficas, os quais, como habitualmente, são provenientes, na sua maioria, da comunidade científica luso-brasileira, sendo que neste número se inclui também um trabalho vindo do Uruguai. É exatamente este último trabalho, da autoria de Saraiva, que abre este número da revista, revelando-se como um interessante estudo teórico, que faz uma revisão histórica da Ciência da Informação na segunda metade do século XX e procura especificar qual é o seu objeto de estudo, analisando posições de diversos autores.

Seguidamente, Aleixo, Fernandes e Costa trazem-nos um artigo no qual fazem uma análise bibliométrica das revistas *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* e *Perspectivas em Ciência da Informação*, comparando a *performance* dos dois periódicos, um de Portugal e outro do Brasil, com o objetivo de traçar um perfil de tendências temáticas a partir deles. É sempre importante termos um olhar exterior sobre nós próprios e, por isso, este estudo é particularmente interessante para a revista que dirigimos.

Silva e Sabbag dão um contributo bastante original e pioneiro, abordando a classificação dos géneros narrativos de *fanfictions* disponíveis em repositórios destinados a alojar este tipo de histórias, procurando identificar as motivações dos utilizadores que realizam a indexação dessas mesmas histórias. Também inovador é o trabalho de Silva e Jorente sobre as **representações imagéticas em ambientes digitais de “museus do feminino”, entendidas como “uma estratégia para a potencialização do processo de criação de conhecimento”**. Segue-se um texto de Rasteli, que discute o conceito de “mediação”, importante tanto em museus, como em bibliotecas e arquivos, analisando a sua emergência no contexto francês, associada a questões culturais e artísticas, tanto nas instituições de cultura, como nos serviços/instituições do mundo da informação.

O papel social das bibliotecas universitárias é discutido por Araújo *et al.* a partir de um estudo de caso – as iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (PUCRS) – e Gomes traz-nos os resultados de uma pesquisa sobre a utilização que as universidades públicas portuguesas fazem do Facebook como instrumento de comunicação. E, ainda, no âmbito universitário, temos um trabalho de Luce, Soares e Brasil, que tem como base um levantamento nos repositórios e bases de dados abertas de países da América Latina, Portugal e Espanha com vista a **identificar a produção científica sobre o tema da “Literacia Mediática Informacional”** nos meios académicos.

Temas relacionados com os arquivos são também recorrentemente tratados em todos os números de *Páginas a&b*. Este não é exceção e, como tal, temos um trabalho de Gonçalves *et al.*, abordando **a noção de “documento” na Arquivística, numa perspetiva pouco comum, que tem como base “a materialidade e a institucionalidade da informação”**. Seguidamente, Costa apresenta-nos um estudo de caso, sobre um arquivo de família – o Arquivo Sousa Lobato – e Tenaglia e Rodrigues discutem o destino e a conservação dos acervos **documentais produzidos pelas “comissões de verdade” no Brasil, um tema também** muito oportuno e pertinente.

O último artigo, de Silva e Silva, debruça-se sobre o comportamento informacional de profissionais da área da saúde, durante o tratamento de feridas, e sua relação com a localização geográfica dos utilizadores. Apresenta os resultados de um questionário que merecem, sem dúvida, ser analisados e discutidos.

Fecha-se este número com 2 resenhas, de autoria de Rodrigues e de Malheiro da Silva, chamando a atenção dos leitores para 2 obras recentes. Uma delas analisa o processo de produção da Lei de Arquivos francesa, no seu contexto próprio e numa perspetiva de defesa do património cultural; a outra trata das competências que as bibliotecas públicas devem desenvolver para serem mais inclusivas, nomeadamente no que respeita a utilizadores invisíveis. Sem dúvida, duas referências bibliográficas que merecem a nossa atenção.

Termino formulando votos de um Feliz Ano de 2022, com um retorno progressivo à normalidade, e esperando que as *Páginas a&b* continue a suscitar o interesse dos leitores e dos autores a quem são dirigidas.

Fernanda Ribeiro

Resumo: Se realiza una revisión histórica de la ciencia de la información en la segunda mitad del siglo XX. Se identifica que, históricamente, se ha intentado especificar cuál es su objeto de estudio. El objetivo es explicitar que se ha aceptado como válido determinar un objeto para la disciplina como un elemento esencial para su cientificidad. Se realiza un análisis bibliográfico, que permite examinar la historia de la disciplina y estudiar diversos aportes teóricos. Se observa que varias de las discusiones responden a la necesidad de constituir límites con respecto a las diferentes áreas. Se exponen las características de la filosofía de Thomas Kuhn, que ofrecen otra perspectiva en cuanto a la consolidación disciplinar y que no refieren a la búsqueda de un objeto de estudio. Se concluye que la búsqueda de un objeto de estudio no aportan ni impactan en la mejora de sus pretensiones de cientificidad.

Palavras-chave: Ciencia de la información; Filosofía de la ciencia; Objeto de estudio; Thomas Kuhn.

Abstract: A historical review of information science in the second half of the 20th century is carried out. It is identified that, historically, there has been an attempt to specify what is its object of study. The objective is to make explicit that it has been accepted as valid to determine an object for the discipline as an essential element for its scientificity. A bibliographic analysis is carried out, which allows us to examine the history of the discipline and study various theoretical contributions. It is observed that several of the discussions respond to the need to establish limits with respect to the different areas. The characteristics of Thomas Kuhn's philosophy are exposed, which offer another perspective regarding disciplinary consolidation which do not refer to the search for an object of study. It is concluded that the search for an object of study does not contribute or impact on the improvement of its scientific claims.

Keywords: Information science; Philosophy of Science; Object of study; Thomas Kuhn.

1. Introducción

Históricamente la ciencia de la información, como disciplina emergente, ha presentado diversas discusiones epistemológicas con el afán de esclarecer sus pretensiones de cientificidad. Es así que preguntas tales como si las áreas encargadas de la información son científicas o no, o qué condiciones se deben cumplir para validar su cientificidad son frecuentes en la literatura especializada. En este sentido, ha obtenido relevancia el interés de especificar cuál es el objeto de estudio de la ciencia de la información, bajo la idea de que buena parte del estatus científico de una disciplina se resuelve sobre elucidaciones acerca de su objeto de estudio. En este sentido, el objetivo del presente trabajo es explicitar y manifestar que tradicionalmente se ha aceptado la premisa de que desentrañar cuál es el objeto de estudio de la ciencia de la información es una parte esencial a la hora de justificar su cientificidad. Se repara en que tal premisa es el resultado de distintos debates que

Llevaron a considerar que contar con un objeto de estudio es una condición fundamental para cualquier disciplina.

Para ello, se lleva a cabo un análisis de los principales hitos de la configuración histórica de la ciencia de la información, en particular de la segunda mitad del siglo XX. Se analizan las discusiones y debates ocurridos en la *Royal Society Scientific Information Conference* y en la *Conference on Training Science Information Specialists*, puesto que son eventos que marcaron un antes y un después en el desarrollo y tratamiento de los problemas disciplinares. A su vez, se examinan los aportes y reflexiones realizados por Harold Borko, quien es de los primeros teóricos en indagar acerca de la naturaleza y centralidad de la ciencia de la información. Un análisis sobre parte de las disputas e historia del campo, permiten comprender cuestiones que pautaron varios de sus debates centrales y que están presentes en las discusiones contemporáneas, como lo son: cuáles son los límites y fronteras de la disciplina, cuál es o son sus métodos, cuál es su denominación o cuál es su objeto de estudio que le brinda identidad propia. Tales cuestiones se reflejaron en discusiones como por ejemplo: cuáles son los profesionales que se desempeñan en el área y cómo se los denomina, así como los debates en torno la conformación de un programa que asegure una formación uniforme. El resultado de los debates, rápidamente, se plasmó en preguntas sobre el objeto de estudio de la ciencia de la información, bajo la idea de que es necesario contar con un elemento que aporte sustento y base para consolidar sus pretensiones de cientificidad. El supuesto es que si se aporta un objeto común a todo el campo, varias de las disputas se dilucidarán y permitirá una mejora en el estado comunitario disciplinar.

El recorrido histórico planteado, permite identificar problemas en dos niveles distintos de la disciplina: en un nivel ontológico (profesionales, denominación del campo, etc.) y en un nivel epistemológico (qué convierte a la ciencia de la información en un área científica y qué la diferencia del resto). A su vez, permite reconocer que, buena parte de los problemas que se han suscitado en el devenir de la ciencia de la información se han desplazado a discusiones en torno al objeto de estudio de la disciplina. El supuesto de que las áreas científicas, y en particular la ciencia de la información, poseen un objeto de estudio deriva en la necesidad de delimitarlo y definirlo correctamente. Esta premisa ha sido interpretada dentro del campo bajo la forma de que aportar una definición de información como objeto de estudio permitirá consolidar, unificar y resolver buena parte de sus problemas epistemológicos. En virtud de ello, se presentan y examinan diversas investigaciones que buscan discutir y ofrecer una visión del objeto de estudio del campo así como una delimitación del concepto de información. En tal sentido, se observa un plano normativo que no se expone a discusión y que supone la aceptación de que la disciplina tiene un objeto de estudio; y, a su vez, se contempla un plano descriptivo en donde se encuentran fuertes desacuerdos sobre cuál es la naturaleza y definición de información.

A partir de la discusión presentada, se expone las principales características de la filosofía e historia de la ciencia planteada por Thomas Kuhn, que permiten vislumbrar otra perspectiva en cuanto a la consolidación, consensos y unificación de las disciplinas y que no refieren a la búsqueda de un objeto de estudio o una definición. En este entendido, se considera que buena parte de las discusiones epistemológicas de la ciencia de la información son el resultado de diversos procesos históricos y la asunción de distintos supuestos filosóficos.

2. El germen de la ciencia de la información

2.1. Primeros indicios: *Royal Society Scientific Information Conference*

El objetivo del presente apartado radica en analizar algunos puntos fundamentales para comprender la conformación histórica de la ciencia de la información a mediados del siglo XX, con el propósito de evidenciar y reconocer el peso histórico de la noción que pretende delimitar y especificar el objeto de estudio en orden de esclarecer las pretensiones de cientificidad. Frente a las diversas disputas y discusiones históricas al respecto de la naturaleza, los problemas y las nociones básicas de las disciplinas encargadas de la información, se ha considerado que la obtención y delimitación de un objeto redundaría en la conclusión de este tipo de debates.

Así pues, es necesario considerar un evento referente a la hora de examinar la fundación de la ciencia de la información. Se trata del *Royal Society Scientific Information Conference*, llevada a cabo en Gran Bretaña en 1948. El origen de la conferencia estuvo en la *Royal Society Empire Scientific Conference*, realizada en el Reino Unido en 1946 que tenía como objetivo el análisis de la organización científica, y en donde uno de sus puntos fue el tratamiento de los servicios de información (LINE, 1998; ROYAL SOCIETY..., 1946; VICKERY, 1998). Una de las recomendaciones obtenidas fue el de la realización de una reunión específica que considerara los aspectos informacionales de las áreas científico-tecnológicas. Es en este marco que se reúnen una cantidad considerable de científicos y documentalistas de múltiples disciplinas, bajo la premisa de analizar los problemas surgidos del crecimiento exponencial de información luego de la Segunda Guerra Mundial. Cabe señalar que, tanto los bibliotecarios como los científicos participantes, integraban áreas como la ingeniería, la agricultura, la medicina, etc., por lo que la participación de integrantes de las ciencias sociales fue marginal (LINARES COLUMBIÉ, 2016; MCNINCH, 1949; VICKERY, 1998).

Como bien lo indica su nombre, la conferencia centró su interés en la información científica y cómo hacer frente a la cantidad abrumadora de información disponible. Los puntos centrales de trabajo de la conferencia fueron la publicación científica y distribución de artículos, el servicio de resúmenes, indexación en bibliotecas, informes anuales especializados, *reviews*. En este sentido, se proponían mejorar los canales de comunicación y trabajar en mecanismos de recuperación que permitieran hacer frente a la situación, es así que:

El tema central de la conferencia fue la necesidad de una reforma del sistema de información científica. Los organizadores de la conferencia afirmaron que "la tarea de mantenerse al día con la literatura científica se está volviendo imposible", llevando a una pérdida absoluta de conocimiento, a una pérdida relativa causada por retrasos, inconvenientes y costos crecientes. Se necesitaba una reforma sustancial (VICKERY, 1998:282).

Buscar soluciones para mejorar la organización, recuperación y comunicación del sistema de información científica se posicionan como elementos centrales en el desarrollo científico tecnológico. Es así que los problemas de gestión, organización, distribución y clasificación de la información científica deben ser afrontadas por profesionales capacitados especialmente para ello. Como consecuencia de estas discusiones, se manifiesta una nueva perspectiva sobre la función que debe poseer la información y las bibliotecas acerca de la

ciencia y los avances tecnológicos¹. Así, el profesional encargado de gestionar la información debe convertirse en un intermediario de la información (ARAÚJO, 2014; MOREIRO GONZÁLEZ, 1998; SHERA y CLEVELAND, 1977). No solo marcó una nueva perspectiva al respecto del profesional, sino que también caracterizó algunas diferencias y puntos de encuentro en cuanto a la visión sobre la disciplina o las disciplinas encargadas de hacer frente al mundo de la información científica, y de cómo afrontar los servicios de información científico tecnológicos. La presencia de este debate evidencia la importancia y la necesidad, que ya se comenzaba a vislumbrar, de establecer los límites y fronteras de una disciplina que centrara su atención en la información.

Los debates en torno a si las bibliotecas especializadas u otro tipo de institución, concebida específicamente para abordar este problema, representaron una materia central de discusión; si las herramientas desarrolladas por los bibliotecarios eran de utilidad o si se necesitaba un nuevo profesional con nuevo instrumental, también fueron parte esencial. En tal punto, cabe señalar que un porcentaje relevante de los participantes en el congreso no poseían una formación bibliotecaria, sino que poseían una formación de base científica y que, luego, se habían orientado hacia la solución de problemas informacionales (EAST, 1998; WILSON, 1952). Esto marca un primer asunto de divergencia, puesto que existe una disputa sobre qué disciplina y qué profesionales son los encargados de ocuparse de la información científica. Por un lado se encontraban científicos con formación para el tratamiento de la información, que sostenían que eran el personal capacitado para atender las demandas informacionales; mientras que, por otro lado, se encontraban los bibliotecarios que argumentaban que tanto sus herramientas como su formación eran las adecuadas para afrontar el problema. La discusión se centraba en que los bibliotecarios no poseían ni formación ni herramientas para el trabajo con información, puesto que su trabajo se concentraba en colecciones de libros para bibliotecas públicas (BERNAL *et al.*, 1948; LINE, 1998; MUDDIMAN, 2003). East (1998) realiza una adecuada reconstrucción de la discusión y argumentos presentados por los bandos agrupados en los oficiales de **información, y en los bibliotecarios, y menciona que “en la Conferencia de Información Científica de la Royal Society, en 1948, los representantes de un creciente cuerpo de oficiales de información científica intentaron reclamar un nuevo tipo de profesionalismo”** (p. 271). No solo se presentó el reclamo acerca de un nuevo tipo de profesión, sino que uno de los resultados y recomendaciones de la conferencia fue que se reconociera en pie de igualdad a los oficiales de información y a los bibliotecarios especializados en cuanto al tratamiento y manejo de la información (WILSON, 1952).

Tal discusión no es un punto menor, en tanto que marcará la impronta de algunos de los problemas de la ciencia de la información y que encuentran su síntoma en estos debates, como lo son: si la ciencia de la información es una disciplina separada de la bibliotecología, si no hay diferencias entre ambas, si el campo de la ciencia de la información contempla

¹ Ya en 1945, John D. Bernal había anticipado algunos de estos elementos, al considerar que el servicio de información era un elemento fundamental para el progreso de la ciencia. Bernal evidencia dos puntos, el primero referido al crecimiento exponencial de la información científica y la complejidad que esto presenta a los científicos. El segundo punto, y como consecuencia del primero, referido a que las bibliotecas deben adoptar una actividad positiva frente al conocimiento y convertirse en distribuidoras y organizadoras del conocimiento (BERNAL, 1945).

diversas disciplinas encargadas de la información, si la ciencia de la información es interdisciplinar o no, etc.².

Las controversias presentadas en el congreso permiten extraer varias conclusiones: los intercambios presentados admiten considerar que el germen de la ciencia de la información se encontraba presente, como lo demuestra la creciente preocupación por la información en el ámbito científico tecnológico, aunque el concepto de ciencia de la información tardaría algunos años más en aparecer como tal³. A su vez, se evidencia que no existía un conjunto de fundamentos, elementos teórico-prácticos y un plan curricular que consolidaran la formación y educación profesional al respecto. En consonancia, permite vislumbrar que en uno de sus momentos fundacionales para la disciplina, se encuentra instalado la disputa acerca de cuál es el área de actuación del campo, así como de establecer sus fronteras y cuáles son los elementos que distinguen a la nueva disciplina del resto. Tal vez, el mejor punto que ilustra la situación es el disenso sobre si la bibliotecología o una nueva disciplina debería encargarse de los problemas informacionales del área científico tecnológica.

Ahora bien, ¿por qué se presentan estas discusiones acerca de las fronteras y límites del campo? Al respecto, se puede mencionar que la disciplina, en estas primeras disputas, está posicionada en un sitio interdisciplinar, con entrecruzamientos de diversos campos de estudios. Tal aspecto parece traducirse y trasladarse a una necesidad de clarificar y de dar certeza sobre cuáles son los márgenes disciplinares y cuáles son los profesionales encargados de desarrollarla, con el objetivo de lograr estabilidad, seguridad e independencia frente al resto de las disciplinas. Un buen resumen del estado de situación descrito hasta el momento es el planteado por East (1998:271): *Cincuenta años atrás, un potencial cisma entre la bibliotecología y la ciencia de la información ya estaba de manifiesto y los procedimientos dan un precursor de las turbulencias profesionales que se desarrollarían en la década siguiente.*

En tanto que, la *Royal Society Scientific Information Conference* representa una de las primeras señales fundadoras de la ciencia de la información, dado que es un primer intento de direccionar y dar forma una disciplina orientada a los problemas informacionales, así como dar los primeros pasos en la institucionalización de la disciplina. A su vez la impronta de las discusiones repercutirá en el modelo científico de los próximos años de la disciplina. Wilson (2003) considera que mucho de los debates presentes en la conferencia intentaban medir o contar ocurrencias en la información científica, cómo transferir por canales físicos

² Si bien se puede señalar que esta distinción entre profesionales se encuentra reducida al ámbito del Reino Unido, funciona como un ejemplo ilustrativo de la situación de la disciplina en ese momento histórico. A su vez, permite vislumbrar los débiles límites y fronteras con respecto a la disciplina. También se pueden ver algunas de estas discusiones presentes en otros ámbitos. Se puede consultar IBEKWE, APARAC-JELUSIC y ABADA (2019).

³ Tales controversias estaban presentes en esa época y suscitaban agitados debates. Evans y Farradane, dos figuras centrales en esta discusión en 1948, para el año 1958 presentaban una propuesta en donde consideraban la posibilidad de un espacio común para el entrenamiento del bibliotecario y el oficial de información, aunque reparaban en que la formación de los oficiales contemplaba una variedad de temas no incluidos en la formación de los bibliotecarios (EVANS y FARRADANE, 1958). Como respuesta a esta propuesta, Palmer y Foskett aportaban que las técnicas y herramientas del bibliotecario eran similares a las utilizadas por los oficiales (PALMER y FOSKETT, 1958).

información, etc. Esto presupone una visión de lo que es la información y sus procesos que va a incidir en el trabajo y en la forma de hacer ciencia.

2.2. *En busca de una cohesión: Conference on Training Science Information Specialists*

2.2.1. *La necesidad de un programa de formación*

El proceso de configuración termina de conformarse durante los años 1961 y 1962, cuando se llevan a cabo dos Conferencias organizadas por el Georgia Institute of Technology, las *Conference on Training Science Information Specialists*, en Estados Unidos.

Las conferencias acompañan una línea en común con lo trabajado en la Royal Society, ya que el foco de atención es el control, recuperación y acceso a los grandes caudales de información científica. Se observa el argumento central en donde la información es un elemento indispensable para el desarrollo de la sociedad, por lo que su estudio y comprensión debe ser abordado por una disciplina que enfrente los problemas informacionales. Pero, se puede indicar que hubo una preocupación mayor en planificar la formación académica de los profesionales y en la necesidad de generar recursos humanos capacitados para la tarea (GARCÍA, 2002). Se resaltó que, debido a la creciente demanda de profesionales dedicados al campo de la información, era indispensable la formación de profesionales, lo que requería una adecuada planificación y formulación de planes de estudio (GARCÍA, 2002; SHERA, 1968). Sumado a ello, se intentó constituir una diferencia en los tipos de profesionales que actuaban dentro del campo, al establecer cinco categorías: bibliotecarios, bibliotecarios especializados, bibliotecarios científicos, analistas de publicaciones técnicas y especialistas en ciencia de la información. Las distinciones se realizaron bajo la idea de que aportarían a profesionalizar la disciplina así como a abarcar todo el espectro de profesionales dedicados a la información. A pesar de ello, se vislumbra una clara conexión a lo acontecido en la *Royal Society Scientific Information Conference*, en cuanto a la discusión sobre quiénes eran los responsables de encargarse de la información, si los bibliotecarios especializados o los oficiales en información. Este hecho describe una disciplina que no ha logrado, hasta ese momento, un consenso sobre los profesionales que lo componen ni sobre las herramientas conceptuales y prácticas a utilizarse, factor que se refleja en la imperiosa necesidad de construir programas de formación.

Con respecto a la formulación de programas de grado, que centraron la atención en Georgia, hubo una predilección por analizar los trabajos interdisciplinarios realizados hasta el momento, así como también un especial interés de los programas de comunicación e información desarrollados por el MIT y Harvard, y en la formación en ciencias básicas y documentación (TAYLOR, 1966). En el preciso análisis que realiza Taylor sobre la discusión y formación de los nuevos planes de estudio para la disciplina, menciona que se pusieron en marcha los programas de la escuela de Georgia Tech y el de Lehigh University. Es relevante aludir a que ninguna de estas dos instituciones poseían formación específica en bibliotecología, aunque las bibliotecas sí tuvieron una participación activa, tanto en la discusión como en el tratamiento de los problemas. Tal acción advierte que la estructura de la nueva ciencia de la información se comienza a configurar por fuera de las escuelas de bibliotecología. Taylor comenta que:

La preocupación actual por las definiciones de educación en el campo comienza con la conferencia en el Instituto de Tecnología de Georgia en 1961 y 1962. Es significativo que las reuniones fueron iniciadas por una institución sin una escuela bibliotecaria, lo que demuestra el lamentable hecho de que la innovación, incluso la innovación en educación, parece provenir de fuera de la escuela bibliotecaria (TAYLOR, 1966:19).

Lo señalado por Taylor diagnostica adecuadamente la situación del campo, al señalar que buena parte de los cambios introducidos, incluido el nombre ciencia de la información y las propuestas educativas, derivan y poseen un mayor peso en ámbitos que no provenían de la bibliotecología ni la documentación⁴. El hecho de que los primeros programas de formación surgieran fuera de las escuelas de bibliotecología es un síntoma de ello y que impacta en las discusiones sobre en qué y cómo formar a los profesionales encargados de la información. Tal consideración conlleva a que, en una primera instancia, hay una disgregación en el campo y no se genera consenso sobre estos tópicos, lo que redundará en una falta de elementos comunes que produzcan acuerdos sobre los alcances y límites de la disciplina.

Por otro lado, y más recientemente, Johnson (2017) al analizar la importancia del evento realizado en Georgia en el contexto de la guerra fría, considera que uno de los resultados más importantes fue la búsqueda de un programa de formación unificado que fuera capaz de aportar herramientas para afrontar el problema de la información científica:

Los participantes de Georgia Tech enviaron que tanto los científicos como los bibliotecarios deben recibir capacitación en cursos cortos para brindar un alivio inmediato al percibido "problema de información científica". El plan de estudios a corto plazo consistiría en breves sesiones de capacitación en el servicio o en el trabajo. Al mismo tiempo, también se enviaron soluciones a largo plazo para prepararse para el futuro. Las soluciones a largo plazo se parecían mucho a un programa de grado estandarizado (JOHNSON, 2017:1.380).

Los programas a largo plazo pensados y discutidos, se concentraban en la capacitación tanto de bibliotecólogos como de científicos bajo la noción de que los científicos deberían aprender algo sobre bibliotecología, y los bibliotecólogos deberían aprender algo de ciencia si realmente se quiere abordar el problema de la información científica. El resultado del programa ofrecería dos tipos de profesionales, por un lado los científicos capacitados con herramientas bibliotecológicas, y por otro lado, bibliotecólogos capacitados en métodos de investigación científica (JOHNSON, 2017). A su vez, rápidamente se vislumbró que ambos campos no estaban claramente delimitados, por lo que se prefirió tomar la denominación de *especialistas en información*.

En este sentido, se observa una continuidad en la situación que ya se vislumbraba en 1948, la disciplina no logra unificar diversos aspectos fundamentales acerca de los profesionales,

⁴ Las preocupaciones de Taylor con respecto a la formulación de programas para la formación de profesionales de la información y bibliotecólogos excede a lo analizado en Georgia. Al respecto, se puede consultar: TAYLOR, 1976; 1979.

las herramientas y elementos a utilizar, así como cuáles son las especificaciones de actuación del campo. La búsqueda de un programa de estudio común, que agrupara la formación del personal dedicado a la información, parece ser la respuesta a la situación de desarticulación disciplinar, cuestión que no se termina de laudar en Georgia.

2.2.2. El abandono de la documentación y el viraje a la ciencia de la información

Otra discusión presentada en Georgia y que tuvo un profundo impacto sobre la disciplina fue la que se llevó a cabo sobre la noción de documentación. Cabe recordar que el término acuñado por Otlet a principios del siglo XX influyó fuertemente en los Estados Unidos y provocó varios cambios y escisiones dentro del ámbito bibliotecológico (OTLET, 2018). Tales distanciamientos se encontraban motivados por los avances tecnológicos centrados en la información científica que impulsaba la documentación y que centraba su atención en aspectos de organización (nuevos sistemas de clasificación), indización y distribución (desarrollo de los métodos de microfilmación).

De igual modo, el movimiento de la documentación poseía un fuerte componente de internacionalización, comprendido como indispensable para impulsar el progreso de la ciencia. Más allá de estos elementos, las escisiones sufridas en el ámbito bibliotecológico ponen de manifiesto las limitaciones de las herramientas utilizadas hasta el momento, superadas por el crecimiento exponencial de la documentación científica. En este sentido, la creación en 1909 de la Special Libraries Association vino acompañada de una preocupación por el tratamiento de la información científica, lo que llevó a que, en 1950, se creara una sección de documentación, que pretendía modernizar el análisis de contenidos de los documentos científicos (BUCKLAND, 1996; 1999). A su vez, en 1937 es creado el American Documentation Institute, con el objetivo de promover y extender el movimiento en norteamérica y que contaba, entre sus integrantes, con diversos miembros provenientes de la American Library Association. Una de sus principales finalidades era la utilización de la tecnología al servicio de la documentación científica, con un fuerte énfasis en los procesos de microfilmación (BUCKLAND, 1999; SCHULTZ y GARWIG, 1969).

A pesar de las institucionalidades creadas, luego del impasse de la guerra y ya entrada la década de los 50 y 60, el término documentación había caído en desuso y exhibía varios problemas polisémicos en su uso (IBEKWE, APARAC-JELUSIC y ABADAL, 2019; JOHNSON, 2017). Buena parte de las discusiones presentadas hasta ese momento corresponden a debates en torno al significado y alcance de la documentación. Cabe recordar que el movimiento se encontraba compuesto por científicos provenientes de diversas áreas y que perseguían el objetivo de aplicar las técnicas de la documentación a su área, lo que llevó a que el término documentación se utilizará de forma laxa. Tales controversias llevaron a que la utilización del concepto fuera dificultoso y que entorpeciera la comunicación entre los integrantes de la comunidad. Al respecto, en Georgia se consideró que:

En la Conferencia sobre la formación de especialistas en ciencia de la información celebrada en el Georgia Institute of Technology en la primavera de 1962, los delegados reunidos decidieron que debían evitarse los términos “documentación” y “documentalista”, por gran diversidad de formas en que se emplean y por las numerosas interpretaciones que se les dan. Por

consiguiente, sugerimos que si alguien desea utilizar esos términos, indique primero el sentido que les atribuye (SHERA, 1968:66).

Lo expresado por Shera, permite vislumbrar que la noción de documentación no usufructuaba de un fuerte consenso comunitario, lo que se refleja en lo acontecido en Georgia y que tiene como consecuencia el manto de duda acerca del término. A su vez, también se puede considerar que no logró determinar los límites y su posición respecto al resto de las disciplinas. Las diversas utilidades en que derivó la documentación pone de manifiesto que los integrantes no poseían acuerdos fundamentales sobre la naturaleza del campo. Otro elemento a examinar es que los postulados presentados por la documentación no lograron unificar a la disciplina, lo que queda expuesto en la gran dispersión e interpretaciones existentes. Más allá de estos elementos, el paréntesis de la guerra y la muerte de Paul Otlet en 1944, supuso un antes y un después para el movimiento documentalista. Cabe mencionar que, la conferencia de Georgia se presenta como un acontecimiento que marca un antes y después para las disciplinas informacionales, en el entendido de que supone un cambio y una modificación sobre los problemas a abordar así como también se introduce una variación en cómo debe llamarse.

Una vez marcados los inconvenientes con la noción de documentación, se presenta como alternativa y se expresa, por primera vez, el enunciado de ciencia de la información. Tal noción surge por la necesidad de encontrar una nueva denominación para el campo, sobre todo luego de los diversos cambios tecnológicos e informacionales devenidos en la posguerra. Igualmente, los distintos títulos ofrecidos anteriormente no habían logrado delimitar las fronteras del campo, por lo que el surgimiento de un nuevo nombre se encuentra asociado a tales problemas (SHERA, 1968; SHERA y CLEVELAND, 1977; SILVA, 2017). No solo se ofreció una nueva designación, sino que se brinda por primera vez una definición de ciencia de la información, que intenta determinar cuáles son sus interrelaciones con respecto al resto de las disciplinas así como también cuáles son sus fronteras. Este resultado no es menor, pues parece reflejar una necesidad y un estado de la disciplina, en donde la búsqueda de límites y una descripción de sus fronteras se posicionan como centrales. Si se enfoca desde esta perspectiva, se puede observar que ya en la *Royal Society Scientific Conference* estaban presentes algunos de estos debates, centrados en la indagación acerca de los contornos de la disciplina.

Robert Taylor, al analizar los aspectos profesionales de la ciencia y la tecnología implicados en la información, considera que uno de los resultados más significativos de la conferencia de Georgia, fue la aparición de la definición de ciencia de la información y que, a pesar de que se encontraba fuertemente asociada y subyacente a la ciencia y tecnología, proporcionó una base importante desde la cual comenzar y en donde se podía reconocer los fundamentos de una nueva disciplina (TAYLOR, 1966). Taylor retoma y refiere a la definición como un sustento de gran relevancia a la hora de consolidar el campo:

La ciencia que investiga las propiedades y el comportamiento de la información, las fuerzas que gobiernan el flujo de información y los medios para procesar la información para una óptima accesibilidad y usabilidad. El procesamiento incluye el origen, la diseminación, la recopilación, la organización, el almacenamiento, la recuperación, la interpretación y el uso de la información. El campo derivado o relacionado con las matemáticas, la lógica, la lingüística, la psicología, la tecnología informática, la investigación

operativa, las artes gráficas, las comunicaciones, la bibliotecología, la gestión y algunos otros campos (TAYLOR, 1966:19).

Sobre la definición que emana de la conferencia de Georgia, se pueden realizar algunas consideraciones. Se toma a la ciencia de la información como una disciplina que procede de múltiples campos que le dan sentido teóricamente, lo que se interpreta como que el fenómeno de la información debe ser estudiada desde diversos puntos de vista. La información se manifiesta de distintas formas y para su comprensión debe ser analizada con elementos surgidos en varias disciplinas. Tal como lo señala Taylor, esta primera noción se encuentra fuertemente asociada a la ciencia y la tecnología, y que se refleja en la estrecha relación con la matemática y la lógica, lo que supone que se trata de un campo que estudia la información científico tecnológica.

Otro elemento a apuntar es el abandono de la noción de documentación, que ni siquiera es mencionado dentro de los campos derivados pero, a pesar de ello, se identifican algunos elementos que fueron centrales para este movimiento como lo es el procesamiento y acceso a la información científica (JOHNSON, 2017; SHERA, 1968). Mientras que, por el contrario, la bibliotecología se indica como un campo en donde la nueva disciplina obtiene elementos. Una apreciación que resulta interesante, al analizar la definición, es la idea de que cuanto mayor contenido disciplinar la ciencia de la información pueda asimilar, mayor capacidad de análisis y comprensión va a obtener. Parece suponer que este tipo de ejercicios la dotará de mejores límites y aportará mayor sentido a su denominación. Se observa una preocupación por manifestar las conexiones con el resto de las disciplinas, objetivo que adquiere mayor relevancia en la asunción y en la condición fuertemente interdisciplinaria de la ciencia de la información (GUZMÁN, 2005). Tal manifestación no es un punto menor, puesto que la idea de que se trata de una disciplina de naturaleza interdisciplinaria es una noción central para comprender las derivaciones y desarrollos del campo hasta este momento (COSTA y LOPES, 2018; LINARES COLUMBIÉ, 2017; SARACEVIC, 1995).

Por tanto, las conferencias de Georgia marcan un antes y un después para el devenir del campo informacional, en tanto que se manifiestan diversos elementos que direccionan la labor dentro de la disciplina. El emplazamiento de la denominación ciencia de la información en lugar de documentación, o cualquier otra, suponen un nuevo horizonte que buscaba consolidarla. La caracterización de ciencia no es un componente menor, puesto que supone diversos compromisos epistemológicos e históricos. A su vez, la búsqueda de una unificación se observa en los intentos de construcción de programas de formación para los profesionales, en orden de generar una estructura común para la disciplina. El elemento que termina de direccionar todas estas consideraciones es el surgimiento de un nuevo nombre así como la expresión de su definición, que intenta acabar con las discusiones acerca de los límites y fronteras respecto al resto de las disciplinas.

A pesar de ello, es necesario realizar algunas precisiones. Por un lado, la definición establecida en Georgia no logra clausurar el debate acerca de qué es la ciencia de la información ni sobre sus fronteras, ni tampoco logra consolidar y unificar al campo (ARAFAT *et al.*, 2014; HARTEL *et al.*, 2020; SMIRAGLIA, 2014). La búsqueda de una conceptualización apropiada ha estado presente desde este momento y parece ser un ejercicio central para lograr la consolidación científica del área. Sumado a ello, es indispensable observar que, por primera vez, aparece en el nombre de la disciplina la designación de ciencia. Dato no menor puesto que, posicionar un campo como científico, significa asumir diversos compromisos epistemológicos acerca de la naturaleza disciplinar.

2.3. La centralidad de la ciencia de la información: los aportes de Borko⁵

Las discusiones planteadas hasta este momento, permiten identificar debates y problemas en dos niveles distintos. Por un lado, suponen problemas a un nivel ontológico, que se refleja en las disputas acerca de las denominaciones del área, quiénes y qué la compone, o cómo está poblado el mundo de la información; y, por otro lado, problemas epistemológicos, que se evidencian en los debates sobre bajo qué condiciones el área es una ciencia o cuales son sus límites con respecto al resto de las disciplinas. En virtud de ello, la pregunta acerca de qué es la ciencia de la información, o cuáles son los márgenes del campo, se presentan como centrales a la hora de dilucidar sus problemas epistemológicos. Ambos problemas se evidencian en las cuestiones trabajadas en el marco de la *Conference* y los tratamientos otorgados en la definición de Georgia.

Muchos de estos temas se reflejan en uno de los artículos más influyentes del campo, publicado en 1968 por Harold Borko, titulado *Information science: what is it?* en donde intenta establecer los elementos fundamentales de la disciplina, su objeto y su área de actuación. Para comprender el contexto e importancia en el que aparece la publicación, es imprescindible realizar algunas consideraciones. Es necesario mencionar que el texto es difundido en la revista *American Documentation* del American Documentation Institute, dato no menor puesto que, en 1968, el instituto había tomado la decisión de cambiar su denominación por la de American Society for Information Science, mudanza que tiene estrecha relación con lo que había acontecido en Georgia, puesto que se abandona la noción de documentación por la de ciencia de la información (BORKO, 1968; GARCÍA, 2002; SILVA, 2016). Sobre este proceso de modificación de nombre, Shera y Cleveland mencionan que:

Durante varios años, Eugene Garfield y otros habían estado pidiendo un nuevo nombre para el ADI, y en 1968 la organización se convirtió en la Sociedad Estadounidense de Ciencia de la Información (ASIS); el nombre de *American Documentation* se modificó en consecuencia. De esta manera, uno se enfrenta **al problema de definir e interpretar la “ciencia de la información”, ya que una generación anterior discusiones similares se centraron en la “documentación”** (SHERA y CLEVELAND, 1977:258).

Los autores señalan algunos aspectos que son relevantes para lo analizado hasta aquí. Lo primero que indican es la importancia que toma el poder expresar lo que significa ciencia de la información, cuestión que ya había sido abordada anteriormente en las conferencias. No se trata de una impresión menor, puesto que refleja la necesidad de la comunidad por poseer y establecer la especificidad y límites disciplinares. Tal exigencia no responde a la aparición o un cambio de término, sino que es un tipo de debate ya existente y que se observa en las discusiones en torno a la noción de documentación. Se distingue que la comunidad concede un rol fundamental a la idea de poseer una definición que determine qué es la disciplina. Esta premisa sustenta que es necesario que surja una definición lo

⁵ En este apartado se analizarán algunos de los planteos realizados por Harold Borko en su famoso artículo de 1968. Borko es una figura central en el desarrollo de la ciencia de la información y sus aportes exceden lo presentado aquí. Para ver su recorrido dentro de la ciencia de la información, se puede consultar: OSORIO, 2014; SILVA, 2016.

suficientemente potente para que unifique y genere consenso, lo que supone que ciertos niveles de acuerdos disciplinares dependen de ello. Shera y Cleveland manifiestan claramente el problema, al señalar que la denominación de ciencia de la información encontraba los mismos inconvenientes con que se había topado el de documentación. El problema identificado permite establecer dos niveles distintos; por un lado, el nivel que corresponde al de la denominación del campo, en donde se contemplan desacuerdos al respecto sobre cual debería ser el nombre más adecuado; y, por otro lado, el nivel que corresponde al de la especificidad de la disciplina, en donde se perciben discrepancias acerca de su naturaleza y fundamentos. La respuesta que se ofrece por parte del área al problema del segundo nivel, es la búsqueda de una definición oportuna. Borko no es una excepción a esto y, en su texto fundacional, da cuenta de varios de los dilemas que plantean Shera y Cleveland.

Borko, quien había el *American Documentation Institute* presidido la institución entre los años 1966 y 1967 y había sido uno de los promotores en centrar la atención en los flujos de información científica, da a conocer en sociedad el nombre de ciencia de la información, y es allí en donde plantea algunas de las discusiones planteadas anteriormente. Considera que, la transición ocurrida deja pendiente algunas cuestiones difíciles de resolver, como el relacionamiento de la ciencia de la información con la documentación y la bibliotecología, la explicación acerca de qué es lo que hace un científico de la información así como la explicación de qué es la ciencia de la información. En este sentido, gran parte de su trabajo es intentar responder a la pregunta sobre qué es la ciencia de la información. Para ello, recurre a la definición planteada en Georgia y retomada por Taylor, y que conocía de primera mano, puesto que había participado en la *Conference Training Science Information Specialist*. Para poder saldar la cuestión, busca delimitar y distinguir algunos elementos a la hora de conformar a la ciencia de la información y analiza algunos elementos centrales para lograr identificar y conformar claramente a la disciplina. Es así que Borko (1968) aporta que:

Es la disciplina que investiga las propiedades y conducta de la información, las fuerzas que gobiernan la corriente de la información, y los medios de procesar la información para una óptima accesibilidad y uso de ella ... Es una ciencia interdisciplinaria derivada y relacionada con campos tales como la matemática, la lógica, la lingüística, la sociología, la tecnología de computadora la investigación operativa, las artes gráficas, las comunicaciones, la bibliotecología, la administración y con otros campos similares. Como ciencia pura, inquiera dentro de la materia con vistas a su ampliación, y como ciencia aplicada, desarrolla servicios y productos (BORKO, 1968:3).

La definición que propone Borko, que pretende responder a la pregunta de qué es la ciencia de la información, procura poner de manifiesto que el objeto de estudio de la disciplina es la información, puntualizar su atributo de interdisciplinariedad, y su rasgo de ciencia pura y aplicada. En esta descripción que plantea, aspira a ofrecer una adecuada reconstrucción de su especificidad así como de detallar cuales son las fronteras del campo. Por otro lado, si bien se afirma que la ciencia de la información es una ciencia interdisciplinaria, no se determina claramente en cuál es el aporte específico que diferencia el abordaje disciplinar de la matemática o la sociología, etc. Esto presenta una tensión, ya que se reconoce un carácter interdisciplinar pero no queda claro, desde la definición, cuál es el aporte que

diferencia la ciencia de la información del resto de las disciplinas. En este sentido, Linares Columbié (2016) señala varias de estas cuestiones:

... objeto de estudio, perfil interdisciplinario y carácter dual como ciencia, son **los tópicos esenciales de esta aproximación...** La definición que propone del nuevo campo de estudios es más bien el conjunto de acciones que es posible realizar desde esa perspectiva, pero confunde acciones con el objeto de estudio que debía proponerse. El sustantivo "información" que acompaña las acciones, no es definido y se agudiza la imprecisión en tanto no clarifica a qué tipo de información se refiere: ¿se trata de la información en general o de la información científica y técnica? (LINARES COLUMBIÉ, 2016:6).

Lo señalado por Linares Columbié apunta a que lo presentado por Borko (1968) no logra identificar y precisar claramente el objeto de estudio, tampoco aporta una definición acerca de lo que es la información ni qué aspecto de ella le es específico a la disciplina. A pesar de ello, se puede considerar que, a partir de la centralidad asignada a la ciencia de la información, establece algunas de las coordenadas de debate sobre la naturaleza del campo y que todavía se encuentran presentes, como lo son la noción de que la disciplina posee un objeto de estudio, la idea de que es necesario reconstruir sus fundamentos para diferenciarla del resto de las áreas, la necesidad de detallar una definición de información, cuestiones que se toman como centrales para determinar el carácter científico del campo. En este sentido, Bozzetti y Saldanha (2017), reparan en que el aporte primordial de Borko fue el manifestar que la información, sus propiedades y comportamiento, son el objeto y fundamento de la disciplina. Desde esta perspectiva, lo propuesto por Borko plantea una estrategia expresa a la hora de clarificar las pretensiones de científicidad de la ciencia de la información.

Es así que la noción de delimitar cuál es el objeto de estudio se torna un elemento central a la hora de comprender a la disciplina como una ciencia. Sumado a ello, si se quiere especificar el objeto, es imprescindible aportar una definición de lo que se comprende por información. Esta perspectiva se puede sintetizar de la siguiente manera: al situar a la información como objeto de estudio, una consecuencia derivada es la necesidad de definir y delimitar las características de la información. Por lo que, a partir de lo planteado por Borko, hay un desplazamiento y centralidad de las discusiones hacia debates en torno a determinar su objeto de estudio. Cabe aclarar que, no se trata de un ejercicio propuesto aislada y exclusivamente por Borko, sino que responde a una perspectiva comunitaria de cómo resolver los problemas epistemológicos. En virtud de ello, se manifiesta la idea de que la información es el objeto de estudio de la disciplina. No se trata de un objeto que sólo posea un área, sino que se trata de un objeto compartido que es estudiado en interrelación con otros campos. A pesar de ello, las fronteras de la ciencia de la información se establecen en la medida en que pueda especificar qué parte del objeto le corresponde.

A partir de estas consideraciones, se puede mencionar que los aportes realizados por Harold Borko reflejan plenamente las inquietudes presentes en las conferencias, tanto de la *Royal Society Scientific Information Conference* y de las *Conference on Training Science Information Specialist*, respecto a qué lugar debe ocupar la información, qué relación establece la ciencia de la información con el resto de las disciplinas y de qué forma se deben encarar las problemáticas informacionales. Un punto de gran relevancia es el lugar fundamental que toma la información, colocada como objeto a ser estudiado. Esta idea ya se encuentra presente en ambas conferencias y Borko lo expresa directamente. La

información debe ser el objeto de estudio de la ciencia de la información, ya que es lo que le da su carácter científico. Este parece ser un acuerdo presente entre Borko y las conferencias.

Para cerrar esta sección, se puede concluir que el contexto y los eventos que están presentes en el origen de la ciencia de la información le dan una impronta particular a su desarrollo. Una de las cuestiones que resulta más relevante es la importancia que se le otorga a la información desde la aparición de la disciplina. Esto ha llevado a que se estime legítimo considerar a la información como su objeto de estudio. Y como reflejo de esta preocupación comunitaria, han aparecido diversas definiciones en orden de distinguir claramente sus fronteras. A su vez, se considera que delimitar y definir el objeto de estudio de la ciencia de la información ha sido una tarea central desde su surgimiento. La estrategia de definir y especificar los límites de la ciencia de la información ha estado presente en todo su desarrollo histórico. Por lo que, se intentará discutir los problemas y limitaciones de esta estrategia. Se considera que la idea de que la ciencia de la información posee un objeto de estudio, parte de la premisa de que las disciplinas poseen un objeto de estudio claramente establecido.

3. ¿Objeto de estudio y definición para la ciencia de la información? Perspectivas en su desarrollo histórico

3.1. Primeras perspectivas: la búsqueda de un objeto de estudio

Anteriormente se realizó una contextualización y recorrido por algunos de los hitos más relevantes para comprender la configuración de la ciencia de la información a mediados del siglo XX. A partir de ello, se vislumbraron diversas discusiones que involucran controversias tanto a nivel ontológico como epistemológico de la disciplina. Tales cuestiones se manifiestan, por ejemplo, en preguntas sobre qué entes pueblan el área de la ciencia de la información, preguntas acerca de qué elementos convierten a la disciplina en una ciencia, o preguntas sobre su denominación.

El surgimiento de la denominación ciencia de la información es, en buena parte, el resultado de estas discusiones. Una vez que la noción de ciencia de la información toma fuerza, traslada los debates y problemas hacia otros escenarios. En este sentido, la perspectiva de ciencia junto a la idea de información, parecen desplazar algunas de las controversias hacia la idea de que se debe poseer un objeto de estudio, bajo el supuesto de que las áreas consolidadas han seguido este camino y les permitió establecer sus límites. Es decir, la asunción de un objeto de estudio concede niveles de consenso y consolidación disciplinar. Una consecuencia de asumir tal supuesto es que, para ofrecer y delimitar el objeto de estudio es indispensable especificar alguna definición de información que dé cuenta de las características del fenómeno al que se enfrenta. Esta estrategia presume que los acuerdos y consensos comunitarios se obtendrán en la medida que se presente una delimitación clara de su objeto de estudio, un indicador es la definición surgida en 1962 y que Borko modifica en su texto fundacional con el objetivo de otorgar una respuesta a la pregunta qué es la ciencia de la información. A partir de allí, se puede constatar una búsqueda incesante de una definición y delimitación tanto de ciencia de la información como del concepto de información como objeto de estudio, bajo la idea de que tal ejercicio mejorará las pretensiones de científicidad del área. Pero, es necesario destacar que las

diversas definiciones surgidas responden, en parte, a que ni la de Borko ni ninguna otra han logrado laudarse la cuestión y generar un consenso. En virtud de ello, el siguiente apartado pretende evidenciar que tal estrategia ha llevado a una gran proliferación de definiciones que han intentado establecer las fronteras y delimitar el objeto de estudio. A su vez, se expone que este tipo de ejercicios no han impactado en el consenso y consolidación del estatus científico de la ciencia de la información.

Al respecto, Wellisch, en 1972, realiza un estudio sobre la evolución del nombre ciencia de la información, y analiza 39 definiciones con la finalidad de encontrar conceptos comunes sobre el objeto de investigación de la disciplina. Llega a la conclusión de que no existe un consenso a la hora de establecer lo que es o se debe hacer, ya que la ciencia de la información no ha alcanzado el estatus de ciencia por carecer de un tema central de investigación (WELLISCH, 1972). Cabe señalar un hecho relevante y es que, si uno toma como referencia el aporte de Borko de 1968 hasta el análisis de Wellisch, se observa un gran incremento en las propuestas existentes, lo que pone de manifiesto la persistente búsqueda de las fronteras del campo.

En un diagnóstico similar, Schrader (1983) repara en que la bibliotecología y ciencia de la información no se ha consolidado, ya que no ha encontrado una definición adecuada para su objeto de estudio. En virtud de ello, emprende la tarea de analizar las diversas definiciones existentes dentro del campo (más de 1.500) en orden de poder aportar una mejor definición que logre sistematizar y consensuar a la disciplina. Como conclusión, afirma que para que la ciencia de la información progrese, debe asumir una definición centrada en el acceso a la cultura.

También en los años 80, dentro de la ciencia de la información comienza a tomar fuerza una visión cognitiva, en donde no solo es necesario comprender lo que es información, sino que es necesario incorporar la noción de conocimiento. Esto impulsa una nueva estructura disciplinar, dando lugar a una tríada de conceptos: datos, información y conocimiento, que darán una nueva comprensión al trabajo informacional (ARAÚJO, 2018). Uno de los representantes más destacados de este movimiento fue Nicholas Belkin, quien procura examinar el trabajo disciplinar desde una perspectiva cognitiva y coloca al usuario de la información en el centro de los procesos informacionales (BELKIN y ROBERTSON, 1976). Al analizar la estructura teórica de la ciencia de la información, considera que cuenta con problemas y cuestiones desde sus inicios. En este sentido, repara en que si el área procura solucionar problemas de índole práctico, debe proporcionar un concepto de información (BELKIN, 1978). Esta noción posee la premisa de fondo de que una mayor delimitación y distinción del concepto de información como objeto de estudio permitirá unificar el campo de la ciencia de la información (THELLEFSEN, SØRENSEN y THELLEFSEN, 2014). Belkin ofrece ocho requerimientos para lograr un mejor concepto de información ya que se debe llegar a un consenso sobre el fenómeno que estudia la disciplina:

para que una ciencia sea practicada ... debe haber algún acuerdo entre sus practicantes al menos en cuanto a qué fenómeno es el que deben estudiar (esto constituye la base de los supuestos teóricos de la ciencia) ... debe existir algún concepto de información generalmente acordado que sea apropiado para ese problema (BELKIN, 1978:58).

Belkin plantea dos requisitos de científicidad muy diferentes. Por un lado, considera que es necesario que toda ciencia posea un acuerdo sobre los fenómenos a los cuales se dedica y,

por otro lado, el acuerdo debe estar construido sobre la base de un concepto claro. En tanto que, la ciencia debe tener un fenómeno central u objeto a estudiar ya que es una base para toda ciencia, y más aún, es necesario una buena definición y una caracterización del fenómeno a estudiar ya que esto le permitirá lograr consensos internos y consolidar su estatus científico. Sobre el primer requisito, se puede meditar en que claramente las disciplinas poseen acuerdos al respecto de sus elementos fundamentales, pero la cuestión es de qué forma se logran tales consensos.

Por otro lado, en la década de los 90, Gernot Wersig (1993) al analizar a la ciencia de la información y sus pretensiones de cientificidad, considera que si realmente quiere establecerse como una ciencia debe instituirse como un prototipo de ciencia posmoderna, en el entendido de que no debe aspirar una comprensión completa de cómo se comporta el mundo, sino que debe aportar soluciones a problemas ocasionados por las ciencias tradicionales y el desarrollo de las tecnologías. Estima que la disciplina nunca alcanzó el estado de una ciencia tradicional porque carecía de un objeto y método único y, a su vez, no posee un objeto único ya que casi todos los objetos del mundo han sido capturados por otras disciplinas. Lo planteado por Wersig refleja buena parte de lo discutido hasta el momento, ya que para caracterizar a las ciencias tradicionales parte de la noción de objeto de estudio. Si una disciplina quiere ser admitida como una ciencia debe acreditar un objeto y un método único. Tal planteo sustenta que el mundo está compuesto por un número finito de objetos pasibles de ser capturados y estudiados, y que cada uno puede ser descrito e identificado claramente. Aquí se observa una relación de correspondencia entre el objeto y su delimitación, y se contempla cuando menciona que la información no puede ser un objeto de estudio porque no se sabe qué es y no cuenta con una adecuada definición.

Desde otra perspectiva, Ron Day (1996) considera que la bibliotecología y ciencia de la información no se ha consolidado como una ciencia moderna, ya que no ha constituido su objeto ni un método que la distinga del resto de los campos disciplinarios. Objeto y método aparecen como la matriz definitoria de una ciencia moderna. Day acota que:

La ciencia moderna está construida por campos disciplinarios que se distinguen entre sí por tener objetos de estudio inequívocos, y teorías y métodos que corresponden a dichos objetos. Cada disciplina se define por los métodos y teorías que sostienen su visión del objeto de estudio. Cada disciplina desarrolla sus propias representaciones de sus objetos que juntas forman la totalidad del conocimiento universal (DAY, 1996:319).

Para Day, las disciplinas científicas que lograron consolidarse en la modernidad lo han realizado dado que han delimitado de forma incuestionable su objeto de estudio. Sumado a eso, también han obtenido algún método que les permitió abordar y conocer cabalmente la naturaleza del objeto al que se ocupan. Asimismo, agrega que la conjunción de los objetos de las disciplinas representa el conocimiento último acerca del mundo. Indica que la bibliotecología y ciencia de la información, a diferencia de las ciencias modernas, no estabilizaron su objeto de estudio ni un método que permita obtener un conocimiento certero sobre la realidad. Enunciado desde otro punto, la ciencia de la información se consolidará en cuanto se circunscriba a un objeto de estudio. También vale mencionar que, Day parte de una suma de criterios de cientificidad que a su entender se encuentran presentes en toda la ciencia moderna, y a los que la ciencia de la información debe adaptarse para su consolidación. En consecuencia, se vislumbra un plano normativo, en donde es necesario adecuarse a ciertas pautas que son comunes a todas las ciencias.

3.2. Perspectivas contemporáneas: reconfiguración del objeto de estudio

Hasta aquí, se analizaron algunos trabajos centrados en el siglo XX y que buscaban sistematizar y ofrecer una definición de información así como de delimitar un objeto de estudio para la disciplina. Al observar el desarrollo de estos debates, a comienzos del siglo XXI, se puede identificar un conjunto de discusiones que giran en torno a estrategias similares, con el objetivo de legitimar el estatus científico de la ciencia de la información.

Un intercambio que ejemplifica este debate fue protagonizado por Marcia J. Bates y Birger Hjørland. Por un lado, Bates (2006), defiende la idea de que la información es un fenómeno objetivo y físico que se encuentra presente en todos los elementos y externo a los individuos. Por otro lado, sustenta que el objeto de la ciencia de la información es la organización de la información como elemento físico. Considera que se trata de un objeto que se encuentra por fuera de los procesos intelectuales, al que se le puede observar objetivamente. El lugar que le confiere al área es el de ocuparse de la organización de este fenómeno.

Al contrario, Hjørland (2007) defiende la postura de que la información es un fenómeno subjetivo, que se encuentra íntimamente ligado al contexto y a la situación de cada individuo. Por lo cual, se refiere a un proceso intelectual y no a un elemento físico. Ofrece un sentido distinto a la noción de información, pues se centra en los procesos intelectuales que toman sentido en un contexto determinado para los individuos, el cual no es un proceso físico y objetivo. Esta noción es la que posiciona como objeto de estudio y le concede el rol de satisfacer las necesidades de información de los individuos en un contexto y situación determinada.

En el debate entre Bates y Hjørland, se distinguen posturas distintas sobre el objeto de estudio. Si bien reconocen a la información como objeto, cada perspectiva acarrea distintas consecuencias teóricas y prácticas. En una primera instancia la discusión coloca a la información como objeto de la ciencia de la información, a la hora de definir y delimitar el objeto, hay diferencias que traerán distintas implicancias. Las diferencias entre Bates y Hjørland son profundas, parten de supuestos filosóficos y metodológicos diferentes con respecto al funcionamiento de la disciplina y a la naturaleza de su objeto. Pero a pesar de que existe un fuerte desacuerdo en el plano descriptivo sobre qué es la información, en el plano normativo hay un firme acuerdo: se debe contar con un objeto de estudio. En este campo de debate, la perspectiva de que cada disciplina efectivamente posee un objeto de estudio rara vez se expone a crítica, se asume implícitamente que es una tarea legítima que se debe admitir y que permitirá dilucidar sus problemas epistemológicos. En cambio, se podría considerar que no existe una fracción de la realidad a ser estudiada por una disciplina, sino que, la ciencia estudia problemas más allá de los posibles límites atribuidos.

Más recientemente, Siqueira (2011) intenta reconstruir los diversos enfoques del concepto de información con el objetivo de registrar rastros comunes, en orden de mejorar la delimitación de la ciencia de la información. Mientras que señala que es necesario comprender las características de la información que le proporcionan la identidad a la disciplina. Concluye que hay una diversidad de visiones y perspectivas presentes en la disciplina, lo que lleva a que existan distintas miradas sobre su objeto. Siqueira supone que una buena definición de información como objeto de estudio de la ciencia de la información aportaría a la hora de delimitar el campo. Una adecuada definición también permitiría comprender las características de la información.

Desde otra perspectiva, Furner (2015) considera que la ciencia de la información no debe ser presentada como una ciencia y que ni siquiera trata principalmente de información. En este entendido, aporta diversos argumentos para demostrar que el campo no se centra en la información y analiza diversos candidatos como elementos centrales a estudiar por el área: la ciencia de la información como estudio de datos; la ciencia de la información como estudio del conocimiento; la ciencia de la información como estudio de metadatos; la ciencia de la información como el estudio de la representación, categorización, clasificación y conceptualización; la ciencia de la información como el estudio de la instanciación y la relevancia; y la ciencia de la información como el estudio de la recolección, preservación y acceso a la cultura.

Para Furner, el trabajo realizado dentro de la ciencia de la información, se ve reflejado en el estudio de la recolección, preservación y acceso a la cultura, y es el candidato a estudiar que más lo persuade. A su entender, esto recuesta el desarrollo de la ciencia de la información hacia los estudios culturales y no hacia el enfoque de las ciencias sociales. La labor llevada adelante dentro del campo contribuye al desarrollo de los estudios culturales, lo que entra en conflicto con la visión de la información como núcleo central de la disciplina. A pesar de ello, concluye que:

la razón por la cual la ciencia de la información no es sobre información es que no es una ciencia. Si se tratara de una ciencia (es decir, si quisiéramos que fuese una ciencia), entonces sería natural que su objeto de estudio primario fueran la información como datos y sistemas de producción, transferencia y uso de datos (FURNER, 2015:375).

Lo expuesto por Furner resulta muy pertinente, ya que evidencia dos posturas claras. La primera, es acerca del estatus científico de la disciplina, al enfatizar que la ciencia de la información no es una ciencia. A su vez, interpreta que se debe alejar de la visión de la información como objeto de estudio. No obstante, como segunda postura, repara en que las ciencias poseen un objeto de estudio que las identifica y que se determina de acuerdo a lo que la mayor parte de la comunidad considera. Pero también repara en que en el caso de que se quisiera otorgarle a la ciencia de la información la categoría de ciencia, entonces su objeto de estudio sería la información. Esto representa un problema ya que, Furner aun negando el carácter científico del campo, acepta que las disciplinas que se han consolidado lo han hecho mediante la asunción de un objeto de estudio. Es decir, el objeto de estudio es lo que define a una disciplina como científica.

Por otro lado, Stodola (2019) comprende que el concepto de información es central, pero que históricamente ha encontrado una serie de complicaciones para ser delimitado correctamente y, como consecuencia, no exista un consenso sobre su significado. Frente a esto, plantea analizar 31 definiciones de información y a través de un análisis lógico-epistemológico obtener un concepto adecuado. Concluye que se trata de un concepto trascendental, puesto que la información se encuentra en toda la naturaleza y que, por lo tanto, la ciencia de la información es un campo universal. Repara en que se trata de un metacampo transdisciplinario y, por tanto, debe basarse en la filosofía y la epistemología, ya que también son campos universales.

Por otro lado, Bawden y Robinson (2020) realizan una indagación para hallar una teoría unificadora de la información, que otorgue un concepto unificado y que reduzca las brechas entre las diferentes concepciones de información en los dominios, desde la física a la ciencia

de la información. Concluyen que un concepto que supere las brechas, debe estar basado en la filosofía de la información propuesta por Luciano Floridi⁶, porque es lo suficientemente flexible para integrar las diferentes perspectivas.

Por otro lado, más recientemente, Rendón Rojas (2020)⁷ ha defendido la idea de que la ciencia de la información posee un objeto de estudio, y que es necesario contar con un objeto que genere consenso y acabe con la proliferación. Concluye que el objeto de estudio es el informativo documental. La premisa implícita en esta propuesta, es que toda ciencia debe poseer un objeto de estudio que la unifique. Un campo es científico en la medida en que determina cuál es la fracción de la **realidad que ocupa**: “Una de las preguntas centrales que deben contestarse al fundamentar una ciencia consiste en aclarar sobre qué parcela de la realidad investiga y desde qué enfoque lo hace, esto es, aclarar cuál es su objeto de estudio” (RENDÓN ROJAS, 2020:356).

Al respecto, se puede analizar críticamente la noción de que las disciplinas posean un objeto de estudio o qué definirlo contribuya a su científicidad. Asumir que todas las disciplinas poseen un objeto de estudio, supone que es posible dividir la realidad y asignarle una fracción a cada una. Tal premisa, presupone que, si se establece una correspondencia entre la fracción de la realidad y la disciplina, se mejorará el estatus del campo.

4. Thomas Kuhn: ciencia de la información y consensos comunitarios⁸

El diagnóstico realizado hasta este momento indica que, la clarificación o definición del objeto de estudio de la ciencia de la información no deriva en un avance de su estatus científico. A pesar de ello, esto no quiere decir que los problemas con respecto al objeto de estudio no posean una respuesta, sino que indica que a pesar de que se logre dar con una resolución, esta no posee implicancias directas sobre el estado epistemológico del campo. A partir de aquí, y para argumentar este punto, se expondrán algunos de los elementos de la filosofía de la ciencia de Thomas Kuhn, ya que la perspectiva que ofrece sobre la madurez de las disciplinas no refiere a un esclarecimiento de su objeto de estudio, sino que refieren a otros mecanismos.

A partir de la segunda mitad del siglo XX, y más precisamente, luego de la publicación de *La Estructura de las revoluciones científicas*, en 1962, Thomas Kuhn se vuelve una figura central en la filosofía de la ciencia. La reorientación de los problemas epistemológicos hacia una perspectiva historicista en donde toma particular interés analizar la conformación de las comunidades científicas, así como la elección de teorías en los procesos revolucionarios,

⁶ Luciano Floridi ha propuesto a la filosofía de la información como marco filosófico capaz de analizar y comprender la naturaleza y dinámica de la información en todos sus aspectos. Bawden y Robinson consideran que un análisis desde esta filosofía aportará un mejor concepto de información. Sobre la noción de filosofía de la información se puede consultar: FLORIDI, 2002; 2011.

⁷ Rendón Rojas, en su vasta producción académica, ha defendido en varias oportunidades esta tesis. Véase, por ejemplo, RENDÓN ROJAS, 2012a; 2012b; 2013.

⁸ La obra de Thomas Kuhn ha tenido diversos abordajes dentro de la ciencia de la información, en particular la noción de paradigmas. Para observar estos debates, se puede consultar: HJØRLAND, 2018; KANKAM, 2019; WANG y JIAO, 2017.

se vuelven centrales a la hora de comprender el desarrollo científico. Para interpretar correctamente a la ciencia, es imprescindible considerar su historia. Estos argumentos configuraron lo denominado como el giro historicista en filosofía de la ciencia. La perspectiva del desarrollo científico que Kuhn plantea, está compuesta por paradigmas y tradiciones normales, así como por procesos revolucionarios que dirigen los cambios en la ciencia. La transición a la madurez científica de una disciplina no se logra mediante algún tipo de acuerdo sobre sus métodos, objeto o fundamentos, sino que viene dada por otros elementos que le permiten concentrar toda su atención en los problemas del campo.

En este sentido, tempranamente Kuhn identifica diferencias en el tipo de discusiones que se dan dentro de las ciencias naturales y las ciencias sociales. Mientras que en las disciplinas naturales no parece haber discusión sobre sus métodos u objetos, en las ciencias sociales hay incesantes desacuerdos sobre los métodos y objetos con los que se desempeñan. Para Kuhn (2004), si se examina la historia y la experiencia de las ciencias naturales, se observa que las comunidades no poseen respuestas más firmes y duraderas que las que ofrecen las comunidades científicas sociales. La causa de por qué se encuentran tales diferencias es debido a que la práctica de las ciencias consolidadas no revela polémicas acerca de sus cuestiones fundamentales, es decir su ejercicio no implica discusiones acerca de sus fundamentos (KUHN, 2004). Indica que los científicos naturales no poseen respuestas firmes o estables a las preguntas sobre cuál es su objeto de estudio, o qué método se debe emplear o cuales son las características que los diferencian del resto de las disciplinas. No poseen este tipo de respuestas porque la consolidación disciplinar no ha surgido de dar con alguna de estas soluciones. Si los científicos sociales poseen discrepancias sobre los problemas y métodos de la disciplina, se debe a que no han logrado consolidar el campo, así como tampoco lo lograrán mediante una elucidación de tales cuestiones. A su vez, repara en que las ciencias naturales no se afianzaron en base a un acuerdo de sus límites o sobre un pacto con respecto a la naturaleza de su objeto de estudio, sino que la consolidación disciplinar parece lograrse por otros medios.

Este punto sugiere que las disciplinas científicas no detentan un consenso sobre su objeto de estudio, ya que no es relevante a la hora de llevar adelante la práctica disciplinar. En virtud de ello, parece no gozar de ninguna superioridad epistemológica ni la pregunta ni la respuesta sobre el objeto. A diferencia de las ciencias naturales, en la ciencia de la información las preguntas sobre el objeto de estudio o sobre el método son consideradas centrales a la hora de esclarecer sus pretensiones de científicidad. Por lo cual, se parte de la premisa de que obtener una solución a alguna de estas cuestiones permite cierta estabilidad disciplinar. Kuhn (2004) acentúa claramente sobre este punto, ya que las disciplinas que han logrado una madurez, no lo han obtenido mediante discusiones sobre sus elementos constitutivos ni sobre una elucidación de su objeto. Las áreas que generalmente son consideradas consolidadas no poseen buenas respuestas al tipo de preguntas de cuál es el mejor método o cuál es el mejor objeto de estudio. Supone que estas comunidades no debaten sobre cuestiones fundamentales de sus campos, ya que en el trabajo disciplinar no gozan de ninguna relevancia. Considera que:

El hecho de que normalmente los científicos ni se pregunten ni discutan qué es lo que hace que un problema o una solución particulares sean legítimos, nos induce a suponer que conocen la respuesta, aunque sea intuitivamente. Pero podría indicar tan sólo que ni la pregunta ni la respuesta se consideran relevantes para la investigación (KUHN, 2004:94).

Para Kuhn las ciencias que alcanzaron la madurez no la obtuvieron mediante preguntas sobre su objeto o método, o a través de dar una respuesta adecuada a estas preguntas. En este sentido, la filosofía de Kuhn advierte que no son este tipo de estrategias las que consiguen unificar y consolidar una disciplina. De acuerdo con esto, señala que no hay una definición de ciencia que aporte un marco para el desarrollo de las disciplinas. No se puede dar un conjunto de elementos comunes a toda la ciencia y que identifiquen el trabajo científico. Por lo que duda de que los incesantes debates presentes sobre los aspectos fundamentales o sobre un objeto de estudio lleguen a buen puerto. Menciona que:

A menudo se gasta mucha energía y se despiertan grandes pasiones, sin que, visto desde fuera, se tenga la menor idea de por qué. ¿Acaso depende mucho de una definición de ciencia? ¿Acaso una definición puede decirle a alguien si es o no un científico? ... no se trata de preguntas que se puedan responder merced a un acuerdo acerca de definiciones. Además, si los precedentes de las **ciencias naturales... dejarán de ser una fuente de preocupación no cuando se encuentre una definición, sino cuando los grupos que ahora dudan de su condición alcancen un consenso acerca de sus logros pasados y presentes (KUHN, 2004:269).**

Para Kuhn, las pretensiones de científicidad de las disciplinas no se solventan al ajustarse a algún tipo de definición sobre el objeto de estudio disciplinar que indique cómo se debe avanzar. En este plano, las discusiones sobre el objeto de estudio, sobre la definición de información o el método científico parecen convertirse en circulares puesto que no aportarán una respuesta que permita unificar y consolidar el área. A su vez, indica que los científicos naturales no parten de buenas definiciones sobre los fenómenos a los que se dedican, sino que, gran parte de su labor, parte de logros epistemológicos consensuados dentro de la comunidad.

En este entendido, Shera y Cleveland (1977) exhibían una gran preocupación por el estado de la disciplina y por la permanente búsqueda de una definición de ciencia de la información y de la información. Sumado a ello, observan un consenso en torno a que si el área pretende ser científica debe encontrar una sólida base teórica que debe estar estructurada alrededor de una noción consistente de información, e indican que ... *la considerable verbosidad gastada en este esfuerzo llevaría a un extraño a creer que una definición correcta de información ... es todo lo que necesitamos* (SHERA y CLEVELAND, 1977:264). Reparar en que no parece una buena estrategia a la hora de establecer el estatus del campo, dar con una buena definición de estos elementos. Sino que, la disciplina debe encontrar otros caminos a la hora de esclarecer sus pretensiones de científicidad. Shera y Cleveland (1977) señalan que:

Uno tiene la esperanza de que esta sea la lista definitiva, pero probablemente no sea porque en algún lugar alguien está encorvado en una máquina de escribir tratando de definirlo definitivamente ... no se dan cuenta de que podemos preocuparnos demasiado por las definiciones. Puede ser inútil comenzar con las definiciones, cuando debería continuar con el negocio en cuestión ... (SHERA y CLEVELAND, 1977:266).

Los autores indican que a partir de definiciones sobre información o sobre ciencia de la información ocupan un lugar central en el campo, mientras que para ellos el negocio en cuestión (como el desarrollo del trabajo disciplinar y las herramientas teóricas empleadas),

no ocupan el mismo lugar de importancia. El negocio en cuestión debe ocupar un rol central ya que es la clave a la hora de dilucidar las pretensiones de cientificidad de la disciplina. A pesar de esto, las definiciones sobre qué es información o ciencia de la información han prosperado y han ocupado un rol central a la hora de esclarecer sus pretensiones de cientificidad. A su vez, advierten que comenzar la labor disciplinar a partir de una buena definición no es un buen camino. Los campos que se consideran científicos no han procedido de esta forma.

A partir de los argumentos vertidos, se puede considerar que las discusiones y la esperanza epistemológica que se le atribuye al objeto de estudio en la ciencia de la información, no impacta directamente a la hora de lograr un consenso y mejorar el estado cognitivo del campo. No son estos tipos de ejercicios los que unifican y consolidan a una disciplina. Si se quiere esclarecer las pretensiones de cientificidad de la ciencia de la información, esto no pasará mediante una elucidación sobre la naturaleza de su objeto de estudio.

5. Conclusiones

A partir del recorrido histórico y análisis realizado, se puede concluir que en los eventos de la *Royal Society Scientific Information Conference* y la *Conference on Training Science Information Specialists* se pueden vislumbrar diversos problemas en el núcleo de la ciencia de la información. Problemas en dos niveles distintos e íntimamente relacionados; por un lado, problemas y discusiones ontológicas referidos a la denominación de la disciplina, así como del tipo de profesionales que la constituyen; por otro lado, problemas y debates epistemológicos acerca de las fronteras, límites y qué elementos diferencian el área del resto, así como qué características la convierten en una ciencia. En orden de poder dilucidar tales problemas, y sobre todo luego de la aparición del nombre ciencia de la información, la idea de aportar una adecuada delimitación de su objeto de estudio se ha posicionado como un componente central. En consecuencia, la estrategia de determinar y definir el objeto de estudio de la ciencia de la información posee un peso histórico ya que, desde sus inicios y conformación, se ha intentado posicionar y conceptualizar a la información como un objeto de estudio. Históricamente la tarea de dar con las fronteras y la especificidad de la ciencia de la información, ha sido una labor central a la hora de dar cuenta de las pretensiones de cientificidad de la disciplina. Una clara muestra de este punto es lo ocurrido en los eventos mencionados y en el artículo fundacional que realiza Borko. A su vez, para poder resolver algunos de los problemas planteados, parte de los aspectos históricos mencionados reflejan la necesidad de generar una base y un marco conceptual común para la formación de los profesionales del área de la información.

Sobre esta base, se puede considerar que en la disciplina se acepta implícitamente la estrategia de delimitar el objeto de estudio para mejorar su estatus, sin cuestionar qué derivaciones y qué problemas epistemológicos acarrea este tipo de ejercicios, dándose por sentado que tiene algún sentido indagar sobre el objeto de estudio. Este punto se puede resumir de la siguiente manera: en la ciencia de la información subyace el supuesto de que es necesario detentar un objeto de estudio, ya que es un rasgo de cientificidad de las disciplinas consolidadas. Así, se instala la noción y necesidad de definir y delimitar un objeto. La noción de objeto de estudio lleva a reparar que las disciplinas gozan de una fracción de la realidad que le es propia. Una derivación de tal planteo es que, aportar y determinar qué es la información permitirá mejorar las pretensiones de su cientificidad al

unificar y consolidarla. Sobre este punto se puede considerar que la búsqueda de un concepto de información ha conducido a una pluralidad y a una proliferación de posturas, que reflejan la falta de acuerdos y consensos al respecto. Las investigaciones analizadas permiten observar que desde la década de los 60 hasta la actualidad, la disciplina ha centrado varios de sus esfuerzos en discutir sobre la noción de información bajo la expectativa de obtener y constatar su grado científico.

La asunción de estos supuestos tiene diversos problemas. Por un lado, supone que existe un rasgo común a las disciplinas, el objeto de estudio, que es universal a las áreas científicas, y que lleva a considerar que son definidas y limitadas a partir de un objeto que le atribuye sus características y que corresponde a una fracción de la realidad. Asumir que existe un elemento común e invariable para la ciencia, es un supuesto epistemológico que debe ser discutido y evaluado, y si se parte de la filosofía e historia de la ciencia propuesta por Kuhn parece ser un criterio dejado de lado para comprender el funcionamiento de las comunidades. Si se observa lo que sucede en la ciencia de la información, se repara en que hay un plano normativo que no es sometido a discusión, en donde se parte de la base de que la disciplina debe poseer un objeto de estudio; mientras que hay un plano descriptivo, compuesto por las diversas conceptualizaciones de información como objeto, donde hay fuertes desacuerdos al respecto de su naturaleza.

Si se vislumbran los problemas y la historia planteadas a partir de la epistemología de Thomas Kuhn, se concluye que la consolidación, consensos y mejora del estatus epistemológico de las disciplinas científicas no se ha logrado mediante la búsqueda o definición de un objeto de estudio. El análisis planteado por Kuhn parece descartar este tipo de estrategias, y repara en que los campos científicos han seguido otros caminos para mejorar su posición cognitiva, y que los procesos históricos de consolidación comunitaria no pasan por discutir o mejorar la definición de un concepto u objeto de estudio. En tal sentido, la filosofía de Kuhn parece quitar relevancia a la búsqueda de un concepto o de un objeto, al reparar que esta forma de plantear los problemas disciplinares no obtienen como resultado consensos y una consolidación del campo. Un resultado que se puede obtener de analizar las discusiones y debates en la ciencia de la información a partir de la obra de Kuhn, es que, la búsqueda y delimitación del objeto de estudio no aportan ni impactan directamente en la mejora de sus pretensiones de científicidad.

Referencias bibliográficas

ARAFAT, Sachi [et al.]
2014 Pluri-, multi-, trans- meta- and interdisciplinary nature of LIS: does it really matter? *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*. [En línea]. 51:1 (2014) 1-5. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/meet.2014.14505101010>.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila
2018 *O Que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila
2013 O Que é Ciência da Informação? *Informação & Informação*. [En línea]. 19:1 (2013). Disponible en: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n1p01>.

BATES, Marcia J.

2006 Fundamental forms of information. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. [En línea]. 57:8 (2006). Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.20369>.

BAWDEN, David; ROBINSON, Lyn

2020 Still minding the gap? : reflecting on transitions between concepts of information in varied domains. *Information*. [En línea]. 11:2 (2020). Disponible en: <https://doi.org/10.3390/info11020071>.

BELKIN, N. J.

1978 Information concepts for Information Science. *Journal of Documentation*. [En línea]. 34:1 (1978) 55-85. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/eb026653>.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, Stephen E.

1976 Information Science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*. [En línea]. 27:4 (1976) 197-204. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.4630270402>.

BERNAL, J. D. [et al.]

1948 The Royal Society Scientific Information Conference. *Nature*. [En línea]. 162:4.112 (1948) 279-286. Disponible en: <https://doi.org/10.1038/162279a0>.

BORKO, Harold

1968 Information Science: what is it? *American Documentation*. [En línea]. 19:1 (1968) 3-5. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>

BOZZETTI, Rodrigo Porto; SALDANHA, Gustavo Silva

2017 Jesse Shera, the wars and the Pietá: social epistemology as criticism of information ontology. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*. [En línea]. 11:2 (2017). Disponible en: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n2.08.p79>.

BUCKLAND, Michael

1999 The Landscape of Information Science: the American Society for Information Science at 62. *Journal of the American Society for Information Science*. [En línea]. 50 (1999). Disponible en: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(1999\)50:11<970::AID-ASI3>3.0.CO;2-D](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(1999)50:11<970::AID-ASI3>3.0.CO;2-D).

BUCKLAND, Michael

1996 Documentation, Information Science and Library Science in the U.S.A. *Information Processing & Management*. [En línea]. 32:1 (1996) 63-76. Disponible en: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(95\)00050-Q](https://doi.org/10.1016/0306-4573(95)00050-Q).

COSTA, Márcio da S.; LOPES, Pedro Lamartine P.

2018 Origem, definição e interdisciplinaridade na Ciência da Informação: pontos de consenso e divergência. *Múltiplos olhares em Ciência da Informação*. [En línea]. 8:2 (2018). Disponible en: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16919>

DAY, Ron

1996 LIS, method, and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*. [En línea]. 37:4 (1996) 317. Disponible en: <https://doi.org/10.2307/40324240>.

EAST, Harry

1998 Towards the schism: information officers at the Royal Society Scientific Information Conference, 1948. *Journal of Information Science*. [En línea]. 24:4 (1998) 271-275. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/016555159802400406>.

EVANS, Agard; FARRADANE, Jason

1958 Training the scientific information officer. In *Proceedings of the International Conference on Scientific Information*. Washington DC, 1958.

FLORIDI, Luciano

2011 *The Philosophy of Information*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FLORIDI, Luciano

2002 What is the Philosophy of Information? *Metaphilosophy*. [En línea]. 33:1-2 (2002) 123-145. Disponible en: <https://doi.org/10.1111/1467-9973.00221>.

FURNER, Jonathan

2015 Information Science is neither. *Library Trends*. [En línea]. 63:3 (2015) 362-377. Disponible en: <https://muse.jhu.edu/article/579340>.

GARCÍA, Joana Coeli Ribeiro

2002 Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: "de volta para o futuro". *Informação & Sociedade: estudos*. [En línea]. 12:1 (2002). Disponible en: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91917>.

GUZMÁN, Majela

2005 Ciencia de la Información: interdisciplinariedad y cambio de paradigma. *Ciencias de la Información*. [En línea]. 36:1 (2005) 3-11. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/1814/181417872001.pdf>.

HARTEL, Jenna [et al.]

2020 Toward an integrated Information Science. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*. [En línea]. 57:1 (2020). Disponible en: <https://doi.org/10.1002/pra2.227>.

HJØRLAND, Birger

2018 Library and Information Science (LIS). Part 1. *Knowledge Organization*. [En línea]. 45:3 (2018) 232-254. Disponible en: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2018-3-232>.

HJØRLAND, Birger

2007 Information: objective or subjective/situational? *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. [En línea]. 58:10 (2007) 1.448-1.456. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.20620>.

IBEKWE, Fidelia; APARAC-JELUSIC, Tatjana; ABADAL, Ernest

2019 The Quest for umbrella terms in information science: tracking the origins of informatology and informatics: conceptions of Library and Information Science (COLIS 10). *Information Research*. [En línea]. 24:4 (2019). Disponible en: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02401819>.

JOHNSON, Nathan R.

2017 Rhetoric and the cold war politics of information science. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. [En línea]. 68:6 (2017) 1.375-1.384. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.23866>.

KANKAM, Philip Kwaku

2019 The Use of paradigms in information research. *Library & Information Science Research*. [En línea]. 41:2 (2019) 85-92. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2019.04.003>.

KUHN, Thomas S.

2004 *La Estructura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés

2017 El Proyecto interdisciplinario de la Ciencia de la Información y sus primeros pasos. I. Bibliotecas. *Anales de investigación*. [En línea]. 13:1 (2017) 79-85. Disponible en: <http://revistas.bnjm.cu/index.php/BAI/article/view/139/139>.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés

2016 Harold Borko y la Ciencia de la Información. *Revista cubana de información en Ciencias de la Salud*. [En línea]. 27:3 (2016) 410-419. Disponible en: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S2307-21132016000300011&script=sci_arttext&tIng=en.

LINE, Maurice B.

1998 An Information world apart: the Royal Society Scientific Information Conference of 1948 in the light of 1998. *Journal of Documentation*. [En línea]. 54:3 (1998) 284-302. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/EUM00000000007171>.

MCNINCH, J. H.

1949 The Royal Society Scientific Information Conference, London, June 21-July 2, 1948. *Bulleting of the Medical Library Association*. [En línea]. 37:2 (1949). Disponible en: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC194801&blobtype=pdf>.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio

1998 *Introducción al estudio de la información y la documentación*. Medellín: Universidad de Antioquía, 1998.

MUDDIMAN, Dave

2003 Red information scientist: the information career of J. D. Bernal. *Journal of Documentation*. [En línea]. 59:4 (2003) 387-409. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/00220410310485677>.

OSORIO, Nestor

2014 **A Study of Harold Borko's** contributions to Information Science. *Library Philosophy and Practice: e-journal*. [En línea]. 1.218 (2014). Disponible en: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/1218/>.

OTLET, Paul

2018 *Tratado de Documentação*. [En línea]. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. Disponible en: https://archive.org/details/Tratado_de_documentao_paul_otlet.

PALMER, B.; FOSKETT, David

1958 Training for scientific information work in Great Britain. In *Proceedings of the International Conference on Scientific Information*. Washington DC, 1958.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel

2012a Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*. [En línea]. 3:1 (2012) 3-14. Disponible en: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i1p3-14>.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel

2012b O Objeto de estudo da Bibliotecologia, Documentação, Ciência da Informação: construído, complexo, polivalente e transdisciplinar. In XIII ENANCIB 2012 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Rio de Janeiro. [En línea]. Disponible en: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/view/3658>.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel

2013 Conceptualización y fundamentación del Sistema de Información Documental (SID). *Códices: revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales*. [En línea]. 9:1 (2013) 11-20. Disponible en: <http://eprints.rclis.org/19844/>.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel

2020 Escuela de pensamiento iberoamericana de Ciencia de la Información Documental: a manera de conclusión. In *Hacia una escuela de pensamiento iberoamericana de la Ciencia de la Información Documental*. Compil. Miguel Ángel Rendón Rojas. [En línea]. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2020. Disponible en: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/57.

THE ROYAL SOCIETY EMPIRE SCIENTIFIC CONFERENCE

1946 The Royal Society Empire Scientific Conference. *Notes and records*. [En línea]. 4:2 (1946) 162-167. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/530941?seq=1>.

SARACEVIC, Tefko

1995 A Natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*. [En línea]. 24:1 (1995). Disponible en: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608>.

SCHRADER, Alvin Marvin

1983 *Toward a theory of Library and Information Science*. [En línea]. Bloomington, 1983. Disponible en: <https://scholarworks.iu.edu/dspace/handle/2022/21341>. Tesis de doctorado - Indiana University.

SCHULTZ, Claire K.; GARWIG, Paul L.

1969 History of the American Documentation Institute: a sketch. *American Documentation*. [En línea]. 20:2 (1969) 152-160. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/asi.4630200207>.

SHERA, Jesse Hauk

1968 Sobre Bibliotecología, Documentación y Ciencia de la Información. *Boletín de la Unesco para las bibliotecas*. 22:2 (1968) 62-70.

SHERA, Jesse Hauk; CLEVELAND, Donald B.

1977 History and foundations of Information Science. *Annual Review of Information Science and Technology*. 12 (1977) 249-276.

SILVA, Armando Malheiro da

2017 Que Ciência da Informação precisamos para enfrentar a complexidade? *PontodeAcesso*. [En línea]. 11:1 (2017) 85. Disponible en: <https://doi.org/10.9771/rpa.v11i1.23177>.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho

2016 Trajetórias e contribuições de Harold Borko para a Ciência da Informação no âmbito do artigo “**Information Science: what is it?**”. *Revista Conhecimento em Ação*. [En línea]. 1:1 (2016). Disponible en: <https://doi.org/10.47681/rca.v1i1.3393>.

SIQUEIRA, Jessica Câmara

2012 Notion of the term «information»: literature review. *Brazilian journal of Information Science: research trends*. [En línea]. 5:1 (2012) 73-96. Disponible en: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2011.v5n1.07.p73>.

SMIRAGLIA, Richard P.

2014 What is (are) information studies? In *Cultural synergy in information institutions*. Ed. Richard P. Smiraglia. [En línea]. New York: Springer, 2014. Disponible en: https://doi.org/10.1007/978-1-4939-1249-0_3.

STODOLA, Jiří Tomáš

2019 The Scope of the concept of information and the future of Information Science. *Journal of information and organizational sciences*. [En línea]. 43:1 (2019) 73-98. Disponible en: <https://doi.org/10.31341/jios.43.1.5>.

TAYLOR, Robert S.

1979 Reminiscing about the future: professional education and the information environment. *Library Journal*. 104:16 (1979) 1.871-1.875.

TAYLOR, Robert S.

1976 On Education. *Bulletin of the American Society for Information Science*. 2:34 (1976).

TAYLOR, Robert S.

1966 Professional aspects of Information Science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*. 1 (1966).

THELLEFSEN, Torkild; SØRENSEN, Bent; THELLEFSEN, Martin

2014 The Information concept of Nicholas Belkin revisited: some semeiotic comments. *Journal of Documentation*. [En línea]. 70:1 (2014) 74-92. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/JD-08-2012-0101>.

VICKERY, Brian

1998 The Royal Society Scientific Information Conference of 1948. *Journal of Documentation*. [En línea]. 54:3 (1998) 281-283. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/EUM0000000007170>.

WANG, Zhensong; JIAO, Yuyu

2017 Discussion on the methods and approaches of building unified Information Science from **Kuhn's paradigm** theory. *Proceedings*. [En línea]. 1:3 (2017) 86. Disponible en: <https://doi.org/10.3390/IS4SI-2017-03932>.

WELLISCH, Hans

1972 From Information Science to Informatics: a terminological investigation. *Journal of Librarianship*. [En línea]. 4:3 (1972) 157-187. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/096100067200400302>.

WERSIG, Gernot

1993 Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*. [En línea]. 29:2 (1993) 229-239. Disponible en: [https://doi.org/10.1016/0306-4573\(93\)90006-Y](https://doi.org/10.1016/0306-4573(93)90006-Y).

WILSON, Leslie

1952 Action taken by ASLIB to implement the **conference's proposals**. *Aslib Proceedings*. [En línea]. 4:4 (1952) 241-254. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/eb049450>.

WILSON, T. D.

2003 Philosophical foundations and research relevance: issues for information research. *Journal of Information Science*. [En línea]. 29:6 (2003) 445-452. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/0165551503296002>.

Ignacio Saraiva | ignacio.saraiva@fic.edu.uy

Universidad de la República - Facultad de Información y Comunicación, Uruguay

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E COMPARATIVA DE PUBLICAÇÕES: os casos das revistas *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* e *Perspectivas em Ciência da Informação* entre 2016-2020

BIBLIOMETRIC AND COMPARATIVE ANALYSIS OF PUBLICATIONS: the cases of the journals *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* and *Perspectivas em Ciência da Informação* between 2016-2020

Marina Aleixo | Maria Fernandes | Gislane Costa

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a2>

Resumo: ¹As revistas de acesso aberto têm ganho cada vez mais proeminência à medida que os investigadores compreendem a importância da comunicação das suas pesquisas para o público em geral e não somente entre a comunidade científica. Revistas como a *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* (Portugal) e *Perspectivas em Ciência da Informação* (Brasil) são bons exemplos deste tipo de publicações na área de Ciência da informação. Nesse sentido este estudo vem contribuir com uma análise bibliométrica e comparativa das publicações entre 2016-2020, com o objetivo de traçar um perfil de tendências temáticas a partir delas. Conclui-se que os temas divergem entre a gestão e as questões técnicas dos profissionais de Informação-Documentação.

Palavras-chave: Acesso aberto; Análise bibliométrica; *Páginas a&b*; *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Abstract: Open access journals have gathered increasing prominence as researchers understand the importance of communicating their research to the general public and not just to the scientific community. Journals such as *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* (Portugal) and *Perspectivas da Ciência da Informação* (Brazil) are good examples of this type of publication in the area of Information Science. In this sense, this study contributes with a bibliometric and comparative analysis of such publications between 2016-2020, in order to trace a trend profile based on them. In short, the themes diverge from management to the Information-Documentation professionals' technical issues.

Keywords: Open access; Bibliometric analysis; *Páginas a&b*; *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Introdução

A comunicação da ciência em revistas de acesso aberto caracteriza-se, no geral, pela divulgação de trabalhos de caráter científico de forma gratuita, tanto para o investigador que publica como para o público que acede. Isto permite que o investigador apresente os resultados da sua investigação e os partilhe não só com a comunidade científica mas com um público mais alargado, democratizando o acesso à ciência.

As revistas *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas* (Portugal), doravante designada *Páginas a&b*, e *Perspectivas em Ciência da Informação* (Brasil), ambas de acesso aberto, foram

¹ Este artigo é uma atualização da pesquisa apresentada como *poster*, com título homónimo, na 12^a Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta (ConfOA), no dia 14 de outubro de 2021. Programa disponível em: <https://confoa.rcaap.pt/2021/>.

criadas em meados da década de 1990, no seio de universidades, com o objetivo de promover e divulgar estudos de investigação na área da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas afins, tendo como público-alvo os profissionais, investigadores e estudantes da área.

Portanto, são duas revistas separadas geograficamente, mas que publicam no mesmo idioma e que cumprem o propósito de divulgar os trabalhos dos investigadores das várias áreas da profissão de Informação-Documentação (I-D). Este artigo propõe-se a responder à seguinte questão de investigação: quais as diferenças e as semelhanças temáticas existentes entre as duas revistas que publicam sobre a mesma área de assunto e no mesmo idioma? Tendo como objetivo comparar os temas publicados nas duas revistas e traçar um perfil de tendências temáticas, tanto em Portugal, como no Brasil, e compreender de que forma eles confluem ou divergem.

Assim, tratando-se de um estudo exploratório e descritivo, realizou-se um levantamento das publicações das revistas, editadas nos últimos 5 anos (2016-2020). Após a limpeza e organização dos dados, procedeu-se à categorização dos temas a partir das palavras-chave usadas pelos autores. As palavras-chave, segundo Liu e Yang (2018), funcionam como um reflexo dos principais tópicos abordados no artigo e como elementos que indicam os assuntos a pesquisar. Contudo nota-se que, devido às revistas em estudo não possuírem uma política de indexação quanto às palavras-chave, deixando a cargo do autor selecionar as que lhe pareçam melhores, traz certa dissemelhança nas descrições. Isto, segundo Fujita e Tartarotti (2020), não ocorreria se esta descrição viesse de um indexador que assimilaria as palavras escolhidas a um vocabulário controlado. Desta forma, para este estudo, foi necessária uma análise dos títulos dos artigos para identificar os assuntos e agrupá-los.

De seguida, realizou-se uma análise bibliométrica e comparativa para traçar o perfil das tendências temáticas em ambas as revistas e, por conseguinte, nos dois países de língua portuguesa. Ademais, os estudos de tendências permitem observar os temas que estão a emergir e que estão a ser mais discutidos em determinada altura.

Algumas das principais conclusões que foram observadas são relativas aos conteúdos publicados, que vão ao encontro das temáticas sobre gestão da informação e do conhecimento, informação e tecnologias de informação, saindo um pouco das aplicações mais tradicionais como procedimentos técnicos em bibliotecas e arquivos (por exemplo, catalogação e indexação). Denota-se também a interdisciplinaridade da Ciência da Informação ao agregar outros assuntos de outras áreas do conhecimento, como análise de dados e sistemas de informação.

Revisão da literatura

O acesso aberto é apenas um dos pilares da ciência aberta, a qual está assente sobre a premissa de tornar os dados, códigos, recursos educacionais e resultados das pesquisas científicas, principalmente as financiadas pelo sector público, acessíveis a todos, mas igualmente de promover a transparência e trabalhos colaborativos (GEWIN, 2016; SILVA, 2017).

Define-se acesso aberto como:

“[a] disponibilização na Internet de literatura científica [revista por pares], permitindo que os utilizadores possam ler, copiar, distribuir, imprimir e pesquisar esta literatura sem barreiras legais, técnicas ou financeiras que não o próprio acesso à Internet” (SILVA, 2017:11).

Apesar de ser uma boa solução para garantir o acesso da população ao conhecimento científico, as revistas de acesso aberto encontram algumas barreiras, como a falta de prestígio, fazendo com que os autores optem por revistas com maior Fator de Impacto (FI). Parece haver um paradoxo, visto que as barreiras de direitos de autor e custos de subscrição de uma revista/livro limitam a sua audiência, impacto e, conseqüentemente, o número de citações, no entanto são essas revistas que possuem um elevado FI. Ao longo dos anos este paradigma tem vindo a mudar, como comprovado por alguns estudos, nos quais é demonstrado que cada vez mais há autores a publicar os seus artigos em revistas de acesso aberto, fazendo com que o FI dessas revistas suba (SILVA, 2017).

Em relação às revistas que publicam em acesso aberto, pode-se verificar que, em todas as áreas e países há diversas publicações que derivam de universidades, grupos de pesquisa, fundações, entre outros. As revistas *Páginas a&b* e *Perspectivas em Ciência da Informação* são ambas de acesso aberto, significando que qualquer pessoa pode submeter os seus trabalhos de investigação de forma gratuita. Aceitam os mais variados formatos de publicação como artigos científicos, relatos de pesquisas, resenhas e documentos que proporcionem contributos para a área e possuem revisão por pares. Também aceitam diversos idiomas, como português, inglês, espanhol e francês.

As revistas pertencem a universidades com cursos em Ciência da informação. A *Páginas a&b* pertence à Universidade do Porto. Inicialmente, era editada pelas unidades de investigação da Faculdade de Letras e, atualmente, pertence ao CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória") da mesma universidade. A revista *Perspectivas em Ciência da Informação* é publicada pela Escola de Ciência de Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e veio substituir a antiga *Revista da Escola de Biblioteconomia*. Deste modo, permitem não somente ao investigador comunicar os resultados da sua investigação e partilhá-los com a comunidade científica e o público geral, como também ao estudante destes cursos, atuando como divulgadores dos trabalhos académicos.

Desde 2016, a *Páginas a&b* publica 3 volumes por ano, enquanto a *Perspectivas em Ciência da Informação* publica entre 4 a 5 volumes. Em cada ano, um dos volumes é um número Especial, onde se discorre sobre um tema específico da área. Contudo, nas outras edições, o conteúdo das publicações é de tema livre (desde que dentro do âmbito das revistas). Isto significa que os autores podem discorrer sobre os temas de seu interesse em diferentes tipologias de publicação, como por exemplo Artigo, Documentos, Relatos de Experiências, Apresentação, Palestra, Tradução, Expediente, Teses e dissertações, Entrevista, Resenha (na *Perspectivas em Ciência da Informação*) e Artigo, a&b em aberto, Debate e Crítica, Ler Muito Prazer, Homenagem (na *Páginas a&b*).

Dessa forma, para se fazer uma análise de tendências, foram escolhidas estas revistas como amostragem, pois ambas são representativas desta área nestes países. Ademais são revistas que possuem alta classificação. Em Portugal não se utiliza o sistema de classificação por fator de impacto, mas as revistas em Ciência da Informação são avaliadas pela qualidade da sua indexação, estando a revista *Páginas a&b* entre as 4 melhores da área (BORGES et

al., 2019). No Brasil, por seu turno, existe um sistema de avaliação de programas, fomentado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que a cada quadriênio lança o resultado da avaliação. Assim a *Perspectivas em Ciência da Informação*, na última avaliação de 2013-2016, foi avaliada como QUALIS A1, o topo do *ranking*.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é exploratória e descritiva, no sentido em que descreve e organiza fenômenos, criando ligações entre si, de maneira a proporcionar ao cientista uma maior familiaridade com o objeto de estudo (GIL, 2002). Para o delineamento da pesquisa, utilizou-se a análise bibliométrica e análise comparativa.

Segundo Silva e Bianchi (2001:6), a bibliometria

“consiste no tratamento e na análise estatística da mensuração destes resultados e desenvolvimentos através das diferentes publicações científicas refletidas em artigos, livros e em revistas científicas editadas”.

Assim, estes estudos métricos servem também para a análise e exploração de um campo do saber, além do estudo de tendências (GOMES, 2006; FERNANDES, 2012). Já a análise comparativa foi utilizada com o intuito de destacar semelhanças e diferenças (GIL, 2008) entre as revistas em estudo.

Desta forma, a recolha de dados incidiu sobre todas as edições publicadas pelas revistas *Páginas a&b* (Portugal) e *Perspectivas em Ciência da Informação* (Brasil) entre os anos de 2016 e 2020, as quais foram publicadas em formato digital nos *websites* geridos pelas Universidades. Os trabalhos foram organizados numa folha de cálculo do *software* Microsoft Excel, com as seguintes categorias: nome da revista; mês de publicação; ano; volume; série; tema do volume; tipologia do documento; título do artigo; idioma; nome do(s) autor(es); instituição; palavras-chave; numeração das páginas; bibliografia; e hiperligação do artigo, o que permitirá que esta pesquisa seja aprofundada futuramente.

Assim, com a organização dos dados, nota-se que estas edições continham trabalhos com diversas tipologias, como artigos, traduções, resenhas, entre outros. Contudo, foi necessário restringir o espectro de incidência deste estudo, definindo-se um *corpus* de análise focado apenas na tipologia de documentos – artigo.

Foram aplicadas técnicas de *clustering* e agrupamento de palavras-chaves dos artigos para otimizar os resultados (LIU e YANG, 2019), como por exemplo:

- Formas singulares e plurais (biblioteca e bibliotecas);
- Tradução das palavras estrangeiras (Ciencia de la Información traduzido para Ciência da Informação);
- Conceitos semelhantes (bibliometria e análise bibliométrica);
- Conceitos sinónimos (digital e eletrónico); e

- *Clustering* de subcategorias de uma categoria principal (gestão da informação e gestão do conhecimento foram agrupadas na categoria de gestão).

Ademais, excluíram-se os termos menos frequentes, nomeadamente termos que surgiram menos de 3 vezes. Assim, após a definição do *corpus* de análise e estruturação das palavras-chave em categorias, apresentam-se os resultados a seguir.

Resultados

Foram recolhidas 1.653 palavras-chave, de 399 artigos, de 38 volumes das revistas, entre os anos de 2016 a 2020. Salienta-se que 93% dos artigos foram escritos em língua portuguesa, sendo os restantes apresentados em língua espanhola (4%) e inglesa (3%). Interessante apontar que apesar das revistas permitirem a publicação em língua francesa, não houve nenhum artigo publicado neste idioma no período da recolha.

No quadro abaixo, apontam-se as principais informações da recolha de dados.

Quadro 1 – Resultado da recolha de dados

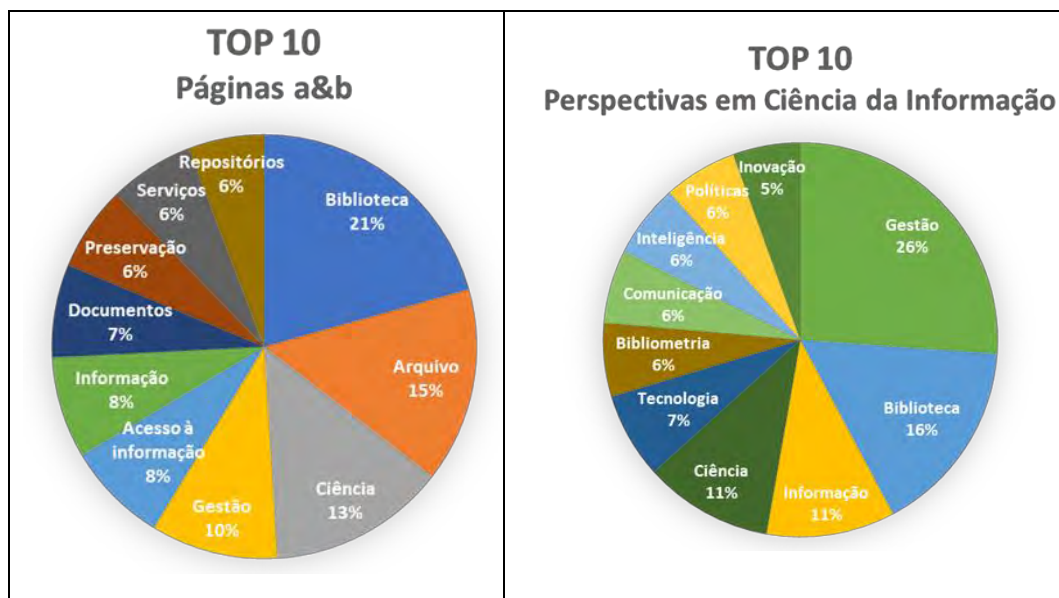
	Páginas a&b	Perspectivas em Ciência da Informação
Ano	2016-2020	2016-2020
Revistas	2016 - 2 vol. + 1 vol. especial 2017 - 2 vol. + 1 vol. especial 2018 - 2 vol. + 1 vol. especial 2019 - 2 vol. + 1 vol. especial 2020 - 2 vol. + 1 vol. especial TOTAL: 15 volumes	2016 - 4 vol. 2017 - 4 vol. + 1 vol. especial 2018 - 4 vol. 2019 - 4 vol. + 1 vol. especial 2020 - 4 vol. + 1 vol. especial TOTAL: 23 volumes
Artigos	2016 - 27 artigos (27 PT) 2017 - 28 artigos (25 PT e 3 ES) 2018 - 25 artigos (24 PT e 1 ES) 2019 - 23 artigos (22 PT e 1 ES) 2020 - 38 artigos (34 PT, 2 ES e 2 EN) TOTAL: 141 artigos	2016 - 44 artigos (41 PT e 3 EN) 2017 - 57 artigos (53 PT, 3 ES e 1 EN) 2018 - 41 artigos (41 PT) 2019 - 57 artigos (53 PT e 4 EN) 2020 - 56 artigos (50 PT, 5 ES e 1 EN) TOTAL: 255 artigos
Palavras-chave	2016 - 110 palavras-chave 2017 - 116 palavras-chave 2018 - 95 palavras-chave 2019 - 87 palavras-chave 2020 - 146 palavras-chave TOTAL: 554 palavras-chave analisadas	2016 - 194 palavras-chave 2017 - 240 palavras-chave 2018 - 178 palavras-chave 2019 - 230 palavras-chave 2020 - 257 palavras-chave TOTAL: 1.099 palavras-chave analisadas

Fonte: Dados da pesquisa

Foi verificado que a revista *Perspectivas em Ciência da Informação* possui uma quantidade superior de artigos publicados e consequentemente de palavras-chave. Isso deve-se ao facto de que esta revista publica anualmente 4 volumes, sendo que em 2017, 2019 e 2020 publicou mais um volume especial. Nestes anos, o número de artigos publicados ultrapassou os 50 por ano. Por outro lado, é interessante constatar que a revista *Páginas a&b* no ano de 2020 publicou cerca de 10 artigos a mais do que os anos anteriores, demonstrando um maior interesse, por parte dos investigadores, em publicar as suas pesquisas.

Em relação às palavras-chave, a *Perspectivas em Ciência da Informação* tem praticamente o dobro das palavras da *Páginas a&b*. Contudo, dado o número avultado e o não uso de vocabulário controlado por parte dos autores foi necessário criar categorias, a partir da técnica de *clustering*. O top 10 das categorias está representado nos seguintes gráficos.

Gráfico 1 – Top 10 das revistas



Fonte: Dados da pesquisa

Cada categoria inclui:

- Biblioteca: biblioteca escolar, biblioteca pública, biblioteca universitária, etc.;
- Arquivo: arquivo bancário, arquivo híbrido, arquivo de moda, etc.;
- Gestão: gestão da informação, gestão do conhecimento, gestão documental, etc.;
- Informação: informação em saúde, informação jurídica, informação estratégica, etc;

- Ciência: Ciência da Informação, Ciência da Comunicação, Ciência da Computação, etc;
- Acesso à informação: acessibilidade informacional, acesso, acessibilidade, etc.;
- Tecnologia: sistemas de informação, tecnologia da informação e comunicação, tecnologia móvel, etc.;
- Bibliometria: análise bibliométrica, técnicas bibliométricas, estudo bibliométrico, etc;
- Documentos: documento de arquivo, documento digital, documento fotográfico, etc;
- Comunicação: comunicação científica, comunicação *online*, comunicação organizacional, etc.;
- Preservação: preservação digital, preservação de acervo, preservação sistêmica, etc.;
- Inteligência: inteligência competitiva, inteligência de negócios, inteligência informacional, etc.;
- Serviços: serviços de informação, serviços de referência, serviços bibliotecários de apoio à investigação, etc.;
- Políticas: política de indexação, política de informação, políticas públicas, etc.;
- Repositórios: repositório digital, repositório de acesso aberto, repositório institucional, etc.; e
- Inovação: inovação tecnológica, inovação em bibliotecas, inovação aberta, etc.

Discussão

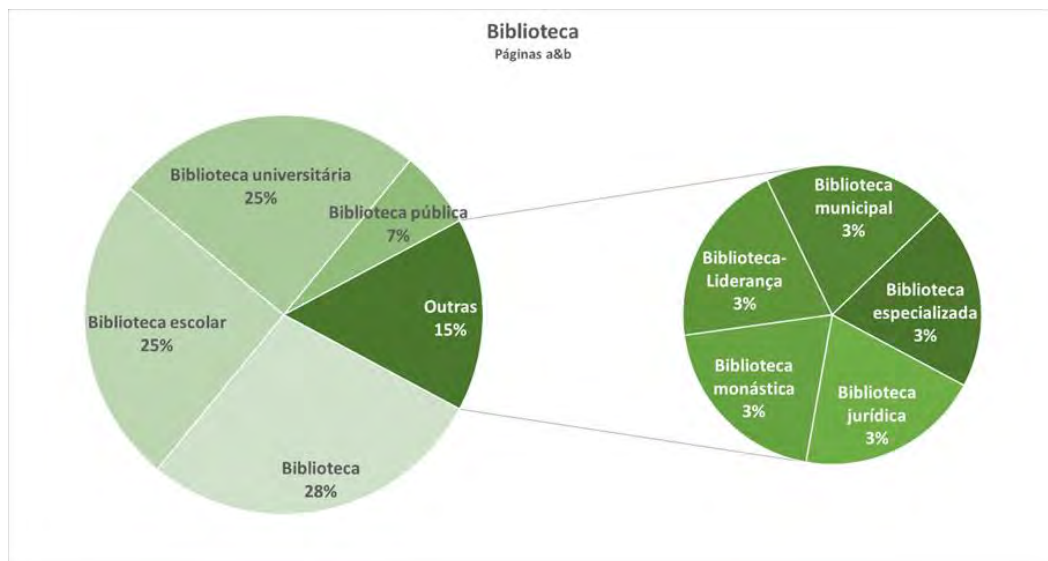
Na revista *Páginas a&b* surge em primeiro lugar a categoria “Biblioteca”, seguida de “Arquivo”, “Ciência”, “Gestão”, “Acesso à Informação”, “Informação”, “Documentos”, “Preservação”, “Serviços” e “Repositórios”. Na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, em primeiro lugar aparece a categoria “Gestão”, seguida de “Biblioteca”, “Informação”, “Ciência”, “Tecnologia”, “Bibliometria”, “Comunicação”, “Inteligência”, “Políticas” e “Inovação”.

Dos resultados expostos acima, evidencia-se que do top 10 das categorias apenas 4 são compartilhadas por ambas as revistas, a saber: “Biblioteca”, “Ciência”, “Gestão” e “Informação”. Salienta-se ainda que destas quatro categorias a ordem de importância varia de acordo com a revista. Na *Perspectivas em Ciência da Informação* estas categorias surgem nos quatro

primeiros lugares, enquanto na *Páginas a&b* surgem nos seis primeiros lugares, tendo intercaladas as categorias “Arquivo” e “Acesso à informação”.

Algumas destas categorias incidem precisamente sobre o âmbito das revistas e representam mais um contexto de pesquisa do que propriamente um tópico de investigação, como por exemplo o uso das palavras-chave “Ciência da Informação” ou “Biblioteca” ou “Arquivo”.

Gráfico 2 – Categoria “Biblioteca” da revista *Páginas a&b*



Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a sua pertinência, na revista portuguesa a categoria mais abordada é “Bibliotecas”, aparecendo em 2º lugar na revista brasileira. Uma das justificativas, como diz Vargues e Costa (2018), está ligada ao ensino académico. Tanto em Portugal, como no Brasil, as universidades oferecem cursos de 2º e 3º ciclo (mestrado e doutoramento) específicos sobre a área de biblioteconomia, os quais tendem a ter como o objeto de estudo a própria biblioteca e as suas ramificações, como biblioteca escolar, pública, especializada, entre outras.

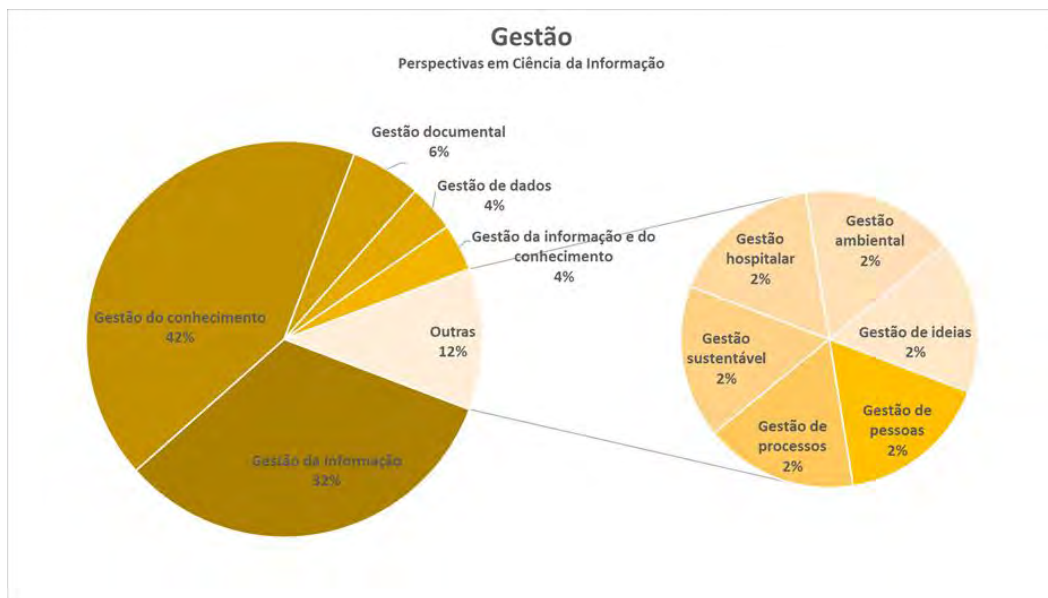
Isto é visível nas subcategorias da revista *Páginas a&b*, onde são abordados vários temas dentro das bibliotecas como estudos de caso de bibliotecas escolares, universitárias, públicas, etc. Ainda acerca das bibliotecas escolares são debatidos temas como redes de bibliotecas e como elas contribuem para o processo educativo. Nas bibliotecas universitárias, por exemplo, são realizados estudos de utilizadores e os seus comportamentos informacionais e são debatidos os seus desafios e barreiras. O papel do bibliotecário e a importância da manutenção dos recursos humanos também são um dos tópicos quentes, assim como, a mediação da informação, os modelos organizacionais, as competências informacionais, os processos técnicos e a avaliação dos serviços de referência das bibliotecas.

Já na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, a grande maioria dos artigos está relacionada com estudos de casos sobre as bibliotecas. Sejam estudos voltados às práticas

profissionais, gestão da biblioteca ou sistemas de informação utilizados nas mesmas. Alguns artigos isolados trazem questões sobre as legislações que regem as bibliotecas, estudos métricos sobre a área e estudos dos utilizadores.

Comparando as duas revistas, denota-se que os temas são semelhantes, no entanto, divergem na questão da tecnologia, dado que a *Perspectivas em Ciência da Informação* dá ênfase aos sistemas de informação utilizados nas bibliotecas, o qual não se verifica na *Páginas a&b*. Todavia, esta revista aborda o papel do bibliotecário e a importância da sua manutenção, enquanto na *Perspectivas em Ciência da Informação* debatem mais sobre a biblioteca e estudos de caso e não propriamente sobre o profissional. Em suma, a *Páginas a&b* apresenta um leque mais variado de temas e de objetos de estudo quanto à tipologia das bibliotecas.

Gráfico 3 – Categoria “Gestão” da revista *Perspectivas em Ciência da Informação*



Fonte: Dados da pesquisa

Por seu turno, a categoria mais abordada na revista brasileira é “Gestão”, surgindo em 4º lugar na revista portuguesa. Cabe ressaltar que a subcategoria “Gestão do conhecimento” é o tema mais discutido, aparecendo em conjunto com a “Gestão da informação”. Isso ocorre devido à definição da terminologia “Gestão do conhecimento” e “Gestão da informação” muitas vezes serem tratadas como sinónimos. Pois existem muitas teorias que conceptualizam informação e conhecimento como sinónimos ou como diferentes níveis de construção do saber, como apontam Capurro e Hjørland (2003).

De acordo com a análise dos artigos, nota-se que há uma maior disseminação da pesquisa na área da gestão, como gestão da informação, gestão do conhecimento mas também gestão para a tomada de decisão e gestão da governança. Estes são assuntos emergentes nos dias atuais com o fenómeno do *big data*. Assim, torna-se urgente a formação de profissionais de informação que saibam extrair informação e conhecimento das massas de dados para que melhores tomadas de decisão possam ser realizadas. No entanto, denota-se também

que os artigos debruçam-se sobre o estudo da própria gestão, de forma mais conceptual do que propriamente aplicacional. No caso da revista brasileira, a maior parte dos artigos sobre gestão debatem sobre os tópicos de gestão holística, modelos de governança, práticas de gestão, estudos de caso sobre formas de gestão e aplicação de processos e fontes de dados para a tomada de decisão. A revista portuguesa, por outro lado, aborda assuntos que remetem mais para as práticas, processos e estudos de caso de gestão, demonstrando uma maior preocupação com a exemplificação de processos por meio de estudos de casos aplicados.

A categoria “Ciência” aparece em 3º lugar na revista portuguesa e em 4º na revista brasileira. A maior ênfase é dada à Ciência da Informação, visto que é a área de atuação destas revistas. As restantes ciências, aparecem esporadicamente, todavia fazem parte da panóplia de ciências interdisciplinares, como a Ciência da Comunicação ligada à comunicação da informação e a Ciência da Computação ligada à parte das tecnologias de informação e comunicação.

Entretanto, a categoria “Informação” surge em 6º lugar na revista portuguesa e em 3º na revista brasileira. A informação é abordada de vários prismas em ambas as revistas, desde o uso, à mediação, tecnologias, organização e o estudo da própria área. Constatou-se também que esta categoria é usada para especificar tópicos de determinadas áreas de estudo como informação em saúde, informação política e informação jurídica.

Em relação às restantes categorias, destaca-se a categoria “Arquivo”, a qual é uma das mais utilizadas na revista portuguesa, enquanto na revista brasileira nem está presente no top 10. Este facto talvez seja justificado pelo programa de graduação do curso de Arquivologia, da UFMG, estar mais vocacionado para a teoria da arquivologia e gestão do conhecimento, do que propriamente para questões técnicas de arquivo. Por outro lado, constatou-se que na revista brasileira os investigadores estavam mais interessados em áreas emergentes como gestão, inovação, tecnologia e informação que estão necessariamente mais ligados à área da gestão do conhecimento. Já a revista portuguesa manteve os temas mais ligados às questões técnicas dos profissionais I-D.

Conclusões

O acesso aberto permitiu, por um lado, que a ciência fosse comunicada por e para todos, sem restrições de acesso à informação. Por outro lado, aumentou a visibilidade e o impacto da investigação desenvolvida ao promover a partilha de conhecimento e progresso científico.

Assim, as duas revistas em estudo têm um papel fundamental na divulgação dos trabalhos dos estudantes, docentes, investigadores e profissionais da área interdisciplinar da Ciência da Informação, fazendo com que estes trabalhos cheguem a um público mais vasto ao disponibilizar os seus artigos na Internet, num *website* próprio.

Utilizando técnicas de agrupamento de palavras e *clustering* sobre os dados recolhidos foi possível depreender que os temas são bastante abrangentes e que apesar de algumas semelhanças, nomeadamente no top 4 das categorias analisadas, elas começam a divergir a partir daqui. A revista *Páginas a&b* está mais focada em temas que dizem respeito ao profissional de I-D e os seus objetos de estudo, enquanto a *Perspectivas em Ciência da*

Informação começa a direcionar-se para categorias como gestão e políticas que definem a utilização da informação, pois o papel do profissional de I-D está cada vez mais voltado para tarefas de gestão do que para tarefas de operacionalização.

Assim, respondendo à questão de investigação e traçando um perfil de tendências, pode-se afirmar que os dois países divergem mais do que confluem. O Brasil está mais voltado para a gestão, tecnologias e, conseqüentemente, para a inovação, tentando acompanhar os avanços tecnológicos e aplicá-los à área. Enquanto em Portugal ainda se mantém a preocupação do acesso à informação, da documentação e da preservação digital.

Existem algumas limitações neste estudo, como por exemplo, a recolha de dados ter sido feita manualmente. Seria interessante existir um sistema informático que pudesse fazer a extração dos dados das revistas que não estão indexadas em bases de dados, como a *Web of Science*. Ademais, as palavras-chave atribuídas pelos autores não são vocabulários controlados, o que causa um enorme ruído, obrigando a uma análise e categorização posterior que podem retirar o sentido da palavra naquele contexto. Dessa forma, uma leitura transversal dos títulos teve que ser feita para compreender o conteúdo real do artigo e categorizar as palavras da melhor forma possível. A temporalidade do estudo é também uma limitação, pois apenas permitiu observar as tendências mais recentes e não um estudo longitudinal, onde seria permitido ver as evoluções dos temas abordados. Além disso, a abrangência da amostra pode ser também considerada uma limitação, pois ao analisar somente duas revistas, mesmo que muito bem classificada/qualificada, dá uma visão mais restrita do campo. Assim, contemplando um número maior da amostra seria melhor para identificar padrões e lacunas na sua abrangência empírica e geográfica.

Em suma, e apesar das limitações apresentadas acima, espera-se que este estudo ajude os investigadores a compreender quais são as tendências dos temas mais populares que foram e estão a ser investigados. Da mesma forma, espera-se que este estudo venha a demonstrar a importância da publicação em acesso aberto de temas atuais que venham contribuir com a sociedade.

Referências bibliográficas

- BORGES, Maria Manuel; FREITAS, M. C. Vieira de; OLIVEIRA, Silvana Roque de
2019 A Ciência da Informação em Portugal nas primeiras décadas do século XXI: uma abordagem preliminar para uma cartografia iberoamericana. *Bibliotecas: Anales de Investigación*. 15:2 (2019) 260–292.
- CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger
2003 The Concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*. [Em linha] 37:1 (2003) 343-411. Disponível em:
<https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>.
- FERNANDES, Alberto Nuno Oliveira
2012 O Uso de revistas eletrônicas por docentes/investigadores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: estudo bibliométrico. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha] 2ª série. 10 (2012) 151-182. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/588>.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; TARTAROTTI, Roberta Cristina **dal'Evedove**

2020 Análise de palavras-chave da produção científica de pesquisadores: o autor como indexador. *Informação & Informação*. [Em linha] 25:3 (2020) 332-374. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p332>.

GEWIN, Virginia

2016 Data sharing: an open mind on open data. *Nature*. [Em linha]. 529 (2016) 117-119. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nj7584-117a>.

GIL, Antonio Carlos

2008 *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Yêda

2006 Tendências atuais da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. *Revista de Ciência da Informação*. [Em linha] 7:3 (2006) 1-15. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6677>.

LIU, Guoying; YANG, Le

2019 Popular research topics in the recent journal publications of library and information science. *The Journal of Academic Librarianship*. [Em linha] 45:3 (2019) 278-287. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133319300758?via%3Dihub>.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lurdes Pires

2001 Cientometria : a métrica da ciência. *Paidéia*. [Em linha]. 11:21 (2001). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200002>.

SILVA, Paulo Fernandes Pereira da

2017 *As Políticas de open data em Portugal: análise da sua implementação e impacto*. [Em linha]. Coimbra, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/47025>. Dissertação de mestrado.

VARGUES, Maria Margarida; COSTA, Teresa

2018 Breve diagnóstico da investigação em ciências da informação e documentação em Portugal: teses e dissertações entre 2003 e 2017. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13º, FUNDÃO, 2018 - Atas. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2018, p. 1-11. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1849>.

Marina Aleixo | marina.raleixo@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Maria Fernandes | mariafernandes-25@hotmail.com

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Gislane Costa | gislainecosta_91@hotmail.com

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Resumo: Objetivou-se compreender como são classificados os gêneros narrativos de *fanfictions* em repositórios destinados a alocação dessas histórias, descrevendo as percepções e as motivações dos usuários que realizam a indexação das mesmas. A pesquisa configurou-se como descritiva e exploratória, a partir do método de Observação Direta Intensiva em grupos virtuais de fãs que escrevem e consomem *fanfictions*; foram coletados dados para embasar uma análise qualitativa dos gêneros narrativos de *fanfictions* utilizados para indexação das mesmas em repositórios digitais. A análise demonstrou que muitos dos gêneros narrativos utilizados nos repositórios expressam uma preocupação com a representação de aspectos de gênero, sexual e físico. Ademais, vocábulos da linguagem natural, neologismos e palavras estrangeiras são ressignificados para representar os gêneros narrativos. Concluiu-se que os gêneros narrativos são utilizados para classificar as histórias, bem como para expressar singularidades e dar representação a demandas de grupos marginalizados do mercado editorial.

Palavras-chave: Classificação; Gênero; Gêneros narrativos; Indexação de *fanfictions*; Subjetividade.

Abstract: The objective was to understand how fanfiction narrative genres are classified in repositories, describing the users perceptions and motivations to accomplish the indexing. The research is descriptive and exploratory, with the Intensive Direct Observation method in virtual groups of fans who write and consume fanfictions; the data supported a qualitative analysis of the fanfictions narrative genres used in their indexing in digital repositories. The analysis demonstrated that many of narrative genres used in the repositories express concern with the representation of gender, sexual and physical aspects. Furthermore, natural language words, neologisms and other foreign words are re-semanticized to represent narrative genres. It was concluded that narrative genres are used to classify the stories, to express singularities and to give representation to demands of marginalized groups of the publishing market.

Keywords: Classification; Gender; Narrative genres; Fanfictions indexing; Subjectivity.

1. Introdução

Este trabalho deriva da dissertação intitulada *Indexação híbrida participativa : modelo de indexação social para narrativas ficcionais em repositórios de fanfictions* (SILVA, 2021, grifo nosso), na qual é apresentado um recorte acerca da construção de significados na atividade de escrita de *fanfictions*, buscando compreender como esses significados refletem no conteúdo do texto e, conseqüentemente, na classificação das histórias, sendo esta classificação denotada pelos gêneros narrativos criados e utilizados para a representação temática das mesmas. A partir do estudo e compreensão da constituição histórica da comunidade, suas motivações e as atividades de criação e compartilhamento de conteúdo, o presente trabalho analisa a dinâmica entre os termos utilizados na classificação das *fanfictions* e os fatores ligados à gênese e perpetuação da comunidade.

O fã se relaciona com seu objeto de fixação a níveis emocionais, operando em camadas e camadas subjetivas; nesse sentido, os *fandoms*¹ de mídia têm seus anseios à mercê de escritores e produtores dos produtos culturais. Para adequar suas expectativas ao cânone, os fãs buscam formas alternativas para participar da produção cultural do metatexto canônico², texto este que vai anunciar um conjunto de fragmentos, camadas de lexias individuais, inacabado, criativo, potência de novas interpretações; em decorrência disso, “[...] a escrita torna-se uma atividade social [...]” servindo como forma de expressão pessoal e para reforçar o senso de identidade coletiva da comunidade (JENKINS, 2015). As *fanfictions* são narrativas ficcionais escritas por fãs, geralmente associadas a produtos ou personalidades pertencentes à cultura popular. As histórias são escritas e compartilhadas no âmbito de uma comunidade específica, a partir de seu depósito em repositórios temáticos, cuja indexação – e inerente classificação – são realizadas pelo próprio autor.

Classificar é o princípio mais básico de organização. É um modo pelo qual os sujeitos tentam compreender o mundo ao seu redor: conceituando os objetos, nomeando-os para a individuação, utilizando as semelhanças e as diferenças, agrupando e excluindo. Para Vickery (1980:23) classificar significa “[...] reunir coisas ou ideias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças [...]”. Nesse sentido, ela não apenas dá uma ordem lógica à organização, mas também influencia a recuperação do que foi organizado, possibilita o acesso do que foi priorizado e, no mesmo sentido, determina a invisibilidade do que foi negligenciado, pois escolher é poder, poder dizer que determinado objeto entra em uma listagem, enquanto vários outros não são contemplados.

No que tange aos objetos de análise, cabe sinalizar que grande parte dos repositórios de *fanfictions* possui uma estrutura básica similar em relação à sua organização, classificando seu conteúdo preliminarmente em categorias e gêneros que variam em número e definições a depender do repositório; posteriormente há a possibilidade de complementar a indexação através de etiquetas adicionadas por folksonomia. No entanto, não há nenhum instrumento normalizado para auxiliar a indexação, tampouco há um instrumento que traga as definições dos gêneros, de forma a uniformizar seus usos na representação.

Nesse sentido, sob as abordagens exploratória e descritiva foi realizada uma pesquisa qualitativa com obtenção de dados a partir de Observação Direta Intensiva, visando compreender como são classificados os gêneros narrativos de *fanfictions* em repositórios destinados a alocação dessas histórias, descrevendo as percepções e as motivações dos usuários que realizam a indexação das mesmas. Os gêneros narrativos são importantes porque determinam o conteúdo do texto, eles refletem, concomitantemente, a intenção do autor e as expectativas do leitor, portanto, interferem diretamente em todo o processo de análise. O conteúdo do texto é determinante na definição de estratégias para a leitura documentária, conseqüentemente, ele influencia a identificação de conceitos, a seleção, a condensação e a representação. Sobre esse aspecto, o estudo do gênero narrativo corrobora fundamentalmente para o reconhecimento dos conceitos individuais e conceitos gerais para a formação dos enunciados.

¹ Agrupamento de fãs de determinado produto cultural ou personalidade.

² Textos criados por fãs para agregar conteúdo ao cânone e sobre o cânone. O cânone é a obra original.

2. Da categorização à classificação

As noções de categorização e classificação podem ser confundidas por estarem intimamente relacionadas, contudo, entre os dois sistemas de organização há diferenças tanto conceituais quanto técnicas. A definição de ambos os sistemas consiste em dividir objetos por semelhança ou diferença, eles se individualizam por suas estruturas e unidades de agrupamento.

Para Barité (2000) a noção de categoria expressa entidades, objetos e elementos de forma geral e abstrata, no mundo físico e das ideias. A categorização pode ser definida como um processo que agrupa os objetos em entidades, criando significado de acordo com o ambiente (JACOB, 2004). Ela é flexível nos critérios de divisão, assim, as fronteiras entre as categorias são mutáveis e até fluídas (JACOB, 2004), tais características podem ser úteis em ambientes com grandes variações de conteúdo ou grande fluxo de objetos inseridos, a exemplo da *web*. Em síntese, a categoria seria a expressão dos conceitos em sua mais plena exaustividade, onde o processo de modelagem – a superordenação – já não encontra possibilidades para a reunião das características; evidentemente levando sempre em consideração a rede semântica que é criada tendo como estrutura sua específica base de classificação.

Por outro lado, a classificação possui uma estrutura mais rígida que pressupõe exclusão mútua, isto é, cada entidade só pode estar subordinada a uma classe, de modo que todos os membros são igualmente representativos da classe. Os sistemas de classificação são estáveis e significativos, porém, por vezes, não consideram o contexto; assim, a depender da aplicação, tal característica pode ser uma desvantagem (JACOB, 2004). Nesse sentido, durante a modelagem sempre é necessário considerar o campo discursivo, ou seja, a comunidade discursiva que produz a linguagem e os significados, de modo que o processo classificatório e suas relações sejam hierárquicas, de oposição, funcionais e até mesmo ontológicas para a representação dos conceitos e dos termos.

Outra estrutura organizacional que possui problemas de conceituação é o gênero. Na esfera dos estudos literários, o gênero é definido como um princípio generalizante que converge as obras individuais e os universais da literatura, ele é estudado sob os prismas do estilo e da recepção (COMPAGNON, 2006). Cho *et al.* (2019) define gênero narrativo como categorias caracterizadas por similaridades de forma, estilo e assunto. Na área de organização, o gênero é um princípio classificatório, logo, com aplicação pragmática (subordinação, superordenação, coordenação). Todavia, quando considerado o contexto da *web* semântica social — em que usuários também atribuem etiquetas — a noção de gênero pode servir para a ampliação e conceituação de gêneros de ficção, ou seja, a interação entre obra e leitor pode criar significado (RAFFERTY, 2012).

O Modelo Facetado para Gêneros de *Animes* de Cho *et al.* (2019), ajuda a ilustrar como nichos de consumidores de narrativas de ficção organizam e recuperam o conteúdo com base nos gêneros narrativos. Ele consiste em nove facetas definidas a partir da análise de gêneros retirados de *sites* de *animes* e do catálogo descritivo do IMDb³. O estudo de Cho *et*

³ Base de dados sobre filmes, séries, programas de TV, entre outros produtos midiáticos.

al. (2019) atenta para a necessidade da garantia do usuário em modelos de organização desse tipo, principalmente quando considerado o ambiente participativo da *web*, uma vez que a garantia do usuário — a garantia do uso — respalda-se na linguagem usada e validada pelos usuários, ou como dito na literatura, consiste no "endosso" da comunidade que utiliza os termos em suas pesquisas. A título de exemplificação, cabe apontar como o uso de termos em outro idioma, neste caso, o japonês, deve ser abordado para a representação efetiva do domínio. Os *animes* têm origem japonesa, logo, seus gêneros foram difundidos na língua original; conseqüentemente, o público que consome tais produtos tem mais familiaridade com os termos em japonês do que com suas traduções, além disso, alguns gêneros não são traduzíveis, o que demandou uma abordagem específica para a definição das facetas (CHO *et al.*, 2019).

No caso dos *fandoms* de *fanfictions* — que consomem diversos formatos de mídias — a garantia do usuário é ainda mais importante. A norma ANSI/NISO (2010) para a construção de vocabulários controlados indica que a garantia do usuário é uma:

[...] justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferido devido a solicitações frequentes de informações sobre o conceito ou pesquisas de texto livre sobre o termo pelos usuários de um sistema de armazenamento e recuperação de informações (ANSI/NISO, 2010, p. 10, tradução nossa).

Desse modo, ela representa um princípio de seleção dos termos de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC). A garantia do usuário atende ao objetivo de propiciar a convergência entre o vocabulário dos usuários e o sistema de recuperação (MOREIRA e MOURA, 2006). Dito de outra forma, ela se baseia no conhecimento do próprio usuário em relação a uma área temática, para a definição do controle de vocabulário (DIAS, 2015), bem como no uso de folksonomias que, a partir da linguagem natural, expressa a subjetividade do usuário através de um grande jogo de significação, mostrando e alterando a interface.

A garantia do usuário se relaciona com o conceito de comunidade discursiva, pois aquela pressupõe o uso do conhecimento e, conseqüentemente, do discurso (vocabulário) dos atores sociais que consomem e validam determinada área do conhecimento. As comunidades de escritores de *fanfictions* “[...] **compartilham um léxico específico [...]**” (FERREIRA, 2016:135) que é aplicado em práticas discursivas, constituindo uma **comunidade discursiva**. Maingueneau (2008) compreende a comunidade discursiva “[...] como a organização de sujeitos em torno de práticas discursivas, que acabam por construir **uma identidade discursiva [...]**” (*apud* FERREIRA, 2016:136). Dessa forma, há “[...] **uma imbricação entre o modo de organização social e o modo de existência dos textos [...]**” que **perpassa “[...] os planos da discursividade, tais como intertextualidade, tema, gênero discursivo, ethos, entre outros, [e] são regulados por uma semântica global, isto é, um mesmo sistema de restrições semânticas [...]**” (MAINGUINEU, 2008 *apud* FERREIRA, 2016:136) que determina o que pode ser enunciado. Da mesma maneira, determina o que pode ser dito e não dito, o que fica escondido nos entremeios, os silêncios que gritam.

Juntamente com as garantias, o conceito de comunidade discursiva constitui um meio para elucidar os SOC, sendo amplamente importantes na estruturação do domínio, de forma a possibilitar a relação entre conhecimento individual e interação social (DIAS, 2015).

O vocabulário que se desenvolve no interior dos diferentes *fandoms* concebe uma visão particular do cânone, ele representa o modo como os fãs se comunicam, criam significado e ressignificam palavras da linguagem natural. O uso da linguagem natural está presente na indexação de *fanfictions* através da folksonomia.

O estudo de Peixoto (2014) explana como o vocabulário de um *fandom* específico influencia a linguagem natural. O autor analisou unidades fraseológicas contidas nas legendas dos filmes e episódios do cânone "Jornada nas Estrelas", demonstrando que o vocabulário da comunidade possui unidades fraseológicas próprias que incluem termos específicos; além disso, ele inferiu que frases criadas nas séries são ressignificadas pelos fãs, de tal modo que passam a constituir unidades fraseológicas da língua corrente. Por fim, Peixoto (2014) afirma que a linguagem especializada não se limita aos domínios científicos, ela também está presente em obras de ficção. Em outras palavras, a linguagem especializada não está presa no tempo e no espaço, ela pode sofrer um processo de significação, de atualização, de uso, transitar em distintos modos de existência, de devir.

Nessa perspectiva, a comunicação que ocorre no interior das comunidades de fãs é baseada em práticas discursivas que possuem um léxico e um vocabulário específicos. No contexto da organização das histórias, cuja finalidade é a recuperação das mesmas, torna-se necessária a normalização desse vocabulário a um nível mais especializado, assim, supõe-se que os instrumentos de controle de vocabulário podem auxiliar a representação temática das *fanfictions*.

Para demonstrar a relevância de compreender como funcionam as comunidades discursivas, em especial no ambiente digital, recorre-se ao exemplo das narrativas transmídias. Esse tipo de narrativa consiste em adaptar um cânone em diferentes formatos, isto é, o que inicialmente veiculava em quadrinhos passa a veicular como animação, série, filme, livro e vice-versa, de modo a ampliar o universo original. Contudo, nem todas as narrativas transmídias se complementam, dependendo das alterações de um formato para outro a narrativa pode se configurar como outro cânone. Deste modo, tais narrativas se desenvolvem entre comunidades de fãs que desempenham práticas culturais de cunho interpretativo, comunicativo e imaginativo; elas podem envolver paródias, *spin-offs* (derivados) e *remakes* (BRANCH *et al.*, 2017). Além disso, cabe destacar as narrativas transmídias interativas, em que os usuários participam do desenvolvimento e da conclusão das histórias com base nas opções disponibilizadas pelos algoritmos.

Esses detalhes podem influenciar a recuperação das histórias nos repositórios, por isso é comum que tais repositórios possuam índices que seguem uma ordem taxonômica que se materializa em categorias segundo o formato de mídia. Assim, as narrativas transmídias devem ser consideradas ao se pensar em um modelo de representação de conteúdo criado por fãs, pois os cânones desenvolvem terminologias próprias que variam inclusive no âmbito de formato e de subcomunidades.

Nessa perspectiva, Branch *et al.* (2017) propuseram um modelo de ontologia para narrativas transmídias focando sua utilização no gerenciamento de conteúdo produzido pelos *fandoms* em diferentes *sites* e repositórios; tal modelo prevê uma forma de agregação interativa para definir uma terminologia com foco no usuário. O modelo é útil para compreender um domínio e suas estruturas de conhecimento, bem como para explicar e potencializar a importância de considerar as variáveis (formato ou comunidade) das narrativas para organização desses conteúdos a partir do vocabulário dos usuários.

3. A construção de significados na representação das *fanfictions*

Os metatextos dos *fandoms* são desenvolvidos coletivamente e perpetuados através de “**fofocas**” — compreendidas aqui como possibilidades imaginativas que extrapolam o que podemos denominar como garantia literária que não será discutido nessa oportunidade — ou de crítica escrita (JENKINS, 2015). Ambas compõem os fluxos de troca de informação pelos quais ocorre a expansão do universo da obra original. O primeiro fluxo consiste nas trocas de informações através de conversas informais e abrange temas que não se limitam a narrativa, mas abarcam todos os aspectos, atores, empresas, etc., envolvidos na produção do produto midiático; já o segundo fluxo, a crítica, é responsável pelo aprofundamento na recepção do texto; através dela enfocam-se detalhes, criam-se teorias, personagens e subtramas ganham visibilidade, e o texto é ressignificado a partir de múltiplas concepções (JENKINS, 2015).

As *fanfictions* e as *fanzines* são exemplos da materialização do metatexto canônico. Quando os *fandoms* de mídia começaram a produzir *fanfictions* exponencialmente, as *fanzines* constituíam o meio pelo qual as histórias veiculavam. Essas revistas amadoras serviam como centrais de informações acerca de eventos de fãs, indicação de outros *fanzines*, críticas fãs e as próprias *fanfictions* (JENKINS, 2015).

A produção de *fanzine* chegou a se assemelhar com o mercado editorial profissional, inclusive com a comercialização dos exemplares, não obstante, havia uma rede de empréstimos que contava com uma biblioteca central (JENKINS, 2015).

Esse panorama foi totalmente modificado a partir da popularização do acesso aos computadores domésticos e da ampliação do acesso à Internet. Com a emancipação possibilitada pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a criação, a organização, o compartilhamento e até a publicação de adaptações de *fanfictions* foram facilitadas (JAMISON, 2017).

Price e Robinson (2017) afirmam que o comportamento informacional das comunidades de fãs respalda-se na convergência de mídias multimodais e nas multiplataformas que possibilitam um modelo participativo de acesso e consumo de informação. Desse modo, o comportamento informacional dos fãs perpassa: a comunicação; a busca por informação; a organização da informação; os recursos informacionais; e a produção de conteúdo gerado por usuários.

Esses aspectos constituem um ambiente informacional onde são desempenhadas práticas como classificação e etiquetagem (PRICE e ROBINSON, 2017). Nessa perspectiva, assume-se que os fluxos de informação entre os fãs foram facilitados, todavia, a organização ficou aquém do aumento na quantidade de informação e conteúdo justamente pela aceleração no movimento e na multiplicidade dos fluxos.

O metatexto canônico reflete os anseios dos fãs e, conseqüentemente, influencia na classificação dos textos através da expansão dos sentidos e significados dos gêneros narrativos. Jamison (2017, l. 2.477) afirma que “[...] o poder da *fanfiction* [...] está na habilidade de reimaginar textos e resistir aos significados impostos pelos criadores destes textos [...]”. O conceito de resistência submerge atrelado ao de luta, podendo ser pensado como símbolo de memória e símbolo de resistência. O fato das comunidades de fãs mais envolvidas com atividades de escrita serem compostas majoritariamente por mulheres

(JENKINS, 2015; JAMISON, 2017) faz emergir novas estratégias de leitura que ajudam a compreender o desenvolvimento dos gêneros narrativos de *fanfictions*. Tal fato, também leva a compreensão desse espaço de criação e invenção como o local de um existir sufocado por um patriarcalismo tão presente na literatura, nos assentos das sociedades de letrados, nas Academias de Letras.

A “[...] interpolação consciente do pessoal com o experiencial no reino do fictício [...]” (JENKINS, 2015:120) chama-se realismo emocional e é o que define como o fã relaciona a narrativa ficcional à sua própria realidade. Nesse sentido, essa estratégia de leitura incide em uma compreensão narrativa sob a perspectiva de gênero, o que lembra Harari (2016) ao denominar a narrativa sobre dois vieses: o eu da narrativa e o eu da experiência.

Baseado em vários estudos, Jenkins (2015) indica que homens e mulheres percebem a experiência de leitura de forma distinta, ainda que o cânone seja o mesmo. Homens tendem a priorizar a autoridade autoral, priorizando os significados explícitos do texto, além disso, privilegiam protagonistas e a trama principal. Já as mulheres preferem extrapolar os significados superficiais da narrativa, elas se atentam aos detalhes e dão protagonismo aos personagens secundários e as subtramas (JENKINS, 2015).

As mulheres, assim como os indígenas, pretos, afrodescendentes, etc. estão nas epistemologias do sul, ou seja, estão sujeitas à uma denominação epistemológica extremamente desigual em relação ao saber-poder, à violência, relegadas à titulação de cuidadoras do mundo, à posição de auxiliar, coadjuvantes, subjugadas abaixo da linha da mediocridade (SANTOS, 2020). As mulheres não nascem mulheres, elas se tornam mulheres e sobrevivem porque aprendem desde a infância a se relacionar com o mundo (BEAUVOIR, 2014), com o melhor e o pior dele, de forma a garantir sua sobrevivência, mesmo àquelas que vivem nas “gaiolas douradas” (FREEMAN, 1970). Essa relação, esse acontecimento, esse afetamento é visível na experiência da leitura e na relação com o cânone.

A diferença indicada por Jenkins (2015) acerca do modo como homens e mulheres se relacionam com o cânone pode ser explicada pela tradição patriarcal que dominou a literatura por muito tempo e que ainda está em desconstrução. Isto ajuda a explicar o predomínio das mulheres na escrita de *fanfictions*, um espaço de possibilidades, de construção de existência e resistências.

A título de exemplo recorre-se ao estudo de Fathallah (2017), que utilizou a análise do discurso de Foucault para mapear como os enunciados de séries populares de TV alteram ou sustentam formações discursivas relacionadas à construção da masculinidade, da autoridade e da autoria. A autora cunha o conceito de paradoxo de legitimação para sustentar que a reavaliação ou transformação (sexual, racial, de gênero) do cânone — característica do trabalho de fã — encontra legitimidade a partir do capital cultural do homem branco, ou seja, justamente o capital cultural que representa parte significativa da indústria que produz as narrativas midiáticas (FATHALLAH, 2017, grifo nosso).

Entretanto, o paradoxo começa a ser desconstruído quando a legitimidade da autoria passa a ser questionada, como por exemplo, nas produções midiáticas populares que subvertem e desconstroem (ou constroem) papéis de gênero, orientação sexual, grupos étnicos, padrões físicos, entre outros, em novas releituras do cânone (FATHALLAH, 2017).

Sob essa perspectiva, as práticas estabelecidas na escrita de *fanfictions* podem alterar e sedimentar a construção da narrativa canônica. Os enunciados alteram as formações discursivas em mídias canônicas de forma fundamental. As *fanfictions* legitimam “[...] a construção da feminilidade, da emoção, do Oriente global e do corpo” (FATHALLAH, 2017:199). Ao explorar essas lacunas, a *fanfiction* não só desnaturaliza a primazia do homem branco nos cânones, como adiciona a autoria feminina na formação discursiva. Em palavras foucaultianas, desvela o que sempre esteve visível, justamente a sua visibilidade, sua naturalidade, sua transparência validava o mal.

Portanto, as estratégias de leitura refletem experiências sociais, culturais e econômicas. No âmbito das narrativas ficcionais, são atribuídos gêneros preferidos às mulheres e gêneros preferidos aos homens. As mulheres estudam, em sua maioria, obras literárias de autoria masculina durante todo o período escolar, elas aprendem a pensar sob uma perspectiva masculina, inclusive no contexto acadêmico (JENKINS, 2015). E uma vez que aprendem a pensar o ser mulher pelo olhar masculino, qual sua validação sobre esse corpo que não é o seu? A pergunta é apenas reflexiva e retórica para fomentar sua importância no bojo de uma *fanfiction*. A produção crítica do *fandom* exprime formas “[...] que as mulheres encontraram para contornar narrativas centradas em homens e reescrevê-las de uma forma que sirva a interesses feministas [...]” (JENKINS, 2015:125), é “[...] a institucionalização das práticas femininas de leitura [...]” (JENKINS, 2015:128).

A adição da perspectiva feminina em narrativas ficcionais, ainda que de cunho amador, tal qual a *fanfiction*, possibilitou a expansão das noções de gêneros narrativos. Seja ampliando-os, redefinindo-os ou criando dezenas de novos gêneros, tal expansão reverbera anseios femininos em questões como: a representação em gêneros considerados masculinos, como a ficção científica; a abordagem de problemas intrínsecos às mulheres; a rejeição de estereótipos misóginos de gêneros; a denúncia de violências; e o combate à censura.

O gênero narrativo serve para nortear os espectadores na criação de sentido do texto, e para tanto, são definidas classes textuais, conjunto de características, convenções narrativas e fórmulas para a construção de obras de ficção (JENKINS, 2015). De modo geral, a definição do gênero tem caráter classificatório, ele é o primeiro filtro no qual o consumidor se apoia para escolher quais produtos narrativos consumirá. Como todo produto de classificação, os gêneros narrativos carregam um teor ideológico, pois estabelecem padrões, características e estruturas que guiam a imersão emocional do público na narrativa, carregam escolhas, carregam saber-poder.

A concepção uníssona dos gêneros narrativos é importante para o mercado editorial formal, pois eles determinam como o livro será divulgado e em qual seção da livraria será colocado. É a importância do capital, do monetário, dos interesses liberais e neoliberais atuando fortemente no mercado editorial; assim como sempre o foi. Já no contexto das *fanfictions* “[...] o uso de etiquetas pode classificar facilmente uma história em muitas categorias ao mesmo tempo, sem insistir em uma hierarquia entre elas.” (JAMISON, 2017, l. 1.122). Assim, as *fanfictions* abarcam um “[...] híbrido de vários gêneros [...]” (JENKINS, 2015:136) para alcançar mais leitores. Essa estratégia reflete na indexação das histórias e, conseqüentemente, em sua posterior recuperação, mostrando conceitos caros como respeito, valorização e tolerância cultural, mas também perigos, narrativas construídas para o controle, além de jogos políticos e econômicos.

Contudo, o gênero não se limita à função classificatória, ele serve para mobilizar a competência do leitor e moldar suas expectativas relativas à recepção. O gênero define o processo de recepção do texto ao intermediar a relação entre obra e público (COMPAGNON, 2006), ou seja, a forma como o texto é apreendido conduz-se parcialmente pelo gênero narrativo.

Partindo da concepção de que gêneros narrativos são definidos através do conjunto de características que norteiam padrões narrativos, há implicações tanto ideológicas quanto de gênero na construção dos mesmos.

Em suma, a *fanfiction* ganhou força em um contexto onde o acesso às narrativas midiáticas havia se expandido, porém eram produzidas por um grupo hegemônico que não considerava os anseios das múltiplas comunidades que intencionavam alcançar. Como um meio de adicionar seus desejos e singularidades, os fãs passam a apropriar-se dos cânones e a reescrevê-los conforme suas expectativas. A necessidade de incluir suas singularidades, bem como a ânsia por representatividade são refletidas na ampla gama de gêneros de *fanfictions* criados nas comunidades. Os gêneros narrativos representam o enquadramento desse fenômeno que é marcado pela fluidez; ainda assim, eles expressam elementos identitários do grupo, servindo à coesão do mesmo ao propagar a sensação de pertencimento. A *fanfiction* representa a diferença em um mundo padronizado, ela é a construção da memória de grupos apartados do mercado editorial tradicional. Enquanto obra criada e compartilhada virtualmente, a *fanfiction* representa o registro da memória desses grupos, e o repositório é o local de guarda dessas memórias.

4. Métodos

Como método de procedimento foi utilizado a Observação Direta Intensiva. Ela permite que o pesquisador fique mais próximo de seu universo de pesquisa, de forma a estabelecer “[...] **um contato mais direto com a realidade [...]**” (MARCONI e LAKATOS, 2003:191). A técnica da Observação Direta Intensiva é classificada de acordo com: seus meios (sistemática, assistemática); a participação do pesquisador (participante, não participante); seu número (individual, equipe); e lugar de observação (campo, laboratório) (MARCONI e LAKATOS, 2003).

No que compete a esta pesquisa, foi realizada a observação sistemática, isto é, com grupos de pessoas previamente definidos, tendo objetivos de coleta e forma de registro bem delineados; não participante, ou seja, sem intervenções nem questionamentos diretos aos membros da comunidade; individual, pois somente uma pesquisadora acompanhou as interações nas comunidades; e de campo, isto é, com imersão na comunidade, todavia, adaptada ao ambiente digital.

A técnica foi aplicada em rede social digital onde os fãs envolvidos com a produção de *fanfictions* se reúnem e interagem para compartilhar conteúdos e produzir debates; entre os assuntos debatidos inclui-se a organização dos repositórios. Os ambientes monitorados foram os grupos do Facebook: Nyah! Fanfiction (Oficial) (2020); e Spirit Fanfics e Histórias: Leitores e Escritores (2020).

Os dois grupos foram selecionados tendo em vista o número de membros e o índice de interações mensais. O acompanhamento das publicações nos grupos analisados cobriu o

período de abril de 2019 até agosto de 2020. Semanalmente eram avaliadas as publicações do período, aquelas que fossem relevantes aos propósitos da pesquisa eram salvas em uma pasta no *item* Salvos do Facebook. Durante a redação do texto da pesquisa, as postagens eram revisadas para selecionar aquelas que embasassem os argumentos apresentados.

A análise considerou termos utilizados para indexação de *fanfictions* nos repositórios Nyah! Fanfiction e Spirit Fanfic e Histórias. Ambos os repositórios foram selecionados tendo em conta que estão entre os mais populares no Brasil e possuem uma estrutura organizacional semelhante. Já as definições dos termos são produtos da observação das interações dos fãs nas comunidades do Facebook, acompanhadas no período predefinido, e em listas disponibilizadas nos fóruns dos repositórios analisados.

5. Análise dos gêneros narrativos de *fanfictions*

Existem diversos gêneros de *fanfictions* que abordam relacionamentos amorosos ou sexuais entre os personagens. Cada um deles com níveis específicos de relacionamento, mas todos com o propósito de ampliar a representatividade de gêneros e orientação sexual, bem como de questionar os papéis de gêneros construídos alheios às singularidades dos indivíduos.

Definido por Jamison (2017, l. 1. 647) como “[...] romance homoerótico, normalmente entre personagens canonicamente [...] héteros [...]”, o gênero *slash* se desenvolve em histórias com protagonistas masculinos, no entanto, são escritas e lidas majoritariamente por mulheres (JENKINS, 2015).

O slash transforma a masculinidade em problema central no seu desenvolvimento narrativo e tenta entrever um mundo onde as identidades sexuais convencionais são redefinidas para ganhar mais fluidez e menos hierarquia [...], propõe uma crítica explícita à masculinidade tradicional (JENKINS, 2015:222).

Jenkins (2015) argumenta que trata-se de um gênero pensado para questionar um modelo equivocado de masculinidade. Para tanto, personagens identificados como heterossexuais na narrativa original são repensados tanto com características consideradas masculinas quanto femininas. Apesar do aparente equívoco, colocar personagens homens no centro da narrativa de um gênero que objetiva a representação feminina consiste em uma artimanha para aproveitar personagens que já possuem destaque na narrativa original; além disso, tais histórias se aproveitam de convenções narrativas construídas sob uma perspectiva masculina para subvertê-la. Logo, sua finalidade é explorar as relações românticas do cânone sob uma perspectiva de igualdade, além de configurar um meio para mulheres representarem seus desejos sexuais, em contraponto à pornografia comercial que tende a ter uma visão misógina da mulher, no que tange a atividade sexual heterossexual (JENKINS, 2015).

Jenkins (2015) utiliza o exemplo do gênero *slash*, contudo, com o passar dos anos foram criados vários outros gêneros narrativos com finalidades análogas, porém cada um com sua particularidade. Foram incorporados gêneros narrativos que especificam a orientação sexual dos personagens, que dão visibilidade a personagens transexuais, que destacam características físicas que não correspondem a padrões, entre outras particularidades.

Portanto, o desenvolvimento dos gêneros de *fanfictions*, embora não unanimemente, tem fortes motivações políticas e ideológicas, além de estar intimamente ligado a pautas feministas. A escrita criativa, através da cultura participativa⁴, deu voz a silenciamentos e tirou das margens diversas formas de representação.

Nesse sentido, ao analisar os gêneros específicos da comunidade de fãs, percebe-se o apelo por representatividade sob o viés de gênero, corpo, orientação sexual e outros temas relacionados. A representatividade é exemplificada pelos gêneros de *fanfictions* disponíveis nos repositórios para indexação das histórias, conforme o recorte mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Gêneros narrativos de *fanfictions*

<i>Orange</i> : <i>Fanfic</i> com cenas de sexo explícito entre mulheres.
<i>Lemon</i> : <i>Fanfics</i> com cenas de sexo explícito entre homens.
<i>Lime</i> : <i>Fanfic</i> com cenas de sexo implícitas, tanto entre casais hétero, quanto homossexuais.
<i>Hentai</i> : <i>Fanfic</i> com cenas de sexo explícito entre heterossexuais.
<i>Yaoi</i> : Relação romântica e sexual entre dois homens, porém não de modo explícito.
<i>Yuri</i> : Relação romântica e sexual entre duas mulheres, porém não de modo explícito.
<i>Bara</i> : Subgênero do <i>Yaoi</i> que destaca o físico do personagem: homens corpulentos e peludos.
<i>Genderbend/Genderflip/Genderswap</i> : significa troca de gêneros. Ex.: Batman – Batgirl.
<i>Mary Sue</i> : Romance ou novela melodramática onde os personagens são idealizados.
<i>Gary Stu</i> : Versão masculina de <i>Mary Sue</i> .
<i>Cross-dress</i> : Indica que existem personagens que se vestem com roupas típicas de outro gênero.
<i>GIP</i> ("Girl With Penis"): <i>Fanfic</i> em que as personagens são garotas que possuem o órgão genital masculino.
<i>ABO</i> (Alfa, Beta, Ômega): Universo híbrido entre humanos e lobos, geralmente utilizado para questionar papéis de gênero.
<i>MPREG</i> (<i>Male Pregnant</i>): <i>Fanfic</i> em que homens podem engravidar.
<i>Femme Slash</i> : <i>Fanfic</i> com relacionamento amoroso entre duas mulheres.
<i>Slash</i> : <i>Fanfic</i> com relacionamento amoroso entre dois homens.
<i>Shonen-ai</i> : Retrata relações românticas mais leves entre homens.
<i>Shoujo-ai</i> : Retrata relações românticas mais leves entre mulheres.

Fonte: Elaborado pelas autoras

⁴ Cultura que define os consumidores que passam a ser também produtores ativos de conteúdo.

A partir da amostra, é possível perceber que muitos dos termos que definem os gêneros são derivados da língua japonesa. Essa relação advém da proximidade da comunidade de escritores de *fanfictions* com a comunidade de *otakus*, isto é, fãs de *mangás* e *animes*.

Estes produtos culturais japoneses – *mangás* e *animes* – são conhecidos por características bastante específicas no que diz respeito à representação da figura feminina, ou seja, suas personagens são apresentadas de forma idealizada tanto em aspectos físicos quanto comportamentais. Neste quesito, ao buscar as origens dos gêneros de *mangás* é possível inferir que esse meio esteve dominado por profissionais do gênero masculino por um longo período. Tal dominância prevalece até hoje, no entanto, há algumas décadas despontaram movimentos com o objetivo de dar voz às mulheres na autoria e representação desse tipo de narrativa. Um exemplo desses movimentos está na criação do *Shojo mangá*⁵, que comporta títulos “[...] **exclusivamente voltados para um público feminino, tendo normalmente apenas mulheres como mangakás**⁶ [...]” (ARANHA, 2010:243). No campo do *Shojo mangá* surgiram diversos gêneros, dentre os quais cabe destacar o *Yaoi*. Este gênero consiste em representar uma relação homoafetiva entre homens em uma narrativa escrita por mulheres e para mulheres. O desenvolvimento de um gênero tão específico visa a “[...] **expressão feminina de subversão das convenções sociais, através do imaginário masculino [...]**” (ARANHA, 2010:246).

Os produtos culturais japoneses exploram a diversidade sexual de forma mais ampla, especificando o tipo de relação abordada no cânone. A forma como o Ocidente absorveu essas narrativas evidencia o motivo de sua rápida propagação também nas *fanfictions*. A título de exemplo, muitos *animes* sofreram alterações ou censuras para se adequar ao público ocidental; entre o conteúdo censurado constam insinuações de relações entre personagens LGBTQIA+ (TEIXEIRA e NUNES, 2016). Portanto, não é estranho que os fãs dessas narrativas adiram as *fanfictions* para explorar o cânone com maior liberdade.

O Quadro 1 também evidenciou que o gênero e a sexualidade são bastante evidenciados nos gêneros de *fanfictions*. Nesse sentido, vale destacar os gêneros narrativos que definem seu conteúdo temático considerando: a orientação sexual das personagens (*Femme Slash*, *Shonen-ai*, *Shoujo-ai*, *Orange*, *Lemon*, *Lime*, *Yaoi*, *Yuri*), bem como o nível de envolvimento entre elas; a representação do corpo (*Bara*); os papéis sociais de gênero (*cross-dress*, *Mary Sue*, *Gary Stu*, ABO); a representação de pessoas transexuais ao distinguir órgão sexual de gênero (GIP, MPEG); e, por fim, a representação como demanda social, ao criar a versão feminina de um personagem do sexo masculino (*Genderbend*/*Genderflip*/*Genderswap*).

Para exemplificar a importância do viés social nos gêneros de *fanfictions*, a seguir é apresentado o comentário de um fã-autor no Grupo Nyah! Fanfiction (Oficial) (2020) sobre a finalidade do gênero ABO.

[...] ABO é mais do que apenas sobre homens ficando grávidos e sobre Yaoi!
[É] um universo alternativo que é uma grande crítica a nossa própria

⁵ Classificação demográfica que define o público feminino jovem como público-alvo das obras subordinadas aos gêneros que a compõe.

⁶ Autores de *mangás*.

sociedade machista e patriarcal! O omegaverse é o que o nome diz, um universo a ser explorado e não apenas “machos cis tendo filhos”. (sic) (NYAH! FANFICTION (OFICIAL), 2020)

Todos esses gêneros de *fanfictions* evocam uma busca por representação e explicitação de aspectos sociais que historicamente foram utilizados como formas de coerção e silenciamento das mulheres, tais como a reprodução, a sexualidade, a orientação sexual, a estética e o comportamento, todos predefinidos por homens, através de discursos institucionalizados.

Como demonstrado por Fathallah (2017), os discursos reproduzidos nos cânones narrativos possuem um viés de gênero que é desconstruído a partir da inserção de enunciados criados através de metatextos canônicos, isto é, a produção de fãs. Esses enunciados traduzem-se como uma forma de transformação e resistência que respalda o discurso propagado nos produtos culturais atuais. Dessa forma, a *fanfiction* influencia a cultura popular hodierna, não como uma subcultura, mas como uma forma de escrita contemporânea que impacta a produção cultural midiática (FATHALLAH, 2017).

Assim, é possível perceber uma afetação mútua entre a Arte – ou seja, os produtos culturais – e a realidade. Considerando que a cultura popular está subordinada ao sistema capitalista, percebe-se um aparato que mantém à margem grupos que não dispõem dos mecanismos que sedimentam padrões (estética, estilo), não só nos indivíduos, mas em suas produções culturais.

A *fanfiction* representa uma transgressão na ordem instituída por dispositivos de controle social (biopolítica), bem como pelos dispositivos de sequestro, que estabelecem a heterossexualidade, a dominância masculina, a branquitude e os corpos magros como normais. Os gêneros de *fanfictions* expressam a multiplicidade de corpos e de sexualidades que constituem a sociedade, demonstrando que, ao contrário da cultura produzida pela indústria cultural dominante, esses grupos não são minoritários e devem ser representados de forma igualitária nas Artes. No caso das *fanfictions*, criam-se produtos culturais que atendam as demandas por representatividade na literatura. Os gêneros narrativos, cuja função é guiar as expectativas dos leitores (COMPAGNON, 2006), têm o papel de classificar, mas também expressa singularidades.

A cultura dominante utiliza mecanismos e instituições para estabelecer poderes normalizadores. A indústria cultural se apóia nesses poderes para criar uma produção que reproduza os padrões capitalista, patriarcal e heteronormativo nas artes (KUNDT, 2019). Nessa perspectiva, infere-se que não é preciso uma “[...] tecnologia de poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime [...]”, basta instituir um poder positivo, isto é, “[...] um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos.” (FOUCAULT, 2001:60). Deste modo, o poder fabrica identidades normativas através de mecanismos como educação, meios de comunicação, literatura, etc.

As chamadas sexualidades dissidentes, isto é, aquelas que não correspondem ao padrão heterossexual, constituem uma transgressão aos mecanismos de controle social estabelecidos pelos mecanismos de poder positivo. É nesse jogo de poderes que emerge a importância dos gêneros narrativos de *fanfictions* como expressão de singularidades. As *fanfictions* representam o meio pelo qual grupos de indivíduos têm seu primeiro contato

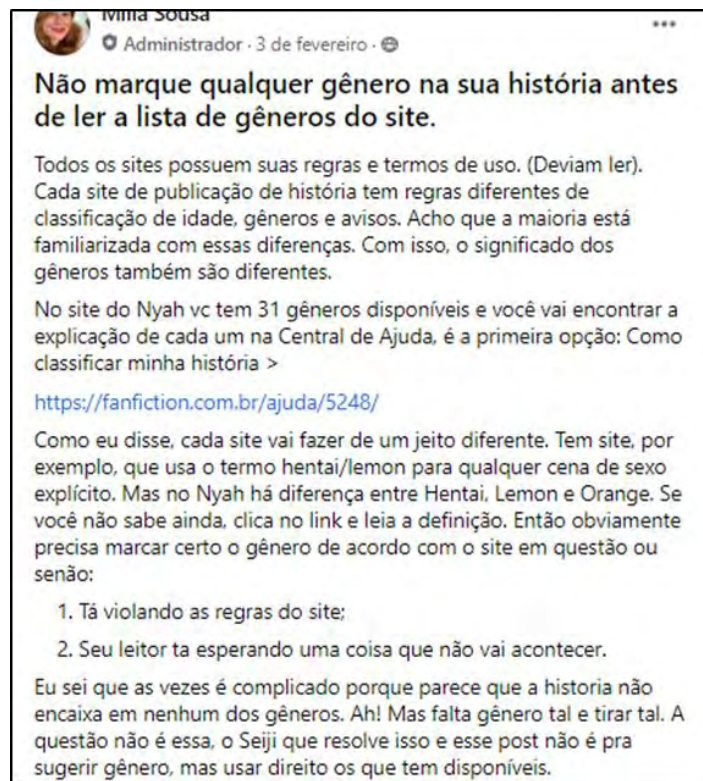
com sexualidades dissidentes (KUNDT, 2019), e acesso às narrativas identitárias sem o teor trágico da literatura veiculada pela indústria tradicional (LEAL, 2008).

Mais do que uma crítica aos papéis de gênero e ao modelo de masculinidade construída por uma sociedade patriarcal — como forma de controle social —, os gêneros narrativos de *fanfictions* representam uma artimanha criada por leitoras que não se sentiam representadas na literatura tradicional, visando criar subjetividades, adicionar suas singularidades e ampliar limites (estéticos, sexuais, de gênero, etc.). Portanto, tais gêneros refletem a demanda por representação, não só na literatura, mas em todos os produtos culturais. A Arte deve refletir a realidade, e por isso ela não pode ser homogênea, mas sim múltipla, tal como a sociedade que a cria. Não obstante, a diversidade de gêneros narrativos sem nenhum instrumento formalizado de organização gera conflitos em relação ao entendimento do conceito de cada gênero, comprometendo a representação dos mesmos na indexação.

O termo *Slash* serve para ilustrar problemas relacionados à adoção de termos advindos de diferentes tipos de mídias e, conseqüentemente, de diferentes nichos de fãs. Enquanto gênero narrativo de *fanfictions*, o *Slash*, como já foi conceituado, refere-se à relação homossexual de personagens que não são homossexuais nos respectivos cânones. Com uma pequena variação lexical, o *Slasher* corresponde a um subgênero de filmes de terror. No universo dos videogames há o gênero *Hack and Slash* que denomina jogos de combate focados em armas brancas. Esses exemplos reforçam a problemática da univocidade dos termos utilizados na indexação de *fanfictions* e demonstram a importância de instrumentos de controle de vocabulário para auxiliar a representação das histórias. Termos como *Slash*, *Orange e Lemon* (respectivamente traço, laranja e limão na linguagem natural) ilustram a característica da comunidade de empregar vocábulos da língua natural e ressignificá-los para construir um vocabulário específico do domínio.

A Fig. 1 ilustra os problemas enfrentados pelos repositórios para manter a consistência no uso dos descritores.

Fig. 1 – Aviso para uso correto dos gêneros no repositório Nyah!



Fonte: Nyah! Fanfiction (Oficial) (2020)

Como é explicado na Fig. 1, o repositório possui apenas 31 gêneros — bem menos em relação ao repositório Spirit (52) —, ainda assim, ele apresenta diversos problemas com o uso dos descritores, pois postagens como essa são frequentes nos grupos. Abaixo (Fig. 2) é apresentado um exemplo do uso equivocado dos termos de indexação.

Fig. 2 – Exemplo de uso incorreto de descritores



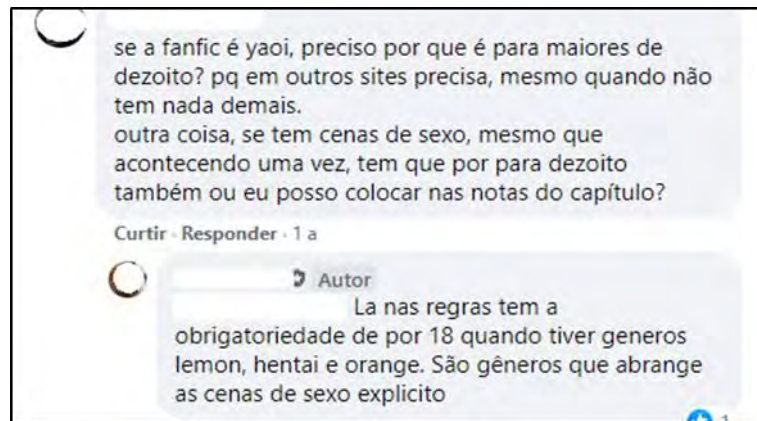
Fonte: Nyah! Fanfiction (2020)

O exemplo acima corresponde a uma indexação incorreta, pois a classificação indicativa é 13+, contudo, os termos de gênero (*Lemon*, *Orange*) e quase todos os termos de aviso condizem com uma classificação indicativa 18+.

Apesar de o repositório disponibilizar algumas regras para guiar a indexação, bem como uma espécie de glossário com a definição dos gêneros, é perceptível que parte dos usuários não domina o processo de indexação das histórias. Frequentemente são adicionados

tópicos de discussão com dúvidas sobre como indexar as histórias, como exemplificado na Fig. 3.

Fig. 3 – Tópico para tirar dúvidas sobre a indexação das histórias



Fonte: Nyah! Fanfiction (Oficial) (2020)

Fica evidente que não há consenso em relação à conceituação dos gêneros, isso reflete em outros campos da representação, como a classificação indicativa. Logo, é redundante destacar que, independente da forma de busca, tais aspectos influenciam diretamente a recuperação.

É importante frisar que o intuito das análises dos gêneros narrativos foi compreender as origens e estrutura lógica da terminologia da comunidade, pois ela reflete na classificação. Os exemplos apresentados ajudam a ilustrar o *fandom* como uma comunidade discursiva com um vocabulário específico, cujos termos são absorvidos e ressignificados a partir de diferentes domínios culturais.

6. Considerações finais

A escrita de *fanfiction* é uma prática cultural inserida na cultura fã, sua ascensão ocorreu em um período marcado por manifestações populares, tal qual a demanda por representatividade e igualdade de gênero da luta feminista. Essa luta perpassa, entre outros aspectos, o trabalho intelectual, no qual está inserido o fazer literário. Nesse contexto, o aumento no número de mulheres que escrevem carrega um significado que vai além da conquista por direitos básicos, também significa a redefinição de discursos institucionalizados para manter a mulher em uma posição socialmente resignada.

Tais discursos se estabelecem através da estratégia saber-poder (FOUCAULT, 2009) e servem para hierarquizar a produção e o consumo cultural e intelectual. Tal estratégia é fundada nas premissas de que o poder é exercício e se constitui de micropoderes; já o saber é formado pela conjunção entre o enunciável e o visível. No entanto, no diagrama de forças **que constitui o poder também são formadas resistências através de micropoderes, pois “[...] na sociedade, há milhares e milhares de relações de forças, de pequenos enfrentamentos, microlutas [...]” (FOUCAULT, 2003:231)**. As mulheres valem-se de micropoderes para

produzir enunciados (discurso, texto), materializando-os através de um sistema de organização (o visível) que constitua saber e assim produza verdade, estabelecendo, dessa forma, uma relação saber-poder que produz singularidades (DELEUZE, 2005).

Ao longo da pesquisa foram encontradas algumas dificuldades que acabaram por limitar o escopo da análise. Entre as dificuldades encontradas estão: a captura de padrões/ordem em um fenômeno marcado pela efemeridade, pela espontaneidade, pela multiplicidade de usuários e de possibilidades criativas, fato que forçou conclusões generalizadas para definir um recorte de análise, a exemplo das questões de gênero na definição dos gêneros narrativos, pois caberiam análises sob a perspectiva de outros grupos marginalizados que utilizam a *fanfiction* como forma de representatividade.

Contudo, as dificuldades encontradas carregam possibilidades de continuação da pesquisa, por exemplo, a análise de uma amostra de *fanfictions* selecionadas segundo critérios específicos (gêneros narrativos, por exemplo) viabiliza uma comparação do conteúdo semântico entre texto e termos atribuídos na representação; por fim, o vocabulário utilizado pela comunidade dá margem para estudos terminológicos sob diversos recortes, como por exemplo, a análise dos conceitos de termos utilizados na indexação de *fanfictions* que advém de outros formatos de mídia (ex.: gêneros de *mangás*).

A análise demonstrou a importância da conceituação de categorização e classificação na indexação de *fanfictions*. Os gêneros narrativos de *fanfictions* ilustram, ao mesmo tempo, o potencial da classificação coletiva e a relevância da univocidade dos conceitos para a recuperação de objetos digitais. Ademais, os gêneros narrativos cumprem seu papel de guiar a escolha das histórias, como também representam a construção de significados que refletem a demanda por representação das singularidades. Como materialização da produção cultural participativa, que é altamente representativa da *web* social, os repositórios de *fanfictions* fornecem um ambiente prolífico para os estudos de indexação social, para a classificação centrada no contexto e sua relação com a recuperação de conteúdos digitais. Também possibilitam às mulheres e aos estudos sobre representatividade a possibilidade da deriva, de novos trajetos para novas pesquisas, escapes, desejos e criações.

Referências bibliográficas

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE; NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION
2010 *Z39.19-2005 (R2010): guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda, Maryland: NISO Press, 2010.

ARANHA, Gláucio
2010 Vozes abafadas: o mangá yaoi como mediação do discurso feminino. *Revista Galáxia*. [Em linha]. 1:19 (2010) 240-251. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641245015.pdf>.

BARITÉ, Mario Guido

2000 The **Notion of “category**: its implications in subject analysis and in the construction and evaluation of indexing languages. *Knowledge Organization*. [Em linha]. 27:1-2 (2000) 4-10. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2000-1-2-4/the-notion-of-category-its-implications-in-subject-analysis-and-in-the-construction-and-evaluation-of-indexing-languages-volume-27-2000-issue-1-2>.

BEAUVOIR, Simone

2014 *O Segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BRANCH, Frank [et al.]

2017 Representing transmedia fictional worlds through ontology. *Journal of the Association for Information Science and Technology*. [Em linha]. 68:12 (2017) 2.771-2.782. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.23886>.

CHO, Hyerim [et al.]

2018 Facet analysis of anime genres: the challenges of defining genre information for popular cultural objects. *Knowledge Organization*. [Em linha]. 45:6 (2018) 484-499. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_45_2018_6_c.pd.

COMPAGNON, Antoine

2006 *O Demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELEUZE, Gilles

2005 *Foucault*. Lisboa: Edições 70, 2005.

DIAS, Célia da Consolação

2015 A Análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 25:2 (2015) 17. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92174>.

FATHALLAH, Judith M.

2017 *Fanfic and the author: how fanfic changes popular cultural texts*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

FERREIRA, Pollyanna Zati

2016 O Ethos pretensioso nos manuais de como fazer fanfictions. *Domínios de Linguagem*. [Em linha]. 10:1 (2016) 131-145. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32153>.

FOUCAULT, Michel

2009 O Que é um autor?. In *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FOUCAULT, Michel

2003 *Estratégia, poder, saber*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel

2001 *Os Anormais: curso no Collège de France, 1974-1975*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREEMAN, Jo

1970 *The Building of the gilded cage*. Pittsburgh: Know, 1970.

HARARI, Yuval Noah

2016 *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JACOB, Elin K.

2004 Classification and categorization: a difference that makes a difference. *Library Trends*. [Em linha]. 52:3 (2004) 515-540. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/1686>.

JAMISON, Anne, org.

2017 *Fic: por que a fanfiction está dominando o mundo*. [S. l.]: Editora Rocco, 2017. E-book Kindle.

JENKINS, Henry

2015 *Invasores do texto: fãs e cultura participativa*. Nova Iguaçu: Marsupial, 2015.

KUNDT, Maria Belén

2019 La Cultura popular como herramienta de resistencia política y social: sexualidades disidentes en textos de fanfiction. In *VI Jornadas de Investigación en Humanidades "Homenaje a Cecilia Borel"*. Coord. Laura Orsi. [Em linha]. Bahía Blanca: Ediuns, 2019, p. 1.364-1.369. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <http://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/5262>.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos

2008 Deslocar-se para recolocar-se: os amores entre mulheres nas recentes narrativas brasileiras de autoria feminina. *Estudos de Literatura brasileira contemporânea*. [Em linha]. 32 (2008) 31-45. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4845911>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria

2003 *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo : Atlas, 2003.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida

2006 Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do tci - tesouro em ciência da informação. *DataGramaZero*. [Em linha]. 7:4 (2006). [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6670>.

NYAH! FANFICTION (OFICIAL)

[20--] Nyah! Fanfiction (oficial). In *Facebook*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/103030110037641/about>.

PEIXOTO, Lucas Maciel

2014 Identificação de unidades fraseológicas no vocabulário de Star Trek: abordagens corpus-driven e corpus-based. *Domínios de Linguagem*. [Em linha]. 8:2 (2014) 139-163. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/27630>.

PRICE, Ludi; ROBINSON, Lyn

2017 **'Being in a knowledge space': Information behaviour** of cult media fan communities. *Journal of Information Science*. [Em linha]. 43:5 (2017) 649-664. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0165551516658821?journalCode=jisb>.

SAARTI, Jarmo

2019 Fictional Literature, classification and indexing. *Knowledge Organization*. [Em linha]. 46:4 (2019) 320-332. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2019-4-320/fictional-literature-classification-and-indexing-volume-46-2019-issue-4>.

SANTOS, Boaventura Sousa

2020 *A Cruel pedagogia do vírus*. [Em linha]. Coimbra : Almedina, 2020. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf.

SILVA, Bruna Daniele de Oliveira.

2021 *Indexação híbrida participativa: modelo de indexação social para narrativas ficcionais em repositórios de fanfictions*. [Em linha]. Marília, 2021. [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/204454>.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências.

SPIRIT FANFICS E HISTÓRIAS

2020 Spirit fanfics e histórias: leitores e escritores. In *Facebook*. [Em linha]. 2020. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/socialspiritleitoreseescritores>.

TEIXEIRA, Lisiane Ortiz; NUNES, Evandro dos Santos

2016 Diversidade sexual nos mangás e animes e a receptividade desses na cultura latino-americana. In SEFFNER, F.; CAETANO, M. - *Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero*. [Em linha]. Rio Grande: Editora da FURG, 2016, p. 1.641-1.655. [Consult. 5 jun. 2021]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/35003083-Diversidade-sexual-nos-mangas-e-animes-e-a-receptividade-desses-na-cultura-latino-americana.html>.

VICKERY, Brian Campbell

1980 *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: BNG; BRASILART, 1980.

Bruna Daniele de Oliveira Silva | bruna.daniele.silva@alumni.usp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Deise Maria Antonio Sabbag | deisesabbag@usp.br

Universidade de São Paulo (USP) / Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Resumo: Nos museus dígito-virtuais, as representações imagéticas de artefatos ampliam e auxiliam o entendimento da informação, potencializam relacionamentos e estimulam as narrativas visuais relacionadas à memória e à cultura. O objetivo geral do artigo foi relacionar as percepções de Walter Benjamin às contribuições para a organização e a apresentação da informação em acervos digitais de museus do feminino constituídos pela convergência de linguagens confluídas ao surgimento do *Design* da Informação. O estudo foi de natureza qualitativa fundamentada no tipo descritivo-exploratório, com levantamento bibliográfico e análise do National Museum of Women in the Arts na perspectiva da Ciência da Informação. A interdisciplinaridade das áreas permite que a representação imagética seja entendida como uma estratégia para a potencialização do processo de criação de conhecimento. Considera-se que sua implementação em ambientes digitais de museus do feminino viabiliza o acesso e o compartilhamento da informação na busca de fundamentos para discussões sociais na contemporaneidade.

Palavras-chave: *Design* da Informação; Linguagem multimodal; Museu do feminino; Narrativas visuais.

Abstract: In digit-virtual museums, image representations of artifacts expand and help in understanding information, they enhance relationships and stimulate visual narratives associated to memory and culture. The general objective of this study was to relate **Walter Benjamin's perceptions to contributions for information organization and presentation of women's museums digital collections** constituted by the convergence of languages to the emergence of Information Design. The study was of qualitative nature based on the descriptive-exploratory type, with bibliographic study and exploratory analysis of the National Museum of Women in the Arts from the perspective of Information Science. The interdisciplinarity of the areas allows image representations to be understood as a strategy to empower the knowledge creation process. The study concluded that their **implementation in digital environments of women's museums should be constituted to facilitate information access and sharing in the search for social discussions in contemporaneity.**

Keywords: Information design; Multimodal Language; **Women's museums;** Visual narratives.

1. Introdução

As representações imagéticas estão inseridas no contexto humano desde o período da pré-história, com os registros rupestres nas cavernas: as transformações em direção a uma linguagem escrita se deram, primeiramente, com a utilização de imagens, como os hieróglifos, até chegar aos símbolos dos alfabetos. Nesse sentido, todas as representações imagéticas fazem parte dos constructos informacionais, comunicacionais e culturais; são remodeladas de tempos em tempos devido às renovações de técnicas, de suportes e, ainda, da própria sociedade.

O surgimento da fotografia foi um momento de ruptura, mas também de continuidade diante das representações imagéticas. O cenário artístico e cultural, marcado pela pintura

por longos períodos, foi desestabilizado significativamente pela fotografia, que modificou a percepção, os olhares e, sobretudo, as técnicas de reprodução dessas representações. Por outro lado, a ascensão da fotografia contribuiu para o surgimento de outras representações e linguagens, e, posteriormente, potencializou a convergência entre imagens, textos e sons em diversos meios de comunicação, como os jornais, as revistas e o cinema.

A fotografia de caráter analógico foi substituída por uma imagem criada de maneira digital – que necessita de um *software* para gerá-la e para decodificá-la – e, desse modo, as imagens digitais passaram a se reproduzir massivamente ao permear variados meios e ao mediar os processos informacional e comunicacional. Nesses processos, as informações são conformadas, em sua grande maioria, por mais de um tipo de linguagem – textual, imagética e sonora: em outras palavras, em uma confluência multimodal. A convergência de linguagens se intensificou na era digital e, principalmente, na rede mundial de computadores (*Web*). Como resultante, ao viabilizar os trânsitos da informação nos ambientes digitais, molda a percepção humana dentro desse sistema complexo que se conforma, intensamente, com características imagéticas.

Nos equipamentos relacionados à memória e à cultura, como os museus, especialmente os dígito-virtuais, as representações imagéticas dos artefatos museológicos, somadas às descrições textuais, ampliam a informação e auxiliam no entendimento do objeto apresentado em seus ambientes digitais. Além disso, os acervos digitais de museus são potencializadores de relacionamentos entre diversos contextos, estimulam a construção de narrativas visuais e contribuem para o acesso e compartilhamento da informação de inúmeros assuntos e temáticas.

Os museus incorporaram funções para além da preservação e da custódia de coleções e memórias. Incentivam, desde então, diálogos considerados relevantes para determinada sociedade, como os museus da mulher e do feminino, que assumem papel significativo ao contextualizar discussões sociais por meio da memória do feminino para inserir a mulher em questões da vida social, política e cultural (VAQUINHAS, 2014).

Na apresentação dos acervos de tais museus nos ambientes digitais, a representação de uma diversidade de linguagens – pinturas, fotografias e esculturas – se faz por meio de imagens construídas por simulação – um formato conjugado por *bits* e *bytes* – se interpondo entre o internauta e a materialidade dos artefatos com os quais ele se relaciona na interface. Dessa maneira, emerge uma necessidade de organização para a efetiva apresentação e disponibilização das representações, derivadas da convergência de linguagens, para que esteja de acordo com os propósitos desses museus e suscite expressões e ideias provocadoras de conversações. O *Design* da Informação (DI), interdisciplinar à Ciência da Informação (CI), auxilia tanto para a elaboração de ambientes digitais com propostas funcionais quanto para a apresentação voltada para o acesso e compartilhamento da informação.

Assim, o objetivo deste artigo é procurar nas percepções de Walter Benjamin sobre reprodutibilidade das representações imagéticas, nos conceitos das tecnologias disponíveis no início século XX, contribuições para a organização e apresentação da informação em acervos digitais de museus do feminino constituídas pela convergência de linguagens confluídas ao surgimento do DI. O estudo foi de natureza qualitativa fundamentada no tipo descritivo-exploratório. O levantamento bibliográfico foi direcionado a três principais textos de Walter Benjamin – *Pequena história da fotografia* (1931); *A Obra de arte na era*

de sua reprodutibilidade técnica (1935/1936); *O Narrador* (1936). O mesmo método foi aplicado ao estudo do DI e sua relação com a linguagem visual.

Na discussão, os resultados da metodologia foram relacionados com o ambiente digital do museu do feminino National Museum of Women in the Arts (NMWA) sob a perspectiva da CI. Com a análise do ambiente digital do NMWA, foi possível identificar contribuições dos princípios do DI para a organização e apresentação da informação, no qual a presença das representações imagéticas assume lugar de evidência no processo infocomunicacional. Desse modo, a interdisciplinaridade das áreas do DI e da CI para o desenvolvimento de projetos deve permitir que a representação imagética, propiciada pela escalabilidade da reprodutibilidade digital, seja entendida como uma estratégia para a potencialização do processo de criação de conhecimento.

Considera-se que a implementação dos recursos do DI para a construção de ambientes digitais e, neles, os acervos digitais, contribuam para que os museus do feminino expandam seus objetivos por meio das articulações entre representações imagéticas e outras linguagens presentes na *Web* com a utilização das TIC. Por meio dele, outras dimensões da institucionalização da memória das mulheres e do feminino podem ser constituídas para viabilizar o acesso e o compartilhamento da informação e, ainda, promover maior participação dos internautas na busca de fundamentos para discussões de questões sociais na contemporaneidade.

2. O pensamento de Walter Benjamin sobre a reprodutibilidade das representações imagéticas

A chegada da fotografia trouxe novos olhares relacionados à informação e à imagem artística. Consequentemente, a comunicação das temáticas tratadas por meio das novas técnicas e tecnologias refletiu na cultura e na sociedade; porém, a fotografia modificou, sobretudo, a percepção imagética. A importância da técnica, e de seu desenvolvimento, foi extraordinária; por meio dela, outras técnicas e recursos tecnológicos foram aprimorados e que, na atualidade, estão inseridos no contexto digital e *Web*.

A fotografia foi vista, a princípio, como antagonista da arte, fundamentalmente antitécnica, que permitia a fixação em papel da imagem de pessoas com alta projeção à realidade e maior velocidade nunca antes realizada. Muitos pintores se viam ameaçados pela nova técnica, como afirma Walter Benjamin, em sua obra *Pequena história da fotografia*, de 1931; contudo, muitos outros se tornaram fotógrafos, e mesmo cineastas. Quando o domínio mercadológico dos pintores retratistas foi colocado em crise com a venda de álbuns fotográficos e montagem de cenários – notou-se a ambiguidade entre execução e representação (BENJAMIN, 1987c). Por outro lado, a nova pintura, dita impressionista, foi praticada por artistas interessados na especificidade da técnica e teve, no ateliê do fotógrafo Félix Nadar (1820-1910), um lugar privilegiado de discussões sobre a natureza interseccional das duas formas de representação.

Pode-se dizer que a modelagem e montagem de um cenário preparado para a captura de uma fotografia advém da pintura, como, também, capacidades e habilidades que foram incorporadas na sua execução, relacionadas à luz, à sombra e à perspectiva; Benjamin (1987c) refere-se, igualmente, ao aprimoramento de tecnologias como a invenção de lentes objetivas de maior sensibilidade e intensidade.

Walter Benjamin estende sua reflexão ao falar sobre o trabalho de Eugène Atget, fotógrafo conhecido por fotografar paisagem urbanas, muitas vezes vazias.

Ele saneia essa atmosfera, purifica-a: começa a libertar o objeto de sua aura, [...]. Ele buscava as coisas perdidas e transviadas, e, por isso, tais imagens se voltam contra a ressonância exótica, majestosa, romântica, dos nomes das cidades; elas sugam a aura da realidade (BENJAMIN, 1987c:101).

Dois pontos são importantes nessa consideração: o primeiro está associado ao olhar do fotógrafo, com a ruptura da representação de uma realidade de estúdio, muitas vezes simulada, para uma na qual a percepção sobre o contexto registrado é ressignificada; o segundo, em relação à aura do objeto, que começa a ser rompida a partir da reprodutibilidade.

Benjamin, em *A Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de 1935-1936, disserta que, de certa maneira, a arte sempre foi reprodutível. O que a difere da reprodutibilidade técnica é a autenticidade do conteúdo. A reprodução de uma obra de arte manual era vista como uma falsificação, enquanto a reprodução técnica, por sua autonomia, era tida, e ainda é, como algo com valor em si. Pois, no caso da fotografia, proporciona outro olhar por meio da acentuação e ampliação de pontos só vistos pela objetiva e, sobretudo, por colocar as cópias mais próximas dos sujeitos onde o acesso ao original é impossível para grande maioria (BENJAMIN, 1987b).

Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral (BENJAMIN, 1987b:167).

Desse modo, conforme a reprodução técnica se expande, a autenticidade se distancia do objeto ou obra original, ou seja, há a destruição de sua aura. Para Benjamin (1987b:170), a **aura “É uma figura singular, composta** de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”. A retirada do objeto de seu espaço – a reprodução faz com que as representações transitem por diversos lugares – para a aproximação com as massas configura na perda da aura, pois desvaloriza a autenticidade e, simultaneamente, a unicidade da obra.

A obra de arte ao perder suas características ligadas à autenticidade e unicidade e, ainda, seu valor ritualístico e de culto, se consolida como objeto criado para a reprodução e com **valor de exposição, “À medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual,** aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas” (BENJAMIN, 1987b:173). Por um lado, a reprodutibilidade técnica coopera para a destruição da aura, por outro, viabiliza o compartilhamento para um número maior de pessoas.

Com a ampliação do acesso às representações de obras de arte e outras representações possibilitadas pela fotografia, e posteriormente pelo cinema, a percepção humana em relação à imagem também se modificou: tornou-se **um processo contínuo, pois “[...] a** forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência” (BENJAMIN, 1987b:169). A reprodutibilidade – leia-se a fotografia, o cinema e o objetos de *design* de maneira geral – oportuniza o envolvimento com maior

quantidade de pessoas com a multiplicidade das representações, assim, a obra de arte como antes vista – para determinados públicos e em espaços considerados de elite – apresenta-se com novas possibilidades de construções narrativas.

Outro fator importante é que, com a destruição de aura – **retirada do seu ‘aqui e agora’, do seu espaço e tempo, e do valor de culto** –, todo o contexto apresentado em tal reprodução, muitas vezes, não é compreendido de fato. Esse distanciamento promoveu o uso de legendas como complemento das imagens, de tal modo que revistas e jornais utilizam, progressivamente, legendas explicativas em suas imagens (BENJAMIN, 1987b). Portanto, **a legenda deve ser “[...] introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa” (BENJAMIN, 1987c:107).**

Nota-se que a convergência entre a linguagem imagética e a textual se aprimora, principalmente em meios de comunicação e informação. Walter Benjamin (1987a), em *O Narrador*, de 1936, considera que a informação desestabilizou um modo de pensar que **auxiliava na construção de narrativas**, “**Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio**” (BENJAMIN, 1987a:203). Contudo, a reprodutibilidade pode contribuir para que tais narrativas não se extingam e, ainda, sejam recontextualizadas no processo de memória.

Dessa maneira, “[...] **independentemente do papel elementar que a narrativa desempenha no patrimônio da humanidade, são múltiplos os conceitos através dos quais seus frutos podem ser colhidos**” (BENJAMIN, 1987a:214). Um deles, encontra-se nas possibilidades existentes aos museus e seus acervos de preservar a memória para proporcionar a continuidade de narrativas. Tais narrativas potencializadas pela dimensão digital, e pela *Web*, em que a reprodutibilidade é praticamente intrínseca, constituem-se de quebras de fronteiras físicas e permitem que diferentes formas de discussões favoreçam a sociedade.

Observa-se que as considerações de Walter Benjamin quando trazidas para a perspectiva da era da reprodutibilidade digital proporcionam novas funcionalidades às representações imagéticas e, nelas, as convergências de linguagens, que são predominantes em todos os meios de comunicação contemporâneos e, majoritariamente, na *Web*. Diante disso, a organização e a apresentação da informação em ambientes digitais de museus, devido a sua grande diversidade de representações, devem partir de estudos que compreendam a necessidade de manter a clareza, a eficiência e a eficácia informacional para conformar narrativas.

3. Design da Informação como recurso para a organização multimodal em ambientes digitais

Os processos para a organização da informação em um sistema e/ou de um ambiente digital envolvem características multidisciplinares e, adicionalmente aos recursos tecnológicos, deve-se incorporar recursos vindos das relações humanas para obter êxito no acesso e no compartilhamento da informação para as comunidades de interesse. Portanto, a organização e apresentação da informação é um processo complexo que necessita de conhecimento de linguagens, tecnologias e humanidades para planejamento e execução em busca da interoperabilidade entre eles.

Nos ambientes dígito-virtuais, a convergência de linguagens de matrizes verbal, visual e sonora expandiu a interatividade com os internautas nas interfaces dos ambientes da *Web* e da Internet. Constituídas por infinitas possibilidades de disponibilização da informação, a composição dessas matrizes semânticas deve ser estudada e trabalhada com foco nos sujeitos informacionais e comunidade de interesse.

A representação imagética por si só pode resultar em interpretações ambíguas, diante da abertura de interpretação subjetiva, e necessita de elementos textuais que possuam função complementar e, assim, tornar a informação mais clara e inequívoca possível. Essa complementaridade é recíproca. Donis A. Dondis (1997:8) disserta que “[...] onde o visual predomina, o verbal tem a função de acréscimo.” sendo que “[...] a imagem pode ilustrar um texto verbal ou o texto pode esclarecer a imagem” (SANTAELLA e NÖTH, 1997:55). Textos e imagens constituem linguagens diferentes e, por isso, se complementam quando convergidas (PETTERSSON, 2020).

A matriz visual, embora inerente à condição humana, não é estudada como linguagem nas instituições de ensino e aprendizagem, como são as linguagens de matriz verbal. Nas escolas de ensino fundamental, médio e superior, somente se exploram questões sintáticas e semânticas relacionadas aos textos que estão organizados de maneira linear e sequencial, os da escrita. As percepções visuais estão relegadas aos hábitos cotidianos. No entanto, a linguagem imagética permeia nossas vidas, decisões e as formas de aquisição de conhecimento de modo que escapam ao nosso controle e conhecimento.

Complementarmente, tudo se mostra alinhado ao visual, mesmo a escolha tipográfica – que também é uma representação – pode causar insatisfação visual na leitura (PETTERSSON, 2020). Tais considerações demonstram que as imagens simulatórias, fortemente presentes nos ambientes digitais, além de darem continuidade às representações imagéticas analógicas, criam novas representações mentais em uma velocidade acelerada.

Roland Barthes (1977), em *Rethoric of the image*, de 1964, descreve que há duas funções na relação entre texto e imagem: ancoragem e revezamento. Na ancoragem, o texto condiciona e apoia a imagem, tem função denotativa e/ou guia a interpretação da leitura. No revezamento, o texto é complementar à imagem e pode proporcionar significados não encontrados na imagem. Assim, a convergência dessas linguagens tem função relevante na leitura e interpretação, independentemente da função estabelecida entre eles (BARTHES, 1977).

Robert Horn (1999) considera que uma nova linguagem emergiu, a chamada linguagem visual, que une textos e imagens em uma só unidade. Configura-se, assim, no *tight coupling*, termo que expressa “[...] não se pode remover palavras, imagens ou formas de uma linguagem visual sem destruir ou diminuir radicalmente o significado que o leitor pode obter” (HORN, 1999:27, tradução nossa). A construção de ambientes digitais que utilizem da convergência de tais linguagens pode enfatizar, concentrar e/ou adicionar novos aspectos para a informação (FRASCARA, 2004), ao tornar mais pertinente para atender às necessidades momentâneas dos sujeitos referente à organização e à apresentação.

Para isso, a CI, campo interdisciplinar e situada como ciência humana e social (ARAÚJO, 2018), atrelada ao DI – uma subárea multidimensional do *Design* – que planeja e produz

discursos informacionais por meio de métodos e estratégias potencializadores das interações (JORENTE, 2015), contribui para a representação visual da informação nesses ambientes.

Portanto, o DI se mostra como uma solução para a necessidade de organizar e apresentar a informação a partir do uso de seus recursos, estratégias e metodologias. Horn (1999:15, tradução **nossa**) define o DI como a “[...] arte e ciência de preparar a informação que possa ser usada por seres humanos com eficiência e eficácia.” Para Pettersson (2020), o DI é multidimensional e multidisciplinar e concentra-se no conteúdo, linguagem e forma da informação a fim de atender as necessidades dos sujeitos.

Interdisciplinar à CI, o DI informa ativamente o processo de representação da informação com objetivo de tornar clara uma mensagem para além da função estética, pois está relacionado ao conteúdo, à linguagem e ao formato da informação para solucionar problemas derivados da complexidade de sistemas (OLIVEIRA e JORENTE, 2019). Com o **foco no humano, o objetivo do DI é a “[...] criação de comunicação efetiva capaz de facilitar os processos de percepção, leitura, compreensão, memorização e utilização da informação apresentada”** (FRASCARA, 2015:5, tradução **nossa**).

Dessa maneira, para projetar informação com alta qualidade são necessários alguns atributos. A informação precisa ser acessível (facilmente disponível), apropriada para seu conteúdo e para quem terá acesso, atrativa, confiável, completa, concisa, interpretável, objetiva, relevante (estar conectada ao propósito) e, sobretudo, utilizável (INTERNATIONAL..., 2007; FRASCARA, 2015). Frascara (2015) aponta que o processo do DI envolve dois momentos: organização da informação que compreende o conteúdo e seus significados, textos e imagens; planejamento e implementação da apresentação visual. Logo, envolve conhecer tipos de linguagens, símbolos, textos e imagens; entender os processos cognitivos; compreender como os sujeitos podem transitar pelo conteúdo na interação e, sendo assim, exige conhecimento referente ao comportamento humano (FRASCARA, 2015; JORENTE, PADUA e NAKANO, 2019).

Entender o DI como recurso para a organização multimodal em ambientes digitais é fundamental para a compreensão da mudança nos aspectos socioculturais da comunicação digital. Gordon Rowland, em 1993, já dissertava o processo de *design* com vistas a: interação social; dependência de *designer* e de seu projeto; solução de problemas; compreensão do problema e sua resolução; converter informações em formas específicas de informação; aprendizagem; habilidades técnicas, criatividade e racionalidade; reflexões e capacidade nas decisões; estabelecer uma meta; resultado com utilidade e funcionalidade.

Os fatores que envolvem o processo de *design*, estudados pela ciência e disciplina do *Design*, orientam princípios estabelecidos pelo DI na proposição de clareza na organização e apresentação da informação. Lipton (2007) define o DI em oito princípios: consistência, proximidade, segmento, alinhamento, hierarquia, estrutura, equilíbrio e movimento dos olhos e clareza. Pettersson (2010) define seis princípios funcionais do DI: definição do problema, estrutura, clareza, simplicidade, ênfase e unidade. O quadro 1 exemplifica os princípios de Pettersson.

Quadro 1 – Princípios funcionais do Design da Informação

1	Definição do problema	Fase introdutória de análise e planejamento para definir os objetivos e métodos a serem seguidos e que devem considerar o emissor, a representação, a mensagem, o meio, o receptor e o contexto para sua elaboração.
2	Estrutura	Trabalhar uma visão geral da composição com estrutura, níveis e hierarquia claras.
3	Clareza	Legibilidade de todos os elementos gráficos, bem como sua convergência, da composição.
4	Simplicidade	Escolha de estilos de elementos gráficos que sejam claros para o tipo de conteúdo da composição e que seja compreensível para os sujeitos.
5	Ênfase	Uso de elementos que contrastam entre si de forma que direcione a leitura para compreensão de hierarquias e estruturas.
6	Unidade	Entender toda a composição como unidade e que possua harmonia entre os elementos.

Fonte: Adaptado de Pettersson (2010:170-175).

Assim, o DI dialoga com disciplinas que tratam do comportamento humano em busca de “[...] facilitar os processos de percepção, leitura, compreensão e memorização para a promoção da construção de conhecimentos.” (JORENTE, NAKANO e PADUA, 2020:110). Os princípios, anteriormente destacados, e o diálogo entre eles e os sujeitos informacionais, demonstram que há que se lidar com a heterogeneidade de fatores envolvidos em organizar e apresentar a informação. Os recursos para lidar com tal heterogeneidade, portanto, interessam à CI no seu terceiro paradigma, o do acesso, que compreende a complexidade dos sistemas humanos e de seus artefatos, sejam aqueles custodiados em equipamentos culturais de condição presencial ou, ainda, os que se apresentam na dígito-virtualidade.

4. A perspectiva do Design da Informação em ambientes digitais de museus do feminino

A criação de ambientes digitais na *Web* orientada pelos recursos do DI centrados no humano permite que o planejamento de práticas organizacionais e visuais da informação sejam potencializadas a fim de promover a interação ao processo infocomunicacional. Deve-se compreender que os ambientes digitais de museus são parte da estrutura de comunicação e relacionamento com as comunidades, e as potencialidades oferecidas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) podem ser adotadas como meios para disponibilizar seus acervos por múltiplas linguagens e em diferentes suportes resultantes na integração e na interatividade para os internautas (PADUA, JORENTE e SEMEDO, 2019).

O papel desempenhado pelos equipamentos de cultura e informação fomentam debates essenciais que contribuem para a expansão da visibilidade, do empoderamento de grupos, do desenvolvimento de projetos e práticas de políticas públicas, entre outras oportunidades decorrentes de suas ações. As problemáticas relacionadas a gênero, nesse sentido, são importantes e crescentes pautas, em que a preservação e o acesso à memória podem provocar e dar subsídios a diálogos necessários. Diante disso, iniciativas que tratam do

feminino tornam-se indispensáveis para a representação e representatividade da mulher e, também, atuam no embasamento aos enfrentamentos decorrentes das lutas sociais.

Os museus do feminino são equipamentos culturais que podem cooperar significativamente com as narrativas da história das mulheres com novas perspectivas na criação, no acesso e no compartilhamento de seus acervos. Ainda que os equipamentos de museus do feminino atuem com temáticas específicas, por conta da escalabilidade da informação da *Web*, potenciais grupos se abrem para além das comunidades de interesse.

[...] os museus da mulher e/ou do gênero estão a abrir novos caminhos tanto no campo especificamente historiográfico como no levantamento de problemáticas que ajudam a compreender o modo como as mulheres modelaram as suas vidas e as articularam (e articulam) com as mudanças sociais (VAQUINHAS, 2014:10).

A flexibilidade que a *Web* traz para a busca da informação não segue padrões hierárquicos. Ela permite a atividade coletiva em novas interpretações, classificações e categorizações que compreendam, também, a percepção da comunidade como um recurso a ser implementado nesses ambientes e que tem sido discutido na literatura da Ciência da Informação (CI) na pós-custodialidade.

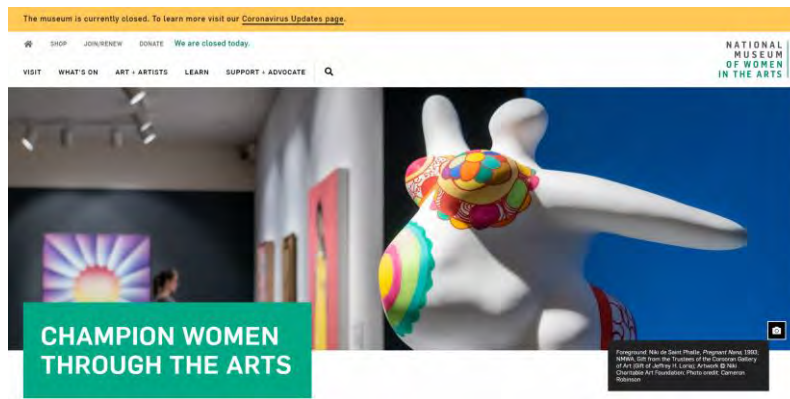
As representações imagéticas são elementos que se sobressaem por captar a percepção humana rapidamente e por ser compartilhada massivamente em razão das tecnologias atuais e em determinados espaços, como as redes sociais. Assim, no âmbito dos museus, é fundamental que seus acervos digitais tratem das representações imagéticas e suas convergências e, por isso, a importância de utilizar o DI como recurso, método e estratégia para a construção desses ambientes se faz necessário. Devido às potencialidades oferecidas pela reprodutibilidade técnica da fotografia e todo seu desenvolvimento, nota-se, atualmente, que os acervos digitais de museus armazenam representações imagéticas referentes a pinturas, esculturas, documentos, fotografias e imagens.

Para análise da convergência de linguagens comparada aos princípios do DI, foi escolhido o ambiente digital do National Museum of Women in the Arts (NMWA), de Nova Iorque, um museu dedicado a resguardar as mulheres por meio da arte. A escolha se fez pelo fato do NMWA propor trocas dinâmicas sobre arte, nas quais melhor se defende a representação das mulheres artistas do passado, enquanto se promove as artistas contemporâneas (NMWA, c.2021). Seu acervo digital preserva muitas obras de artes que, em virtude da reprodutibilidade, estão disponibilizadas para um número grande de pessoas espalhadas por todo o mundo, mesmo que o acesso à Internet não seja homogêneo.

O ambiente digital em tela apresenta as representações imagéticas sempre em primeiro plano, porém utiliza elementos textuais de forma confluída, para a leitura visual. A Fig. 1 apresenta a página inicial do ambiente, em que foi analisada a partir dos princípios funcionais, de Pettersson (2020), do DI: a) estrutura: a visão geral da composição é construída por uma estrutura compreensível dos níveis e hierarquia apresentada pelo painel de navegação superior e suas subseções; b) clareza: todos os elementos gráficos são, simultaneamente, claros e contrastantes, o que permite a legibilidade como um todo; c) simplicidade: desde a tipologia até as cores e formas utilizadas, demonstra a simplicidade e convergência de conteúdo e forma; d) ênfase: o olhar, imediatamente, se volta à

representação imagética, e por outro lado, direciona para outras informações da página; e) unidade: há harmonia entre os elementos, a convergência de linguagens tem fluidez.

Fig. 1 – Página inicial

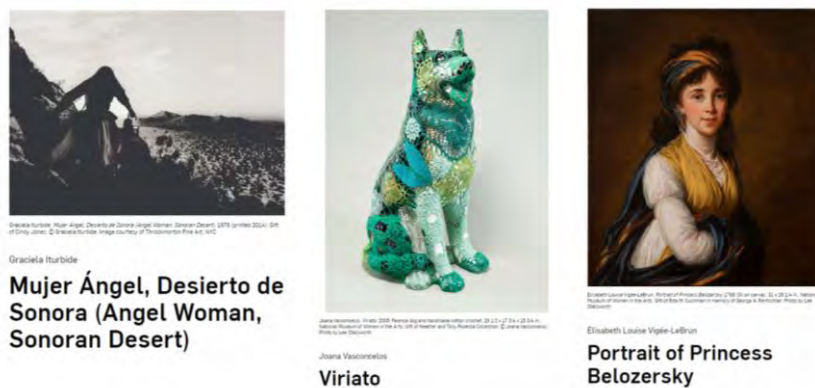


Fonte: NMWA (c.2021).

Os artefatos que fazem parte das coleções de seu acervo digital são diversificados e, por esse motivo, é notável como as representações imagéticas são elementos extremamente importantes no processo infocomunicacional de obras de arte.

A Fig. 2 apresenta um compilado de representações de obras que fazem parte do acervo, sendo uma fotografia, uma escultura e uma pintura.

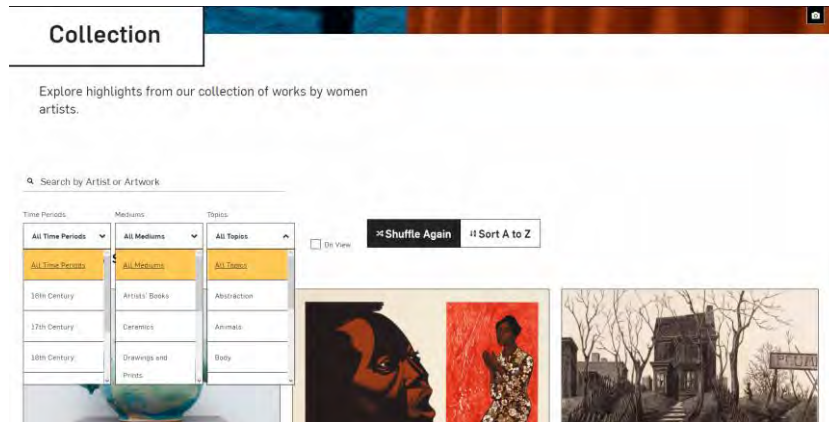
Fig. 2 – Diferentes tipos de obras de arte



Fonte: NMWA (c.2021).

Outro ponto interessante, é a disposição do acervo apresentado no formato de galeria, como pode ser verificado na Fig. 3. Esse formato possui um diferencial em relação ao que se observa em ambientes digitais de museus comumente, pois a ênfase nas apresentações é a imagética como elemento atrativo para os não-especialistas e possibilidades outras para aqueles que conhecem as particularidades da área de documentação museológica.

Fig. 3 – Página de apresentação da coleção do acervo digital com ênfase nas funções

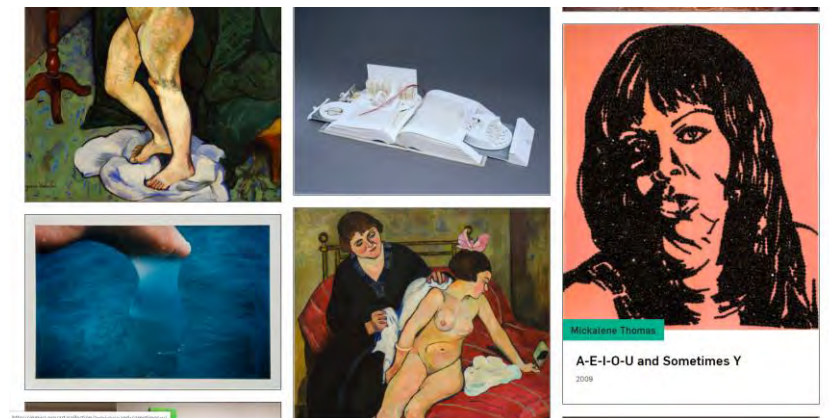


Fonte: NMWA (c.2021).

Na Fig. 3, percebe-se semelhança com plataformas mais familiares aos internautas; apresenta em primeiro plano as representações das obras; adicionalmente, possui filtros que orientam a navegação por períodos, tipologias e assuntos; dispõe de dois botões para que o visitante escolha a melhor forma de apresentação, sendo o aleatório (passível de mudança de apresentação diversas vezes) e o de ordem alfabética. Ou seja, apresenta na interface as atividades orientadas à tarefa, papel do DI, como bem descreve Jesse James Garret, no seu clássico *The Elements of user experience*, de 2003.

Também ativa interatividade na Interface de Interação, ao passar o cursor sob a imagem: expõe o nome da autora, o nome da obra e a data, o que configura na convergência de linguagens, como mostra a Fig. 4.

Fig. 4 – Página de apresentação da coleção do acervo digital



Fonte: NMWA (c.2021).

Por fim, a página de cada obra apresenta uma completa convergência entre representações imagéticas e elementos textuais. A Fig. 5 demonstra a página por toda a sua extensão na barra de rolagem. A página é composta pela representação imagética da obra, um resumo

descritivo, detalhes técnicos característicos da área que possam ser relevantes para os internautas e, finalmente, por uma imagem da autora e breve biografia.

Fig. 5 – Página de apresentação da obra de arte

The screenshot shows a webpage from the National Museum of Women in the Arts. At the top, there is a navigation bar with links like 'HOME', 'ABOUT', 'EXHIBITIONS', 'DONATE', and 'We are blessed today.' Below this is a search bar and a logo for the 'NATIONAL MUSEUM OF WOMEN IN THE ARTS'. The main content area features a large image of the painting 'Nude Arranging Her Hair' by Suzanne Valadon. Below the image is a caption: 'Suzanne Valadon, *Nude Arranging Her Hair*, ca. 1916. Oil on canvas, 41 1/4 x 29 5/8 in.; National Museum of Women in the Arts, Gift of Wallace and Wilhelmina Holladay.' The title 'Nude Arranging Her Hair' is prominently displayed. A detailed paragraph follows, describing Valadon's style and the context of the painting. Below this is a table titled 'Artwork Details' with the following information:

Artwork Details	
Artist	Suzanne Valadon
Title	Nude Arranging Her Hair
Date	ca. 1916
Medium	Oil on canvasboard
Dimensions	41 1/4 x 29 5/8 in.
Donor Credit	Gift of Wallace and Wilhelmina Holladay
On Display	Yes

At the bottom of the page, there is a small portrait of Suzanne Valadon and a short biographical note: 'Suzanne Valadon French painter Suzanne Valadon created powerful, unconventional, and sometimes controversial figure paintings, often of female nudes. [VIEW PROFILE >](#)'

Fonte: NMWA (c.2021).

Ao analisar a página sob a perspectiva dos princípios do DI, nota-se que: a) estrutura: a composição geral se relaciona de modo que os níveis e a hierarquia da informação são mantidos; b) clareza: a convergência de linguagens garante a legibilidade; c) simplicidade: o plano de fundo neutro reduz os conflitos visuais, ao destacar as imagens e os textos uns dos outros; d) ênfase: o uso da representação imagética da obra como a primeira e principal ênfase é o ponto-chave; novamente, a imagem captura a percepção e direciona a leitura para os outros elementos da composição; e) unidade: há harmonia entre os elementos que, juntos, compõem uma unidade convergente de linguagens agradáveis à leitura.

A organização e a apresentação da informação dessa página se resumem em um panorama claro ao processo infocomunicacional e à leitura visual. Além disso, a página se integra uniformemente com todo o ambiente digital, ao construir uma unidade única de identidade visual. Desse modo, toda a composição da interface colabora para que o acesso e o compartilhamento da informação sejam funcionais orientados aos internautas e que, a partir das representações disponibilizadas, seja possível a construção de narrativas visuais potencializadoras de discussões.

A reprodutibilidade técnica, que gerou inquietações com o surgimento da fotografia, se tornou uma grande aliada para a era digital. Nos ambientes dígito-virtuais, é predominante a inserção de reprodução das representações imagéticas, principalmente após a transição para *Web 2.0* (JORENTE, 2012). Para os museus dígito-virtuais, a possibilidade de se trabalhar com a linguagem imagética é relevante, pois amplia o entendimento dos sujeitos com os artefatos descritos e disponibilizados em seus acervos.

Os museus, assim como outras unidades de informação, nesses sistemas, devem reorganizar o modo como trabalham com as imagens que, quando inseridas, passam por ressignificação por meio de ações criativas ofertadas pelas TIC (JORENTE, MADIO e SANTOS, 2010).

La revalorización de los museos se busca, en parte, reubicándolos en el sistema multimedia de las comunicaciones. La mediatización y digitalización de los bienes y mensajes culturales ha transformado las tareas clásicas de los museos: coleccionar obras, conservar patrimonios y comunicarlos a diferentes públicos (CANCLINI, 2007:44).

A CI necessita atentar-se para estudos que incorpore as representações imagéticas em suas linguagens, uma vez que contribuem para a compreensão das riquezas encontradas nas narrativas de toda uma sociedade, que está sempre em movimento (CANCLINI, 2007). Para isso, o DI por meio de conceituações, instrumentos e metodologias atua como uma ciência interdisciplinar à CI e possui os recursos necessários para uma prática baseada na solução de problemas concretizados pela convergência de linguagens e da complexidade de sistemas. A sugerida hibridéz entre a CI e o DI busca apresentar melhorias na interoperabilidade para além das tecnologias, isto é, para a comunicação entre humanos, principalmente (JORENTE, PADUA e NAKANO, 2019).

Nesse sentido, do ponto de vista das instituições museológicas, é vital utilizar atributos e recursos das duas áreas interdisciplinares para o aperfeiçoamento dos ambientes digitais com vistas a fomentar estratégias de comunicação relacionadas aos seus acervos e promover a convergência entre linguagens. Portanto, é fundamental entender as

potencialidades oferecidas por todos os elementos da complexidade que fazem parte de um macrossistema cultural.

5. Considerações finais

Considera-se que as tecnologias favorecem o acesso e o compartilhamento da informação, ampliam as dimensões dos museus do feminino e oportunizam diálogos sociais tão necessários. A multiplicidade de representações imagéticas existentes em acervos dos museus femininos contribui para a preservação da memória da mulher em diferentes culturas e sociedades. Estendê-los para museus dígito-virtuais, resultado da reprodutibilidade, pode derivar em iniciativas que extrapolem as fronteiras físicas e projetem-se de maneira descentralizada. O planejamento de criação de ambientes digitais, ao considerar o uso de representações imagéticas somadas aos recursos do DI, incentiva a visibilidade dos acervos no panorama da *Web* com o diferencial de possibilitar a construção de narrativas visuais a partir das linguagens multimodais.

Ao contextualizar as seminais considerações de Walter Benjamin em suas obras, e a emergência do DI na área da CI, e analisá-las no ambiente digital do National Museum of Women in the Arts, foi possível identificar contribuições da interdisciplinaridade das áreas para o desenvolvimento de projetos no âmbito dos acervos digitais de museus do feminino. Como resultado final da pesquisa, propõe-se que a construção e criação de ambientes digitais de museus do feminino apresentem as potencialidades de linguagem entre diversas matrizes convergidas e, assim, ofereçam melhorias ao acesso e ao compartilhamento da informação para a comunidade de interesse.

A utilização das TIC e do DI na CI com a inserção de imagens em acervos digitais de museus de feminino, podem ser desenvolvidas e executadas a partir do entendimento da complexidade de cada área como subsistemas de uma cultura participativa característica da pós-modernidade. Nessa perspectiva, há a necessidade de uma reflexão sobre a metodologia do planejamento e da criação de ambientes digitais, sendo esse um processo laboratorial, contínuo, iterativo e em constante aprimoramento, enfim, em beta perpétuo, característico da *Web 2.0*.

Portanto, a interdisciplinaridade do DI com a CI estabelece conceitos que favorecem significativamente a organização e a apresentação da informação, ou seja, a Curadoria Digital. A interdisciplinaridade das áreas contribui para que formato e o conteúdo da informação sejam identificados como elementos que, confluídos, constituam um processo de comunicação voltado para o acesso e compartilhamento da informação.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila
2018 *O Que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARTHES, Roland
1977 Rethoric of the image. In HEATH, Stephen - *Image, music, text*. [Em linha]. Hammersmith: Fontana Press, 1977, p. 32-51. [Consult. 8 jun. 2020]. Disponível em: https://grrrr.org/data/edu/20110509-cascone/Barthes-image_music_text.pdf.

BENJAMIN, Walter

1987a O Narrador. In BENJAMIN, Walter - *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. [Em linha]. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221. [Consult. 14 fev. 2021]. Disponível em: http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/O-Narrador_Walter-Benjamin-1.pdf.

BENJAMIN, Walter

1987b A Obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica. In BENJAMIN, Walter - *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 165-196.

BENJAMIN, Walter

1987c Pequena história da fotografia. In BENJAMIN, Walter - *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. [Em linha]. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 91-107. [Consult. 15 fev. 2021]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/226370/mod_resource/content/1/Benjamin%20-%20%20Pequena%20história%20da%20fotografia.pdf.

CANCLINI, Néstor García

2007 El Poder de las imágenes: diez preguntas sobre su redistribución internacional. *Estudios visuales: ensayo, teoría y crítica de la cultura visual y el arte contemporáneo*. 4 (2007) 35-56.

DONDIS, Donis A.

1997 *Sintaxe da linguagem visual*. [Em linha]. 1997. [Consult. 8 ago. 2020]. Disponível em: http://www3.uma.pt/dmfe/DONDIS_Sintaxe_da_Linguagem_Visual.pdf.

FRASCARA, Jorge

2015 **What's information design**. In FRASCARA, Jorge, ed. - *Information design as principled action: making information accessible, relevant, understandable, and usable*. Illinois: Common Ground Publishing LLC, 2015, p. 5-56.

FRASCARA, Jorge

2004 *Communication Design: principles, methods, and practice*. New York: Allworth Press, 2004.

GARRET, Jesse James

2003 *The Elements of user experience*. New York: AIGA, 2003.

HORN, Robert E.

1999 Information Design : emergence of a new profession. In JACOBSON, Robert E - *Information Design*. [Em linha]. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1999, p. 15-34. [Consult. 16 jun. 2020]. Disponível em: <https://epdf.pub/information-design.html>.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR INFORMATION DESIGN

2007 *idX Information Design Core Competencies: what information designers know and can do*. [Em linha]. [Austria] : I.I.I.D., 2007. [Consult. 12 jan. 2021]. Disponível em: <https://www.iiid.net/idx-information-design-core-competencies/>.

JORENTE, Maria José Vicentini, org.

2015 *Tecnologias e design da informação: interdisciplinaridades e novas perspectivas para a Ciência da Informação*. Bauru: Canal 6, 2015.

JORENTE, Maria José Vicentini

2012 *Ciência da informação: mídias e convergência de linguagens na Web*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

JORENTE, Maria José Vicentini; MADIO, Telma de Carvalho Campanha; SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa

2010 Imagem, fotografia, imagem. In LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna - *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. [Em linha] São Paulo: Escola de Comunicações e Artes-USP, 2010, p. 307-326. [Consult. 16 fev. 2021]. Disponível em:

<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002284498.pdf>.

JORENTE, Maria José Vicentini; NAKANO, Natalia; PADUA, Mariana Cantisani

2020 *A Emergência do Design da Informação na contemporaneidade da Ciência da Informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2020.

JORENTE, Maria José Vicentini; PADUA, Mariana Cantisani; NAKANO, Natalia

2019 O Design da Informação como recurso interdisciplinar da curadoria digital em contextos complexos da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:4 (2019) 35-58. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3127>.

LIPTON, Ronnie

2007 *The Practical guide to information design*. [Em linha]. Hoboken: John Wiley & Sons, 2007. [Consult. 20 jul. 2020]. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=xCHOazIxeROC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.

OLIVEIRA, João Augusto Dias Barreira e; JORENTE, Maria José Vicentini

2019 Design da Informação e sua relevância para a Ciência da Informação. *Encontros Bibli*. [Em linha]. 24:54 (2019) 25-37 [Consult. 15 jul. 2020]. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p25>.

PADUA, Mariana Cantisani; JORENTE, Maria José Vicentini; SEMEDO, Alice

2019 Design da Informação e ações comunicacionais em websites de museus. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESIGN DA INFORMAÇÃO; CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN DA INFORMAÇÃO, 9º, Belo Horizonte, 2019 - *Anais...* [Em linha]. São Paulo: Blucher, 2019. [Consult. 12 jan. 2021]. Disponível em:

<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/design-da-informao-e-aes-comunicacionais-em-websites-de-museus-33744>.

PETTERSSON, Rune

2020 *ID Theories*. Tullinge : Institute for Infology, 2020.

PETTERSSON, Rune

2010 Information Design: principles and guidelines. *Journal of Visual Literacy*. [Em linha]. 29:2 (2010) 167-182. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/281811102_Information_Design-Principles_and_Guidelines.

ROWLAND, Gordon

1993 Designing and Instructional Design. *Educational Technology Research and Development*. [Em linha]. 41 (1993) 79-91. [Consult. 20 jul. 2020]. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02297094>.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried

1997 *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo : Iluminuras, 1997.

VAQUINHAS, Irene

2014 Museus do feminino, museologia de género e o contributo da história. *Midas : museus e estudos interdisciplinares*. [Em linha]. 3 (2014) 1-15. [Consult. 15 jan. 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/midas.603>.

Stephanie Cerqueira Silva | stephanie.cerqueira@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Maria José Vicentini Jorente | mj.jorente@unesp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Resumo: Nas lógicas contemporâneas, o conceito de mediação ganha destaque por sua centralidade nas interações sociais e mediações simbólicas, passando a ser compreendido como um processo inerente a todo fazer do profissional da informação. Diante disso, o objetivo está em descrever a trajetória da mediação cultural na França, observando-se o seu surgimento, histórico e evolução. O estudo possui abordagem qualitativa, do tipo descritivo, adotando-se o método de pesquisa bibliográfica. A princípio, a mediação cultural esteve associada as práticas de mediadores de livros e aos ambientes dos museus. Atualmente, sua emergência no contexto francês associa-se a questões culturais e artísticas entre as instituições de informação e cultura e os públicos, a fim de se reduzir as fraturas sociais marcadas pela exclusão social.

Palavras-chave: Ação cultural; Animação cultural; Educação popular; Mediação cultural, França.

Abstract: In contemporary logics, the concept of mediation gains prominence by its centrality in social interactions and symbolic mediations, becoming understood as an inherent process in all the work of the information professional. In view of this, the goal is to describe the trajectory of cultural mediation in France, observing its emergence, history and evolution. The study has a qualitative approach, of descriptive type, adopting the bibliographical research method. At first, cultural mediation was associated with book mediators and museum environments. Currently, its emergence in the French context is associated to cultural and artistic issues between information and culture and public institutions in order to reduce social fractures marked by social exclusion.

Keywords: Cultural action; Cultural animation; Popular education; Cultural mediation, France.

1. Introdução

A delimitação do universo de pesquisa referente à França deve-se ao fato de que a mediação cultural surgiu e se desenvolveu em solo francês. Desse modo, o conceito de mediação cultural é de recente surgimento em vários campos da atividade social, mas se desenvolveu, de acordo com Bordeaux (2008:2), desde os anos de 1970, de forma inflacionária nos campos do direito, família, medicina, educação e mídia, apenas para citar alguns.

Primeiramente ligada ao universo dos museus, não demorou muito para que a noção de mediação cultural se expandisse para outras instâncias da cultura como teatros, óperas, centros de dança, festivais, bibliotecas, abordando questões de patrimônio, de público e de democratização cultural.

Ainda na década de 1990, foram criados os mediadores de livros, com o objetivo de combater o analfabetismo e promover a leitura pública como uma alavanca social e cultural.

A temática da mediação cultural na França influenciou diversos estudos, pesquisas e discussões ao redor do mundo como em países francófonos, da Península Ibérica e latinos.

Caune (2018) relata que o surgimento do tema da mediação cultural no início dos anos de 1990 é consciência contemporânea dos fenômenos de exclusão, de fratura e de segmentação da sociedade francesa, com objetivos de se desenvolver abordagens para a apropriação da arte viva e do patrimônio, como também o de democratizar o acesso a obras, línguas e práticas.

Na perspectiva da mediação cultural, os profissionais de informação ocupam posição central nas dinâmicas culturais de que participam. Se eles foram historicamente reduzidos ou equivocadamente compreendidos apenas como técnicos especializados, profissionais de **“apoio”, vale dizer, secundários em relação a outros, reaparecem agora redefinidos como mediadores culturais, sujeitos criativos e criadores, destinados a exercer papel central nas dinâmicas culturais (PERROTTI, 2016).**

Perrotti e Pieruccini (2014) corroboram que a mediação é categoria intrínseca a qualquer processo cultural. Os autores sinalizam ainda que, nos quadros históricos e culturais, novas leituras dos fenômenos informacionais e comunicacionais são propostas, conferindo centralidade aos processos de mediação cultural.

Ainda, nas lógicas contemporâneas, o conceito de mediação ganha destaque por sua centralidade nas interações sociais e mediações simbólicas, passando a ser compreendido como um processo inerente a todo fazer do profissional da informação, dando maior relevo à responsabilidade social desse agente mediador e também dos ambientes informacionais, vistos como espaços de apropriação e construção de sentidos.

Destaca-se que este estudo ganha maior expressividade quando se observa o crescente montante de pesquisas na área de Ciência da Informação relativas aos processos de mediação cultural, bem como os aspectos ligados à cultura, aos elementos culturais, às artes, ao lazer e aos fluxos de informação, percebendo-se a centralidade da cultura nos processos mediadores em dispositivos de cultura e informação.

Nesse intuito, o objetivo está em descrever a trajetória da mediação cultural na França, destacando-se aspectos relacionados ao seu surgimento, histórico e evolução, observando-se também as suas relações com os fenômenos culturais como a educação popular, a animação e a ação cultural.

2. Procedimentos metodológicos

Para responder ao objetivo do estudo, empreendeu-se uma abordagem qualitativa, do tipo descritivo, adotando-se o método de pesquisa bibliográfica.

Por meio do levantamento bibliográfico foram selecionados e reunidos diversos materiais bibliográficos no intuito de se alcançar contribuições teóricas necessárias a descrição do desenvolvimento da mediação cultural na França.

O levantamento bibliográfico foi realizado em solo francês, na cidade de Lille, situada no extremo norte da França, através do Groupe d'études et de recherche interdisciplinaire en

information et communication (GÉRIICO), da Université de Lille 3, em função do estágio de pesquisa no exterior, desenvolvido nos meses de setembro a novembro de 2018.

A pesquisa bibliográfica no contexto francês consistiu em investigar e analisar a mediação cultural e seus fenômenos adjacentes, avaliando-se a sua historicidade, surgimento, fenômenos culturais fronteiriços e teorias, disponibilizados em diversas fontes de pesquisa, como catálogos de bibliotecas e bases de dados.

Nesse propósito, no procedimento de coleta de dados foram utilizados os seguintes termos em francês na estratégia de busca: <médiation>, <médiation culturelle>, <politique culturelle>, <animation culturelle>, <animation socioculturelle>, <action culturelle>, <éducation populaire> e <politiques publiques>.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido em diversas localidades e fontes: Groupe d'études et de recherche interdisciplinaire en information et communication (GÉRIICO); **Catálogo da Bibliothèques de L'université de Lille Sciences Humaines et Sociales**; **Catálogo da Réseau de Bibliothèques Municipales de Lille**; **Catálogo da École Nationale Supérieure des Sciences de L'information et des Bibliothèques**; **Catálogo da Bibliothèque Nationale de France**; CAIRN.INFO; **Catálogo do Cahiers de L'action Culturelle**; Le portal PERSSE; *Bulletin d'informations de l'ABF* e demais fontes de informação como a revista eletrônica *L'Observatoire*.

3. Cultura e educação popular na França: breve retrospecto

As questões envolvendo a democratização da cultura na França, segundo Moulinier (2012), surgiram na Revolução Francesa em 1789.

Para Georget (2009:8-9, tradução nossa),

A idéia de educação popular surgiu da Revolução, mas se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando as transformações do mundo industrial, a urbanização e a generalização da educação gratuita, laica e obrigatória¹.

As origens da educação popular remontam ao século XVIII, portanto, em uma época de pensamentos dos enciclopedistas e do relatório sobre a instrução popular de Condorcet², cujo texto intitulado *A Organização geral da educação pública* foi dirigido à convenção da assembléia fundadora da Primeira República francesa.

¹ “L'idée d'éducation populaire est apparue dès la Révolution mais s'est développée à partir de la seconde moitié du XIX^{ème} siècle accompagnant les transformations du monde industriel, l'urbanisation et la généralisation de l'enseignement gratuit, laïc et obligatoire” (GEROGET, E., 2009:8-9).

² Marie-Jean-Antoine-Nicolás de Caritat, “Marquês de Condorcet” (1743-1794), foi um filósofo e humanista francês do Iluminismo, defensor da reforma educacional e dos direitos das mulheres.

O texto do Marquês de Condorcet, considerado como marco fundador, declarou em 1792 que a educação, então amplamente reservada ao clero e à burguesia, deveria ser pública e se estender à toda a população, a fim de se promover o avanço social e profissional de todos.

Mesmo que o texto de Condorcet não tenha sido seguido pelos convencionais de sua época, lançou as bases de um ideal de educação para o povo e de que mais tarde iria se tornar a educação popular (GEORGET, 2009).

Os ideais da educação popular, ao promoverem o desenvolvimento e o exercício da democracia, acompanharam o adiantamento e a participação na emergência da figura do cidadão.

Georget (2009) descreve a educação popular como uma corrente de idéias que militam pela apropriação do conhecimento ao maior número de pessoas, a fim de se permitir que cada um floresça e encontre o seu lugar de direito como cidadão. Essa aprendizagem é vista como uma oportunidade para desenvolvimento das capacidades de se viver em sociedade: confrontando-se idéias, partilhando-se uma vida em grupo, exprimindo-se em público, etc.

No percurso da Segunda Grande Guerra, entretanto, a educação popular foi entendida como um elemento de resistência, encontrando sua institucionalização no Instituto Nacional de Educação Popular (INEP) (MOSER, MULLER e WETTSTEIN, 2004:43).

Desse modo, a educação popular floresceu amplamente nas décadas de 1940 e 1950. Fazia-se necessário o estabelecimento de novos métodos e de novas instituições educativas, cujas mudanças incidiam em adaptações necessárias frente a uma sociedade fraturada e traumatizada após a libertação.

Nesse aspecto, a questão cultural se tornará central na educação popular, onde surgirão movimentos que se tornarão referências. Os combatentes da resistência, Joffre **Dumazedier**, **Bénigno Cacérés** e **Paul Lengrand** constroem o movimento **“Povo e Cultura”** em torno de um projeto político de democratização cultural, objetivando-se devolver a cultura ao povo e o povo à cultura.

Em 1948 surgiu um outro movimento emblemático da ação cultural de educação popular, a federação francesa de centros juvenis e culturais. Os centros juvenis são pensados como **“centros de cultura” onde o pensamento, as artes e as ciências poderiam florescer em todo** o território francês e através do lazer socioeducativo dirigido aos jovens.

No percurso do século XX, os ideais da educação popular transcendem fronteiras tornando-se realidade além dos países europeus. De acordo com Chevalier e Deschamps (2019), seu epicentro não estava mais na Europa, mas sobretudo na América Latina e mais precisamente no Brasil. Com efeito, a obra do pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), conhecido pelo seu compromisso com a alfabetização de pobres e oprimidos, é hoje uma das referências dominantes em âmbito mundial.

Para avançar nas discussões, fez-se necessário traçar aspectos do desenvolvimento de movimentos culturais circunscritos a mediação cultural na França como a animação e a ação cultural.

4. Animação cultural

A animação cultural é uma especialidade sociocultural e educacional circunscrita à França, herdada da educação popular, cujo fenômeno derivou da filosofia do Iluminismo (GILLET, 2002).

Historicamente, a animação foi inspirada em modelos herdados da educação popular (com foco em áreas carentes) e modelos recreativos relacionados a atividades de lazer.

Historicamente e ideologicamente, a animação herdou movimentos de educação popular, secular e religiosa, republicana e socialista dos séculos XIX e XX, com o objetivo de finalmente obter acesso à cultura, capacitando adultos, cidadãos responsáveis e críticos. Pedagogicamente, advém de correntes psicossociológicas valorizando o grupo como local de expressão e criatividade. Sociologicamente, é indicativa do surgimento da civilização do lazer (GILLET, 2002).

No que diz respeito ao fenômeno do lazer, diversos fatores foram congruentes para a criação de uma civilização do lazer: o fim da Segunda Guerra Mundial e das restrições impostas por ela; a criação em 1956 da redução do tempo de trabalho com uma terceira semana de férias; a aspiração crescente entre os jovens e adultos em direção as questões de lazer; e o fim, porém, antigo, do controle moral de igrejas e de corporações (MIGNON, 2007).

Para Rouault (2002:39, tradução nossa):

A animação profissional traça sua própria história a partir da educação popular e está também relacionada ao desenvolvimento da ação cultural dos anos sessenta e ao novo campo da ação social dos anos oitenta. Foi durante os anos 60 que intercâmbios e negociações interativas entre as diferentes correntes da educação popular e os serviços do Estado deram origem ao conceito de animação. Ao mesmo tempo em que o Estado impõe sua visão, essa institucionalização de um método de intervenção social e cultural é uma das especificidades francesas³.

Em 1936, a França levou ao poder um governo de esquerda que marcaria profundamente o setor de animação (MOSER, MULLER e WETTSTEIN, 2004)⁴.

O novo governo da frente popular criou o cargo de subsecretário de Estado para o lazer, dirigido por Léo Lagrange, um dos mais ilustres líderes de recreação francês da época.

³ “L’animation professionnelle tire sa propre histoire de celle de l’éducation populaire, elle est aussi reliée au développement de l’action culturelle à partir des années soixante et à la nouvelle donne de l’action sociale à partir des années quatre vingt. C’est au cours des années soixante que les échanges interactifs et les négociations entre les différents courants de l’éducation populaire et les services de l’État ont donné naissance au concept d’animation. Dans le même temps l’État impose sa vision, cette institutionnalisation d’une méthode d’intervention sociale et culturelle est une des spécificités française” (ROUAULT, 2002:39).

⁴ “En 1936, la France portait au pouvoir un gouvernement de gauche qui allait profondément marquer le secteur de l’animation” (MOSER, MULLER e WETTSTEIN, 2004).

Nesse governo, inauguraram-se também as primeiras férias pagas aos trabalhadores, reverberando-se em multiplicações das colônias de férias pelo país.

Organizações de diversos tipos construíram suas próprias instâncias de férias, incluindo-se também programas com uma ampla gama de atividades direcionadas ao lazer. Em torno dessa filosofia foram construídas redes de hotéis e colônias de férias, a exemplo do movimento de albergues da juventude.

Para Cortesero (2012:1, tradução nossa) **“A animação sociocultural é frequentemente associada à educação popular e movimentos de juventude dos quais é uma extensão no espaço de intervenção social profissionalizada”**⁵.

A animação sociocultural é uma realidade que pode ser datada dos anos 1960: é uma resposta no período do pós-guerra à necessidade de acompanhar a reconstrução e urbanização através da recriação do laço social (CORTESE, 2012).

Historicamente, a animação nasceu de um movimento social baseado no ativismo e no voluntariado, observando-se a atuação de professores, padres, senhoras padroeiras, sindicalistas e ativistas políticos. A necessidade de desenvolver uma formação específica e clarificar o papel do animador como facilitador foi reforçada nos anos de 1960.

Em suma, Gillet (2002:43) afirma que a animação como uma forma profissionalizada de prática coletiva foi formada na França, na esteira da Educação Popular e da Ação Social.

A partir de 1958 intensificou-se a colaboração entre as autoridades públicas e as associações, sendo que diversas instalações foram financiadas pelo estado e município, onde as associações participaram nos órgãos de reflexão e consulta.

Em 1968 foi criado o Conselho Nacional de Associações da Juventude e Educação Popular (CNAJEP). Em 1970 foi criado o primeiro diploma de animador, com certificado de aptidão à função socioeducativa (CAPASE) pelo Ministério da Juventude e Desportos.

Na década de 1960, o conceito de animação rapidamente se espalhou para outros países através de dois canais: a francofonia em primeiro lugar, o que lhe permitiu ganhar uma posição na Bélgica, na Suíça e no Canadá, depois em organizações (UNESCO e o Conselho da Europa), através das quais se tornou conhecido além das fronteiras da língua francesa, como em países de línguas hispânicas, lusitanas e latino-americanas (GILLET, 2002; MOSER, MULLER e WETTSTEIN, 2004).

Através da língua francesa e das organizações sociais e culturais, difundiu-se a adoção do termo nas antigas colônias francesas do continente africano.

O termo também se estabeleceu na Espanha e em Portugal, de onde incidiu para a América do Sul, e mais particularmente para a Argentina e Brasil.

⁵ **“L’animation socio culturelle est souvent associée à l’éducation populaire et aux mouvements de jeunesse dont elle fait figure de prolongement dans l’espace professionnalisé de l’intervention sociale”** (CORTESE, 2012:1).

Na Península Ibérica, a adoção do termo é provavelmente o resultado da fração republicana do campo social, cultural e educacional (por referência à República Espanhola de 1936-1939, cuja ambição esteve em estabelecer a primeira democracia na Península Ibérica). Assim, seria necessário aguardar o fim da ditadura de Franco na Espanha e da de Salazar em Portugal, para que o termo realmente ganhasse destaque (MOSER *et al.*, 2004).

Rouault (2002) destaca que a profissão de animador abrange múltiplas profissões e tipos de empregos em constante crescimento, tanto nos papéis desempenhados no exercício da função de animação, como nos empregadores, no público, nos lugares de intervenção, em se tratando de atividades variadas e específicas.

Desse modo, a animação é um fenômeno sociocultural e um processo dinâmico para a implementação das relações sociais em conjunto com o conteúdo cultural: está na interseção da ação social e da ação cultural.

A animação supõe a existência de um grupo, de um público, de uma coletividade, de uma comunidade, cuja aculturação e desenvolvimento são objetos de animação. Implica a presença ativa de um ou mais agentes voluntários e a gestão de animação.

Em extrato, pode-se estabelecer que a animação cultural foi inspirada em modelos herdados da educação popular (com foco em áreas carentes) e modelos recreativos relacionados a atividades de lazer.

Apesar da animação cultural ter florescido e ganhado destaque, Rouault (2002) observa que o desenvolvimento das *Maisons de la Cultura* (André Malraux) no final dos anos 60, favoreceu o recrutamento de reconhecidos profissionais da cultura, mas não o de animadores socioculturais, já que a política cultural estabelecida por André Malraux repeliu o papel do animador ou de qualquer tipo de mediação.

Contudo, Rouault (2002) também considera que o *métier* de animador ainda é uma profissão vaga, difícil de definir, mal configurada, especialmente porque o *background* cultural do animador nem sempre é óbvio, mesmo que a sua função social seja necessária e reconhecida.

5. Ação cultural

A transformação social, através do projeto de cultura, pode ser datada pelo famoso discurso do Marquês de Condorcet sobre a educação pública, apresentado à Assembléia Legislativa entre 20 e 21 de abril de 1792 (ARNAUD, 2015:45).

Após esse período, no momento em que se estabeleceu a Quinta República, a ideologia dominante dos franceses se expressou em torno da noção de "cultura", termo que ocupou o lugar, em nível emblemático, daquele ocupado pela "educação" à época da instalação da Terceira República.

No percurso da Quinta República, todos os projetos que se expressaram em torno do termo "lazer" são prescritos como contraditórios a um projeto de cultura.

Nos anos de 1960, a ação cultural firmou-se como uma bandeira de ação do governo, tendo **o termo “setor sociocultural” para descrever** o novo papel atribuído as *Maison de la Culture* (Casas de Cultura) na divulgação de obras artísticas de qualidade (BORDEAUX, 2008).

Na década de 1970, o desenvolvimento cultural, que permitiu o pensamento em conjunto do desenvolvimento pessoal através da cultura, o desenvolvimento territorial e posteriormente o desenvolvimento econômico, tornou-se o termo para significar o projeto político do governo, além das mudanças ministeriais.

Caune (2018) explícita que entre as décadas de 1960 e 1980, os debates sobre a cultura cresceram, muitas vezes, a partir de oposições da cultura dominante e cultura dominada. A cultura dominante identificada com a cultura burguesa e em relação a cultura dominada, buscando-se expressões emergentes nas lutas sociais e na emancipação nacional.

De acordo com Midy (2002:7, tradução nossa) **“Ação cultural: a palavra é recente, assim como o fenômeno a que se refere e as análises que tentam definir o fenômeno”**⁶. Ainda, o autor diz que a ação cultural programada tem sua fonte, seu princípio e sua base na Carta Universal dos Direitos Humanos, na proclamação da Assembléia da ONU em 1948 do “direito à cultura” (MIDY, 2002:11).

Labourie (1978) menciona que nos anos de 1956-1965, após a proliferação de criações de educação popular na libertação (término da Segunda Guerra), surgiu o desenvolvimento cultural, invocando as noções de ação cultural e difusão cultural. Desse modo, uma rede de “Centros Regionais de Arte Dramática”, as “Casas de Cultura” e o Ministério de Assuntos Culturais foi criada em 1959.

Entretanto, a ação cultural é um conceito conectado que não segue sozinho. O termo faz parte de uma constelação que sempre inclui “política cultural” e “desenvolvimento cultural”, muitas vezes “democratização cultural e democracia cultural”, em companhia de “animação cultural” (MIDY, 2002).

Midy (2002:7-8, tradução nossa) ainda esclarece:

O Estado, por meio de suas políticas culturais, é a fonte e os recursos, o desenvolvimento cultural é o objetivo e a finalidade, a democratização cultural e a democracia cultural são suas principais modalidades, enquanto a animação cultural é pedagogia e metodologia. É uma noção especializada⁷.

Em 1959, o General Charles de Gaulle criou o Ministério da Cultura atribuindo-o a André Malraux, escritor de temas políticos e culturais, que elaborou um vasto programa de acesso e desenvolvimento da cultura francesa.

⁶ “Action culturelle : le mot est récent, tout comme le phénomène qu’il désigne et les analyses qui tentent de cerner le phénomène” (MIDY, 2002:7).

⁷ “L’État, à travers ses politiques culturelles, en est la source et les ressources, le développement culturel en est le but et la finalité, la démocratisation culturelle et la démocratie culturelle en sont les principales modalités (CCCE, 1978), tandis que l’animation culturelle en est la pédagogie et la méthodologie. C’est une notion spécialisée” (MIDY, 2002:7-8).

De acordo com o decreto de 1959⁸, o Ministério da Cultura, em linhas gerais, teve como missão:

tornar acessível ao maior número as obras capitais da humanidade, e primeiro da França, ao maior número possível de franceses, para garantir a mais ampla audiência ao nosso patrimônio cultural, e para favorecer a criação de obras de arte e do espírito que as enriquecem.

Neumann (2012:4) discorre que mesmo que Malraux nunca tenha utilizado a terminologia de democratização cultural, o objetivo maior era esse: criar as *Maisons de la Culture*, articulando a política cultural em seis objetivos principais: criação, valorização da conservação, difusão, treinamento, pesquisa e gestão.

A política de Malraux é baseada no **‘choque cultural’** ou **‘estética de choque’**, recusando-se a desenvolver ferramentas pedagógicas para facilitar o encontro entre a obra e o público. Segundo ele, o trabalho tem qualidades intrínsecas; ela transmite diretamente uma emoção para o espectador sem usar a mediação (NEUMANN, 2012:4, grifo do autor, tradução nossa)⁹.

As novas abordagens da política cultural estabelecida por Malraux permitiram a descentralização da cultura em toda a França e uma distribuição mais igualitária no acesso aos bens culturais.

Construídas na década de 1950, de acordo com o conceito do Ministro da Cultura, Malraux, as Casas de Cultura tinham a missão essencial de difundir a cultura, ou seja, tornar acessíveis as pessoas o maior número de obras de arte, promover a produção cultural ou criação artística popular.

Essas casas deveriam apresentar obras de arte ao cidadão comum de forma apropriada e compreensível e, ao mesmo tempo, abrigar, promover e exhibir as criações da população. Malraux reviveu os alicerces da educação popular com um sopro de modernidade. Ao fazê-lo, ele abriu um vasto debate sobre cultura que terá então uma imensa ressonância, especialmente nos trabalhos de Pierre Bourdieu.

Ao desenvolver as primeiras políticas culturais francesas, Malraux ensejou fornecer a chance para que todos tivessem acesso à oferta cultural, supondo-se que fosse suficiente colocar em contato um trabalho cultural a uma audiência para que surgissem interesses.

Entre o período de 1971 a 1973, o ministro Jacques Duhamel assumiu o Ministério da Cultura impulsionando um novo conceito de desenvolvimento cultural, substituindo a ação cultural de Malraux. Duhamel estava convencido de que a política cultural não poderia ser

⁸ Décret n°59.889, du 24 juillet 1959 portant sur l'organisation du Ministère chargé des Affaires Culturelles, article 1. Site Legifrance. 26 juillet 1959. [Em linha]. Disponível em: www.legifrance.gouv.fr/jopdf/common/jo_pdf.jsp?numJO=0&dateJO=19590726&numTexte=&pageDebut=07413&pageFin.

⁹ “La politique de Malraux est fondée sur le «choc culturel» ou «choc esthétique» et le refus de développer des dispositifs pédagogiques pour faciliter le **rencontre entre l'oeuvre et le public. Selon lui, l'oeuvre a des qualités intrinsèques**; elle transmet directement une émotion au spectateur sans faire usage de la médiation” (NEUMANN, 2012:4).

feita apenas pelo Estado: pois constrói-se laços estreitos com as comunidades locais, estabelecendo parcerias culturais entre o estado e as cidades (NEUMANN, 2012:4-5).

A paisagem cultural se expandiu graças a parcerias e intervenções interdepartamentais e culturais. Sob a ótica de Duhamel, a cultura não ficou mais limitada a obras-primas da humanidade, defendendo também o esforço na mediação cultural entre as obras e o público, rejeitando a visão do "choque cultural" apoiado por Malraux (NEUMANN, 2012).

Neumann (2012:5, tradução nossa) corrobora que **“Já na década de 1980, o público tornou-se a principal referência para as políticas públicas”**¹⁰.

Através do governo de François Mitterrand, Jack Lang tornou-se Ministro da Cultura em 1981. O ministério abriu-se, portanto, para novas formas de arte, seu orçamento é multiplicado em 1982, a educação artística escolar se abre para novas disciplinas, ações de conscientização da cultura são realizadas. Lang desenvolveu cobertura da mídia sobre eventos culturais, organizando grandes eventos populares, como os *Fête de la musique* (Festivais de Música).

Neumann (2012:5, grifo do autor, tradução nossa) destacou que **“Não foi antes da década de 1990 que o termo "mediação cultural" apareceu, graças ao programa do governo lançado em 1997, intitulado "novos serviços – empregos para jovens”**¹¹.

A mediação cultural é finalmente reconhecida como função e trabalho específico, aparecendo pela primeira vez na lei de 4 de janeiro de 2004 relativa aos Museus da França (NEUMANN, 2012; BORDEAUX, 2008).

Neumann (2012:5) estabelece que esta visão geral da evolução das políticas culturais na França e, em particular, o termo mediação que substitui os de ação cultural, desenvolvimento cultural e comunicação cultural mostra que as questões de acesso à cultura foram centrais desde o início do Ministério da Cultura, implantado em 1960.

6. Origens e percurso histórico da mediação cultural

Em busca de um marco histórico em relação ao surgimento da mediação cultural, Clouet (2012:85) informa que:

¹⁰ **“Dès les années 1980, le public devient la référence majeure des politiques publiques”** (NEUMANN, 2012:5).

¹¹ **“Il faudra attendre les années 1990 pour que le terme « médiation culturelle » fasse son apparition, notamment grâce au programme gouvernemental lancé en 1997 et intitulé « nouveaux services-emplois jeunes »”** (NEUMANN, 2012:5).

A transmissão da história e da mediação cultural são questões relativamente novas. Embora existam museus e ensino de história no século XIX, a questão da mediação realmente surge a partir dos anos oitenta¹².

Verifica-se a evolução da mediação cultural especialmente com o surgimento da indústria do lazer e a mudança de instituições públicas e culturais. Os locais de conservação do patrimônio também se tornaram lugares de transmissão e animação cultural com a instalação de exposições, visitas guiadas e oficinas temáticas, voltados para todos os públicos, escolas e adultos.

Clouet (2012) refere-se à mediação histórica, indispensável no sentido de que vestígios, arquivos, testemunhos e documentos são objetos do passado que não falam por si sós.

Nas exposições e transmissões da história, criou-se um novo discurso pedagógico, onde o mediador garante a ligação entre o passado e o presente. Em se tratando de uma exposição, os mediadores, em colaboração com historiadores e cenógrafos, projetam novos horizontes, ferramentas e suportes para se tentar superar as lacunas e ambiguidades das fontes históricas. Nesse caso, objetos do passado se misturam a objetos contemporâneos para facilitar a compreensão da história (CLOUET, 2012:85-86).

Da palavra grega “mesos”, que se tornou “mediatio” no latim tardio, a noção de mediação, literalmente, diz respeito a uma ação que intervém entre duas entidades (ABOUDRAR e MAIRESSE, 2018:3).

Originalmente anexada no domínio de gestão de conflitos, a mediação emergiu na década de 1980 no setor cultural a fim de criar novas ligações entre as classes populares e as instituições.

Para Caune (2018), o surgimento do tema da mediação cultural no início dos anos de 1990 é consciência contemporânea dos fenômenos de exclusão, de fratura e de segmentação da sociedade francesa.

Essa aparição expressou o desejo de colocar fim ao tempo da desconfiança e do confronto entre o campo da cultura e o da cultura da educação popular para abordar o período de trabalhar juntos em torno de uma ambição compartilhada: desenvolver abordagens para a apropriação da arte viva e do patrimônio, democratizar o acesso a obras, línguas e práticas.

Bersier (2017) diz que a noção de mediação cultural realmente decolou durante a década de 1990, período que marca o início de sua institucionalização. Primeiro ligada ao mundo dos museus, logo se expandiu para novos lugares da cultura, como teatros, óperas, centros coreográficos, festivais, patrimônios, etc., sem esquecer as bibliotecas públicas.

Para a Médiation Culturelle Association (2010), a palavra mediação é hoje empregada por diversos atores, sendo utilizada em contextos diferentes para falar sobre a intervenção de

¹² “La transmission de l’histoire et la médiation culturelle sont des enjeux relativement nouveaux. Même s’il existe des musées et un enseignement de l’histoire au XIX^e siècle, la question de la médiation se pose véritablement à partir des années quatre-vingt” (CLOUET, 2012:85).

um terceiro em uma situação de natureza conflituosa: mediação legal, política, familiar, social e intercultural, etc.

Camelo, Dubé e Maltais (2016) verificam que a mediação cultural iniciou-se nos anos de 1980 em países de língua francesa e continua a se desenvolver através do aparecimento de duas vontades distintas para pensar nossas relações sociopolíticas com a cultura: a democratização cultural e a democracia cultural.

Como programa público, a democratização da arte vê a cultura como um conhecimento a ser compartilhado por meio da educação. É uma contribuição simbólica. Por sua vez, a democracia cultural usa a cultura para afirmar identidades: tem uma contribuição social (CAMELO, DUBÉ e MALTAIS, 2016).

O termo mediação induz a ideia de uma triangulação, numa situação em que a presença do terceiro é necessária quando duas partes, em diálogo, estão em conflito ou tensão (mal entendido, comunicação impedida, interesses divergentes, etc.).

A mediação, desse modo, refere-se a um esquema triangular, sendo necessário a presença do mediador para sanar as tensões sentidas entre os elementos da cultura e o público, gerando uma situação de intercâmbio e meios de interpretação.

No contexto dos livros e da leitura, em 1991, o Departamento de Livro e da Leitura (DLL), órgão do Ministério da Cultura e Comunicação na França, em parceria com a Associação ATD Quart-Monde¹³, realizaram uma primeira e pioneira experiência de mediadores de livros, no campo da leitura pública.

Nessa instância, Bordeaux (2008:3, tradução nossa) dissemina que se tratou de “[...] um programa inovador de recrutamento de mediadores de livros, encarregado de disseminar o gosto e a prática da leitura entre as populações mais afastadas da rede de bibliotecas”¹⁴.

Posteriormente, outros programas foram desenvolvidos a partir de 1998, tendo como parcerias o Ministério da Cultura e o Ministério da Juventude, do Esporte e da Vida Comunitária.

Para Bordeaux (2008:3, tradução nossa), “[...] o Mediador de livros torna-se uma opção possível nos ofícios de animação sociocultural”¹⁵.

Contudo, a mesma autora diz que a mediação cultural ocupa um lugar ambíguo. Aparece como uma competência e não como um quadro estatutário de emprego, exceto no setor de “animação”: aparece, portanto, como uma especialização das profissões de adido de

¹³ A Associação ATD Quart-Mond é um movimento que atua em vários países contra a miséria e a exclusão, criado a partir da observação de fraturas sociais profundas. Disponível em: <http://www.atd-quartmonde.org/>.

¹⁴ “[...] un programme innovant de recrutement de médiateurs du livre, chargés de diffuser le goût et la pratique de la lecture auprès des populations les plus éloignées du réseau des bibliothèques” (BORDEAUX, 2008:3).

¹⁵ “«médiateur du livre» devient une option possible dans les métiers de l’animation socioculturelle” (BORDEAUX, 2008:3).

conservação e assistente de conservação do patrimônio, e não como uma profissão por direito próprio (BORDEAUX, 2008:4).

Finalmente, a lei francesa de 4 de janeiro de 2004 sobre os Museus da França mencionou explicitamente pela primeira vez a mediação como uma atribuição dos museus: cada museu na França tem um serviço encarregado das ações de recepção do público, difusão, animação e mediação cultural. Essas ações são realizadas por pessoal qualificado (BORDEAUX, 2008:4).

Ainda, Bordeaux (2008:4) admite que o trabalho de Caillet (1995) e sua atuação na Diretoria de Museus da França antes de ingressar na Delegação de Desenvolvimento, desempenhou um relevante papel na divulgação da noção de mediação cultural.

7. Considerações finais

Entre os autores pesquisados não há um consenso sobre o período de aparição da mediação cultural. Camelo, Dubé e Maltais (2016) afirmam que a mediação cultural surgiu nos anos de 1980 nos países de língua francófona. Bordeaux (2008) diz que a noção de mediação, na França, desenvolveu-se desde a década de 1970. De acordo com Caune (2018), o surgimento do tema da mediação cultural deu-se no início dos anos de 1990.

Destarte, compreendeu-se que a mediação cultural na França tenha se desenvolvido de fato, no decorrer da década de 1990.

Retrospectivamente, a democratização da cultura na França remonta aos primórdios da Revolução Francesa vinculada à idéia de educação popular e do relatório sobre a educação popular do Marquês de Condorcet em 1792.

O movimento da educação popular francesa influenciou fenômenos culturais como a animação e a ação cultural.

A animação cultural traça sua própria história a partir da educação popular dos séculos XIX e XX, estando também relacionada ao desenvolvimento da ação cultural dos anos de 1960 e ao novo campo da ação social dos anos de 1980 (ROUAULT, 2002:39; GILLET, 2002:43).

Percebeu-se, desse modo, que a animação cultural não transita como um fenômeno cultural isolado, estando relacionada também à ação cultural. A animação é um fenômeno sócio-cultural e um processo dinâmico para a implementação das relações sociais em conjunto com o conteúdo cultural: está na interseção da ação social e da ação cultural.

A mediação cultural é um termo de uso recente nas políticas culturais na França, observando que o seu surgimento na França desenvolveu-se sob os limites das políticas culturais e do sistema cultural sob o termo "crise cultural" ou "fracasso da democratização cultural".

Desse modo, entre os períodos de 1990 e 2004, verificou-se a institucionalização da mediação cultural vinculada ao incentivo à leitura (BORDEAUX, 2008) e aos museus (CAILLET, 1995).

Atualmente, destaca-se a mediação cultural circunscrita a diversos fatores, o que a posiciona num quadro complexo, haja vista a heterogeneidade de concepções e práticas e a diversidade de instituições culturais que trabalham com a mediação, aliada a um vasto número de profissionais que a reivindicam como *métier* de suas profissões.

Ao se levar em conta essas afirmações, Neumann (2012) percebe a mediação cultural como um conjunto de processos, intervenções, técnicas, estratégias que facilitam o encontro entre obras de arte / fenômenos artísticos e indivíduos / população. A mediação cultural posiciona os indivíduos no centro dos processos de apropriação cultural, garantindo o seu acesso ao maior número possível de pessoas em âmbitos social, físico e intelectual.

Referências bibliográficas

- ABOUDRAR, Bruno Nassim; MAIRESSE, François
2018 *La Médiation culturelle*. 2^{ème} ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2018.
- ARNAUD, Lionel
2015 Action culturelle et émancipation par la culture: un éclairage sociohistorique. *Informations sociales*. [Em linha]. 190 (2015) 46-56. [Consult. 13 nov. 2018]. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2015-4-page-46.htm>.
- BERSIER, Thierry
2017 *Médiation culturelle à la bibliothèque communale de La Tour-de-Peilz: de l'organisation d'animations à l'élaboration d'une politique de médiation culturelle*. [Em linha]. Genève, 2017 [Consult. 20 jul. 2021]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/147103662.pdf>.
Travail de Bachelor réalisé en vue de l'obtention du Bachelor HES - Haute École de Gestion de Genève, Filière Information documentaire, Carouge.
- BORDEAUX, Marie-Christine
2008 **La Médiation culturelle en France: conditions d'émergence, enjeux politiques et théoriques**. In COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LA MÉDIATION CULTURELLE, MONTREAL, 2008 – *Actes*. [Em linha]. Montréal: Culture pour tous; UQAM, 2008. [Consult. 12 de jun. 2020]. Disponível em: <http://www.culturepourtous.ca/forum>.
- CAILLET, Elizabeth
1995 *A l'Approche du musée, la médiation culturelle*. PUL, 1995.
- CAMELO, Constanza; DUBÉ, Marcelle; MALTAIS, Danielle
2016 *Portrait des pratiques de médiation culturelle au Saguenay-Lac-St-Jean*. [Em linha]. 2016. [Consult. 22 nov. 2019]. Disponível em: http://culturesaguenaylacsaintjean.ca/files/portrait_mc_slsj_2016.pdf.
- CAUNE, Jean
2018 La Médiation culturelle: notion mana ou nouveau paradigme? *L'Observatoire*. 51 (2018) 9-11.

- CHARRETON, Clotilde; LEPINE, Adeline
2013 Ethique de la médiation culturelle et actions en bibliothèque. *La Revue des livres pour enfants*. [Em linha]. 272 (2013) 104-109. [Consult. 23 out. 2018]. Disponível em: http://cnlj.bnf.fr/sites/default/files/revues_document_joint/PUBLICATION_8835.pdf.
- CLOUET, Céline
2012 Quelle(s) **médiation(s) pour l'histoire?** *Bulletin des bibliothèques de France*. [Em linha]. 2 (2012) 85-86. [Consult. 23 out. 2019]. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2012-02-0085-009>.
- CORTESERO, Regis
2012 Éducation populaire et animation. *L'Observatoire de la jeunesse et des politiques de jeunesse*. [Em linha]. (2012). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em: http://www.injep.fr/sites/default/files/documents/fr9_educpop-animation-1.pdf.
- GEORGET, Émilie
2009 L'Héritage de l'éducation populaire dans l'action culturelle. In *SÉMINAIRE LES RÉSEAUX DE COOPÉRATION CULTURELLE*. [Em linha]. Lyon: Institut d'Études Politiques de Lyon, 2009. [Consult. 16 nov. 2020]. Disponível em: http://doc.sciencespolyon.fr/Ressources/Documents/Etudiants/Memoires/Cyberdocs/MFE2009/georget_e/pdf/georget_e.pdf.
- GILLET, Jean Claude
2002 L'Animation en France et ses analogies à l'étranger: théories et pratiques: état de la recherche. *Cahiers de l'action culturelle*. [Em linha]. 1:1 (2002) 41-47 [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf.
- LABOURIE, Raymond
1978 *Les Institutions socioculturelles: les mots-clés*. Paris: Presses Universitaire de France, 1978.
- MIDY, Franklin
2002 **Préalables à l'étude de l'action culturelle au Québec**. *Cahiers de l'action culturelle*. [Em linha]. 1:1 (2002) 7-22. [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf.
- MIGNON, Jean-Marie
2007 *Une Histoire de l'éducation populaire*. Paris: La Découverte, 2007.
- MOSER, Hainz; MULLER, Emanuel; WETTSTEIN, Alex
2017 *L'Animation socioculturelle: fondements, modèles et pratiques*. [Em linha]. Genève: Éditions IES, 2017. [Consult. 22 out. 2019]. Disponível em: <https://books.openedition.org/ies/1482>.
- MOULINIER, Pierre
2012 *Histoire des politiques de démocratisation culturelle*. [Em linha]. Paris: Ministère de **la Culture et de la Communication, Comité d'Histoire**, 2012. [Consult. 22 dez. 2020]. Disponível em: www.culture.gouv.fr/.../Ecrits+sur+la+démocratisation+cult.pdf.

NEUMANN, Marie

2012 *Une Cellule de médiation culturelle pour Vevey : enjeux, état des lieux et projet pilot.* [Em linha]. Vevey, 2012. [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiVtNrGzfXzAhUOqZUCHbd5DAoQFnoECAYOAO&url=http%3A%2F%2Fwww.artos-net.ch%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fmemoire%2FDGC-2012_NEUMANN_Marie.pdf&usq=AOvVaw1rCYDW9G9Pul_WbzQG9zfp.
Diplôme de formation continue en Gestion Culturelle, organisé par les Universités de Genève et Lausanne et l'Association Artos.

PERROTTI, Edmir

2016 Infoeducação : um passo além científico-profissional. *Informação@Profissões*. [Em linha]. 5:2 (2016) 4-31. [Consult.]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022796/d73c153e8dd2c69c8e094765b73d542a>.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete

2014 A Mediação cultural como categoria autônoma. *Informação & Informação*. [Em linha]. 19:2 (2014) 1-22. [Consult. 23 out. 2020]. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/informacao/article/view/19992>.

ROUAULT, Baptiste

2002 L'Animation professionnelle em France. [Em Linha] *Cahiers de l'action culturelle*. 1:1 (2002) 39-42. [Consult. 3 nov. 2020]. Disponível em: http://arc.uqam.ca/upload/files/cahiers_acv1n1.pdf.

Alessandro Rasteli | alessandrorasteli@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília, Brasil

Resumo: O artigo tem como objetivo abordar a função social das bibliotecas universitárias, em especial, as iniciativas da Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS. Para tanto, discorre sobre a visão Marista na qual a Biblioteca está inserida, as práticas adotadas no atendimento à comunidade universitária e externa, as ações culturais desenvolvidas, bem como as parcerias que propulsionam a humanização. O referencial bibliográfico também relaciona o desenvolvimento sustentável proposto pela Agenda 2030 com o papel das bibliotecas. Conclui-se que a biblioteca universitária desempenha uma função mais ampla que apenas atendimento à comunidade acadêmica. Por meio da promoção da igualdade no acesso à informação e de práticas que difundem a cultura, esta instituição contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e engajados.

Palavras-chave: Ações culturais; Biblioteca universitária; Papel social; Rede Marista.

Abstract: The article aims to address the social function of university libraries, in particular, the initiatives of the Irmão José Otão Main Library of PUCRS. Therefore, it discusses the Marist vision in which the Library is inserted, the practices adopted in serving the university and external community, the cultural actions developed, as well as the partnerships that promote humanization. The bibliographic reference also links the sustainable development proposed by Agenda 2030 with the role of libraries. It is concluded that the university library plays a broader role than just serving the academic community. By promoting equal access to information and practices that spread culture, this institution contributes to the development of conscientious and engaged citizens.

Keywords: Cultural actions; University library; Social role; Marist network.

1. Introdução

A Biblioteca Central Irmão José Otão é uma biblioteca universitária, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), instituição de tradição educativa marista, localizada na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Situa-se estrategicamente no centro do *campus*, atendendo à comunidade acadêmica (alunos, professores, técnico-administrativos e pesquisadores) e alguns de seus serviços são também oferecidos à comunidade em geral.

A Biblioteca teve sua origem no acervo localizado junto ao Colégio Rosário em 1940, servindo às Faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia, Serviço Social e Direito. Em 1967, com a mudança da PUCRS para o atual *Campus* Universitário, passou a ocupar o segundo pavimento da Reitoria. Em 1977, mudou-se para o atual prédio, ocupando uma área total de 10.000 metros quadrados. Em 7 de novembro de 2008, na ocasião da comemoração dos 60 anos da Universidade, teve suas novas instalações inauguradas com 21.000 metros quadrados distribuídos em 14 pavimentos, com tecnologia de rastreamento

e identificação de documentos, autodevolução e autoempréstimo de obras, sendo considerada a mais avançada biblioteca da América do Sul.

Ao longo da sua trajetória de 43 anos de existência, tornou-se referência nacional como biblioteca universitária, por meio da inovação e excelência – baseadas na sustentabilidade dos seus recursos e serviços, no uso de tecnologias de acesso à informação e na promoção de ações que contribuem para a difusão da cultura. Seu acervo abrange todas as áreas do conhecimento, oferecendo todo tipo de material de apoio educacional, contribuindo assim ao desenvolvimento pessoal, científico, técnico e profissional dos alunos e da comunidade.

Vencendo desafios e ciente do seu papel de agente formador, e atenta à sua função social, nos últimos anos, a Biblioteca ganhou nova dimensão ao desenvolver projetos culturais e educacionais. Este relato tem como objetivo abordar a função social da biblioteca, a visão Marista na qual a Biblioteca Central da PUCRS está inserida, as práticas adotadas no atendimento à comunidade universitária e externa, relacionando-as aos objetivos para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, além das parcerias que proporcionam a propagação de atividades culturais.

2. O papel social da biblioteca universitária

Pautada no Plano Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 1990), a biblioteca universitária deve prover acesso aos documentos, através de serviços **básicos “no âmbito institucional e extramuros” (BRASIL, 1990:11)**. Dessa forma, deve **“propiciar às comunidades internas e externas, à instituição a consulta ao documento, independente de sua forma física, facilitando seu acesso e flexibilizando os horários de atendimento da Biblioteca” (BRASIL, 1990:11)**. Ao longo do tempo, o papel da biblioteca universitária foi sendo alterado de forma a expandir seus serviços, passando a oferecer suporte, também, para a comunidade na qual está inserida. A expansão das atividades engloba a transformação de uma unidade de informação na sua essência para um centro sociocultural que dissemina ações auxiliando na formação de indivíduos como cidadãos de forma completa.

Ações culturais em bibliotecas universitárias são projetos paralelos às atividades essenciais que dão suporte ao ensino e à pesquisa desenvolvidas na instituição a qual é vinculada. As ações através de projetos culturais podem promover uma maior consciência do senso de cidadania, enriquecendo a vivência dos usuários. Durante sua elaboração é preciso levar em conta o perfil do usuário de cada projeto cultural, visando atender às expectativas e necessidades deles, de modo a contribuir com a disseminação e o incentivo à cultura e ao conhecimento como um todo (VIEIRA, 2014). Entende-se que a biblioteca universitária **deve ser “como uma difusora cultural, a qual proporciona atividades voltadas ao interesse dos usuários da instituição e da comunidade da qual ela faz parte” (BAPTISTA e GONÇALVES, 2018:544)**, ampliando a forma como é vista, de ser somente um conservador centro de documentação e informação.

Sanches e Rio (2010) afirmam que reconhecer o valor da sociedade faz com que se busque a solução de problemas relacionados à leitura. A estima social da leitura se torna uma **ferramenta de formação de indivíduos críticos e ativos. “Pensar o problema da leitura dentro da biblioteca universitária já é fazer ação cultural” (SANCHES e RIO, 2010:117)**.

Dentro do contexto de bibliotecas com função sociocultural, o bibliotecário é considerado um profissional social e na sua missão está a facilitação do acesso à informação aos indivíduos, além de incentivar o desejo de aprender e de discutir, colaborando com a formação do conhecimento. Cunha (2003:43) confirma ao mencionar que a profissão é **“essencialmente social, uma profissão de mediação e de contato, de ‘fazer com o outro’ de fazer para o outro”**. Assim, o bibliotecário inserido em uma unidade de informação que desenvolve projetos culturais deve ter uma atuação ativa e permanente auxiliando no processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano como indivíduos cidadãos. Baptista e Gonçalves (2018) corroboram ao afirmar que o bibliotecário precisa ser um agente cultural, deixando de assumir um papel focado em um pequeno grupo social, entendendo que sua ação deve englobar toda a comunidade envolvida.

3. Expandindo a atuação da biblioteca universitária

A redefinição do papel da biblioteca universitária, servindo não apenas à comunidade acadêmica, mas a toda sociedade, agregou funções de biblioteca pública a este tipo de unidade de informação. Ainda que muitas bibliotecas universitárias sejam vinculadas a instituições privadas, como é o caso da Biblioteca Central da PUCRS, estas acabam expandindo sua atuação quando promovem ações culturais e disponibilizam acesso gratuito à informação, acolhendo as necessidades de qualquer usuário, tenha este vínculo ou não.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), enquanto órgão representante das bibliotecas e de seus usuários, discorre em seu Manifesto (em parceria com a Unesco) sobre Bibliotecas Públicas, indicando que este tipo de unidade deve tornar **acessível informações de todos os gêneros e ofertar serviços “com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (INTERNATIONAL..., 1994:1)**. Deste modo, a biblioteca pública – e a biblioteca universitária quando atua respeitando estes princípios – desempenha um papel essencial no desenvolvimento individual e da sociedade.

As Diretrizes da IFLA sobre os Serviços da Biblioteca Pública descrevem que,

ao tornar a informação acessível a todos, a biblioteca pública pode trazer benefícios econômicos e sociais aos indivíduos e à comunidade. Contribui para a criação e manutenção de uma sociedade bem informada e democrática, e ajuda ao enriquecimento e desenvolvimento da vida das pessoas e da sua comunidade (INTERNATIONAL..., 2013:18).

O acesso livre à leitura e à informação possibilita que o indivíduo faça reflexões sobre a realidade que o cerca e encontre meios para melhorá-la, tanto a nível individual quanto a nível coletivo. Todavia, o Manifesto da IFLA sobre Transparência, Bom Governo e Ausência de Corrupção destaca que bibliotecas devem ser instituições transparentes, ou seja, **“dedicadas a colocar à disposição de cada um e de todos as informações educacionais, científicas, técnicas e socialmente mais relevantes, mais acuradas e imparciais” (INTERNATIONAL..., 2008:4)**. É, portanto, igualmente fundamental que haja equidade e qualidade nas informações ofertadas, baseando-se em fatos, estudos e pesquisas científicas, não dando margem à propagação de informações falsas – *fake news*.

Desta forma, promove-se a construção do pensamento crítico, oportunizando que os usuários da biblioteca se tornem capazes de tomar decisões de forma autônoma, garantindo um melhor exercício da cidadania. Gomes (2014:159-160) ainda acrescenta como função e **desafio da biblioteca pública contribuir “para a formação sociais e culturais; para a construção da própria cultura e da identidade social”**. Por estes motivos, as bibliotecas de uma forma geral – em especial as universitárias que se propõem a contribuir – tornam-se agentes ativas e indispensáveis para que a sociedade evolua.

Este contato do indivíduo com a leitura e informações qualificadas, prática que amplia sua visão de mundo, ocorre em grande parte no ambiente físico da unidade de informação, ainda que a presença da biblioteca e dos usuários em ambiente virtual cresça constantemente. Segundo o Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas (INTERNATIONAL..., 1994:3):

Os serviços têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Tal supõe a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso à tecnologia adequada e horários convenientes para os utilizadores.

Com a evolução das tecnologias, houve uma transformação no modo como os conteúdos são acessados e na quantidade de fontes de informação disponíveis. Segundo as Diretrizes da IFLA sobre os Serviços da Biblioteca Pública,

existe hoje em dia mais informação disponível do que em qualquer outro momento da história. Enquanto serviço público acessível a todos, a biblioteca pública desempenha um papel crucial na recolha, organização e tratamento da informação, bem como no fornecimento de acesso a um vasto leque de fontes informativas (INTERNATIONAL..., 2013:15).

Quando a biblioteca é informatizada, disponibiliza acesso gratuito à internet e passa a investir em conteúdos além dos formatos tradicionais, seu acervo é multiplicado. Não apenas as publicações de temas gerais, como jornais e revistas internacionais, podem ser facilmente lidas, como o usuário tem acesso a inúmeras bases de dados científicas, artigos e estudos de áreas especializadas. A consulta, pesquisa e recuperação de dados ocorre com muito mais agilidade e qualificação, o que impacta no desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, coletivo.

Neste contexto, a Fundação Biblioteca Nacional confere à biblioteca pública a função de ser um **“centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando os cidadãos com o seu uso” (FBN, 2010:19)**. Desta maneira, as unidades de informação comunitárias não apenas viabilizam o uso das tecnologias, mas amparam o usuário que não possui conhecimentos suficientes para fazer um bom uso dos recursos. As Diretrizes da IFLA sobre os Serviços da Biblioteca Pública (INTERNATIONAL..., 2013) concordam com esta premissa, incluindo a responsabilidade da biblioteca em instruir quanto à avaliação da qualidade da informação encontrada.

Assim como o espaço físico da biblioteca serve como meio para ações culturais, que geram interação por parte dos usuários, o ambiente virtual deve ser igualmente utilizado na unidade de informação para esta finalidade. Segundo as *Diretrizes da IFLA sobre Acesso Público à Internet em Bibliotecas* (INTERNATIONAL..., 2019:9):

As bibliotecas também são espaços de troca de ideias e de facilitação do aprendizado e da criatividade: isso pode ser potencializado por meio do acesso gratuito à internet para comunicação de ideias [...]; a disseminação de informação e conhecimento [...]; e participação em redes de interesse comum.

Lessa (2020) agrega que, além de a biblioteca pública incentivar o uso do espaço virtual para acesso de informações e trocas entre as pessoas, ela própria deve marcar presença online, a fim de se aproximar de seus usuários reais e potenciais. Em quaisquer tipos de bibliotecas, isto pode ocorrer por meio das redes sociais, em que a instituição passa a mediar a informação de uma nova maneira, promovendo comunicação bidirecional com seu público, que também se manifesta e colabora com a construção do conhecimento.

4. Agenda 2030 e o papel das bibliotecas

A Agenda 2030 foi criada em 2015 por representantes de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) com a intenção de instituir objetivos sustentáveis para minimizar todas as formas de pobreza até o ano de 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) envolvem 169 metas a serem cumpridas por todos os setores da sociedade, sendo eles governos, líderes mundiais, empresas, organizações e população em geral (CENTRO..., 2016).

Antes da Agenda 2030, nos anos 2000, a ONU lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para serem alcançados até o ano de 2015. A garantia de uma educação básica de qualidade para todos, além do respeito ao meio ambiente e qualidade de vida, eram dois dos oito objetivos a serem alcançados. Já em 2014, a IFLA, publicou a Declaração de Lyon que enfatizou a importância das bibliotecas em proporcionar acesso à informação e ao desenvolvimento, reforçando que os serviços destas instituições são fundamentais para alcançar os ODS da Agenda 2030 (COSTA e ALVIM, 2021; SALA *et al.*, 2020).

Os objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável têm como foco o ser humano e o planeta, permeando ações em demais áreas como a prosperidade, a paz e as parcerias a serem firmadas, visando realizar todos os objetivos até 2030:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

- Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos
- Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (CENTRO..., 2016:15).

Costa e Alvim (2021) realizaram uma pesquisa na qual analisaram 40 artigos, publicados entre os anos de 2015 a 2019, no intuito de levantar o papel das bibliotecas, incluindo as de ensino superior, no processo de alcançar os objetivos propostos pela ONU. Constatou-se que dos 17 ODS, quatro deles estão sendo realizados pelas bibliotecas analisadas, sendo eles (CENTRO..., 2021):

- a) ODS 4: garantir a inclusão e qualidade na educação oportunizando a aprendizagem a todos ao longo da vida, sendo observados em três bibliotecas de ensino superior;
- b) ODS 11: focar no desenvolvimento das cidades e assentamentos sustentáveis, sendo observado em uma biblioteca de ensino superior;
- c) ODS 16: oportunizar a paz e a justiça na sociedade, promovendo a inclusão para o desenvolvimento sustentável, sendo observado em duas bibliotecas de ensino superior;

- d) ODS 17: reforçar e garantir os meios para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo observados em três bibliotecas de ensino superior.

Complementando os objetivos listados acima, das 169 metas propostas pela ONU apontam-se, como exemplos, algumas que estão relacionadas com o papel da biblioteca: a meta 11.4 está associada à cultura quando fala sobre a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural; a meta 16.10 fala sobre o acesso público à informação; e as metas 5.b, 9.c e 17.8 abordam temas sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), além da literacia ser incentivada do ponto de vista da **Agenda 2030 da ONU (INTERNATIONAL... 2015)**.

Para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU é muito importante que os cidadãos sejam educados, conscientes e engajados na sociedade. Para isso, o direito ao acesso igualitário à informação, educação, saúde, dentre tantas outras questões que garantem uma vida de qualidade e plena, devem ser providos pelos governos, e as bibliotecas, sejam elas públicas, comunitárias, universitárias, entre outras, podem ser a porta de entrada para acolher as comunidades mais carentes.

No Brasil, o primeiro debate acerca da Agenda 2030 e bibliotecas ocorreu no 27º Congresso **Brasileiro de Biblioteconomia, em 2017, onde a temática “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030” foi discutida (SALA et al., 2020)**. Em 2018, o XX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) discutiu em alguns trabalhos a temática Agenda 2030 em bibliotecas universitárias.

Além dos objetivos já observados pela pesquisa de Costa e Alvim (2021) como sendo um dos papéis das bibliotecas para fortalecer os esforços no alcance dos ODS, as bibliotecas acabam permeando todos os outros objetivos se levarmos em consideração que elas podem fornecer e garantir acesso à informação de confiança e qualidade para o desenvolvimento dos demais pontos estabelecidos pela ONU.

A biblioteca tem papel fundamental no compromisso de cumprir os objetivos propostos pela Agenda 2030 contribuindo com ações que vão muito além da simples disponibilização de materiais. Dentro do seu contexto, a biblioteca pode oferecer ambientes com acesso a equipamentos com Internet, disponibilizar informações seguras e confiáveis, promover debates sobre a sustentabilidade, incentivar a busca por conhecimento e educação, organizar eventos culturais, capacitar a população no acesso e uso crítico da informação (literacia da informação), dentre tantos outros serviços que possam acolher, não somente o público principal da instituição, a qual a biblioteca está inserida, como, também, a comunidade em geral, principalmente os mais carentes:

Atualmente, além deste cenário dos centros de recursos para aprendizagem e pesquisa, com as discussões e rodadas mundiais para a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), as bibliotecas foram convidadas **pelas instituições de classe (INTERNATIONAL..., 2016, FEDERAÇÃO..., 2016)** a discutir, preparar, inovar e implementar ações para suscitar a consciência sobre a Agenda 2030 e também exercer seu papel social nesta importante construção coletiva. (ALVES, CASAGRANDE e VICENTINI, 2018:195).

Desta forma, a biblioteca, por ser considerada uma fonte valiosa de cultura e educação, pode se tornar agente cooperante na formação e desenvolvimento de um cidadão pensante, engajado socialmente e comprometido com o desenvolvimento sustentável do planeta (SALA *et al.*, 2020). E, levando em consideração estas convicções, a Biblioteca Central da PUCRS oferece à comunidade externa serviços e recursos que vão desde o ambiente para leitura, estudo e computadores com acesso à internet até a disponibilidade do acervo impresso e alguns recursos on-line (bases de dados, artigos e documentos digitais), além do envolvimento em projetos sociais que vão ao encontro dos princípios Maristas que serão abordados a seguir.

5. Rede Marista: visão e valores sociais

O Instituto Marista foi fundado em 1817, em La Valla, na França, por São Marcelino Champagnat, com o intuito de levar às crianças uma educação de qualidade, amorosa e cristã. Desde sua fundação, a educação é entendida como importante para a própria criança **conforme afirma Furet (2009:25) “Uma boa educação é o maior benefício que se pode assegurar a uma criança. Pela educação a criança cresce na piedade e na virtude; o seu coração e os seus hábitos se formam”. Da mesma forma, é necessário “formar o espírito e o coração das crianças por meio do ensino é realização de tal porte, que nenhuma outra parece interessar mais à sociedade humana” (FURET, 2009:25).**

Com base nesta premissa, a visão Marista indica que todos os empreendimentos e **colaboradores serão “referência evangelizadora em educação, solidariedade, promoção e defesa da vida e dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, respondendo aos desafios contemporâneos” (REDE MARISTA, 2018).**

Para nortear ações, a Rede Marista tem 7 valores: Amor ao trabalho, Audácia, Espírito de família, Espiritualidade, Presença, Simplicidade e Solidariedade. Todos estes valores são embasados pelos ensinamentos de São Marcelino Champagnat, que sempre reforçou a necessidade de um ensino amoroso para a cidadania.

No *Guia das Escolas*, redigido em 1853 por Irmãos Maristas conforme as orientações do fundador, encontra-se todo o pensamento pedagógico e educativo do Instituto. Além de instruções educacionais, de condução dos estudantes e de ensino de matérias específicas, é possível conhecer o entendimento dos irmãos quanto à importância da leitura no processo educacional e de formação do ser humano:

A leitura está colocada no início da instrução da criança. É, por assim dizer, a chave dos conhecimentos, visto que outras matérias a supõe e dela se servem. Além disso, a leitura desenvolve e exercita a inteligência, enquanto, pela escolha dos textos, pode contribuir para a educação (FURET, 2009:202).

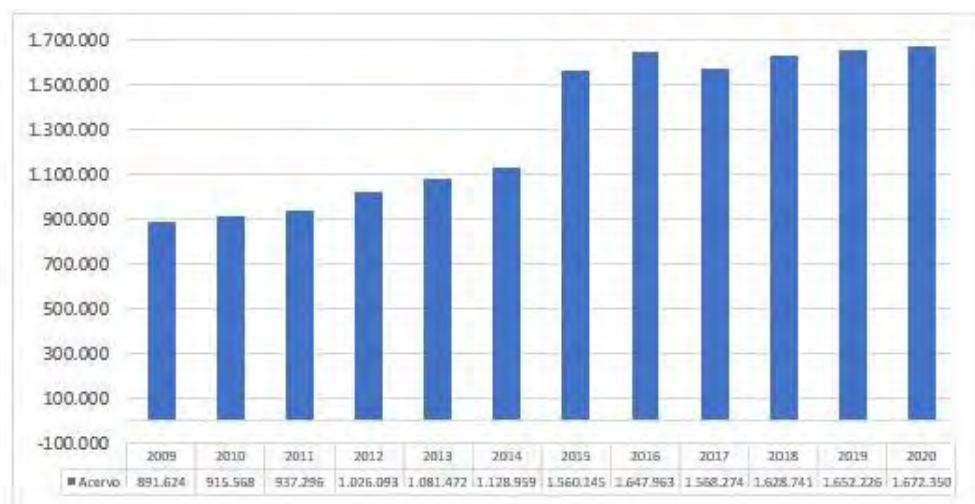
Como parte do ecossistema Marista, a Biblioteca Central da PUCRS ajuda a perpetuar a visão do Instituto, promovendo ações que vão muito além da curadoria, empréstimo e devolução de *itens* bibliográficos. A oferta de ações culturais como, por exemplo, exposições, saraus, exibição de filmes, rodas de conversa sobre uma obra, expandem a atuação da Biblioteca, auxiliam na formação de indivíduos críticos e ativos e corroboram com o papel social da unidade de informação.

6. Biblioteca da PUCRS como instituição social

A PUCRS é uma instituição comunitária de educação superior, que atua no ensino, na pesquisa e na extensão, em permanente interação com a sociedade, visando à formação de cidadãos responsáveis, autônomos, inovadores e solidários, com vistas ao desenvolvimento científico, cultural, social e econômico. A Universidade pauta suas atividades pela tradição educativa Marista, tendo em Marcelino Champagnat o grande referencial em educação e **solidariedade** (PONTIFÍCIA..., 2021). As principais iniciativas desenvolvidas pela Universidade são voltadas ao benefício de alunos, docentes, técnicos-administrativos e da sociedade, e estão descritas, desde 2003, em um documento anual, denominado *Relatório Social*.

A Biblioteca Central da PUCRS, como um dos espaços de interação da Universidade com a sociedade, empreende ações que favorecem igualmente a comunidade acadêmica e a comunidade em geral. Comprometida com o seu papel informacional, disponibiliza um acervo que, além de cobrir todas as áreas do conhecimento, está em permanente processo de ampliação e atualização, podendo ser utilizado tanto pela comunidade universitária como pelos demais públicos com os quais a PUCRS se relaciona. O Gráfico 1 apresenta o crescimento do acervo nos últimos 12 anos, mostrando o investimento em obras em diferentes suportes para atender às necessidades do público da Biblioteca.

Gráfico 1 – Biblioteca Central – crescimento do acervo



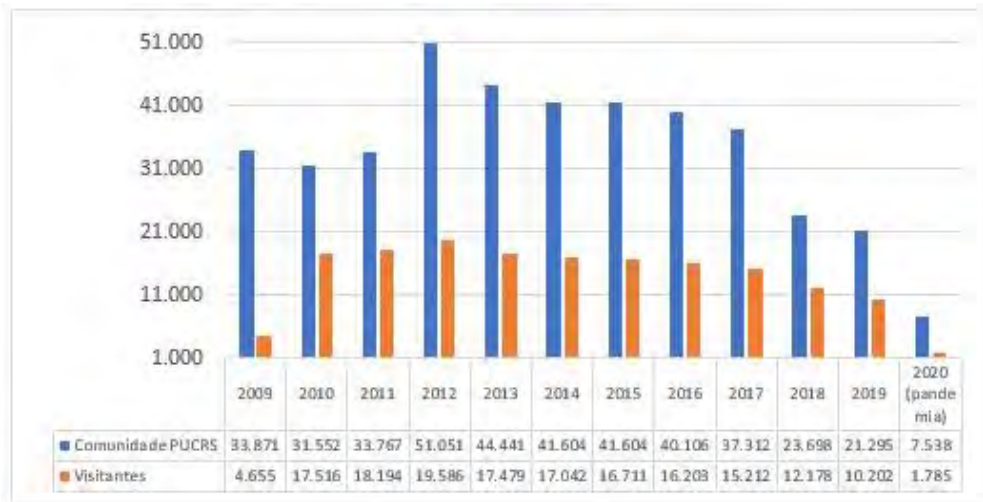
Fonte: As autoras (2021)

Em uma biblioteca universitária comum, o suporte ao uso da tecnologia da informação se restringe à instrução acadêmica sobre pesquisa científica e ao uso de bases de dados *online*. Tendo em vista o público ampliado e seu caráter solidário, a Biblioteca Central da PUCRS visa atender a todo tipo de usuário, seja aquele que busca ler um jornal eletrônico, aquele que procura sanar uma dúvida simples, ou aquele que se dirige a uma biblioteca para realizar seus trabalhos acadêmicos.

Assim sendo, o acesso de usuários da comunidade PUCRS e de visitantes, bem como as atividades de capacitação no uso dos recursos e serviços e as visitas orientadas ao público

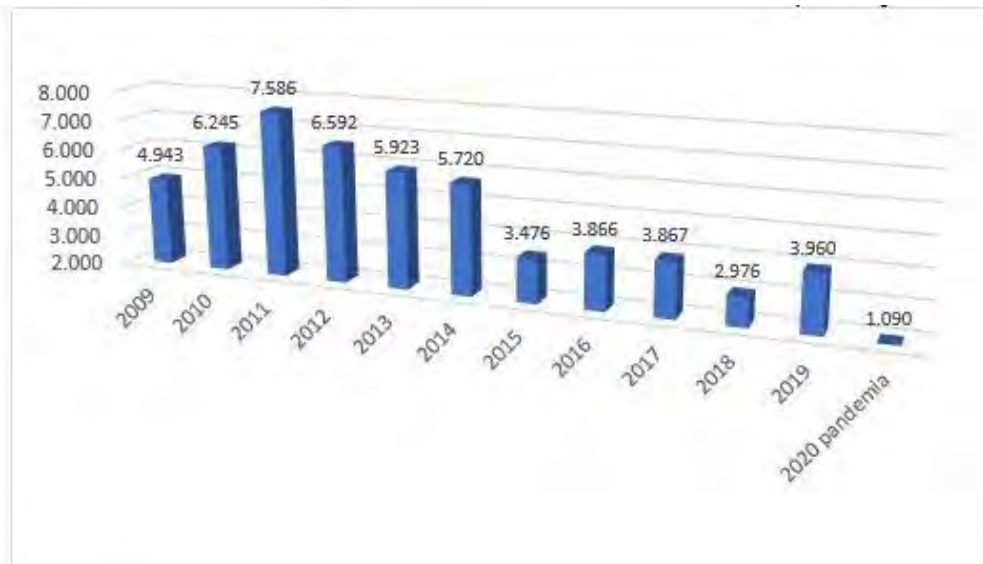
acadêmico da PUCRS e ao público externo são iniciativas da Biblioteca que estão quantificadas nos Relatórios Sociais da Universidade, conforme Gráficos 2 e 3. Nos dados apresentados, o público externo atendido pela Biblioteca engloba pessoas vinculadas a escolas de ensino fundamental e médio, outras universidades e comunidade em geral.

Gráfico 2 – Biblioteca Central – acessos



Fonte: As autoras (2021)

Gráfico 3 – Biblioteca Central – visitas orientadas e capacitações



Fonte: As autoras (2021)

As Diretrizes da IFLA sobre Acesso Público à Internet em Bibliotecas defendem a disponibilização gratuita e livre da Internet nestas unidades, para que os usuários possam aproveitar ao máximo as informações disponibilizadas para seu crescimento, além de

promover a democracia (INTERNATIONAL..., 2019). Frente a esta liberdade de acesso, é necessário também prover segurança para a comunidade e os usuários mais vulneráveis. **Por isso, o documento destaca que “O acesso público à Internet em bibliotecas e outros serviços de informação deve ser tão irrestrito quanto razoavelmente possível, usando hardware e software respeitáveis, confiáveis e seguros” (INTERNATIONAL..., 2019:8).** É interessante que a unidade de informação possua política e diretrizes próprias de uso da Internet, para que consiga oferecer ao usuário um amplo e seguro ambiente, tanto para interações quanto para acesso à informação. A Biblioteca Central da PUCRS, em consonância com as *Diretrizes da IFLA sobre Acesso Público à Internet em Bibliotecas*, disponibiliza acesso à Internet, obedecendo diretrizes próprias, para todos os públicos em seu ambiente físico. Dessa forma, cumpre sua função para com a sociedade quando se utiliza, com excelência, do ambiente físico e *online* simultaneamente, assim atendendo às necessidades informacionais de seu público diversificado.

7. Reflexão e diálogo através de exposições

Com a finalidade de oportunizar reflexões e diálogos interdisciplinares, as ações culturais que ocorrem nos espaços físicos das bibliotecas são fundamentais, já que possibilitam a interação entre as pessoas (BRASIL, 2010). Um exemplo deste tipo de atividade são as exposições, que não apenas promovem a unidade de informação, como atraem o público para um maior contato com o acervo, com temas culturais relevantes, oportunizam trocas entre os indivíduos e transmitem conhecimentos variados. Entendendo que a biblioteca universitária por vezes assume o papel de uma biblioteca pública, é importante ressaltar o **posicionamento de Ferraz (2014:22), que a caracteriza como “um centro de promoção cultural, atuando como veículo para o exercício da cidadania”.** Ou seja, mais que apenas disponibilizar conteúdos de forma passiva, a biblioteca deve promover a cultura ativamente, por meio de ações que incluam a participação dos usuários.

Com o intuito de propulsar o relacionamento com a sociedade e disponibilizar um espaço para reflexão e diálogo entre os usuários, a Biblioteca Central da PUCRS utiliza seu Espaço Cultural, localizado no térreo, para promoção de exposições culturais e acadêmicas, de curadoria da equipe de bibliotecários, assim como de outras Unidades da Universidade.

Algumas exposições merecem destaque, como o lançamento em 2018 do *BiblioCine : mostra de cinema na Biblioteca*, com exibição do filme *O Palhaço*, exposição de cartazes de cinema da Coleção Paulo Fontoura Gastal e disponibilização de DVD de filmes brasileiros (Fig. 1); *BiblioCine #2 – Projeção de filmes 16 mm*, filmes produzidos pelos alunos dos cursos de Jornalismo e Produção Audiovisual (cinema) da Escola de Comunicação, Artes e Design; e *São Pedro – Arte Sacra Jesuítico-Guarani séc. XVII-XVIII*, organizada pela Escola de Humanidades, trazendo descobertas inéditas sobre a história e a arte do imaginário jesuítico-guarani que surgiram nos séculos XVII-XVIII.

Fig. 1 – Exposição BiblioCine em 2018



Fonte: PUCRS (2018)

Em 2019, ressaltam-se as exposições planejadas pela Biblioteca: *Puzzle do Conhecimento*, expondo uma trilha com dicas para apresentar alguns dos recursos e serviços indispensáveis para formação acadêmica dos alunos (Fig. 2); *Tira-Teima dos Dicionários*, exposição de dicionários de diferentes tipos e finalidades, como dicionários de sinônimos, rimas, LIBRAS, abreviaturas, narratologia, dificuldades linguísticas, bilíngues, trilíngues, temáticos, entre outros; e *Curiosidades Literárias*, com diversas curiosidades sobre os autores brasileiros, portugueses e africanos que são referência na literatura mundial.

Fig. 2 – Exposição Puzzle do Conhecimento em 2019



Fonte: PUCRS (2019)

Também em 2019 ocorreu a exposição *Iret Neferet: a múmia egípcia de Cerro Largo* (Fig. 3), revelando o crânio de uma mulher que viveu no Egito entre 768-476 a.C., cuja origem foi confirmada após um ano de pesquisas, de curadoria do coordenador do Grupo de Estudo Identidade Afro-Egípcias, da Escola de Humanidades da PUCRS, Ir. Edison Hüttner, do diretor do Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso, em Ponta Grossa (PR), Moacir Elias Santos e de Eder Hüttner. Em agosto de 2021, os pesquisadores Edison Hüttner, Eder Hüttner e Bruno Candeias ganharam a categoria Descoberta do Ano da Revista Aventuras na História, pela descoberta das células intactas de Iret-Neferet.

Fig. 3 – Exposição *Iret Neferet* em 2019



Fonte: Biblioteca Central da PUCRS (2019)

Em 2020, antes da suspensão das atividades presenciais, devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), ocorreu a Exposição *Fragments Elementares*, uma expotrilha criada para explorar a Biblioteca de forma interativa, com fragmentos espalhados pelos andares, destacando os recursos, serviços, tecnologia e espaços. Desde o princípio, a

Biblioteca desenvolve seu papel social através das diversas exposições, sejam elas contemporâneas ou tradicionais, trazendo a disseminação do conhecimento e propagação do saber multidisciplinar.

8. Parceria para propulsionar a humanização

O trabalho colaborativo pode trazer resultados satisfatórios para todos os envolvidos. A partir de parcerias com outras unidades da PUCRS, a Biblioteca Central desenvolve projetos que colaboram com o desenvolvimento social e humanitário do público atendido.

Uma das parcerias mais importantes se deu com a Escola de Humanidades (antiga Faculdade de Letras), a coordenação do curso de Letras e o Hospital São Lucas da PUCRS (HSL), quando foi criada em 1998 a Biblioteca Infantojuvenil do Serviço de Pediatria do HSL, oferecendo um ambiente especialmente planejado para receber as crianças hospitalizadas e seus familiares, com a intenção de aliviar as tensões e fragilidades físicas e emocionais decorrentes da internação, bem como estender momentos de cuidado através de contação de histórias e leituras de lazer. Esta Biblioteca teve origem em um desdobramento do Projeto *Literatura Infantil e Medicina Pediátrica: uma aproximação de integração humana*, idealizado e coordenado pela Prof^a Solange Medina Ketzer, ex-Pró-Reitora Acadêmica da Universidade. Em 2007, o Projeto recebeu o prêmio *Fato Literário 2007*, da Empresa RBS, o qual premeia a instituição, personalidade, obra ou evento que, por sua qualidade e relevância, tenha se destacado no cenário da literatura no Rio Grande do Sul. Com o recebimento do prêmio, foi possível intensificar a aquisição de livros, representando um benefício significativo para a coleção. Em 2011, esta iniciativa recebeu o Prêmio “Top Cidadania”, na categoria Instituições sem fins lucrativos, pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS), que destaca exemplos de gestão voltados à valorização das pessoas.

Também desta parceria, e englobando mais uma Unidade da PUCRS, a Assessoria de Comunicação, durante 22 anos foi realizada a Feira do Livro Infantil do Hospital São Lucas da PUCRS. O objetivo da Feira era oportunizar que os pacientes do Hospital pudessem viver a experiência de visitar um espaço semelhante à Feira do Livro de Porto Alegre, com **exposição de livros em barraquinhas, onde era possível “comprar” livros com cédulas de brinquedo**. O patrono da Feira do Livro de Porto Alegre era convidado a receber uma homenagem, participando também como patrono da Feira do Livro Infantil do HSL. Junto a ele, os pacientes pediátricos elegiam um(a) patroninho(a), que realizaria o momento simbólico de abertura da Feira. Durante um dia inteiro, os pacientes e suas famílias podiam aproveitar as atividades culturais, como sarau, contação de histórias, apresentações artísticas e momentos musicais.

A Biblioteca Central da PUCRS auxiliava na arrecadação de livros que seriam doados na Feira do Livro Infantil do HSL e trabalhava na seleção dos livros, descartando os danificados ou não recomendados para o público do hospital. Também era realizada a higienização dos livros, pois como se trata de um ambiente hospitalar, é importante que estivessem limpos e em condições para serem recebidos pelas crianças. No dia da Feira, a equipe da Biblioteca acompanhava o evento, que trazia a alegria da Feira do Livro de Porto Alegre para o ambiente hospitalar (Fig. 4).

Fig. 4 – Abertura da Feira do Livro Infantil do HSL de 2019



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2021)

Através de atividades lúdicas, as ações da Biblioteca e de seus parceiros promovem a inclusão de pessoas em situação de fragilidade, dedicando atenção e cuidado com todos. Dessa forma, pretende-se desenvolver o prazer pela leitura de cada indivíduo, além de conhecer melhor o mundo e as diversas formas de pensamento.

Os Centros Sociais Maristas espalhados pelo Rio Grande do Sul atendem crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e trabalham com a cultura do cuidado, da solidariedade e do afeto. A Biblioteca Central da PUCRS forma parcerias com os Centros Sociais a fim de colaborar com a inclusão buscando reduzir o impacto das desigualdades sociais, educacionais e econômicas. Em 2016, ocorreram duas ações com as crianças atendidas pelo Centro Social Marista Ir. Antônio Bortolini, localizado na região central de Porto Alegre. O Centro Social atende mais de 100 crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, oferecendo oficinas culturais, didático-pedagógicas e atividades lúdicas, que estimulam o desenvolvimento das relações afetivas e sociais (CENTRO..., 2018).

A primeira ação foi uma visita realizada pela equipe da Biblioteca Central ao Centro, com a finalidade de conhecer as instalações e realizar uma primeira aproximação com as crianças. No segundo encontro, foi a vez de as crianças do Centro conhecerem a Biblioteca Central. Neste dia, a equipe da Biblioteca preparou várias atividades para fomentar a leitura, disseminar conhecimento e acolher os estudantes, com momentos de leitura e contação de histórias. Após as atividades, as crianças participaram de um momento especial, organizado em parceria com o Centro de Pastoral e Solidariedade da PUCRS, com música, dança e lanche. Para finalizar o encontro, a equipe distribuiu lembrancinhas, com alguns doces e livros para os participantes do centro. O objetivo destas atividades foi oportunizar momentos de trocas de experiências e de convivência em um espaço que estimula o estudo

e a aprendizagem através da vivência da solidariedade, reforçando o respeito com o outro e com a sociedade (Fig. 5).

Fig. 5 – Encontro na Biblioteca com o centro Social Marista Ir. Antônio Bortolini em 2016



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2021)

No mesmo sentido de proporcionar momentos de leitura e lazer às crianças, em 2018, celebrando os 40 anos da Biblioteca Central, foi realizada uma campanha de arrecadação de livros e gibis infantis e as mais de 380 obras foram doadas ao Centro Social Marista Ir. Antônio Bortolini. A equipe da Biblioteca foi até o local para entregar os livros e 100 lembrancinhas de Natal, confeccionadas a partir da Ação entre Amigos e doações de colegas, para as crianças e puderam compartilhar momentos de reflexão dos princípios Maristas, além de interagir com os educandos através de brincadeiras.

Outra iniciativa, em parceria com o Instituto de Cultura (IC) da Universidade, foi o projeto *PUCRS Piano* cujo objetivo é promover o uso do instrumento como ferramenta de integração, transformação e inclusão **cultural** (PONTIFÍCIA..., 2018). O Espaço Cultural da Biblioteca foi escolhido como um dos pontos estratégicos para o projeto, passando a ser local de livre manifestação dentro do Campus, incentivando o uso espontâneo do piano pela comunidade acadêmica, além da realização de recitais, *masterclasses* e *pocket shows*. O primeiro evento, gratuito e aberto ao público, aconteceu em 22 de março de 2018 através do recital *Caleidoscópio Musical*, da pianista Olinda Allessandrini (Fig. 6).

Fig. 6 – *Recital Caleidoscópio Musical, da pianista Olinda Allessandrini em 2018*



Fonte: Biblioteca Central da PUCRS (2018)

9. Considerações finais

Com vista a promover a igualdade de acesso à informação ao longo da sua história, a Biblioteca Central da PUCRS tornou-se referência nacional, gerindo de forma sustentável seus recursos e serviços, utilizando tecnologias de acesso à informação, e proporcionando ações que contribuem para a promoção e difusão da cultura. Além de disponibilizar acervo impresso e on-line para o público com vínculo ativo na Universidade, atende a públicos diversos que buscam um ambiente para leitura, estudo e computadores com acesso à internet, assim como consulta ao acervo local e recursos *online*.

Com o compromisso de cumprir os objetivos propostos pela ONU na Agenda 2030, principalmente os objetivos e as metas vinculadas às práticas de uma biblioteca universitária, a Biblioteca oferece espaços, atividades culturais e forma parcerias humanizadas para atender as comunidades acadêmica e externa, na certeza de que, quanto mais disponibilizar acesso à informação, mais contribuirá para o desenvolvimento de um cidadão engajado socialmente.

Conforme ressaltam Caldas e Silva (2020:5) na tentativa de elaborar pesquisas que **apontem para “a biblioteca como instituição ampla e capaz de abranger propostas, ações e políticas conjuntas às suas comunidades, em prol do auxílio no desenvolvimento sociocultural e promoção da qualidade de vida dos cidadãos”, a Biblioteca Central** empenha-se para cumprir seu papel, apoiando o desenvolvimento da comunidade acadêmica. Além disso, cumpre seu papel comunitário, visando a formação de cidadãos conscientes e capazes de refletir questões sociais, políticas e ambientais.

Sendo um dos espaços de interação da Universidade com a sociedade, a Biblioteca desenvolve iniciativas sociais concretas, convertidas em realizações que refletem uma atuação integrada e comprometida com os princípios maristas e norteadas pela missão da Universidade. Cabe ressaltar as palavras do Ir. Evilázio Teixeira, atual Reitor da PUCRS:

Ser Universidade significa promover o desenvolvimento social, ambiental, científico, cultural e econômico; significa interagir cada vez mais com o **ambiente externo, sair dos seus ‘muros’ e tecer uma teia em que cada fio, com a sua singularidade, contribua para a coletividade, oferecendo à sociedade conhecimento e cultura para que sejamos livres e corresponsáveis pela vida. É nisso que a PUCRS acredita (PONTIFÍCIA..., 2020:5).**

Dentro do contexto Marista, perpetua-se a visão do Instituto, propiciando ações culturais, que expandem a atuação da Biblioteca, auxiliam na formação de indivíduos críticos e ativos e validam o papel social da instituição. As parcerias com outras unidades da Universidade ou órgãos externos são essenciais para que as ações se fortaleçam e alcancem um maior número de pessoas. Assim sendo, a concepção de projetos múltiplos colabora com o desenvolvimento social e humanitário do público atendido.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ana Paula Meneses; CASAGRANDE, Elton Eustáquio; VICENTINI, Priscila Carreira Bittencourt
2018 Laboratório de carreiras LABCAR: inovação e empreendedorismo na Biblioteca Universitária. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20º, Salvador, 2018 – [Actas]. Salvador: 20º SNBU, 2018, p. 193-202.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS-RS
2011 *Vencedores Top Ser Humano e Top Cidadania 2011*. [Em linha]. Porto Alegre: ABRH-RS, 2011. [Consult. 20 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.abrhrs.org.br/top-ser-humano-e-top-cidadania/vencedores/vencedores-top-ser-humano-e-top-cidadania-2011>.
- BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Márcia Servi
2018 Ações e atividades culturais em bibliotecas universitárias: a busca por espaços mais atrativos aos usuários na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*. [Em linha]. 23:3 (2018) 542-554. [Consult. 28 jun. 2021]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1513/pdf>.
- BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional
2010 *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. 2ª ed. [Em linha]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. (Documentos Técnicos, 6). [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf.
- BRASIL. Ministério da Educação
1990 *II PNBU: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior*. [Em linha]. Brasília: Ministério da Educação, 1990. [Consult. 28 jun. 2021]. Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbu/wp-content/uploads/2018/09/PROBIB.pdf>.

CALDAS, Rosângela Formentini; SILVA, Rafaela Carolina
2020 Apresentação. In *Bibliotecas e hibridez*. Org. Rosângela Formentini Caldas, Rafaela Carolina Silva. Marília: Oficina Universitária, 2020, p. 5-8.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL
2016 *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016.

CENTRO SOCIAL MARISTA IRMÃO ANTÔNIO BORTOLINI
2018 *Site*. [Em linha]. Porto Alegre: Centro Social Marista Ir. Antônio Bortolini, 2018. [Consult. 28 set. 2021]. Disponível em: <https://social.redemarista.org.br/centro/ir-antonio-bortolini>.

COSTA, Teresa; ALVIM, Luísa
2021 A Agenda 2030 e a Ciência da Informação: o contributo das bibliotecas e centros de informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:2 (2021) 617-628. [Consult. 28 jun. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/37380>.

CUNHA, Miriam Vieira da
2003 O Papel social do bibliotecário. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 15 (2003) 41-46. [Consult. 28 jun. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p41/5234>.

FERRAZ, Marina Nogueira
2014 O Papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19 (2014) 18-30. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/h3kdkrxzgdBqk8cm9ZKtqhd/?lang=pt&format=pdf>.

GOMES, Henriette Ferreira
2014 A Biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 19 (2014) 151-163. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/t4k6pt7pb4gTPXt5yWDSzqD/?lang=pt&format=pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2019 *IFLA guidelines on public Internet access in libraries*. Ed. by Louise Cooke. [Em linha]. Den Haag: IFLA, 2019. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/guidelines_on_public_internet_access.pdf.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS
2015 *As Bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU*. [Em linha]. Den Haag: IFLA, 2015. [Consult. 20 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2013 *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. Ed. by Christie Koontz, Barbara Gubbin. [Em linha]. 2nd ed. The Hague: IFLA, 2013. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1055/2/ifla-publication-series-147-pt.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2008 *Manifesto da IFLA sobre transparência, bom governo e ausência de corrupção*. [Em linha]. Den Haag: IFLA, 2008. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNESCO

1994 *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. [Em linha]. Den Haag: IFLA, 1994. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>.

LESSA, B.

2020 Biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. *Revista ACB*. [Em linha]. 25:3 (2020) 555-570. [Consult. 30 ago. 2021]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1679/pdf>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

2021 *Pesquisa da PUCRS é considerada descoberta do ano pela revista Aventuras da História*. [Em linha]. Porto Alegre : PUCRS, 2021. [Consult. 23 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/mumia-iret-neferet-descobertas-do-ano/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

2021 *A Universidade*. [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 2021. [Consult. 11 ago. 2021]. Disponível em: <https://www.pucrs.br/institucional/a-universidade/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

2020 *Relatório Social PUCRS, HSL, e InsCER*. [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 2020. [Consult. 11 ago. 2021]. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/download/relatorios/relatorio-social-2020/relatorio-2020.pdf>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

2019 *Biblioteca Central promove mostra sobre cinema brasileiro*. [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 2019. [Consult. 6 out. 2021]. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/biblioteca-central-promove-mostra-sobre-cinema-brasileiro/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

2018 *Biblioteca Central apresenta Puzzle do Conhecimento*. [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 2018. [Consult. 6 out. 2021]. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/biblioteca-central-apresenta-o-puzzle-do-conhecimento/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
2018 *PUCRS Piano traz música para a comunidade*. [Em linha]. Porto Alegre: PUCRS, 2018. [Consult. 06 out. 2021]. Disponível em: <https://www.pucrs.br/blog/pucrs-piano-traz-musica-acessivel-para-a-comunidade/>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central
2019 *Exposição Iret Neferet* [Em linha]. Porto Alegre: Biblioteca Central PUCRS, 2019. [Consult. 06 Out. 2021]. Disponível em: <https://www.facebook.com/bibliotecapucrs/photos/a.159456357561755/1413258008848244>.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central
2018 *Piano na Biblioteca* [Em linha]. Porto Alegre: Biblioteca Central PUCRS, 2018. [Consult. 06 Out. 2021]. Disponível em: <https://www.facebook.com/bibliotecapucrs/photos/a.159456357561755/1113759782131403>.

RBS, Brasil
2009 *Prêmio Fato Literário*. [Em linha]. Porto Alegre: clicRBS, 2009 [Consult. 18 ago. 2021]. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/fatoliterario/conteudo_0,5266,Historico.html.

REDE MARISTA, Brasil
2018 *Sobre: missão, visão e valores*. [Em linha]. Porto Alegre: Rede Marista, 2018. [Consult. 20 ago. 2021]. Disponível em: <https://redemarista.org.br/sobre/quem-somos>.

SALA, F. [et al.]
2020 Agenda 2030 da ONU e desenvolvimento sustentável: qual o papel das bibliotecas? *Revista ACB*. [Em linha]. 25:2 (2020) 325-339. [Consult. 20 ago. 2021]. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1703>.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do
2010 Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. *InCID: revista de Ciência da Informação e Documentação*. [Em linha]. 1:2 (2010) 103-121. [Consult. 28 jun. 2021]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42323/45994>.

VIEIRA, Ronaldo
2014 *Introdução à teoria geral da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

Ana Paula Medeiros Magnus | ana.magnus@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Clarissa Jesinska Selbach | clarissa.selbach@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Aline Matte Debastiani | aline.debastiani@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Fernanda Becker Handke | fernanda.handke@pucrs.br
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar se as universidades públicas portuguesas (UPP) usam o Facebook para comunicar com o seu público-alvo.

Primeiramente identificámos quais UPP têm Facebook e como se posicionam em termos de ‘gostos’, comentários e partilhas. Na análise de utilização desta ferramenta examinou-se a frequência em número de *posts*, a tipologia de informação veiculada e procurámos identificar a extensão relativa ao uso de *hashtags*, inclusão de fotografia e/ou vídeo. Os resultados obtidos revelaram que UPP usam o Facebook para comunicar, no entanto posicionam-se de diferentes formas na rede. Há muito trabalho a ser feito caso optem por apostar no Facebook como ferramenta de comunicação principal. Os *posts* são, maioritariamente, textos curtos com imagens provando preocupação em tornar a comunicação mais humana com *posts* bem-sucedidos. Fazem uso de notícias de *media* externos para se promoverem e não se observa o uso de *hashtags* e vídeos nos *posts*.

Palavras-chave: Comunicação; Facebook; Universidades públicas, Portugal.

Abstract: Portuguese public universities (UPP) use Facebook to communicate with their target audience.

Firstly, we identified which UPP get Facebook and how they position themselves in terms of likes, comments and shares. In the analysis of the use of this tool, the frequency in number of posts and the type of information conveyed were examined and we tried to identify the extent related to the use of hashtags, inclusion of photography and/or video. The results obtained revealed that UPP use Facebook to communicate, however they position themselves in different ways on the network. There is a lot of work to be done if they choose to bet on Facebook as their primary communication tool. The posts are mostly short texts with images proving concern in making communication more humane with successful posts. They make use of news from external media to promote themselves and the use of hashtags and videos in the posts is not observed.

Keywords: Communication; Facebook; Public Universities, Portugal.

Introdução

A crise da Universidade interpretada por Miller Guerra e Sedas Nunes, em 1969, tinha como principais preocupações os movimentos estudantis e a incapacidade de as **universidades se revelarem “frequentemente incapazes de formar, na quantidade e com as habilitações necessárias, os quadros científicos e técnicos indispensáveis ao desenvolvimento económico, social e cultural (GUERRA e NUNES, 1969:5).** No século XXI **as universidades experimentam transformações e desafios sem precedentes com “a redução do investimento público à escala da FCT e a reorientação de fundos dos indivíduos para as instituições (centros de investigação; escolas doutorais, etc.) são duas medidas que correm o risco de produzir efeitos combinados e dramáticos” (CURTO, 2014:209).**

Tais transformações provocam mudanças nos modelos de atuação das universidades portuguesas, ao nível dos seus processos de comunicação e de gestão. Ou seja, emerge e desenvolve-se uma nova forma de atuação, mais pró-ativa, facto que vem exigir da parte das instituições de ensino superior a prática de atos empresariais, com impacto direto ao nível da mudança dos seus paradigmas de comunicação (RUÃO, 2015).

Contudo, “essa súbita apetência pela comunicação corresponde mais a uma reação para com um quadro novo em que tais organizações foram colocadas contra a sua vontade, e menos a uma adesão entusiasta e espontânea” (FIGUEIRA, 2015:163). Em todo o caso, **verifica-se uma maior e mais nítida “disponibilidade de abertura ao exterior e uma maior atenção para com a diversidade dos seus principais públicos-alvo” (FIGUEIRA, 2015:163).**

A Internet e a *World Wide Web* “**alteraram as** formas de comunicar e interagir pela introdução de novos modelos menos sujeitos à geografia e mais sensíveis ao tempo da comunicação, um tempo **marcado pela aceleração” (BORGES, 2006:1).** Com o nascimento da Web 2.0, – *The Web 2.0 was born* (O'REILLY, 2005) – as redes sociais *online* alcançaram um protagonismo sem precedentes. Deixaram de ser uma mera tendência para se afirmarem na vida das pessoas e das organizações de forma irreversível. De acordo com Chaffee (2020) num estudo publicado no *site* SmartInsights, 43 % da população mundial recorre a redes sociais para pesquisa de produtos tornando-se, desta forma, um dos principais destinos na *Web*, e as principais e primeiras fontes de informação.

É notório no quotidiano de cada indivíduo as mudanças incutidas, pela Web 2.0, na forma como se relaciona com os outros e com as organizações. A comunicação das organizações, acordo com Zowislo-Grunewald e Beitzinger (2014) não pode mais ignorar a Internet devendo, para o efeito, adaptar-se ao novo cenário e incluir na sua estratégia de comunicação novas práticas comunicacionais usadas pela comunidade digital que pretende alcançar.

As organizações foram confrontadas com a necessidade de mudança incluindo as organizações sem fins lucrativos, como entendemos que são as universidades públicas portuguesas. É neste sentido que as palavras de Campbell e Lambright devem ser **entendidas, quando sublinham que “as communication tools, social media provide nonprofit organizations with a new mechanism for generating resources (2020:549),** combatendo a falta de recursos humanos e financeiros.

As universidades públicas portuguesas “usavam um modelo de comunicação dito institucional e assimétrico” (RUÃO, 2005:592), em que os seus líderes “acreditavam que a qualidade e o rigor no ensino e na investigação seriam suficientes” (RUÃO, 2005:592). Este pensamento está maioritariamente associado a instituições mais antigas, onde os processos de trabalho e de relacionamento se encontram há muito completamente estabilizados e a sua atitude para com o exterior está estribada no prestígio e na história da respetiva organização. Daí revelarem uma diminuta apetência para pensarem e atuarem **estrategicamente” (FIGUEIRA, 2015:164).**

Colocadas perante uma nova realidade, ou seja, perante “a grande aceitação do Facebook pelos utilizadores da Internet e seu crescimento exponencial nos últimos anos, tal circunstância “veio favorecer a incorporação dessa rede social nos programas de comunicação das organizações” (FOSK, 2017). Nesse sentido, as organizações, paulatinamente, tiveram de modificar a forma como se comunicam, começando, assim, a

usar as redes sociais “sob pena de não chegarem aos seus públicos-alvo, designadamente aos jovens estudantes” (FIGUEIRA, 2015:164).

Perante um cenário de redução de fundos financeiros e de escassez de recursos humanos, as universidades encontraram na Web 2.0 um instrumento vital à sua comunicação, porquanto, doravante, ser-lhes-ia possível estabelecer “a criação e o fortalecimento de relações interativas com públicos específicos o núcleo vital da comunicação organizacional” (BARICHELLO, 2009).

As redes sociais digitais mudaram a maneira como as pessoas adquirem, consomem e compartilham informações, permitindo caminhos de comunicação multidirecional ou interações sociais com outras pessoas simultaneamente (BERGER, 2015; PETERS *et al.*, 2013). O mesmo se aplica às organizações.

O último estudo da Marktest, *Os Portugueses e as Redes Sociais*, que em 2019 apresentou a sua 9ª edição, revela que 54,1 % dos utilizadores de redes sociais são “fãs de marcas em redes sociais” colocando, assim, em evidência a importância de as organizações privilegiarem estes canais como meio de se comunicarem com o seu público alvo. Ainda de acordo com o mesmo estudo, as redes sociais são uma constante na vida dos portugueses, onde 95% fazem *login* pelo menos uma vez por dia, e que 83% fá-lo várias vezes nas mesmas 24 horas. Em média, os portugueses passam 93 minutos por dia nestas plataformas.

O Facebook é a rede social *online* mais usada a nível mundial (*We Are Social, Hootsuite e DataReportal*, 2019), por indivíduos e empresas, para comunicação boca a boca *online*, e engajamento dos seus utilizadores (GONÇALVES *et al.*, 2015). Esta rede social marca, assim, diariamente a vida dos seus utilizadores, transformando a maneira como as pessoas passam seu tempo *online* – e a maneira de se comportarem, compartilharem e interagirem entre si e com o mundo ao seu redor, que Nielsen Company (2009) já apontava como uma tendência.

O Facebook é também a rede eleita pelos portugueses, quer em notoriedade quer em utilização: 95.39% de utilizadores de redes sociais possuem conta nesta plataforma. Segundo o mesmo *site* da Marktest, o Instagram e o WhatsApp estão a conquistar cada vez mais utilizadores em Portugal. O Instagram conta com 67.9%, o WhatsApp (74.2%) e o Messenger (70.8%). Apesar da forte mutabilidade do cenário digital, o Facebook é, ainda, considerado a rede social mais interessante.

Estudos como este, levados a cabo pela Marktest, são um forte contributo para as organizações no momento de tomar decisões, podendo, até, modificar a estratégia inicial. Talvez por este motivo todas as universidades tenham apostado em ter uma conta no Facebook, não se verificando o mesmo em outras redes sociais.

Estarão as nossas universidades públicas a fazer um uso correto destas ferramentas? E a tirar o máximo partido das suas potencialidades?

Metodologia

A metodologia assenta no modelo qualitativo e formaliza-se em dois momentos distintos. Um primeiro momento de recolha bibliográfica fundamentada em bases de dados especializadas – Web of Science e Scopus **sobre os assuntos “Facebook”, “social network” e “communication”**. **Para obtenção de dados mais específicos optou-se por filtrar os resultados exclusivamente indexados à área de “Information Science Library Science”**. Num segundo momento, como método de investigação, optou-se por levar a cabo uma análise de conteúdo, que incidiu sobre o Facebook de todas as universidades públicas portuguesas. A escolha desta plataforma em detrimento de outras disponíveis deveu-se ao facto de ser a predominantemente usada pela população portuguesa (MARKTEST, 2019) e por ser usada por todas as universidades, permitindo, desta forma, estabelecer comparações. A recolha dos dados foi levada a cabo entre os dias 17 e 19 de junho de 2020.

Consideraram-se neste trabalho todas as universidades públicas portuguesas, exceto a Universidade Aberta que, por não praticar ensino presencial, não se enquadra no contexto da investigação. De seguida foram delimitadas as balizas temporais de análise, e optou-se pela primeira semana após o decreto do encerramento das aulas por motivo de COVID-19. A escolha desta data prende-se com o facto de ser um momento excecional na história da vida dos indivíduos e das organizações. Seria de todo expectável que se verificasse um **maior afluxo de informação e, desta forma, “ajudaria a perceber a interação entre as instituições e os seus públicos” (VILARES, 2018)**. Esta medida não foi generalizada e a cada universidade correspondem diferentes datas de encerramento, o que implicou a identificação, em despacho reitoral ou fonte oficial, inclusive o *site* da universidade, dessas datas. Na fase final da pesquisa procedeu-se à análise quantitativa dos respetivos Facebooks de cada uma das instituições. Para esta análise recorreremos a um conjunto de indicadores e parâmetros previamente usados num estudo idêntico, aplicado, igualmente, a instituições do ensino superior, porém na área da saúde, levado a cabo pela investigadora Bela Vilares (2018).

Os parâmetros analisados apresentam-se em três categorias diferentes: conteúdo, forma e *engagement*. Na primeira categoria – conteúdo – aplicamos um único parâmetro denominado por caráter do tema que pretende investigar as universidades que divulgam *posts* sobre eventos da instituição, notícias, e informação sobre candidaturas e/ou informação académica. Na segunda categoria – forma – recorreremos a mais quatro parâmetros de análise: 1) se usam texto, imagens, vídeos ou registos sonoros; 2) no caso de se usar texto queremos saber se são textos longos ou curtos; 3) no caso de serem imagens, se são usadas figuras humanas ou não; 4) parâmetro que pretende investigar o uso, ou não, de *hashtags*. Na terceira e última categoria – *engagement* – usamos apenas um parâmetro para contabilizar o número de ‘gostos’, partilhas e comentários de cada um dos *posts*.

Resultados

Após consulta na plataforma de Facebook verificou-se que todas as universidades públicas portuguesas marcam a sua presença nesta rede social. A adesão a redes sociais *online*, neste caso em específico o Facebook, não se fez de forma igualitária para todas as universidades públicas portuguesas. A primeira universidade a apostar nesta rede foi a Universidade do Porto a 17 de fevereiro de 2009, seguida pela Universidade da Beira Interior ainda no ano

de 2009. A última universidade a registar-se na plataforma, após 6 anos da primeira, foi a universidade dos Açores. Apesar de terem aderido umas mais cedo do que outras, o que se confirma é que todas mantêm a sua presença na rede social mais usada em Portugal.

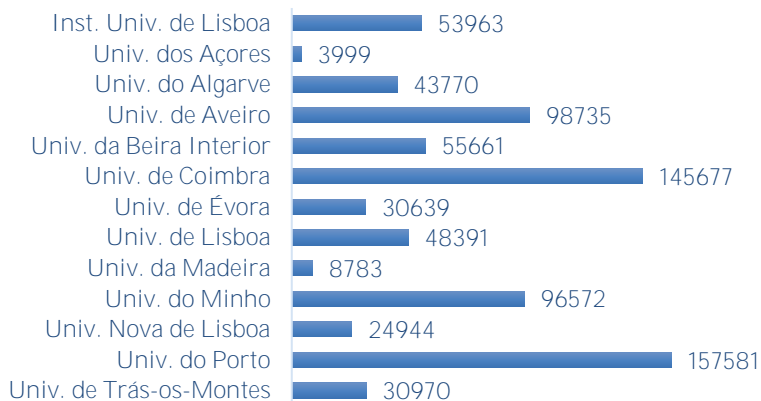
Fig. 1 – Linha do tempo com indicação das datas de adesão das universidades públicas à rede social Facebook



Fonte: Elaboração própria

A popularidade de cada uma das universidades é bem diversificada, como se pode observar no Gráfico 1. De entre os dados obtidos destacamos as Universidades do Porto e de Coimbra como as mais populares, com 157.581 e 145.677, respetivamente, e no lugar inverso a Universidade dos Açores, com menos ‘gostos’, valor igual a 3.999.

Gráfico 1 – Número total de ‘gostos’ de cada universidade pública portuguesa

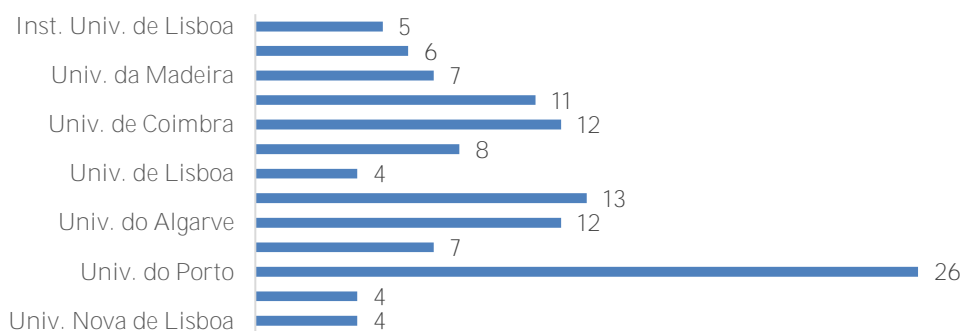


Fonte: Elaboração própria, jun. 2020

Seguidamente quisemos identificar quais as universidades públicas portuguesas que mais conteúdo publicam na sua conta do Facebook, contabilizando o número total de *posts* que cada uma adicionou. Como se poderá ver no Gráfico 2, temos a universidade do Porto com 26 *posts*, numa posição bem destacada das demais universidades. As que mostraram valores inferiores de *posts* são as Universidades de Lisboa, a Nova de Lisboa e a dos Açores com 4 *posts*. A título de curiosidade, o número total de *posts* adicionados por todas as

universidades públicas de Portugal durante o período em análise contabiliza-se em 118 *posts*.

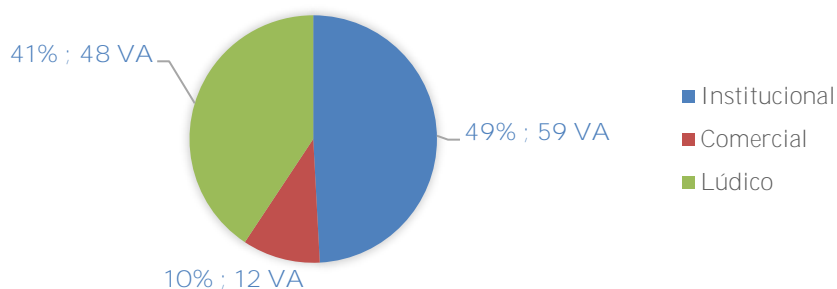
Gráfico 2 – Número total de *posts* por universidade durante a semana em análise



Fonte: Elaboração própria, jun. 2020

Após identificação da frequência de uso, quisemos analisar a tipologia de informação veiculada. Desta forma, e através da soma dos totais de cada universidade analisada, observamos que o tema de maior percentagem é o institucional com 49% (58 em valores absolutos (VA)), sendo a universidade do Algarve que mais aposta na divulgação deste tipo de conteúdos (12 VA), seguida da Universidade do Porto (9 VA) e da Universidade de Aveiro (7 VA). A tipologia de informação “lúdico/pedagógico”, ou seja, na “partilha de informação sobre eventos de âmbito cultural” e/ou “de cariz educativo, de aprendizagem de novas competências” é liderada pela universidade do Porto (15 VA). Os *posts* sobre o tema “comercial” não foram muito significativos durante o período de tempo analisado.

Gráfico 3 – Distribuição sobre “Caracter do tema” de todas as universidades públicas portuguesas (n=119)



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 4 coloca em evidência que a tipologia de informação mais usada pelas universidades públicas portuguesas foi a institucional sob a forma de notícia (77 VA). Informações sobre eventos e candidaturas apresentam valores de zero e um

respetivamente. De entre o universo total analisado foi a Universidade do Porto que revelou ser a entidade com mais *posts* nos indicadores de notícia.

Gráfico 4 – *Distribuição sobre “Tipo de conteúdo” de todas as universidades públicas portuguesas*



Fonte: Elaboração própria, jun. 2020.

Com base na análise dos indicadores sobre o formato dos *posts* resulta a tabela que se segue.

Tabela 1 – *Formato de posts relativos à extensão de texto, imagens, vídeo e uso de hashtags*

	Posts Nº. total	Texto		Imagem		Vídeo		Hashtag	
		Curto	Longo	C/ pessoas	S/ pessoas	Sim	Não	Sim	Não
Instituto Universitário de Lisboa	5	3	2	1	4	0	0	3	2
Universidade dos Açores	4	0	4	0	4	0	0	0	4
Universidade do Algarve	12	8	4	6	6	3	0	1	11
Universidade de Aveiro	11	6	5	5	6	0	0	0	11
Universidade da Beira Interior	6	4	2	4	2	1	0	0	6
Universidade de Coimbra	12	10	2	5	7	1	0	0	12
Universidade de Évora	8	7	1	5	3	0	0	0	8
Universidade de Lisboa	4	2	2	2	2	0	0	0	4
Universidade da Madeira	7	6	1	4	3	0	0	0	7
Universidade do Minho	6	3	3	0	6	0	0	0	6
Universidade Nova de Lisboa	4	4	0	1	3	0	0	0	4
Universidade do Porto	26	12	14	18	8	1	0	11	15
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	13	13	0	7	6	2	0	4	9
Total	---	78	40	58	60	8	0	19	99
Soma Total	118	118		118					

Fonte: Elaboração própria

Com base nos resultados referentes ao número de *posts* evidenciados na Tabela 1, pode-se observar uma diferença acentuada entre as universidades em análise. Com grande destaque, a Universidade do Porto com 26 *posts*, seguida das universidades do Algarve e de Coimbra com 12, e logo após a universidade de Aveiro com 11 *posts*. Em contraste, as demais universidades ficam muito abaixo destes valores.

Os dados da tabela apontam para a predominância do texto (118 VA) e da imagem (118 VA) sobre o vídeo (8 VA). Os seus textos são na sua maioria curtos (78 VA). A utilização de

imagens é uma constante e é transversal a todas as universidades, não se tendo verificado uma única universidade pública que não tenha recorrido ao uso de uma imagem, seja com recurso a imagens com pessoas (58 VA) ou sem pessoas (60 VA). De acordo com os dados recolhidos, as universidades públicas ainda não fazem um uso generalizado de *hashtags*, uma vez que a maioria não recorre a este tipo de palavra-chave, ou seja 84% (99 VA) contra 16% (19 VA) que usa *hashtags* nos seus *posts*.

Destacamos a Universidade do Porto como a que maior uso faz de imagens com pessoas, e que apesar de não investir grandemente no emprego de vídeos, lidera no uso de *hashtags* (11 VA).

O último parâmetro de análise procura observar como interage o público com as universidades públicas portuguesas. Verificamos que o formato eleito de interação pelos internautas materializa-se na forma de ‘gostos’. Como se poderá observar na Tabela 2, de entre os 118 *posts* totais, obteve-se um universo de 26.305 ‘gostos’, 12.838 partilhas e 779 comentários.

Uma vez mais destaca-se a universidade do Porto, com número de ‘gostos’ igual a 12.527 VA e de comentários com 318 VA; No entanto a universidade que conseguiu maior número de partilhas foi da Universidade do Minho, com 4.141 VA.

Tabela 2 – Valores das reações de ‘gostos’, partilhas e comentários das universidades públicas portuguesas

Organização	Reações		
	gostos	partilhas	comentários
Universidade do Porto	12.527	1.902	318
Universidade de Aveiro	4.190	3.788	139
Universidade do Minho	2.729	4.141	109
Universidade do Algarve	1.939	777	71
Universidade da Beira Interior	1.609	395	55
Universidade de Lisboa	763	389	5
Universidade de Coimbra	721	942	20
Instituto Universitário de Lisboa	502	153	35
Universidade de Évora	423	66	3
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	362	98	17
Universidade dos Açores	346	119	5
Universidade Nova de Lisboa	147	60	2
Universidade da Madeira	47	8	0
Totais	26.305	12.838	779

Fonte: Elaboração própria

Discussão

As universidades públicas portuguesas conscientes da importância do Facebook como rede social mais popular em todo o mundo e como meio de adaptação à vida universitária pela

parte dos alunos (SHIAU, DWIVEDI e LAI, 2018) marcam a sua presença nesta rede social. No entanto, esta presença não se verifica de modo igualitário e deparamo-nos com organizações que mantêm uma forte presença na rede, contrastando com outras de presença mais tímida.

Neste caso, os ‘gostos’ adicionados a uma página revelam o interesse do público nessas organizações e/ou instituição e não está diretamente relacionado com o conteúdo dos *posts* que adicionam (ARROYO-VAZQUEZ, 2018:68); exemplo demonstrativo é o caso da Universidade de Coimbra, uma das universidades mais populares (com maior elevado número de ‘gostos’ na sua página), que depois contabilizando o número total de ‘gostos’ dos seus *posts* insere-se a meio da tabela. Este resultado leva-nos a concluir que apesar da popularidade da Universidade de Coimbra a sua comunidade não interage com a página.

No que se refere à frequência de *posts*, 69% das universidades públicas portuguesas demonstram encontrar-se dentro da média apropriada de *posts*, que segundo Jordan (2017) e Patel (2016) é entre um a dois *posts* diários.

O formato de *post* eleito pelas instituições estudadas surge na forma de notícia. Conteúdos externos, gerados e divulgados a custo zero, que permitem às universidades públicas portuguesas promoverem-se dentro da sua comunidade e, desta forma, darem a conhecer o que se produz na instituição e que tem impacto e consequências no meio que as rodeia (ARROYO-VAZQUEZ, 2018:68).

Retira-se, ainda, a ideia de que as universidades públicas portuguesas fazem uso do Facebook para divulgação de **informação de carácter “institucional”, permitindo-lhes, assim, partilhar “informação sobre eventos de natureza corporativa, e dar a conhecer as suas valências” (VILARES, 2018) aos seus públicos-alvo.**

Os *posts* mais adicionados assumem a forma de textos curtos, os mais indicados para publicar em redes sociais, pois são mais objetivos e fáceis de serem lidos. Corrobora, assim, as palavras de Freitas, quando afirma que a comunicação no ciberespaço caracteriza--se por **ser “abreviada, telegráfica, econômica” (2000:14).** Estes *posts* de textos curtos são frequentemente acompanhados por imagens com pessoas, demonstrando que as **instituições se preocupam em tornar a sua comunicação “mais humana, mais próxima dos utilizadores” (VILARES, 2018).**

A partilha de fotografias nas redes sociais tem sido um dos recursos mais comumente usados (JOINSON, 2008; MADDEN *et al.*, 2013) e a sua partilha no Facebook é uma das atividades populares desta plataforma (DUGGAN e BRENNER, 2012; JOINSON, 2008; MADDEN *et al.*, 2013; PAI e ARNOTT, 2013). Segundo Dutton e outros (2013) o interesse em torno desta prática tornou-se a atividade de lazer mais popular na Internet, na Grã-Bretanha, substituindo outras atividades *online* como ouvir música e assistir a vídeos.

Os *posts* das universidades públicas portuguesas verificam-se alinhados com esta realidade uma vez que todos os *posts* se fazem acompanhar de uma fotografia e/ou imagem. Desta forma revelam cuidado em tornar os seus *posts* mais bem-sucedidos e mais atraentes do que um *post* unicamente com texto simples (WORTMANN e WATTENBERG, 2019). Um estudo de 2019, desenvolvido pelos investigadores Wortmann e Wattenberg, demonstrou que o uso de imagens e vídeos num *post* tem um impacto muito positivo e as universidades públicas portuguesas, tendo identificado esse impacto, apostaram na sua partilha como forma de obtenção de um retorno imediato (MENDELSON e PAPACHARISSI, 2010).

A partilha de fotografias por parte das instituições em análise permite-lhes de forma mais imediata e fácil manifestarem pensamentos e emoções, despoletando, de forma automática, uma discussão em torno de um tema de interesse mútuo (MENDELSON e PAPACHARISSI, 2010) e promovendo, assim, o *engagement* entre os intervenientes no processo de comunicação. Este tipo de ação revela que as universidades sabem, e querem, que os utilizadores das suas redes sociais se sintam bastante engajados porque desta forma são mais propensos a segui-la e a participar das suas atividades, provando, assim, uma maior lealdade por um período de tempo muito mais alargado (HOLLEBEEKET *et al.*, 2014; KWON *et al.*, 2014). As universidades públicas portuguesas sabem que o *engagement* é a chave para o seu sucesso e o Facebook não é exceção (BASALINGAPPA, SUBHAS e TAPARIYA, 2016:238).

O Facebook promove níveis de *engagement* elevados, possuindo, para o efeito, recursos que incentivam conversas e relações entre os seus utilizadores, promovendo a interação com os utilizadores (ERIKSSON e OLSSON, 2016). De seguida destacamos a possibilidade de adição de *hashtags* disponibilizados pela plataforma que “increased the level of *engagement*” (SAXTO *et al.*, 2015). O seu uso apresenta-se como um convite à interação entre os intervenientes no processo de comunicação tendo sido desenvolvidas para a prática de uma comunicação adequada (LIVINGSTONE, 2012).

No total de 118 *posts* adicionados contabilizamos apenas 10.55% que continham *hashtags*. Verifica-se uma baixa utilização desta funcionalidade, o que nos conduz a duas conclusões: 1) as universidades públicas portuguesas não usam *hashtags* para cativar os alunos universitários para quem o *hashtaging* é bastante comum e que muito facilmente adotam as últimas tendências (TARIO, SARFRAZ e ABBAS, 2020, [s. p.]); 2) nem usam de forma interna para organizar e recuperar a informação ou para rastrear um conteúdo no *site*, saber informações mais detalhadas, e obtenção de conhecimentos básicos sobre algo específico (TAGG e SEARGEANT, 2014).

O Facebook “como importante ferramenta de comunicação” (KEMP, 2015) disponibiliza outras formas de promoção do *engagement* através das opções “gosto”, “partilha” e “comentários” (WORTMANN e WATTENBERG, 2019:289) ou como afirmam os autores Kim & Yang “on Facebook through three behaviors: like, comment, and share ... They like a post, comment on another, or share the other” (2017:441), permitindo, assim, “que os seus usuários manifestem seus desejos, sentimentos e opiniões em tempo real” (POECZE, 2019) aumentando o seu grau de envolvimento.

Estas diferentes formas de interação disponibilizadas pelo Facebook não possuem igual significado, nem grau de importância ou *engagement* pela parte do utilizador: “share as the highest, comment as the intermediate, and like as the lowest level (KIM e YANG, 2017:441), ou ainda “a share weights approximately as much as 2 comments, each of which has roughly equal weight to 7 likes” (CALERO, 2013 *apud* KIM e YANG, 2017:441), concluindo que partilhar e comentar são mais valiosos do que gostar.

O número de ‘gostos’ é uma métrica usada unicamente para avaliar o alcance nas redes sociais (BASALINGAPPA, SUBHAS e TAPARIYA, 2016:237), ao passo que partilhar e comentar revela-se mais valioso. É mais fácil clicar no botão ‘gosto’ de um *post* do que adicionar um comentário ou até partilhar esse conteúdo (BASALINGAPPA, SUBHAS e TAPARIYA, 2016:237).

Os resultados obtidos mostram que a Universidade do Porto obteve maior número de ‘gostos’ nos seus *posts* do que de partilhas e comentários. Esta situação prova que a sua comunidade gosta dos conteúdos dos seus *posts*, mas revela um baixo nível de interação, ou seja, a sua comunidade não se revê totalmente nos conteúdos ao ponto de os partilhar na sua *timeline*. Por outro lado, o número de comentários é o mais elevado, ou seja, os seus *posts* suscitam discussão e debate. Situação contrária verifica-se com a Universidade do Minho, que possui quase o dobro de partilhas relativo ao seu número de ‘gostos’, provando que a sua comunidade revela forte *engagement* com os seus conteúdos.

A Universidade da Madeira, no total de tempo analisado, revelou zero comentários, e a Universidade Nova de Lisboa totalizou 2, ou seja, usam o Facebook simplesmente como uma forma de fornecer informações ao invés de um lugar de discussão (AHARONY, 2012) e sendo a interação o que distingue as redes sociais de outras formas de presença na *Web* (ARROYO-VAZQUEZ, 2018:67), estes valores são reveladores de uma necessidade, pela parte destas organizações, de rever quais os objetivos da sua presença no Facebook e redefinir estratégias, no sentido de obterem um maior retorno face ao esforço despendido.

Não sendo um foco do trabalho, no entanto parece-nos importante referir, que se verificou uma forte ausência destas instituições em outras redes sociais. Este ponto que não deve ser descuidado porque os jovens estão na vanguarda das inovações participativas (BOULIANNE e THEOCHARIS, 2020:112) e rapidamente adotam novas ferramentas digitais e abandonam as mais “antigas”, criando uma mistura, em constante mudança, de tecnologias de comunicação no quotidiano diário (BOULIANNE e THEOCHARIS, 2020:112)

Conclusões

A análise dos dados permite-nos tecer algumas conclusões, umas de traço geral, transversais a todas as universidades, e outras de carácter mais específico relativas a cada uma das universidades.

Neste estudo as Universidades do Porto e de Coimbra revelaram ser as mais populares explicado pelo maior número de ‘gostos’ que alcançaram nas suas páginas, revelando, desta forma, a dimensão da sua audiência. Estes dois exemplos não espelham a generalidade das universidades públicas portuguesas, havendo ainda uma grande margem para melhorias. Ainda assim, permite-nos concluir que, de um modo geral, as universidades públicas portuguesas fazem um uso correto da plataforma Facebook no que se refere ao número de *posts* adicionados por dia.

À luz de todos dos resultados é-nos permitido concluir que as universidades públicas portuguesas, face à sua tão diferente forma de se posicionarem na rede, alcançam resultados, também eles, muito diferentes. A Universidade do Porto ao adicionar mais *posts*, na sua maioria com imagens e *hashtags*, alcança valores mais elevados de *engagement* evidenciados pelo número de ‘gostos’, comentários e partilhas.

As universidades públicas portuguesas querem que os seus *posts* sejam mais apelativos para a sua comunidade e, neste sentido, recorrem ao uso de imagens em todos os seus *posts*.

Os resultados apresentados neste trabalho demonstram que há, ainda, muito trabalho a ser feito caso as universidades públicas portuguesas optem por apostar no Facebook como

ferramenta de comunicação principal. Existe uma larga margem, dentro da comunidade universitária, para dilatar o número de seguidores. Na grande maioria, a quantidade de interações verificadas mal representa a franja de utilizadores. Neste sentido, torna-se vital para a própria sobrevivência das instituições de ensino, repensar qual o rumo e presença que devem tomar nas redes sociais para cativarem e fidelizarem os seus públicos.

Agradecimentos

Quero agradecer à Professora Doutora Maria Manuel Borges, docente da Universidade de Coimbra, pelo contributo muito significativo na revisão científica deste artigo.

Referências bibliográficas

AHARONY, Noa

2012 Facebook use in libraries: an exploratory analysis. *Aslib proceedings*. [Em linha]. 64:4 (2012) 358-372. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00012531211244725>.

ARROYO-VAZQUEZ, Natalia

2018 Interaction on Spanish university libraries' Facebook pages. *El Profesional de la información*. [Em linha]. 27 (2018) 65-74. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/39133/>.

BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha

2009 Apontamentos sobre as estratégias de comunicação mediadas por computador nas organizações contemporâneas. In *Comunicação organizacional*. Org. Margarida Kunsch, M. Krohling. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 337-353.

BASALINGAPPA, Anita; SUBHAS, M. S.; TAPARIYA, Rashmi

2016 Understanding likes on Facebook: an exploratory study. *Online journal of communication and media technologies*. [Em linha]. 6:3 (2016) 234-249. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.ojcm.net/download/understanding-likes-on-facebook-an-exploratory-study.pdf>.

BERGER, Arthur Asa

2018 Media and communication research methods: an introduction to qualitative and quantitative approaches. 5th ed. [Em linha]. Los Angeles: SAGE, 2018. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://www.academia.edu/40306080/Media_and_Communication_Research_Methods_An_Introduction_to_Qualitative_and_Quantitative_Approaches_by_Arthur_A_Berger.

BERGER, Jonah A.

2015 Word of mouth in interpersonal communication. In *The Cambridge handbook of consumer Psychology*. Ed. Michael Norton, Derek D. Rucker, Cait Lamberton. [Em linha]. New York : Cambridge University, 2015, p. 368-397. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107706552.014>.

BORGES, Maria Manuel

2006 *A Esfera: comunicação académica e novos media*. [Em linha]. Coimbra, 2006. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/8557>.
Tese de doutoramento.

- BOULIANNE, Shelley; THEOCHARIS, Yannis
2020 Young people, digital media and engagement: a meta-analysis of research. *Social Science computer review*. [Em linha]. 38:2 (2020) 111-127. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0894439318814190>.
- CHAFFEY, Dave
2020 Global social media research: summary. *Smartinsights.com*. [Em linha]. (Ago. 2020). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.smartinsights.com/social-media-marketing/social-media-strategy/new-global-social-media-research/>.
- CURTO, Diogo Ramada
2014 Uma Nova crise da universidade em Portugal? *Análise social*. [Em linha]. 210 (2014) 207-212. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000100014.
- DUGGAN, Maeve; BRENNER, Joanna
2012 The Demographics of social media users. *Pew Research Center: Internet & technology*. [Em linha]. (7 abr. 2012). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2013/02/14/the-demographics-of-social-media-users-2012/>.
- DUTTON, William H.; GRANT, Blank; GROSELJ, Darja
2013 *Cultures of the Internet: the Internet in Britain: Oxford Internet survey 2013: report OxIS*. [Em linha]. (2013). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Grant-Blank/publication/314445044_Cultures_of_the_Internet_Five_Clusters_of_Attitudes_and_Beliefs_Among_Users_in_Britain/links/5d89f594299bf1996f9e5c70/Cultures-of-the-Internet-Five-Clusters-of-Attitudes-and-Beliefs-Among-Users-in-Britain.pdf.
- ERIKSSON, Mats; OLSSON, Eva-Karin
2016 Facebook and Twitter in crisis communication: a comparative study of crisis communication professionals and citizens. *Journal of contingencies and crisis management*. [Em linha]. 24 (2016) 198-208. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12116>.
- FIGUEIRA, João
2015 O Facebook como estratégia de superação da escassez de meios na comunicação institucional: o caso da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Organicom*. [Em linha]. 12:22 (2015) 161-175. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2015.139275>.
- FOSK, Alejandro
2017 LATAM digital future in focus. *ComScore*. [Em linha]. (2017). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.comscore.com/lat/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2017/2017-LATAM-Digital-Future-in-Focus>.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção
2000 *Escrita teclada: uma nova forma de escrever?* [Em linha]. [S. l.: s. n.], 2000. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_02-2.pdf.

- GONCALVES, Jorge [et al.]
2015 Increasing the reach of government social media: a case study in modeling government-citizen interaction on Facebook. *Policy and Internet*. [Em linha]. 7:1 (2015) 80-102. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/poi3.81>.
- GUERRA, João Pedro Miller; NUNES, Adérito Sedas
1969 A Crise da universidade em Portugal : reflexões e sugestões. *Análise social*. [Em linha]. 7:25-26 (1969) 5-49. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122425353202dSR4az8Mg760O8.pdf>.
- HOLLEBEEK, Linda D.; GLYNN, Mark; BRODIE, Roderick
2014 Consumer brand engagement in social media: conceptualization, scale development and validation. *Journal of interactive marketing*. [Em linha]. 28 (2014) 149-165. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.intmar.2013.12.002>.
- JOINSON, Adam N.
2008 Looking at, looking up or keeping up with people?: motives and use of Facebook. In CHI 2008, Florence, 2008 - *Proceeding of the twenty-sixth annual SIGCHI Conference on human factors in computing systems*. [Em linha]. [S. n.: s. l.], 2008). [Consult. 17 maio 2021]. p. 1.027-1.036. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1145/1357054.1357213>.
- JORDAN, Rachel B.
2017 How frequently should I post to Facebook? *929 marketing creative*. [Em linha]. (24 jun. 2017). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://www.rachelbjordan.com/marketing-leadership-blog/how-frequently-should-i-post-to-facebook>.
- KEMP, Simon
2015 Digital, social & mobile. *We are social*. [Em linha]. (2015). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://wearesocial.com/sg/special-reports/digital-social-mobile-in-apac-in-2015>.
- KIM, Cheonsoon; YANG, Sung-Un
2017 Like, comment, and share on Facebook: how each behavior differs from the other. *Public Relations review*. [Em linha]. 43:2 (2017) 441-449. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.02.006>.
- KWON, Eun Sook [et al.]
2014 Brand followers: consumer motivation and attitude towards brand communications on Twitter. *International journal of advertising*. [Em linha]. 33 (2014) 657-680. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2501/IJA-33-4-657-680>.
- LIVINGSTONE, Sonia
2012 Critical reflections on the benefits of ICT in education. *Oxford review of Education*. [Em linha]. 38:1 (2012) 9-24. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://eds.b.elsevier.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=8b34fa4b-9075-4b40-bca2-9f7350da3748%40pdc-v-sessmgr01>.
- MADDEN, Mary [et al.]
2013 Teens and technology 2013. *Pew Research Center: Internet & technology*. [Em linha]. (13 mar. 2013). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/internet/2013/03/13/teens-and-technology-2013/>.

MARKTEST GRUPO

2019 *Os Portugueses e as redes sociais: 2019*. [Em linha]. Lisboa: Marktest, 2019. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.marktest.com/wap/a/grp/p-96.aspx>.

MENDELSON, Andrew L.; PAPACHARISSI, Zizi

2010 Look at us: collective narcissism in college student Facebook photo galleries. In *The Networked self: identity, community and culture on social network sites*. Ed. Zizi Papacharissi. [Em linha]. London: Routledge, 2010, p. 251-273. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=6&sid=3398b04a-b880-42c3-b192-2d78d8913ed3%40pdc-v-sessmgr02>.

NIELSEN COMPANY

2009 Global faces and networked places: a **Nielsen report on social networking's new global footprint**. *Nielsen blog*. [Em linha]. (Mar. 2009). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://www.nielsen.com/content/dam/corporate/us/en/%20newswire/uploads/2009/03/nielsen_globalfaces_mar09.pdf.

O'REILLY, Tim

2005 What is Web 2.0?: Design patterns and business models for the next generation of software. *O'Reilly*. [Em linha]. (30 set. 2005). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>.

PAI, Peiyu; ARNOTT, David C.

2013 User adoption of social networking sites: eliciting uses and gratifications through a means-end approach. *Computers in human behavior*. [Em linha]. 29:3 (2013) 1.039-1.053. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi:10.1016/j.chb.2012.06.025>.

PATEL, Neil

2016 How frequently you should post on social media according to the pros. *Forbes*. [Em linha]. (12 set. 2016). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/neilpatel/2016/09/12/how-frequently-you-should-post-on-social-media-according-to-the-pros/>.

PETERS, Kay [et al.]

2013 Social media metrics: a framework and guidelines for managing social media. *Journal of interactive marketing*. [Em linha]. 27:4 (nov. 2013) 281-298. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.intmar.2013.09.007>.

POECZE, Flora

2019 What you post is what you get: the mediator role of reached individuals in the causal relationship of posted content types and follower counts on Facebook. *Naše gospodarstvo = Our Economy*. [Em linha]. 65:4 (2019) 57-71. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=602d7cfb-f766-40a6-9521-e6ff6b40bf90%40sdc-v-sessmgr03>.

RUÃO, Teresa

2008 *A Comunicação organizacional e os fenómenos de identidade: a aventura comunicativa da formação na Universidade do Minho: 1974-2006*. [Em linha]. Braga : Universidade do Minho, 2008. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8841/1/tese%20final.pdf>. Tese de doutoramento.

- SAXTON, Gregory D. [et al.]
2015 #AdvocatingForChange: the strategic use of hashtags in social media advocacy. *Advances in social work*. [Em linha]. 16:1 (2015) 154-169. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3034801.
- SHIAU, Wen-Lung; DWIVEDI, Yogesh K.; LAI, He-Hong
2018 Examining the core knowledge on Facebook. *International journal of information management*. [Em linha]. 43 (2018) 52-63. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2018.06.006>.
- TAGG, Caroline; SEARGEANT, Philip
2014 Audience design and language choice in the construction and maintenance of translocal communities on social network sites. In *The Language of social media*. Ed. Philip Seargeant, Caroline Tagg. [Em linha]. London: Palgrave Macmillan, 2014. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137029317_8.
- TARIO, Umbreen; SARFRAZ, Summaira; ABBAS, Ali
2020 **Digital media users and Facebook hashtags' misinterpretations**. *Online information review*. [Em linha]. (20 jun. 2020). [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://doi:10.1108/oir-08-2019-0262>.
- VILARES, Bela A. E.
2018 A Utilização dos social media pelas instituições de ensino superior em Portugal: estudo de caso na área das ciências da saúde. In JORNADAS APDIS, 13^{as}, Lisboa, 2018 - *Atas*. [Em linha]. Lisboa: APDIS, 2018. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://apdis.pt/publicacoes/index.php/jornadas/article/view/232>.
- WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE; DATA REPORTAL
2019 *Most famous social network sites worldwide as of July 2019, ranked by number of active users (in millions)*. [Em linha]. 2019. [Consult. 17 maio 2021]. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-rankde-by-numberof-users/>.
- WORTMANN, Matthias; WATTENBERG, Malte
2019 When do users interact and react to content on Facebook? In ECSM 2019 - EUROPEAN CONFERENCE ON SOCIAL MEDIA, 6th, Brighton, 2019 – *Proceedings...* [Em linha]. New York: Curran Associates, 2019, p. 288-296. Disponível em: https://www.academic-bookshop.com/ourshop/prod_6801467-ECSM-2019-PDF-Proceedings-of-the-6th-European-Conference-on-Social-Media.html.

A ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL: a produção científica em repositórios e bases de dados abertas da América Latina, Portugal e Espanha

MEDITATION AND INFORMATIONAL LITERACY: the scientific production of repositories and databases made in Latin America, Portugal and Spain

Bruno Fortes Luce | Laura Soares | Lizandra Brasil Estabel

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a8>

Resumo: A Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), desenvolvida conforme cartilhas da União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), tem como objetivo permitir aos alunos uma aprendizagem mais autônoma para a utilização das mídias e das informações como forma de articulação de processos e mudanças sociais, e por isso vem ganhando mais ênfase na sociedade atual, com o intuito de possibilitar um melhor relacionamento com as informações que nos cercam. Este estudo tem como objetivo central realizar um levantamento nos repositórios e bases de dados abertas mantidas por países da América Latina, Portugal e Espanha a fim de identificar a produção científica sobre AMI no âmbito da academia. Para a realização das buscas foram utilizados os termos *Media and Information Literacy* e suas traduções para o espanhol e o português brasileiro como Alfabetização Midiática e Informacional, definidas pela própria UNESCO, e a utilização do termo *Literacia Midiática Informacional* para o português europeu. Ao final foi possível verificar a existência de poucos trabalhos sobre o tema, que todos os trabalhos recuperados têm base no material desenvolvido pela UNESCO, e que o Brasil foi o país que mais publicou sobre esta temática.

Palavras-chave: Alfabetização Midiática e Informacional; Base de dados; Ciência aberta; UNESCO.

Abstract: Media and Information Literacy (MIL), developed according to booklets of the United Nations Union for Education, Science and Culture (UNESCO), aims to allow students a more autonomous learning for the use of media and information as a way of articulating processes and social changes, that is why it is gaining more emphasis within today's society, in order to better relate to the information that surrounds us. This study has as central objective to carry out a survey within the open databases maintained by Latin American countries, Portugal and Spain, in order to identify the scientific production on MIL in the scope of the academy. The search used the terms *Media and Information Literacy* and its translation into Spanish and Brazilian Portuguese, such as *Alfabetização Midiática e Informacional*, defined by UNESCO itself, and the use of *Literacia Midiática Informacional* for European Portuguese. At the end it was possible to verify that there are few works on the theme, that all the recovered works are based on material developed by UNESCO, and that Brazil was the country that published the most on this theme.

Keywords: Informational Media Literacy; Database; Open science; UNESCO.

Introdução

Os avanços da tecnologia, a globalização e as alterações nos padrões de vida fazem parte das transformações que alteram o modo de viver da sociedade, determinando novas formas de comportamento, de relacionamento, de pensar e de aprender. A informação é fator decisivo de desenvolvimento humano, seja na esfera pessoal ou profissional. O seu excesso e a falta de habilidade para utilizá-la de maneira eficaz estimula a necessidade de novas práticas que habilitem as pessoas a lidar com a informação, fazendo-as perceber quando precisam, como devem acessar e de que maneira devem identificar e combater a desinformação. O acesso e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por meio de conteúdo informacional disponível tornaram-se fundamentais no dia a dia e se

constituem no processo de inclusão social e digital das pessoas na Sociedade do Conhecimento. Neste processo, os bibliotecários desempenham um papel fundamental como mediadores que atuam na organização e disseminação da informação e na realização de ações para o desenvolvimento de habilidades informacionais pelos usuários.

De acordo com a Association of College and Research Libraries (ACRL), pertencente à Associação Americana de Bibliotecários – a American Library Association (ALA) – a competência em **informação pode ser definida como: “[...] habilidade de localizar, avaliar e usar de forma eficaz as informações que forem necessárias” (1989:s. p.)**. Para Dudziak (2003:28) a *information literacy* também pode ser vista como um processo contínuo de: “[...] internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários à **compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica [...]**”.

A UNESCO, através da Proclamação de Alexandria (2005), esboça a *Information Literacy* como um aprendizado contínuo, que se desenvolve ao longo da vida. Na década de 80, a competência em informação ganhou um viés mais educativo com o surgimento e a popularização das TIC, ou seja, a informação ganhou uma visibilidade maior perante a sociedade, gerando assim um comprometimento dos bibliotecários como mediadores da informação e como educadores. Dudziak (2003) aponta duas obras que foram publicadas no ano de 1989, responsáveis por transformar a *information literacy* a partir de um viés mais educacional: *Information literacy: revolution in the library*, de S. Breivik e E. Gordon Gee, e *Presential Committe on Information Literacy: final report* da ALA. Assim, desenvolveu-se a *Information Literacy Education* (ILE).

O uso do termo *Media and Information Literacy* tornou-se mais amplo abrangendo os meios de comunicação na *Web* e com isso englobando respectivamente: a Mídia e a Informação. Anteriormente, a mídia era utilizada apenas na área da Comunicação, enquanto a informação ficava como responsabilidade exclusiva da Ciência da Informação. Além da junção das duas áreas, as nomenclaturas também sofreram algumas alterações, principalmente nas traduções para o português brasileiro. Desta forma, este trabalho tem como objetivo central a realização de um levantamento bibliográfico, realizado através de bases de dados abertas, sobre o termo Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), e suas traduções, a fim de verificar como a academia vem trabalhando o termo consolidado pela União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Alfabetização Midiática e Informacional e suas definições

A UNESCO é a principal organização mundial que trabalha em prol da disseminação e implementação da AMI e a responsável por defini-la da seguinte maneira:

Um conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos, usando várias ferramentas, com senso crítico e de forma ética e efetiva, para que participem e engajem-se em atividades pessoais, profissionais e sociais (UNESCO, 2016:29).

Desde 1982, através da Declaração de Grünwald, vem atuando junto aos países integrantes da ONU para uma educação mais social a fim de um empoderamento do cidadão. Em 2003, na República Tcheca, a UNESCO juntamente com a US National Commission on Library

and Information Science e o National Forum on Information Literacy redigiram a Declaração de Praga – a primeira a tratar de uma maneira ampla sobre alfabetização informacional, englobando um estudo sobre a mídia, comunicação e questões informacionais.

Ao longo dos anos, foram elaborados mais quatro documentos: *Declaração de Moscou sobre Alfabetização Midiática e Informacional nas Sociedades do Conhecimento* (2012), *Declaração de Fez sobre Alfabetização Midiática e Informacional* (2011), *Agenda de Paris - 12 Recomendações para Educação em Mídia* (2007) e a *Proclamação de Alexandria sobre Alfabetização Informacional e Aprendizagem ao Longo da Vida* (2006), além da *Declaração de Praga para uma Sociedade com Alfabetização Informacional* (2003) e a *Declaração de Grünwald* (1982), já citadas anteriormente. As declarações envolvendo alfabetização informacional têm parceria com a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), organismo mundial identificado com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. No ano de 2011, a IFLA, em documento intitulado *Recomendaciones IFLA sobre Alfabetización Informacional y Mediática*, disse o seguinte à respeito da AMI:

A Alfabetização Informacional e Midiática engloba o conhecimento, as atitudes e a soma de habilidades necessárias para saber quando e que informação é necessária, onde e como obter essa informação, como avaliá-la criticamente e organizá-la uma vez encontrada; e como usá-la de maneira ética. O conceito vai além das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) abarcando a aprendizagem, o pensamento crítico e a compreensão que supera as fronteiras profissionais e educativas. A Alfabetização Informacional e Midiática inclui todo tipo de fontes de informação: oral, impressa e digital (IFLA, 2011:1, tradução nossa).

Além disso, a IFLA atuou juntamente com a UNESCO nas declarações de Praga, Alexandria, Moscou e Fez. No entanto, seu trabalho não se resume somente a parcerias com outras entidades. A IFLA também está trabalhando para viabilizar a capacitação de bibliotecas no mundo todo, a fim de garantir a implementação de uma alfabetização informacional. Algumas declarações foram feitas somente pela IFLA entre elas: Toledo (2006), Lima (2009), Paramillo (2010), Murcia (2010), Maceió (2011), Havana (2012) e Santiago (2018).

No ano de 2012 também aconteceu a International Conference Media and Information Literacy for Knowledge Societies I, evento realizado em Moscou, que reuniu representantes de 40 países, entidades governamentais e não governamentais, professores universitários, bibliotecários, jornalistas, entre outros. Durante a conferência, um dos temas abordados foi como a *Information Literacy* é importante para se criar uma sociedade mais igualitária e assim, conseqüentemente, melhorar o padrão de vida da população. Como resultado foram definidas algumas barreiras que devem ser combatidas para o progresso da *Information Literacy*:

Capacidades, recursos e infraestrutura limitados; censura, informação limitada no domínio público, comercialização, privatização e monopolização da informação; falta de respeito pela diversidade cultural e linguística; barreiras legais excessivas e inadequadas para acessar distribuir e possuir informação; falta de consciência pessoal da preservação a longo prazo da

informação; falta de colaboração intersetorial e interdisciplinar entre as partes interessadas (entre bibliotecários e educadores de mídia, entre meios de comunicação de massa e organizações acadêmicas, etc.) (IFLA, 2012).

Ao final do evento, a IFLA, juntamente com a UNESCO, assinou a Declaração de Moscou, na qual os 40 países participantes concordaram em seguir as 12 medidas estabelecidas para o desenvolvimento da literacia da informação:

Tabela 1 – 12 medidas para Literacia

Reconhecer que a MIL é essencial para o bem-estar e progresso do indivíduo, da comunidade e da economia.	Integrar a promoção da MIL em todas as mídias nacionais educacionais, culturais, de informação.	Responsabilidades primordiais de desenvolver capacidades a fim de promover a colaboração entre as diferentes partes interessadas (governo, educação, mídia, juventude, organizações, bibliotecas, arquivos, museus e ONG, entre outros).
Incentivar os sistemas educativos a iniciar reformas estruturais e pedagógicas necessário para o aprimoramento da MIL.	Integrar a MIL nos currículos, incluindo sistemas de avaliação em todos os níveis de ensino-aprendizagem ao longo da vida e no local de trabalho e formação de professores.	Priorizar o apoio a redes e organizações que trabalham com questões de MIL e investir em capacitação.
Realizar pesquisas e desenvolver ferramentas para a MIL, incluindo estruturas para compreender técnicas, indicadores e técnicas de avaliação baseadas em evidências.	Desenvolver e implementar padrões MIL.	Promover competências relacionadas com a MIL que apoiem a leitura, escrita, fala, ouvir e ver.
Incentivar o diálogo intercultural e a cooperação internacional, promovendo simultaneamente a MIL em todo o mundo.	Investir em processos que suportem a preservação a longo prazo da informação digital.	Promover e proteger os direitos à liberdade de expressão, liberdade de informação, privacidade e confidencialidade, princípios éticos e outros direitos.

Fonte: IFLA, 2012.

Além das declarações e parcerias consolidadas com governos e instituições de classes, no caso dos bibliotecários, a UNESCO elaborou três guias em formato de livro digital. O primeiro é do ano de 2013 intitulado *Alfabetização Midiática e Informacional: currículo para formação de professores*; os outros dois são de 2016 – *Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias* e *Marco de avaliação global da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI): disposição e competências do país*.

Os três documentos elaborados pela UNESCO se amparam no artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) no qual é garantido a todo ser humano o direito à **opinião e expressão e a liberdade**: “[...] sem interferência, ter opiniões e de procurar,

receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de **fronteiras**"; com isso o currículo elaborado para o desenvolvimento da AMI visa garantir o desenvolvimento dessa liberdade. Para que fosse viabilizado, foram necessárias algumas medidas como a aproximação da mídia e da informação e a criação de um currículo único **que contemple uma estrutura dividida em três seções temáticas: "O conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para a participação social; A avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação; A produção e o uso das mídias e da informação"** (UNESCO, 2013:21).

Ao unirmos termos como informação, mídias e alfabetização, percebe-se a junção de três áreas do conhecimento: Ciência da Informação, Educação e Comunicação, que estão diretamente relacionados à AMI. Essas três áreas são a base curricular definida pela UNESCO para implementação da AMI. Não são um regulamento fixo, tendo o educador liberdade para adaptar todo o processo a sua realidade e da sociedade em que está inserido. No entanto, deixa claro que para execução é fundamental a inclusão de elementos que embasem as liberdades fundamentais estabelecidas no artigo 19º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (UNESCO, 2013:22).

A primeira seção, chamada *O conhecimento e a compreensão das mídias e da informação para os discursos democráticos e para participação social*, definida como a mais extensa das três é também a mais desafiadora em sua aplicação, pois tem com seu objetivo central **a "compreensão crítica", a ampliação dos usos de mídias, bibliotecas, arquivos e museus e promoção "[...] de informação como ferramentas para a liberdade de expressão, o pluralismo, o diálogo e a tolerância intercultural que contribuam para o debate democrático e a boa governança"** (UNESCO, 2013:25).

A aplicação dessas ações culminaria na manutenção dos três pilares definidos pela UNESCO para uma boa governança: transparência, prestação pública de contas e participação cívica. E com isso estabelecendo uma pirâmide onde os vértices são: *As mídias e outros provedores de informação* e *Cidadania alfabetizada em mídia e informação* que dão sustentação para *Democracia e boa governança*.

As outras duas seções temáticas têm um papel mais pontual na execução da AMI. Sendo a segunda seção, *A avaliação dos textos de mídia e das fontes de informação*, é focada no desenvolvimento do professor, do jornalista ou do bibliotecário, como mediador/educador, capacitando por meio da educação continuada a fim de desenvolver competências informacionais em seus alunos. A terceira seção, *A produção e o uso das mídias e da informação*, engloba o uso das tecnologias e a capacitação do uso destas pelos usuários e/ou alunos. Espaço este onde o educador usa os recursos das TIC para desenvolver o aprendizado da AMI, dando uma visão macro da sociedade de forma intercultural para capacitar o aluno e deixá-lo seguro/preparado para utilização dessas ferramentas.

Nota-se que essas ações não são pontuadas como algo excludente de outras disciplinas já oferecidas no ensino, mas reforçam a interdisciplinaridade como ponto fundamental para o desenvolvimento da AMI, somando-se, por exemplo, desenvolvimento do senso crítico e argumentativo que em muitos casos é trabalhado em disciplinas como Filosofia, Sociologia, entre outras. Outro ponto que resume a aplicação do aprendizado em mídia e informação é a capacitação dos estudantes, dando-lhes autonomia para buscar conhecimentos em diversas fontes.

Método

A partir da consolidação do *corpus* teórico deste estudo, optou-se por realizar um estudo exploratório, através de uma revisão sistemática bibliográfica no contexto da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a fim de agrupar e reconhecer o que está sendo publicado acerca do tema central desta pesquisa. De acordo com Costa *et al.* (2012), a produção científica é de suma importância, pois é uma maneira de prestar contas à sociedade, conversar com outros pesquisadores e divulgar o seu trabalho.

Definiu-se a utilização de bases de dados abertas, a fim de priorizar a ciência aberta (*Open Science*). García-Peñalvo, García de Figuerola e Merlo (2010) apontam que a ciência aumenta seu valor quando é difundida, os autores também evidenciam que o acesso aberto é um dos principais fatores para facilitar e aumentar a difusão de trabalhos científicos. Albagli (2015:14) **reforça a importância do acesso para promoção da Ciência: “[...] a ciência aberta promove o aumento dos estoques de conhecimento público, propiciando não apenas a ampliação dos índices gerais de produtividade científica e de inovação, como também a das taxas de retornos sociais dos investimentos em ciência e tecnologia”**.

Para realização das buscas foram selecionados repositórios e bases de dados abertas, assim vislumbrando uma forma mais acessível para replicar a pesquisa em futuros trabalhos e a utilização do material encontrado. Foram selecionadas publicações de periódicos recuperados nas seguintes bases latinoamericanas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *La Referencia - Red de Repositórios de Acceso Abierto a la Ciencia*; Brasileira: *Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação* (BRAPCI); Portuguesa: *Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal* (RCAAP); Espanhola: *Recolecta - recolector de ciência abierta*.

Foi adotada a tradução do termo *Media and Information Literacy* para o português brasileiro e o espanhol, conforme utilizado nas publicações da UNESCO. O termo em inglês também foi utilizado, devido ao quantitativo de publicações científicas produzidas na língua anglo-saxã. Na tradução para o português foi necessário utilizar os termos Alfabetização para português brasileiro e Literacia para o português europeu. O livro *Media and information literacy curriculum for teachers*, de 2011, ganha a tradução: *Alfabetização Midiática e Informacional: currículo para formação de professores* de 2013, onde os tradutores trazem uma nota referindo a tradução do termo *Literacy* para o espanhol latino-americano, o Espanhol europeu e o Português brasileiro, não contemplando o Português europeu:

No Brasil, os termos alfabetização e letramento são usados em referência a habilidades de leitura e escrita. Este documento não irá tratar das nuances dessas duas expressões. Os editores optaram pelo termo alfabetização para aproximar-se da expressão que tem sido usada em língua espanhola e praticada na Espanha e em países da América: alfabetización informacional, ou ALFIN (WILSON *et al.*, 2013:18).

Autores como Cardoso e Baldi (2020) e Tropiano (2021) quando se referem ao MIL relacionado aos materiais produzidos pela UNESCO utilizam a *Literacia* em vez de *Alfabetização*. Cardoso reforça que a tradução do *Media and Information Literacy curriculum for teachers* é feita para o Português-brasileiro:

Para tal, um dos aspetos relevantes é o sistema de educação. Neste âmbito, um **livro importante é o “Media and information literacy curriculum for teachers”,** ou, oficialmente, em português-brasileiro, **“Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores”,** publicado em 2011, pela UNESCO (CARDOSO e BALDI, 2020:27).

No âmbito desta pesquisa foi adotada a tradução de *Literacia* na busca do repositório português, visando recuperar os materiais que versem sobre medidas ligadas às ações da UNESCO. E nos outros repositórios foi utilizado o termo *Alfabetização*, tradução chancelada pela própria entidade que engloba todos os outros países da busca.

Não foi realizado nenhum arranjo entre as palavras do termo para não influenciar na busca **e foi utilizado o buscador booleano (“ ”) para restringir o material localizado. O material analisado foi selecionado segundo critérios pré-definidos pelos pesquisadores: ser um artigo científico publicado em revista acadêmica e conter exatamente o termo estipulado em um dos pontos do texto: Título, Resumo, *Abstract*, Palavras-Chave ou *Keywords*.** Assim foi possível fazer um recorte do material elencado, tendo em vista que não foram utilizadas restrições temporais, a fim de localizar os primeiros artigos publicados acerca do termo. A realização das buscas ocorreu nas duas primeiras semanas de março do ano de 2021.

Resultados

Ao final das buscas foram localizados, nas cinco bases selecionadas, 35 artigos, sendo que dos 35 foram excluídos 7 artigos duplicados. A BRAPCI foi a base na qual se recuperou o maior número de artigos – 17. Já a base espanhola RECOLECTA ficou em segundo lugar, com 10 artigos recuperados. As bases SciELO e RCAAP recuperaram 3 artigos cada uma e a base LA REFERENCIA recuperou 2 artigos com o tema. A Fig. 1, a seguir, exemplifica as fases da pesquisa e o material recuperado:

Fig. 1 – Fases da Pesquisa

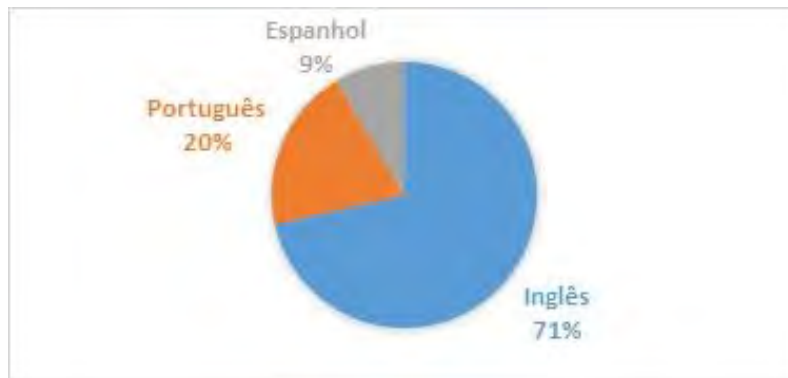


Fonte: Autores, 2021.

A BRAPCI correspondeu a quase metade de todos os trabalhos recuperados em relação às outras bases, tendo 48% no geral. Em segundo lugar, com 29% do total da busca, está a base de dados espanhola RECOLECTA. As bases de alcance latino-americano tiveram recuperabilidade em comparação às outras, sendo 8% da SciELO e LA REFERENCIA, enquanto a base portuguesa correspondeu com 9% do total de artigos recuperados.

A relação a tradução do termo, apresentada pelo Gráfico 1, mostrou que mesmo nas bases de países que têm como língua oficial o português e o espanhol, o termo com maior recuperabilidade foi em inglês: *Media and Information Literacy*, com 25 artigos recuperados no total.

Gráfico 1 – Idiomas Utilizados



Fonte: Autores, 2021.

Destaca-se que em três publicações brasileiras as traduções divergem da utilizada pela UNESCO: a tradução de *Media and Information Literacy* foi feita utilizando-se o termo *Competência* e não *Alfabetização*. Dois destes artigos são da Revista *Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* (RBBB), publicados em 2017 em uma edição especial realizada sobre “**Competência Informacional e Midiática**”. Na mesma edição foram recuperados mais sete artigos que utilizaram o termo *Alfabetização* conforme apresentado pela UNESCO. O terceiro artigo, também recuperado do ano de 2017, foi publicado na revista *RDBC1: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* e foi utilizada a seguinte tradução: *Competência em Informação e Midiática*. Assim, há o debate que gira em torno da definição e tradução do termo para português brasileiro.

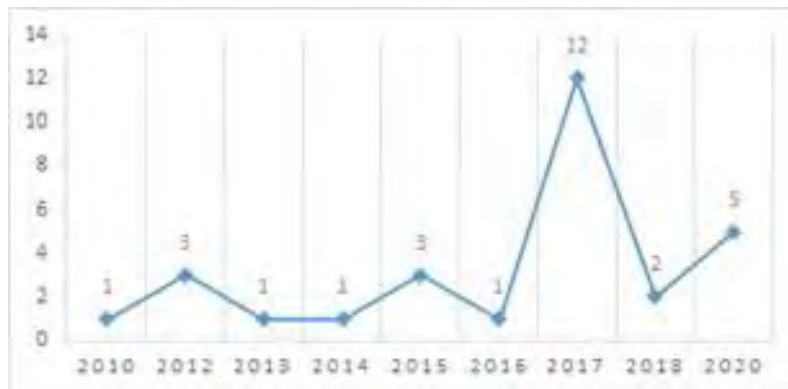
A data de publicação também é um fator de destaque nesta questão da divergência de terminologia. Considera-se que há dois marcos para a consolidação do termo: um deles ocorreu no ano de 2012 na International Conference Media and Information Literacy for Knowledge Societies I; e o outro, em 2013, quando foi publicado material produzido pela UNESCO: *Alfabetização Midiática e Informacional: currículo para formação de professores*.

Ainda é importante lembrar que o termo aparece pela primeira vez no meio acadêmico em 2010, na revista portuguesa *Prisma.com*, com o trabalho intitulado *Los Retos de la alfabetización informacional en las bibliotecas: guía para superar la brecha entre nativos inmigrantes digitales*. O artigo escrito por Tony Hernández-Pérez e María Antonia García-Moreno, ambos da Universidade de Madrid, já se ancorava em medidas pensadas pela UNESCO e pela União Europeia, como competências básicas para a sociedade do século XXI. E por fim, somente em 2015, foi publicado o primeiro artigo sobre o tema em uma revista da América do Sul.

O trabalho publicado na revista *Informação & Sociedade: estudos*, intitulado *Novos leitores, novas habilidades de leitura e significação: desafios para a mídia e information literacy*, realizado pelas pesquisadoras Mariana Pícaro Cerigatto e Helen de Castro Silva Casarin, professoras da Universidade Estadual Paulista, versa sobre a formação dos novos leitores. As autoras utilizam os materiais produzidos pela UNESCO como base para a realização do seu trabalho e utilizam a tradução do termo para o português brasileiro.

Através do Gráfico 2 é possível notar que existe uma discrepância em relação ao ano de 2017 em comparação aos outros anos. Isso ocorreu devido a edição especial da revista *RBB*, que publicou nove artigos que contemplavam o tema estudado nesta pesquisa. A média geral foi de três artigos por ano no período de dez anos.

Gráfico 2 – Anos das publicações



Fonte: Autores, 2021.

Considerando-se o número de periódicos, o Brasil encontra-se em primeiro lugar, pois apresenta um número maior de diferentes periódicos que publicaram sobre o tema, totalizando o número de sete revistas; em segundo lugar está a Espanha com cinco periódicos. Ademais, os continentes europeu e latino-americano têm o mesmo número de periódicos, os dois com nove cada. Também é importante destacar que duas publicações – *Communications: European Journal of Communication Research* e *eLearning papers* – são consideradas como periódicos da União Europeia, visto que não são filiadas a uma determinada universidade ou país, sendo portanto, consideradas pertencentes ao bloco.

Por fim, o número de autores no total de artigos publicados – foram 55 pesquisadores que abordaram o tema. Somente três pesquisadoras aparecem com mais de uma publicação – Casarin (2015/2017), Borges (2017/2020) e Passareli (2020/2020). As três autoras têm como característica comum atuarem como professoras universitárias de instituições públicas brasileiras. Com isso é possível perceber que não existe um autor preponderante entre o tema pesquisado. Através da Tabela 2 é possível ver todas as publicações recuperadas e analisadas neste trabalho:

Tabela 2 – Publicações analisadas

Título	Local de publicação	Autores	Nome do periódico	Ano
Los Retos de la alfabetización informacional en las bibliotecas : guía para superar la brecha entre nativos e inmigrantes digitales	Portugal	Tony Hernández-Pérez; María Antonia García-Moreno	Prisma.com	2010
Media and Information Literacy in South Africa : goals and tools	Espanha	Ibrahim Saleh	Comunicar : Media Education Research Journal	2012
Media and Information Literacy : pedagogy and possibilities	Espanha	Carolyn Wilson	Comunicar : Media Education Research Journal	2012
Media and Information Literacy inside the Society of Knowledge's context	Espanha	Clara Janneth Santos Martínez	Historia y Comunicación Social	2013
MIL competences : from theory to practice : measuring citizens' competences on media and information literacy	União Europeia	Santiago Giraldo Luque; Tomás Durán Becerra; Almudean Esteban Abengozar; Isabel María Villegas Simón	eLearning papers	2014
Letramento informacional e midiático para professores do século XXI	Brasil	Leila Alves Medeiros Ribeiro; Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque	Em Questão	2015
Novos leitores, novas habilidades de leitura e significação : desafios para a media e information literacy	Brasil	Mariana Pícaro Cerigatto; Helen Castro Silva Casarin	Informação & Sociedade : estudos	2015
Tendencias de la multialfabetización en los albores del siglo XXI : alfabetización mediática e informacional (AMI) como propuesta integradora	Brasil	Maylin Frías-Guzmán	Perspectivas em Ciência da Informação	2015
Analfanautas y la cuarta pantalla : ausencia de infodietas y de competencias mediáticas e informaciones en jóvenes universitarios latinoamericanos	Espanha	Luis M. Romero-Rodríguez; Ángel Torres-Toukourmidis; M. Amor Pérez-Rodríguez; José Ignacio Aguaded-Gómez	Fonseca : Journal of Communication	2016

Formação de formadores em Media and Information Literacy (MIL) para países lusófonos africanos	Brasil	Fernanda Maria Melo Alves; Aida Varela	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Literacias emergentes em contextos digitais	Brasil	Rodrigo Eduardo Botelho-Francisco	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Competência informacional e midiática no ensino de Biblioteconomia : apontamentos para o contexto brasileiro	Brasil	Gabriella Belmont de Farias	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
A Contribuição das pesquisas em competências infocomunicacionais ao conceito de Media and Information Literacy	Brasil	Jussara Borges de Lima	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Competência em mídia e em informação no ensino em Biblioteconomia : um breve relato de experiência	Brasil	Marianna Zattar	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental : um relato de experiência	Brasil	Helen Castro Silva Casarin	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Bibliotecas públicas como lócus para a alfabetização midiática e informacional	Brasil	Alberto Calil Junior	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Competência informacional e midiática : uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos	Brasil	Elisabeth Adriana Dudziak; Sueli Mara Soares Pinto Ferreira; Adriana Cybele Ferrari	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional	Brasil	Raquel Tebaldi	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBDD)	2017
A Competência em informação e midiática voltada à cidadania : o uso da informação governamental para a participação na democracia	Brasil	Rafaela Carolina Silva; Selma Leticia Capinzaiki Ottonicar; Cristiana Aparecida Portero Yafushi	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)	2017

The Role of civil society organisations in promoting media literacy, transliteracy and media and information literacy in EU	Espanha	Igor Kanižaj	Revista Fuentes	2017
Políticas públicas en alfabetización mediática e informacional : el legado de John Dewey = Public policies in Media and Information Literacy : John Dewey's legacy	Espanha	Irma Velez	Revista Fuentes	2017
Measuring media and information literacy skills : construction of a test	União Europeia	Paula Lopes; Patrícia Costa; Luísa Araújo; Patrícia Ávila	Communications : European Journal of Communication Research	2018
As Cinco leis para a alfabetização midiática e informacional e sua relação com os fatores críticos de sucesso no âmbito da gestão do conhecimento	Cuba	Heloá Cristina Oliveira-DelMassa; Ieda Pelogia Martins Damian; Marta Lúgia Pomim Valentim	Bibliotecas : Anales de Investigación	2018
Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais : uma análise de correlação	Brasil	Daniela Silva; Jussara Borges de Lima	Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	2020
Transliteracias : a terceira onda informacional nas Humanidades digitais	Brasil	Brasilina Passarelli; Ana Claudia Fernandes Gomes	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	2020
Currículo de Alfabetización Mediática e Informacional de la UNESCO para profesores desde la perspectiva de la estructura de la información	Espanha	Gema Alcolea-Díaz; Ramón Reig; Rosalba Mancinas-Chávez	Comunicar : Media Education Research Journal	2020
Emerging trends on Brazilian connected students behavior	Portugal	Brasilina Passarelli; Alan César Belo Angeluci	Páginas a&b : arquivos e bibliotecas	2020
Datos abiertos y educación : formación de docentes en la sociedad digital	Uruguai	María del Carmen Gálvez-de-la-Cuesta; Manuel Gertrudix-Barrio; Francisco García-García	Páginas de Educación	2020

Fonte: Autores, 2021.

Conclusão

O estudo proposto serviu como um ponto de partida para futuras pesquisas, a fim de reconhecer as publicações e seus autores sobre o termo estabelecido. Através desse levantamento foi possível perceber que a AMI ainda não é amplamente utilizada pelos acadêmicos da América Latina, Portugal e Espanha, tendo sua maior recuperabilidade em língua inglesa. Outro fator que se mostrou relevante foi a baixa publicação, como já apresentada, uma média de três artigos por ano nos últimos dez anos. Também é preciso levar em conta o número de autores que se detiveram no estudo sobre a AMI, visto que existem apenas três pesquisadoras com dois trabalhos nos quais o termo aparece. Em relação a tradução da terminologia, tratando-se do Brasil, é importante criar um consenso entre os pesquisadores da área da Ciência da Informação, para que seja possível alcançar maiores progressos na pesquisa acadêmica.

Por se tratar de um tema recente, evidencia-se a necessidade de estudos mais aprofundados, visando medidas práticas para implementação e conseqüentemente políticas públicas que atendam a toda uma população. Além disso, um maior embasamento teórico, considerando que todos os autores se ancoram somente na documentação elaborada pela UNESCO. É relevante destacar a importância da aplicação do aprendizado em AMI para a sociedade, dando-lhes autonomia para buscar conhecimentos em diversas fontes, perante esse cenário de hiper-informação e desinformação. Sendo assim, a academia, principalmente no contexto da Ciência da Informação, tem papel central na produção e disseminação de conteúdo e metodologias para que sirvam de base para aplicação.

Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita

2015 Ciência aberta em questão. In ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. - *Ciência aberta em questão*. [Em linha]. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. [Consult. 18 abr. 2021]. Disponível em:

https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20%285%29.pdf.

ALCOLEA-DÍAZ, Gema; REIG, Ramón; MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba

2020 Currículo de Alfabetización Mediática e Informacional de la UNESCO para profesores desde la perspectiva de la estructura de la información. *Comunicar: Media Education Research Journal*. [Em linha]. 62 (2020) 103-114. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/90370>.

ALVES, Fernanda Maria Melo; VARELA, Aida

2017 Formação de formadores em Media and Information Literacy (MIL) para países lusófonos africanos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 254-271. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/650>.

BORGES, Jussara

2017 A Contribuição das pesquisas em competências infocomunicacionais ao conceito de Media and Information Literacy. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 27-46. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/667>. ISSN 1980-6949.

CALIL JUNIOR, A.

2017 Bibliotecas públicas como lócus para a alfabetização midiática e informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 136-154. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/663>.

CARDOSO, Gustavo; BALDI, Vania

2020 Literacia dos Medi: projeto e organização em Portugal e no estrangeiro. *OberCom*. [Em linha]. (2020). [Consult. 4 dez. 2021] Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2020/06/Literacias_2020_Final.pdf.

CASARIN, Helen de Castro Silva

2017 Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 301-321. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/649>.

CERIGATTO, Mariana Pícaro; CASARIN, Helen de Castro Silva

2015 Novos leitores, novas habilidades de leitura e significação: desafios para a media e information literacy. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 25:1 (2015) 39-52. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/039>.

COSTA, Teresa [et al.]

2012 A Bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11º, Lisboa, 2012 - *Actas*. [Em linha] 11:1 (2012) 1-7 [Consult. 10 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>.

DANIELA, Silvia; BORGES, Jussara

2020 Base Nacional Comum Curricular e competências infocomunicacionais: uma análise de correlação. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. [Em linha]. 43:3 (2020) 99-114. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442020000300099&script=sci_abstract&tlng=pt.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana

2003 Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:1 (2003) 23-35. [Consult. 5 abr. 2021] Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016>.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Cybele Ferrari

2017 Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 213-253. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>.

FARIAS, Gabriela Belmont de

2017 Competência Informacional e Midiática no ensino da Biblioteconomia: apontamentos para o contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 111-135. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/665>. ISSN 1980-6949.

FRIAS-GUZMAN, Maylin

2015 Tendencias de la multialfabetización en los albores del siglo XXI: alfabetización mediática e informacional (AMI) como propuesta integradora. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha] 20:4 (2015) 15-34. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362015000400015&script=sci_abstract&tIng=es.

GÁLVEZ-DE-LA-CUESTA, María del Carmen; GERTRUDIX-BARRIO, Manuel; GARCÍA-GARCÍA, Francisco

2020 Datos abiertos y educación: formación de docentes en la sociedad digital. *Páginas de Educación*. [Em Linha]. 13:2 (2020) 1-20. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/paginasdeeducacion/article/view/1913>.

GARCÍA-PEÑALVO, Francisco José; GARCIA DE FIGUEROLA, C. G.; MERLO, J. A.

2010 Open Knowledge: challenges and facts. *Online Information Review*. [Em linha]. 34:4 (2010) 520-539. [Consult. 5 abr. 2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/14684521011072963>

GRIZZLE, Alton

2016 *Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para formulação de políticas e estratégias*. [Em linha]. Brasília: UNESCO, CETIC.br., 2016. [Consult. 15 mar. 2021]. Disponível em: <https://nic.br/media/docs/publicacoes/8/246421POR.pdf>.

HERNÁNDEZ-PÉREZ, Tony; GARCÍA-MORENO, Maria Antonia

2010 Los Retos de la alfabetización informacional en las bibliotecas: guía para superar la brecha entre nativos e inmigrantes digitales. *Prisma.com* [Em linha] 13:1 (2010), 1-20, atual, 2010. [Consult. 20 mar. 2021] Disponível em <https://eprints.ucm.es/id/eprint/12139/>. ISSN 1646-3153.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2012 *Declaración de Havana*. Havana: IFLA, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2011 *Recomendaciones IFLA sobre Alfabetización Informacional y Mediática*. Olhanda: IFLA, 2011. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/information-literacy/publications/media-info-lit-recommend-es.pdf>

KANIŽAJ, Igor

2017 The Role of civil society organisations in promoting media literacy, transliteracy and media and information literacy in EU. *Revista Fuentes*. [Em linha]. 19:2 (2017) 69-80. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.bib.irb.hr/1056777>.

LOPES, Paula [et al.]

2018 Measuring media and information literacy skills: construction of a test. *Communications: European Journal of Communication Research*. [Em linha]. 43:4 (2018) 508-534. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/commun-2017-0051/html>.

LUQUE, Santiago Giraldo [et al.]

2014 MIL competences: from theory to practice: measuring citizens' competences on media and information literacy. *eLearning Papers*. [Em linha] 38:1 (2014) 1-13. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275041884_MIL_Competences_from_theory_to_practice_Measuring_citizens'_competences_on_Media_and_Information_Literacy.

MARTÍNEZ, Clara Janneth Santos

2013 Media and Information Literacy inside the **Society of Knowledge's context**. *Historia y Comunicación Social*. [Em Linha] 18:1 (2013) 781-795. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/44365>.

OLIVEIRA-DELMASSA, Heloá Cristina; DAMIAN, Ieda Pelogia Martins; VALENTIM, Marta Lígia Pomim

2018 As Cinco leis para a alfabetização midiática e informacional e sua relação com os fatores críticos de sucesso no âmbito da gestão do conhecimento. *Bibliotecas: Anales de Investigación*. [Em linha]. 14:2 (2018) 218-231. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/58875>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1948 *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948.

PASSARELLI, Brasilina; ANGELUCI, Alan César Belo

2020 Emerging trends on Brazilian connected students behavior. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. Série 3. 14 (2020) 28-37. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/8768/9310>.

PASSARELLI, Brasilina; GOMES, Ana Claudia Fernandes

2020 Transliteracias: a terceira onda informacional nas Humanidades digitais. *Revista ibero-americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 13:1 (2020) 253-275. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527>.

RIBEIRO, Leila Alves Medeiros; GASQUE, Kelley Cirstine Gonçalves Dias

2015 Letramento Informacional e Midiático para professores do século XXI. *Em Questão*. [Em linha]. 21:2 (2015) 203-221. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/51891/35087>. ISSN 1808-5245.

ROMERO-RODRÍGUEZ, Luis M. [et al.]

2016 Analfanautas y la cuarta pantalla: ausencia de infodietas y de competencias mediáticas e informaciones en jóvenes universitarios latino-americanos. *Fonseca: Journal of Communication*. [Em linha] 12 (2016) 11-25. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2172-9077/article/view/14615>.

SALEH, Ibrahim

2012 Media and Information Literacy in South Africa: goals and tools. *Comunicar: Media Education Research Journal*. [Em linha] 39:1 (2012) 35:43. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=39&articulo=39-2012-05>.

SILVA, Rafaela Carolina; OTTONICAR, Selma Leticia Capinzaiki; YAFUSHI, Cristiana Aparecida Portero

2017 A Competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*. [Em linha]. 15:3 (2017) 604-628. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42157> DOI: [10.20396/rdbci.v15i3.8649535](https://doi.org/10.20396/rdbci.v15i3.8649535).

TEBALDI, Raquel

2017 Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 196-212. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view>.

TROPIANO, Lillian

2021 MOOC de literacia midiática e informacional no contexto da desordem da informação. *TEAR*. [Em linha]. 10:1 (2021) 1-18. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/5075>.

VELEZ, Irma

2017 Políticas públicas en alfabetización mediática e informacional: el legado de John Dewey = **Public policies in Media and Information Literacy: John Dewey's legacy**. *Revista Fuentes*. [Em linha]. 19:2 (2017) 39-56. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/fuentes/article/view/4237>.

WILSON, Carolyn

2012 Media and Information Literacy: pedagogy and possibilities. *Comunicar: Media Education Research Journal*. [Em Linha]. 39 (2012) 15-22. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=39&articulo=39-2012-03>.

ZATTAR, Marianna

2017 Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 13 (2017) 272-279. [Consult. 20 mar. 2021]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/664>. ISSN 1980-6949.

Bruno Fortes Luce | brunofluce@gmail.com

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Laura Soares | laurinhavalladaresbr@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Lizandra Brasil Estabel | lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: Discutiremos no artigo a noção de documento na Arquivologia e na Ciência da Informação. Para tanto, este estudo tem por objetivo descrever sobre as possíveis contribuições que a materialidade e a institucionalidade da informação podem oferecer ao documento arquivístico. A metodologia se pautou em uma revisão de literatura e análise da mesma no campo da Arquivologia tornando a pesquisa de caráter exploratória, crítica e reflexiva. Desta forma, de maneira preliminar, o artigo buscou apresentar as perspectivas e as contribuições da materialidade e da institucionalidade da informação para o documento e relacioná-las com as noções de documento na Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia; Documento; Institucionalidade da informação; Materialidade da informação.

Abstract: We will discuss in the article the notion of document in Archivology and Information Science. To this end, this study aims to describe the possible contributions that the materiality and institutionalality of information can offer to the archival document. The methodology was based on a literature review and analysis of it in the field of archivology, making the exploratory research critical and reflective. Thus, in a preliminary way, the article sought to present the perspectives and contributions of the materiality and institutionalality of the information to the document and to relate it to the notion of document in archivology.

Keywords: Archival Science; Document; Institutionalality of information; Materiality of information.

1. Introdução

A noção de documento é algo discutido há bastante tempo e desde então ainda se faz presente, sendo objeto de discussão em diferentes áreas do conhecimento, como na História, Arquivologia, Diplomática, Documentação, Ciência da Informação e entre outras que lidam diretamente com a temática do documento. O entendimento sobre documento não é estático ou imutável, pois sofreu modificações e adaptações ao longo da história¹, muito em razão do contexto social e cultural.

Na sociedade, o documento é entendido como registro de informação e de conhecimento, podendo ser utilizado como fator de prova ou objeto informacional, dependendo do contexto a qual ele está inserido. Esse entendimento está na concepção de Paul Otlet na obra *Traité de Documentation* de 1934, na qual afirma que o documento é tudo aquilo que é representado por sinais gráficos que pode ser identificado como escrita, pintura,

¹ Ver: VALENTE, 1978.

diagramas, mapas, imagens, símbolos, expressando uma ideia, um fato, informação e conhecimento. Nessa mesma concepção, o livro, as revistas, os jornais, reproduções gráficas de qualquer tipo, desenhos, gravuras, cartas, esquemas, diagramas, fotografias, dentre outros são tidos como documentos (OTLET, 1934). Briet (1951) também vem na mesma concepção de Otlet, informando que todo o documento é um registro representado por índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado que demonstra um fenômeno físico e/ou intelectual. Porém, Briet (1951) aponta que, para que de fato seja documento, precisará passar por procedimentos informacionais², sendo o documento primário representado para a criação do documento secundário e, para Otlet (1934), basta que o documento expresse apenas uma informação. Dentro das percepções apresentadas às práticas de produção da informação que requerem um registro, também são denominadas de documento.

As práticas de produção da informação surgem da necessidade de descrever sobre algo ou um objeto, até mesmo registrar um fato ocorrido, seja em decorrência de informar ou registrar informação para gerar conhecimento. Para constar, devemos ressaltar que informação e conhecimento³ são conceitos de intensos debates nos mais variados campos do conhecimento; de modo geral, a informação pode ser definida como o registro de um conhecimento para utilização posterior; ela pode ser transmitida sob uma variedade de formas, por meio da luz, energia, sons, ondas eletromagnéticas, assim como por campos magnéticos e registros materializados em um papel, isto é, o documento (CUNHA e CAVALCANTI, 2008).

No âmbito da Arquivologia compreende-se que o documento é produzido a partir de uma atividade específica, tendo como objetivo registrar as informações no decorrer de uma ação, a partir de um conjunto de processos administrativos fornecendo subsídios para a geração de conhecimento. Nesse sentido, discutiremos a noção de documento nesta área do conhecimento, possibilitando possíveis contribuições teóricas para discussão sobre a informação registrada, assunto já discutido pela Ciência da Informação.

Propondo o melhor entendimento, no que concerne a noção de documento na Arquivologia, sem o propósito de protagonizar um novo conceito, por meio de uma revisão de literatura e análise bibliográfica, tornando a pesquisa de caráter exploratória, crítica e reflexiva. Para tanto, este estudo tem por objetivo descrever sobre as possíveis contribuições que a materialidade e a institucionalidade da informação podem oferecer ao documento arquivístico.

Esse estudo justifica-se no bojo das características que são empregadas à informação quanto a sua materialidade e institucionalidade, essas, abordadas na Ciência da Informação, e são atribuídas para compor certo valor, e que apresentadas e discutidas neste estudo sirvam como elementos que possam corroborar e contribuir para o conceito e o

² Conjunto de atividade que descreve o documento de uma maneira descritiva e temática.

³ De um ponto de vista filosófico, o conhecimento para Japiassu e Marcondes (1989:40) é a apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los. O vocábulo conhecimento remete tanto a coisa conhecida quanto ao ato de conhecer (subjetivo) e o fato de conhecer.

emprego do termo ‘documento’ na Arquivologia, sobretudo, permitindo abrangência na compreensão e na abordagem do conceito.

A estruturação do artigo está na discussão sobre a noção de documento na Arquivologia; Documentos de atividade científica e, a materialidade e a institucionalidade da informação para posteriormente serem apresentadas as possíveis contribuições para o documento arquivístico.

2. A noção de documento na Arquivologia

Como foi mencionado na introdução, a discussão a respeito do documento não é algo tão recente, sendo abordada em diferentes áreas do conhecimento desde os tempos que antecederam as tecnologias. A noção de documento no campo arquivístico esboça particularidades relativas à área, entretanto o seu conceito foi construído a partir da relação com a História, Diplomática e o Direito (GALENDE DÍAZ e GARCÍA RUIPÉREZ, 2003; RABELLO, 2013).

As práticas de produzir e armazenar registros marcaram diferentes sociedades ao longo do tempo. No entanto, a sistematização da Arquivística enquanto disciplina científica é mais recente. Os princípios, as normas e as ideias que a constituem foram formuladas a partir de meados do século XVIII. Um dos principais marcos teóricos da área foi a publicação do *Manual de organização e descrição dos arquivos* em 1898, conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses” (SCHMIDT, 2012). O tratado elaborado por Muller, Feith e Fruin apresentou uma metodologia para o tratamento de documentos, deu ênfase a princípios delineadores do campo arquivístico como a Proveniência e a Ordem Original e definiu os arquivos como um conjunto de documentos ligados a uma atividade oficial administrativa. De acordo com Cook (2018), o “Manual dos Arquivistas Holandeses” referia-se apenas a documentos estatais, relegando os documentos privados e pessoais aos bibliotecários.

Durante o século XX diferentes redefinições ocorreram na Arquivística, seja por transformações sociais, tecnológicas, organizacionais ou culturais. Destaca-se o caráter probatório dos arquivos proposto por Jenkinson, a Gestão de Documentos por Schellenberg, o arquivo como um bem público e social na visão de Booms e Cook, e os novos desafios em decorrência do documento eletrônico a partir da década de 1970 (COOK, 2018).

Nessas diferentes abordagens que marcam a formação arquivística, diferentes ideias delinearam o entendimento do documento. Por exemplo, para Jenkinson o documento era uma evidência imparcial de quem o produziu, enquanto Schellenberg entendia que os documentos de arquivo eram os selecionados por arquivistas para a preservação, sendo os outros denominados documentos administrativos. As abordagens funcionais e sociais deram ênfase nas razões e funções que levaram a criação do documento, considerando o contexto de produção (COOK, 2018).

Para Thomassen (2006:6) **um documento “[...] é a menor unidade de informação registrada com significado próprio”**. Nos arquivos, a ideia de documento ganha uma conotação particular, justificada pelo ato de que os documentos arquivísticos são gerados e estruturados por processos de trabalho para um propósito, em geral a missão de quem o produziu (indivíduo ou coletivo – família, comunidade e organização formal).

Para Martín-Pozuelo Campillos (1996) o documento de arquivo é o resultado das atividades desenvolvidas por instituições ou pessoas. Segundo a autora, o documento é constituído pelo valor adquirido no ato da criação. Além disso, ela enumera algumas características que são peculiares ao documento de arquivo. Esses traços são o contexto de produção, unicidade, autenticidade, multiplicidade de conteúdo e interdependência dos traços.

O contexto de criação de um documento é a principal característica do documento de arquivo. Ele indica que cada documento possui uma relação com o produtor, que lhe atribuiu um valor único. Entender o documento é também compreendê-lo no seu contexto de criação. A compreensão sobre o mesmo quando separado do seu contexto de criação e do seu produtor é considerada equívoca e incompleta. A unicidade indica que cada documento é único, criado a partir de uma função para um objetivo e fim específico, por exemplo, uma cópia possui uma atribuição diferente do documento original, mesmo que ambos sejam idênticos.

A autenticidade aponta que o documento é aquilo que ele diz ser. Dessa forma, segundo Martín-Pozuelo Campillos (1996), cada uma das características elencadas é essencial para denotar o documento arquivístico e se desdobram a partir de um princípio fundamental na Arquivística, o Princípio da Proveniência ou o Princípio de Respeito aos Fundos Documentais.

A concepção do documento de arquivo está relacionada com as atividades. Segundo Rondinelli (2013) é no decorrer das práticas arquivísticas que surgem naturalmente os documentos, sejam estes de pessoas físicas ou jurídicas, no procedimento de estabelecer os registros de atividades.

Ela entende que

Desse registro espontâneo resulta uma promessa de imparcialidade dos documentos, bem como um vínculo entre eles. Tal vínculo se traduz na relação orgânica que cada documento tem um com o outro e no fato de o conjunto documental daí resultante ser dotado de organicidade. Como se trata de documentar atividades, cada documento é único no seu conjunto, pois que ali desempenha função específica. Finalmente, a submissão desses documentos a procedimentos arquivísticos ininterruptos de gestão e preservação garante a sua autenticidade (RONDINELLI, 2013:226).

Segundo Duranti (1994), o documento é o resultado de atividade institucional ou pessoal, sendo, portanto, uma evidência do exercício de quem o gerou. A ideia de evidência ou prova está presente na maioria dos estudiosos sobre documento no campo arquivístico. Duranti (1994:50) entende que “[...] a partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido”.

De acordo com o Arquivo Nacional (2005), o documento de arquivo é uma unidade de registro de informações, qualquer que seja o seu suporte (físico, digital ou híbrido), e também, o seu gênero, sendo ele textual, cartográfico, vídeos, audiovisuais, entre outros. Nessa perspectiva, a partir de uma definição especializada, para Cunha e Cavalcanti (2008), o documento deve ser analisado sob quatro aspectos: natureza, suporte, grau de elaboração e a forma de disseminação.

É imprescindível a abordagem dos arquivos como um meio de organização e disseminação da informação e do conhecimento, tendo em vista que o documento arquivístico possui a capacidade de cumprir a função para o qual ele foi criado, por esse ângulo, ele também tem a competência de produzir e organizar o saber a partir de narrativas e por meio de registros gráficos⁴, materializados ao longo do tempo em um suporte informacional, sendo ele registrado e materializado em um suporte físico, digital ou híbrido (RIBEIRO, 2011).

As características do documento de arquivo são essenciais para as atividades arquivísticas, principalmente na identificação, na classificação, na seleção e na difusão. A seleção é um processo que define o destino dos documentos, bem como a preservação e a eliminação. Essa seleção leva em conta a legislação e critérios normativos da instituição responsável pelo documento. A partir daí entra a concepção de valor do documento, sendo os documentos de valor primário ligados à razão de sua existência, a função para a qual foram criados, e o valor secundário, que pressupõe o valor informativo que o documento possa vir a ter, sendo importante para a história e para a memória da organização. Essa ação leva a formação dos arquivos permanentes ou históricos, considerando quais documentos deverão ser preservados.

Sobre a noção de documento arquivístico, no que definem Rossato e Flores (2015:41), ele é produzido por meio de uma necessidade institucional ou pessoal, a sua função primordial é servir à administração. Desse modo, ao longo do tempo, ele passa por diferentes fases e usos, a partir de seu valor primário e secundário.

Ressalta-se que, o documento arquivístico é produzido a partir de uma necessidade individual, coletiva, institucional e tem em sua essência a finalidade e o valor jurídico, administrativo, científico, histórico e social.

Pensando na questão da produção de documentos a partir de uma função, podemos refletir como exemplo os documentos que são produzidos a partir de atividades de pesquisa. De acordo com Silva (2007) os documentos nas práticas científicas se traduzem em atividades rotineiras e, nesse sentido, transformam-se em documentos de arquivo que comprovam as atividades desenvolvidas em uma pesquisa.

As práticas científicas realizadas nos laboratórios se traduzem nas atividades, rotineiras ou não, desenvolvidas durante todo o processo de pesquisa, seja científica ou tecnológica. Tais atividades geram documentos que são seus testemunhos: eles comprovam a realização das atividades e registram cada etapa do processo. Assim sendo, entende-se por arquivo o conjunto de documentos produzidos por uma atividade, que possuem relação orgânica entre si, e que testemunham ou comprovam essa atividade, aos quais podem ser atribuídas as características básicas de legibilidade, autenticidade, proveniência e valor de prova (SILVA, 2007:5).

Assim, a noção arquivística de documento numa perspectiva objetiva fornece traços para o tratamento dos registros produzidos no âmbito do laboratório. Contudo, a Arquivologia

⁴ Termo consagrado pelos bibliotecários norte-americanos Jesse Hauk Shera (1903-1982) e Margaret Elizabeth Egan (1905-1959).

nem sempre poderá responder a todos os questionamentos em torno de um documento produzido em laboratório.

Portanto, as noções de materialidade e institucionalidade da informação expandem a noção que os registros de laboratório podem ser trabalhados, já que, além de exprimirem uma atividade administrativa ou probatória, esses documentos apresentam uma legitimação dos enunciados produzidos no decorrer de uma pesquisa.

De acordo com Odile Welfel (2004), a produção de documentos no âmbito científico está relacionada a duas atividades: a administrativa, que se desdobra a partir da gestão de pessoas e recursos, financiamentos e relatório das atividades; e a atividade da pesquisa propriamente, que gera diferentes documentos a partir da observação, reflexão e experimentação. Nesse sentido, a autora expande a noção do documento argumentando que

A atividade de pesquisa produz papel, claro, e este é o seu objetivo prioritário. Entretanto, ela produz muitas outras coisas: culturas de células sobre plaquetas, coleções (de rochas, de insetos, genótipos...), máquinas-ferramenta, protótipos, bases de dados, mapas, gráficos, animais, filmes e... papel: relatórios de atividades, pedidos de financiamento, teses, correspondência sobre os temas das pesquisas [...] (WELFELÉ, 2004:67-68).

A perspectiva arquivística busca dar conta dos mais variados documentos produzidos nos laboratórios de pesquisa a partir das atividades de organização da informação de forma a preservar os documentos e propiciar o potencial reuso. Nesse sentido, o documento produzido abarca dois valores estabelecidos pela área: o reuso por parte do pesquisador que produziu o documento; e o uso pelo pesquisador externo ao contexto da pesquisa, geralmente o historiador em busca da reconstituição numa perspectiva historiográfica da pesquisa e do laboratório.

Para melhor entendimento no que concerne a contribuição da materialidade e da institucionalidade da informação no âmbito do documento em arquivo, a próxima seção tratará sobre o conceito de materialidade e institucionalidade da informação.

3. A materialidade e a institucionalidade da informação

O conceito de documento, tratado nas seções anteriores, vai além da retórica ao trazer a preocupação a respeito de um conceito que possui diferentes significados ao longo da história. Na concepção de determinados autores⁵, o significado de documento transcende a noção de informação registrada, ou seja, vai além da sua materialidade, no suporte. Nessa concepção entende que

O fato da informação como fluxo ‘naturalmente’ precisar da materialidade do documento para se difundir e ser acessada, ou mesmo o documento, que só transcende de sua ‘materialidade’ ao tornar-se meio pelo qual a informação se

⁵ Ver: SIQUEIRA, 2015; RABELLO, 2019).

consustancia, são evidências de que entre documento e informação não há apenas proximidade, mas em certa medida uma relação simbiótica (SIQUEIRA, 2015:107).

A noção de documento tal qual a conhecemos na Ciência da Informação não foi construída isoladamente. Ela possui raízes históricas em diálogos com outras áreas do conhecimento, especificamente da Documentação, que também teve da Bibliografia, assim como acontece com outros campos de estudo.

Ademais, a construção do conceito de documento na Ciência da Informação recebeu contribuições também de outras áreas como a História, Diplomática e Documentação através de enfoque objetivo, primeiramente, e posterior subjetivo e social (RABELLO, 2011).

De acordo com Tanus, Renault e Araújo (2012), a Documentação propõe uma visão além sobre o documento e seus variados tipos de suportes institucionalizados no que se refere a informação que lhe é atribuída. Nesse sentido, possibilitando o melhor entendimento para uma multiplicidade de suporte sob um novo olhar do documento como um registro humano e sendo possível que seus variados conceitos em diferentes áreas do conhecimento poderiam caminhar juntos.

Para Thomas Kuhn (2003:12, grifo nosso), uma área do conhecimento é composta por teorias, instrumentos, leis e normas, manuais, representando o paradigma/modelo. Isso é evidenciado no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1970)⁶, uma das obras mais **consagradas de Kuhn, onde ele entende o paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”**. A prática científica é fundamentada em realizações científicas passadas. Assim, a dita ciência normal, nas palavras de Kuhn, tem o seu fazer com base em pesquisas anteriores. Essa prática é mantida enquanto o paradigma é capaz de fornecer soluções para alguns dos problemas graves de uma determinada área. Entretanto, quando a teoria não é capaz de responder problemas advindos de novas investigações, a ciência normal entra em estado de anomalia. Dessa maneira, surgem outras teorias capazes de responder melhor aos novos problemas, ocupando o espaço do paradigma anterior e trazendo a ciência de volta a sua normalidade (KUHN, 2003).

Portanto, com base na visão de Kuhn, cada comunidade científica possui suas proposições e teorias para dar conta das pesquisas realizadas no interior de sua área. O documento ocupa o espaço de objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, como mencionado, tal como na Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, História, etc. O documento é interpretado considerando a particularidade de cada uma dessas áreas. Os enunciados apresentados que definem a noção de documento nessas áreas remetem à fisicalidade (RABELLO, 2018).

⁶ KUHN, Thomas S. - *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectivas, 1970.

Nessa perspectiva, Rabello (2018) insere a discussão de documento numa visão holística, ou seja, a partir de um todo. Dessa forma, a discussão em torno do documento envolve duas facetas: materialidade e práticas informacionais circunscritas em institucionalidades.

No texto *Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais*, Rabello (2019) propõe a investigação da informação materializada como documento. Para tal, fez uma revisão de literatura sobre os vínculos transdisciplinares na Ciência da Informação e Documentação. A partir que perpassa de **algumas fundamentações desde “validade” até “contextos epistemológicos”, o autor considera que documento “[...] é um valor informacional que se atribui ao objeto, ou seja, é o produto da significação ou da função atribuída a uma coisa em determinada institucionalidade” (RABELLO, 2019:1)** Essa visão baseada no conceito de materialidade transcende a visão de fisicalidade, que considera a informação registrada em um suporte. Assim, o documento é um conjunto de ações e práticas sociais, nas palavras do autor, que representa algo e que simboliza um poder/saber.

O autor põe em discussão os argumentos de Murguía, defendendo que o objeto de estudo da Biblioteconomia está para além da informação registrada, indo além das noções de gerenciamento e recuperação da informação. Para o autor, a Ciência da Informação e a **Biblioteconomia enfatizam “[...] a informação registrada num suporte, desconsiderando ou pouco se atendo à ‘materialidade do documento’, ou seja, ao objeto com valor por vezes relacionado à ‘historicidade das instituições com as quais se lida”** (RABELLO, 2019:2).

Importante ressaltar também que o autor diferencia as noções de materialidade e fisicalidade. Para o autor, a fisicalidade está relacionada às propriedades físicas do objeto e suporte da informação, enquanto que a materialidade é mais abrangente ao abordar a procedência e o caminho realizado pela informação até o momento de inscrição no signo.

A respeito da fisicalidade, ele entende que

A fisicalidade da informação [xiii] está relacionada às propriedades físicas do objeto-suporte que garante sua existência no espaço e no tempo. O objeto – em escalas das infraestruturas de informação – remete, portanto, à fisicalidade do meio pelo qual se concretiza o registro. A partir das suas propriedades físicas, todo objeto pode suportar informação, abrangendo a escala mais elementar ou referencial do registro (talhe, impressão, letra, número, palavra, *bit*, dado, metadado ou metainformação). O suporte pode recepcionar configurações mais complexas ao comportar textos, sons, imagens, multimídias, *hiperlinks*, interconexão de sistemas ou redes. Há, todavia, uma distinção que auxilia a apreensão do objeto em termos de suporte da informação, já que este pode ser analógico ou digital (RABELLO, 2019:9).

O ato de valoração do documento perpassa pela materialidade e institucionalidade. Assim, o documento, na visão do autor, é um produto de ações práticas e sociais. O documento reúne aspectos da fisicalidade, ou seja, algo existente no espaço. A fisicalidade de um objeto independe de uma característica funcional. Entretanto, em se tratando do documento o mesmo não é apenas um objeto existente e sim um objeto cujo valor foi atribuído a partir de um processo de institucionalidade, que pode ser ou não formal (RABELLO, 2019).

A noção de materialidade, de acordo com Rabello (2019), representa o processo do percurso da informação até o registro em um suporte, momento em que, para o autor, o signo adquire a fisicalidade. Assim, a materialidade também engloba a fisicalidade; entretanto, a fisicalidade não é a única característica da materialidade.

[...] o documento sintetiza relações simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas próprias, o fenômeno valorativo proveniente de práticas sociais, discursivas, pragmáticas, simbólicas, políticas, mercadológicas, validadas em institucionalidades diversas (RABELLO, 2019:15).

Dessa maneira, a materialidade permite o conhecimento das intencionalidades atribuídas a um documento por meio da procedência.

No artigo *Documento e instituição : produção, diversidade e verdade*, Murguía (2010, grifo nosso) busca apresentar um novo olhar da Ciência da Informação para o documento. Entretanto, a partir de uma releitura de autores francófonos da área de Documentação, como Suzanne Briet e Paul Otlet, propostas a partir de Bernd Frohmann, o documento passa a ter reflexões de cunho epistemológico e as repercussões do mesmo no âmbito social. Ponto interessante destacado pelo autor é a respeito das implicações que cada contexto histórico reflete em um conceito. Nesse sentido, as discussões de materialidade e institucionalidade refletem as preocupações momentâneas.

Os campos científicos encontram nas fontes documentais validadas (identificação de objetos, análise, avaliação, certificação e julgamento) e, por conseguinte, selecionadas por seus saberes metódicos e técnicos, valor em algo com sentido – informação – e que evidencia algum fenômeno que possa ser traduzido em termos probatórios no âmbito acadêmico-disciplinar. Isso porque o conhecimento científico busca classificar e representar os fenômenos naturais ou sociais por intermédio de procedimentos metódicos, levando à noção de positividade do conhecimento, cuja referência remonta os empreendimentos do início da ciência moderna. (RABELLO, 2018:141).

O documento como objeto de estudo possui relevância para abordagem epistemológica em diferentes disciplinas científicas. A epistemologia busca revisitar, atualizar e interpretar a ciência e seus objetos. Em vista disso, González de Gómez (2015) problematiza a existência de um único programa de investigação na Ciência da Informação, centrado na informação, essa por sua vez, presente nos documentos.

Na abordagem foucaultiana, a partir da Arqueologia, que estuda as práticas discursivas e o discurso-objeto, Rabello (2018) compreende que o documento é visto como objeto validado, que possui valor e sentido para fins probatórios. Entretanto, o documento não deve ser visto apenas como valor de prova, mas como uma legitimação de um discurso de alguém, que decidiu o que é fonte ou não, e nesse sentido, possui o poder de representar. Portanto, o documento pode ser considerado um objeto com valor social direcionado para alguém (RABELLO, 2018).

O objeto é alguma coisa que existe no espaço-tempo. Um objeto pode ser uma cadeira, um livro, um lápis, ou seja, algo que exista no meio físico. Entretanto, os objetos podem ter usos e significados. Uma cadeira, por exemplo, possui uma função, mas o seu índice de significação é menor se comparado com um livro? A partir da visão de Briet, a cadeira pode

ser considerada um documento, desde que tenha sido validada para isso. Essa validação pode ser entendida a partir de um sentido atribuído dentro de uma institucionalidade. A institucionalidade não remete apenas a uma instituição de natureza jurídico-legal (MURGUIA, 2010), ou seja, a uma instituição formal, deve ser entendida a partir de uma individualidade, uma área de conhecimento, uma linguagem, etc., bem como as instituições que não possuem caráter de formalidade (RABELLO, 2019). Nesse ponto de vista, Rabello (2018), destaca que cada área do conhecimento tende a legitimar o documento dentro de suas finalidades, de seus termos. A legitimação de algo como documento se desdobrará em como cada campo irá tratá-lo, a qual na Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação está voltada para a produção, organização, armazenamento e uso.

Contudo, a validação de algo como documento representa e dá legitimidade a um discurso de poder. Dentro da noção de poder, podemos dizer que os documentos arquivísticos são sobre poder. Sobre a imposição de controle e ordem nas transações, eventos, pessoas e sociedades pelo poder legal simbólico, estrutural e operacional da comunicação documentada (SCHWARTZ e COOK, 2004:24). Assim, o conceito de documento transcende a noção de informação registrada num suporte, pois o documento é uma **construção que funciona como dispositivo (MURGUIA, 2010). E “como todo dispositivo, o documento é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente” (MURGUIA, 2010:127).**

A respeito de dispositivo, pode-se entender que é uma rede de elementos. Os elementos podem ser os mais variados possíveis, tais como discursos, instituições, enunciados, etc. Assim, Murguia considera o documento como um mecanismo de validação, portanto o **documento “[...] é sustentado e sustenta os discursos que o incluem, se materializa nos objetos e age institucionalmente.” (MURGUIA, 2010:127).**

Sendo o documento a materialização de um discurso, este pode ter um valor simbólico. Rabello e Rodrigues (2017:40), ao citarem Frohmann (2008), entendem que o diálogo com **a dimensão “simbólica”, em aderência à perspectiva foucaultiana, identificou** corresponder naquilo que nomeia tal materialidade – o documento – como algo essencial para ligar informação e seu caráter social e público. O grau de imersão institucional dos enunciados constitui-se em algo essencial para a análise de sua materialidade, pois são as rotinas institucionais e as suas relações que lhes conferem peso, massa, inércia e resistência ao enunciado.

Nas dimensões entendidas nas seções anteriores podemos dizer que a institucionalização da informação e do documento no arquivo e a formas de representação da realidade constituem um campo interpretativo controverso, pois o valor probatório nesse contexto pode ser posto em perspectiva (RABELLO e RODRIGUES, 2017:34). Dessa maneira, de acordo com Schwartz e Cook (2004:23-24), os arquivos sempre foram sobre o poder, seja proveniente do Estado, de instituições religiosas, de organizações, da família, de um coletivo ou de um indivíduo. Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser um instrumento de monopólio ou resistência. Ambos refletem e constituem relações de poder. São um produto da necessidade de informação da sociedade, que se reflete na abundância e circulação de documentos. Eles são a base e a validação das histórias que nós contamos, das narrativas que dão coesão e significado aos indivíduos, grupos e sociedades.

Desse modo, a produção do documento vai além de um registro de informação em um suporte. Antes de esse registro ser criado, diversos fatores contribuíram para a sua origem. A forma de produção da informação, o seu contexto, a conjuntura a qual está submetida, a ação dos sujeitos, instituições e autoridades, bem como a padronização da referência para fins de recuperação, compreendida como regimes de informação (RABELLO, 2018).

Sendo assim, é possível compreender o documento arquivístico com base nas noções de materialidade e institucionalidade da informação. Como abordado anteriormente, o documento arquivístico é o resultado de uma ação no tempo/espaço. Ele é o desdobramento de uma atividade e função. Entender o documento necessita abarcar o produtor do documento, as razões de criação, as funções e o seu contexto de produção que envolve: sua produção e criação enquanto objeto; do ato de valoração a partir de uma institucionalidade; da validação por meio de autoridade; da sua organização e de sua representação para fins de recuperação e acesso para um determinado objetivo, seja ele qual for.

A validação do objeto enquanto documento está ligada a diversos interesses de quem o validou e dos motivos, da razão e principalmente da instituição. É necessário entender o documento a partir das funções que o originaram relacionando-o ao seu contexto de produção.

4. Considerações finais

As discussões apresentadas neste estudo centraram-se a respeito do conceito de documento dentro do contexto da Arquivologia, e a partir da conceituação da materialidade e da institucionalidade da informação para a prospecção do mesmo, buscou-se relacionar possíveis contribuições na compreensão documento no referido campo.

Além disso, foi colocado em pauta o caráter público e social da informação, quando essa se materializa no objeto ao ser considerado documento, mesmo esse trazendo no seu conceitos vários significados atribuídos, tendo em vista que o seu conceito vai além do suporte no qual ele está inserido ou do registro que o materializa; visto que o documento é um dispositivo de poder e legitimação de um discurso, inserindo, dessa forma, as noções de materialidade da informação e da institucionalidade.

Desta forma, de maneira preliminar, o artigo buscou apresentar as perspectivas e as contribuições da materialidade e da institucionalidade da informação para o documento, esse, produzido a partir de funções e atividades dentro de uma instituição e que pode colaborar para prováveis necessidades informacionais.

Entretanto, essa discussão ainda é inicial e merece maiores reflexões de forma a estabelecer relação mais estreita entre a materialidade e a institucionalidade com os registros produzidos pela ciência.

Agradecimento

Agradecimento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela contribuição do fomento da referida pesquisa.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Arquivo Nacional
2005 *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. [Consult. 6 ago. 2020]. Disponível em: <http://conarq.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate>.
- BRIET, Suzanne
1951 *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit, 1951.
- COOK, Terry
2018 O Passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In *Pensar os arquivos: uma ontologia*. Org. Luciana Heymann, Letícia Nedel. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 17-81.
- CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O.
2008 *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DURANTI, Luciana
1994 Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*. 7:13 (jul. 1994) 49-64. [Consult. 20 ago. 2020]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>.
- FROHMANN, Bernd
2008 O Caráter social, material e público da informação. In *A Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. Org. M. Fujita, R. Marteleto, M. Lara. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.
- GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano
2003 El Concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la Diplomática a la Archivística. *Revista General de Información y Documentación*. 2:13 (2003) 7-35. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A>.
- GÓMEZ, Maria Nélida González de
2015 Validade científica = Scientific validity: da epistemologia à política e à ética. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 11:2 (out. 2015) 339-359. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3649>.
- GÓMEZ, Maria Nélida González de
2009 A Reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*. [Em linha]. 2:1 (2009). [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119288>.
- JAPIASSU, H; MARCONDES, D.
1989 *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1989.
- KUHN, Thomas S.
2003 *A Estrutura das revoluções científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz

1996 *Construcción teórica de la Archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III, 1996.

MURGUIA, Eduardo Ismael

2010 Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In FREITAS, Lídia Silvia de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia – *Documento: gênese e contextos de uso*. [Em linha]. Niterói: EDUFF, 2010, p. 123-140. [Consult. 10 ago. 2020]. Disponível em:

<http://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>.

OTLET, Paul

1996 [1934] *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

Trad do original: *Traité de Documentation: le livre sur le livre : théorie et pratique*.

[Em linha]. Bruxelles : Mundaneum, 1934. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf.

ORTEGA, Cristina Dotta D.; SALDANHA, Gustavo Silva

2017 A Noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. In ENANCIB - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18º, Marília, 2017 – *Anais*. [Consult. 17 ago. 2020]. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104362>.

RABELLO, Rodrigo

2019 Informação institucionalizada e materializada como documento. *Brajis*. 13:2 (2019).

RABELLO, Rodrigo

2018 Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. *Encontros Bibli : revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha].

23:51 (1 jan. 2018) 138-156. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138>.

RABELLO, Rodrigo

2013 Prolegômenos para a construção do conceito documento arquivístico. Parte i - Da concepção essencialista e teórico-relacional. *Informação Arquivística*. [Em linha].

2:1 (jan./jun. 2013) 110-134. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em:

<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41062>.

RABELLO, Rodrigo

2011 A Dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 16:31 (2011) 131-156.

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg

2017 Documento, arquivo e formas de representação da realidade. In *Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias*. Coord. Aurora Cuevas Cerveró et al. [Em linha]. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación,

Universidad Complutense de Madrid, 2017, vol. 2, p. 32-40. [Consult. 26 ago. 2020].

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32960>.

RIBEIRO, Fernanda

2011 A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. 1:1 (2011) 59-73.

RONDINELLI, Rosely Curi

2013 *O Documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ROSSATO, Flávia Helena Conrado; FLORES, Daniel

2015 O Documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. *Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Campus Porto Alegre*.2:3 (jul./dez. 2015) 35-47.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos

2008 A Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina. [Em linha]. São Paulo, 2008. [Consult. 15 ago. 2020]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022009-124733/pt-br.php>. Tese de Doutorado em História - Universidade de São Paulo.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos

2012 Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. São Paulo, 2012. [Consult. 10 jun. 2019]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de São Paulo.

SCHWARTZ, J. M; COOK, T.

2004 Arquivos modernos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro: revista do Arquivo Público de Indaiatuba, Fundação Pró-Memória de Indaiatuba*. 3:3 (jul. 2004). Trad. de: Cylaine Maria das Neves, Maria Cristina Vendrameto e Pedro Condoleo de Queiroz.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e

2007 *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. [Em linha]. São Paulo, 2007. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18102007-141253/pt-br.php>. Tese de Doutorado em História Social - Universidade de São Paulo.

SIQUEIRA, Jéssica Camara

2015 Informação e documento: relações simbióticas. *Ponto de Acesso*.9:1 (abr. 2015) 91-110.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de

2012 O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. [Em linha]. 8:2 (jul./dez. 2012) 158-174. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>.

THOMASSEN, Theo

2006 Uma Primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*. 5:1 (jan./jun. 2006) 5-16.

VALENTE, José Augusto Vaz

1978 Acerca de documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. 11:3/4 (1978) 177-198.

WELFELÉ, Odile

2004 A Proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea = The Archived test-tube: reflections on files and documents produced by contemporary scientific practices. *Revista da SBHC*. 2:1 (jan./jun. 2004) 65-72. [Consult. 30 ago. 2020]. Disponível em: https://www.sbh.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=20.

Trad. de Maria Celina Soares de Mello e Silva.

Caio Fabio Moreira Gonçalves | caiomfg@gmail.com

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Edmilson Alves dos Santos Junior | edmilson.junior@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Graziela dos Santos Lima | graziela.lima@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Wilson Roberto Veronez Junior | wilson.veronez@unesp.br

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é dar a conhecer o arquivo de uma família nobre, o Arquivo Sousa Lobato (ASL). Este acervo, recentemente descoberto, é composto por documentos referentes ao período que vai do último quartel do século XVIII até ao início do século XX, no essencial: documentos oficiais de mercês régias (alvarás, cartas, portarias e decretos) referentes a nomeações para cargos palatinos, atribuições de qualificações honoríficas em Ordens Religiosas e Militares, concessões de direitos (senhorios, terrenos agrícolas) e ao exercício de funções nas instituições oficiais do Reino (alfândegas, ouvidorias de Comarcas) e ainda processos documentais relativos às propriedades concedidas e alguma correspondência epistolar. Assim, procederemos à descrição da reorganização e classificação da documentação, tendo em vista a reconstituição do passado familiar, cujos elementos se enquadraram na sociedade cortesã do final do Antigo Regime - reinado de D. Maria I e regência/reinado de D. João VI até à Revolução Liberal.

Palavras-chave: Arquivística histórica; Arquivo familiar; Família Sousa Lobato; História da família.

Abstract: The purpose of this article is to show the archive of a noble family, the Sousa Lobato Archive (ASL). This archive was recently discovered and it is composed of documents from the last quarter of the 18th century to the beginning of the 20th century, namely: official documents of royal mercy (permits, letters, ordinances and decrees) referring to nominations for palatine positions, attributions of honorary qualifications in Religious and Military Orders, granting of rights (landlords, agricultural land) and the exercise of functions in official institutions of the Kingdom (customs, ombudsmen of Districts) and also documental processes related to granted properties and some epistolary correspondence. Thus, we will proceed with the description of the reorganization and classification of the documentation. The archive was also fundamental for the reconstitution of the family past, whose protagonists were part of the courtesan society at the end of the Ancien Régime - the reign of D. Maria I and regency/reign of D. João VI until the Liberal Revolution.

Keywords: Historical Archivistics; Family archive; Sousa Lobato archive; Family history.

1. Introdução

No estudo que desenvolvemos nas páginas seguintes, procuramos reunir a História e a Arquivística - Arquivos de Família - partindo de um arquivo de uma família nobre, aqui designado como Arquivo Sousa Lobato (ASL), que criou e acumulou ao longo do tempo documentação diversa. Este acervo, redescoberto há cerca de 7/8 anos, na posse da família, foi por nós reorganizado e classificado com o objetivo de reconstituir o passado familiar e enquadrar os seus protagonistas na sociedade cortesã do seu tempo.

Começaremos por realizar uma breve análise do estado da arte relativamente à arquivística histórica - Arquivos de Família - dada a sua relevância para esta investigação. Os Arquivos de Família, sendo objeto de grande estimação pelos seus detentores, são valiosas fontes de valor histórico, pela riqueza, heterogeneidade e particularidades organizativas e,

simultaneamente, de suma importância para o estudo dos indivíduos, das famílias e das sociedades, no contexto da historiografia geral.

2. A Arquivística histórica - um olhar renovado sobre o arquivo

Até cerca da segunda metade do século XX, os arquivos foram encarados como conjuntos de documentos com características estáticas, uma espécie de sedimentos, resultantes da natural atividade humana; e os arquivistas atuavam apenas como guardiões passivos desse material, disponibilizando-o aos investigadores quando solicitado. A forte influência do Positivismo histórico criara tanto a necessidade de uma base documental forte, como um sistema de relações de saber na disponibilização desta pelos arquivistas, enquanto a interpretação era reservada aos historiadores. O arquivista deveria assim ser um anódino e imparcial funcionário, e o arquivo histórico por ele disponibilizado, o resultado direto de uma atividade antes de mais organizativa para uso da História e das administrações **estatais. A partir dos anos '80 do século XX, surgem novas teorias no campo historiográfico e arquivístico, questionando a anterior abordagem.** Os arquivos, de acordo com Terry Cook (1998), passam a ser vistos como algo de mais profundo e mais complexo, resultantes de processos sociais múltiplos e complexos de conservação e gestão documental. O conhecimento destes processos passa pela sua desconstrução, para se entender o que está na sua base e avaliar a sua contribuição para a história, num permanente diálogo entre a História e a Arquivística. O próprio processo de formação/construção/organização/utilização dos arquivos é um processo histórico que deve ser investigado historicamente e que é fundamental para a compreensão e contextualização dos documentos.

Uma das principais tendências da Nova História dos Arquivos foi a chamada “viragem arquivística”, ou “archival turn”. Na historiografia anglo-saxónica, especialmente nos EUA e no Canadá, o “archival turn” procura desconstruir uma visão simplista dos arquivos como produtos diretos e anódinos das instituições. Entre outros, avultam nomes como Terry Cook, Eric Ketelaar, Joan Schwartz, Verne Harris, Francis Blouin Jr. ou William Rosenberg, que se concentraram na denúncia de evidências de tradição positivista, questionando-as à luz de uma demarcada influência pós-moderna, elevando a Arquivística do estatuto secundário, em que foi longamente mantida, ao de uma ciência autónoma - a Ciência Arquivística - Archival Science (Cook, 2001; COOK, 2013).

O archival turn encontra uma congénere, em vários aspetos, no “tournant documentaire” da historiografia francesa. Este, que interessa particularmente ao historiador, iniciou o seu percurso em torno de estudos sobre cartulários medievais, enveredando depois para a **história dos hábitos de escrita e para a análise da natureza das “fontes” históricas e dos arquivos e práticas de conservação e de organização documental.** Joseph Morsel (2008, 2010) Etienne Anheim (2004) e Pierre Chastang (2006) contam-se entre os mais destacados autores deste movimento, que propõe uma nova epistemologia das fontes históricas – interrogando desde logo o próprio conceito – e preconizando o estudo dos seus processos de produção dos materiais do historiador. Ou seja, indo para além do conteúdo do texto de um documento, pesquisar a produção dos documentos desde a origem, as utilizações a que se prestaram, quais as suas funções e significados, acrescentando outro sentido ao contexto original da sua escrita.

Em Portugal, a evolução da área da Arquivística teve um percurso relativamente paralelo, mas com especificidades próprias. A acentuada secundarização académica da carreira dos arquivistas – que, ao contrário de França e Espanha, para citar apenas os países mais próximos, nunca chegaram a ter uma escola própria – contribuiu para a perpetuação de uma formação profissionalizante, orientada para o trabalho técnico em arquivos.

Em finais do séc. XX, na U.Porto, um grupo de arquivistas iniciou um processo de valorização académica, para assunção de espaço universitário e capacitação da formação. **Rejeitando o chamado “paradigma historicista”, que considerava a história como a ciência nobre e os arquivos como meros repositórios de documentos que suportavam respostas ao inquérito historiográfico, preconizou a autonomização da Arquivística como saber independente, inserida numa versão específica da Ciência da Informação (SILVA *et al.*, 1998). A chamada “Escola do Porto” defende ter formulado um novo paradigma epistemológico, propondo a evolução da conceção historicista-custodial para um conceito científico-informacional ou pós-custodial, desprendendo-se do “arquivo”, em si, para passar à análise da “informação arquivística” que lhe subjaz, concebida e estruturada por diversos procedimentos ao longo do tempo, e que deverá ter como ponto de partida o contexto organizacional desses elementos documentais. Parafraseando Armando Malheiro da Silva, o objeto da Arquivística é o estudo do arquivo caracterizado como “sistema de informação social”, definindo o arquivo como “um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – intimamente ligado aos anteriores” (SILVA *et al.*, 1998:214).**

Não teria cabimento fazer aqui uma análise aprofundada destas perspetivas, que têm de resto evoluído ao longo das últimas décadas, com alterações significativas em relação às primeiras propostas. **O que interessa salientar é que a nova atenção à “forma” e à função do arquivo, e não já apenas aos seus conteúdos, permite uma requalificação da informação passada e o enriquecimento do questionário historiográfico, protegendo este de anacronismos e de interpretações menos corretas. A localização do documento, no conjunto da informação que o originou, possibilita uma visão mais completa dos materiais de trabalho do historiador; nas palavras de Maria de Lurdes Rosa, “Os dados que nos chegam do passado foram informação, e não “documentos” ou “fontes”; produzidos por uma instituição (mesmo que o uso não anacrónico deste conceito obrigue a falar de “coisas” muito pouco institucionais à luz da institucionalidade inaugurada com o Estado liberal), eles dependem da natureza e da estrutura dessa instituição, antes de tudo o mais. Dependem, de seguida, da forma como no seio da mesma se conservava a informação produzida, e como ao longo dos séculos esta relação se processou – desde logo, com ou sem influências desestruturantes exteriores (com estas influências é, em geral, o caso da maioria dos fundos presentes nos arquivos públicos)” (ROSA, 2009b:11-12).**

Ou seja, realizar a reconstituição da organização de um acervo é muito importante para termos noção do que existe ou do que poderá não ter subsistido; permite redesenhar os âmbitos de produção e acumulação, ao mesmo tempo que a vertente de enquadramento e reconstituição do contexto histórico é basilar e indispensável. Para o historiador, estas operações enriquecem a forma como se apropria dos materiais, e os interroga para as suas investigações, transformando-os em “fontes” – passando esta mesma operação historiográfica a ser formal e completamente inserida no desenho dos inquéritos de cada investigação.

No campo da História dos arquivos, em concreto do Antigo Regime, a década de 90 do século XX é particularmente importante pelos progressos registados, que se devem à conjugação de diversos contributos: em primeiro lugar, uma renovada e crescente atenção aos arquivos privados, não estatais, em especial os produzidos por instituições familiares; em segundo lugar, um grande desenvolvimento da História Social, particularmente do Antigo Regime, nomeadamente, no que toca à História da Família e outras organizações sociais; finalmente a disponibilização para estudo aprofundado de diversos arquivos de família em posse de privados, e que, pela riqueza dos acervos, possibilitou um grande aumento de trabalhos teóricos e práticos, guias e bases de dados. Podemos resumir os resultados deste movimento em três grandes áreas de estudo e de ação prática: a valorização e salvaguarda patrimonial; o estudo das formas de organização dos acervos e, finalmente, o contributo dos mesmos para a investigação histórica.

3. Arquivos de família

Uma grande parte dos trabalhos da historiografia da nobreza portuguesa baseia-se em suportes documentais de arquivos de instituições de natureza pública, tais como a coroa, as Ordens Militares, e diversas entidades monásticas ou municipais. São ainda relativamente poucos os estudos sobre a nobreza feitos maioritariamente a partir da produção e acumulação documental das próprias famílias nobres, isto é, assentes nos seus arquivos de família.

Num primeiro grupo de estudos, de perspetiva marcadamente histórica, avultam a tese de doutoramento de Mafalda Soares da Cunha (2000) sobre a Casa de Bragança, parcialmente baseada no arquivo da Casa de Bragança, a dissertação de mestrado de Maria Teresa Sena Lopes (1987) sobre a casa do marquês de Pombal, bem como os diferentes e aprofundados estudos de Nuno Gonçalo Monteiro (2003) que utilizam sobretudo os arquivos das administrações oitocentistas impostas às casas nobres, mas recorrem também a arquivos de produção direta destas, em especial os depositados em arquivos públicos.

Um segundo grupo de estudos reúne teses de mestrado e de doutoramento numa perspetiva parcialmente diferente, a da Arquivística Histórica, feitos sobre os próprios arquivos de família, estudam antes de mais o conjunto documental em si e no processo da sua formação, e incidem depois sobre temáticas histórico-arquivísticas específicas, definidas a partir daquelas duas instâncias (ROSA e NÓVOA, 2016; RODRIGUES, 2018). Devem mencionar-se aqui as teses de doutoramento de Rita Nóvoa (2016) sobre a família Gama Lobo Salema, de Maria João Andrade e Sousa (2017) sobre os Condes de Belmonte, de Margarida Leme (2018) relativo à família dos Costa com Dom, de Alice Gago (2019) correspondente às famílias reunidas no Arquivo Almada e Lencastre Bastos, de Filipa Lopes respeitante aos Viscondes de Vila Nova de Cerveira (em preparação) e a tese de mestrado de Patrícia Marques, tratando o arquivo dos condes de Castro/Nova Goa (2013).

Refiram-se, por fim, as teses do Mestrado em História e Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, relativas a arquivos de família depositados em arquivos municipais, entre as quais salientamos: um estudo de caso dedicado aos Arquivos Pessoais e Familiares em Portugal e na Galiza de Arcay Barral (2014); o ensaio de Vânia Maio (2009) sobre o Arquivo da Casa dos Barros; a dissertação de Telma Correia (2009) relativa a uma família da indústria do papel; Carla Moreira (2012) que elabora uma dissertação

sobre a Casa do Porto; Vilma Cardoso (2013) que se debruça sobre o arquivo da Casa das Mouras; o ensaio de Ana Filipa Mendes (2015) que produz uma tese com base no Arquivo dos Condes de Azevedo e Sara Raquel Maia (2017) sobre o arquivo dos Vasconcelos de Vila do Conde.

A entrada em cena relativamente tardia dos arquivos de família nos estudos sobre a nobreza não provém tanto de um desconhecimento da sua existência, mas, principalmente, da dificuldade no acesso e disponibilização desses acervos, muitos dos quais permanecem em posse privada – sendo também possível, que a sua ocultação, tenha por base alguma estratégia de manipulação. Deve também referir-se que este tipo de documentos não tem sido objeto em Portugal de uma política ativa de aquisição, incorporação e custódia, em parte pela predominante visão estaticista da arquivística, que se centra na ligação entre os arquivos de instituições e os Estados-nação (COOK, 1998:133-134).

Os arquivos familiares são uma fonte de conhecimento incomensurável das sociedades. A posse de um arquivo familiar configura, para além dos seus aspetos mais comezinhos, uma garantia de autenticidade e de autoridade de um grupo familiar; representa, na verdade, um elemento fundamental de prova do seu posicionamento social e de legitimação da sua reprodução socioeconómica: estatuto, vantagens, privilégios e recursos económicos e financeiros. Porém, é importante ressaltar, que estes repositórios documentais podem ser alvo das mais diversas manipulações – ocultação, destruição, obstáculos à sua divulgação, organização dos documentos de forma preconcebida – com o intuito de controlar, alguma(s) reminiscência(s) familiar(es) e construir uma memória favorável de si mesmas¹, cabendo aos investigadores, muitas vezes, ir para além do que existe e da organização arquetizada dum acervo, divisando o inexistente e indizível.

Concretamente, no que respeita aos grupos aristocráticos, os arquivos são mais uma componente do poder da aristocracia sobre a sociedade. Assim, os patrimónios reais e simbólicos (honras, títulos) eram primordiais na sustentação e transmissão do estatuto social de uma família, sendo a honra e o prestígio, dois dos vetores fundamentais de construção da imagem da nobreza e daquilo que pretende ostentar.

Podemos olhar os arquivos familiares como um sustentáculo construído, mantido, cuidado e utilizado para a defesa e manutenção do seu património, a partir do momento em que os documentos escritos se sobrepuseram à palavra oral, ao estabelecimento de acordos e de atos relacionados com a transmissão e arrendamento de propriedades. O documento passou a ser determinante no percurso de um bem e a sua conservação uma atitude recomendável, de tal modo que, quando o proprietário admitia a inexistência de capacidade de gestão custodial procurava instituições que o fizessem (SOUSA, 2006:90)². Numa outra vertente, os documentos acumulados representam a memória do passado familiar, podendo a família definir-se com uma **“comunidade de memória”** (KETELAAR, 2007). De acordo com Maria de Lurdes Rosa, os arquivos representam uma porção essencial da **memória dos proprietários e que apoia a motivação de ser da família “uma memória ativa**

¹ O arquivo da casa do marquês de Pombal considera-se, em Portugal, um dos maiores exemplos da construção/manipulação de um arquivo - serviu de base à Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional – como instrumento de poder e como legado histórico para a construção de uma memória futura.

² No caso do Arquivo da Casa de Belmonte, a título de exemplo, registe-se o documento de instituição do Morgado do Castelo, cujo instituidor o depositou no mosteiro de Santo Elói.

e funcional ancorada **nos seus ilustres antepassados, (...) que o cuidado com o arquivo permite não esquecer**” (ROSA e HENRIQUES, 2016:91).

A elaboração crescente de genealogias, a que se assiste durante toda a Idade Moderna, configurou um modelo cultural de estruturação da imagem e da identidade familiar, com o objetivo de legitimar a posição relativa de uma família dentro de um grupo hierárquico/nobiliárquico, utilizando o passado para justificar o presente. As genealogias tinham, além disso, uma dimensão essencialmente objetiva e prática, como fazer prova de direitos de propriedade (títulos, rendas, senhorios, morgadios. etc.). De facto, a origem da maioria dos Arquivos de Família, na Península Ibérica, está relacionada com o sistema de morgadio e de constituição e fixação dos senhorios. Os documentos reunidos diziam respeito às mercês régias de privilégios e direitos, às respetivas confirmações e aos testemunhos fundacionais de morgados e consecutivas agregações de propriedades com os respetivos testamentos, vínculos e dotes. Embora tenham existido vários tipos de produtores de arquivos, o maior número de acervos conservados diz respeito à média nobreza e aristocracia titular.

4. O Arquivo Sousa Lobato: história custodial e metodologia organizativa

Na presente investigação focamo-nos, fundamentalmente, na investigação histórica sobre a época moderna tardia, mais concretamente de final do Antigo Regime, do reinado de D. Maria I em diante, partindo do Arquivo Sousa Lobato (ASL). A disponibilidade do acervo possibilitou-nos um melhor conhecimento do grupo familiar e a extração de contributos informativos para a construção das biografias e prosopografia dos seus mais eminentes membros. O arquivo produzido e acumulado por esta família permite, também, analisar de **que forma “este corpo social [o familiar] se auto-organizava, auto-identificava, auto-reproduzia e auto-sustentava”** (ROSA, 2009b:36). Por último, gostaríamos de relevar que a documentação existente no arquivo nos alertou para a importância de alguns dos **elementos desta família, de certa maneira “atores até agora mal conhecidos” na historiografia Portuguesa, e “para o debate de outras versões que não as arquitetadas utilizando maioritariamente arquivos institucionalizados”** (ROSA, 2009b:36-37).

4.1. História custodial

A história custodial do arquivo é essencial para entender o que nos adveio do passado e como se apresentava organizado. O ASL resulta, numa primeira fase, da conservação e reconstituição de documentação efetuada por José António de Sousa Lobato, filho primogénito de Joaquim José de Sousa Lobato – 2º Visconde de Magé, e irmão de Augusta Eduarda, ambos netos de José Joaquim (fig. 1 e 2), e circunscreve-se, sobretudo, aos elementos mais destacados do clã, os viscondes de Magé e de Vila Nova da Rainha. Uma segunda fase corresponde à intervenção do bisneto de José Joaquim de Sousa Lobato, João Jorge Lobato Guerra (m. 1 de dezembro de 1944), que coligiu informação das gerações posteriores e conservou a disposição dos documentos do passado nos moldes em que a encontrou (coexistindo juntamente alguma documentação que aparenta pouco cuidado organizativo). A última fase, relativamente recente, antes da redescoberta do acervo, revelou uma intervenção caótica que desmanchou alguma da organização pré-existente, tendo sido o nosso trabalho, de há dois anos a esta parte, a reconstituição/reorganização e

tratamento, tentando, tanto quanto possível, manter a estrutura herdada, nomeadamente, os grupos de documentos que sobreviveram (maços).

Subsiste uma dúvida relativamente ao local em que o arquivo foi encontrado – num imóvel da família, em Braga, que diz concretamente respeito à parte organizada por José António de Sousa Lobato, o primeiro interveniente no arquivo. Sabendo que ele vivia em Lisboa, avançamos a hipótese, que consideramos plausível, de ter sido o segundo organizador, João Jorge Lobato Guerra, proprietário da referida casa em Braga, a envidar esforços no sentido de recolher essa informação, interessado como era pela genealogia da família, conforme testemunhos de vários parentes, o que se comprova, aliás, por correspondência existente no arquivo, nomeadamente missivas remetidas por João Jorge, indagando os destinatários, sobre assuntos relacionados com a pesquisa de supostos familiares. Excetuando pequenas descrições familiares, por vezes descontextualizadas, a informação no seio da família é escassa, e agravou-se nos últimos anos, com o falecimento dos indivíduos com maior memória familiar, sendo que os atuais sobreviventes, já de idade avançada, pouca informação possuem para nos transmitir.

Na sua maior parte, os documentos acham-se relativamente bem conservados, o material de papel utilizado aguentou bem o desgaste temporal e ambiental, por vezes em condições menos propícias, nomeadamente, a partir de meados do século XX, após a morte do segundo organizador, João Jorge Lobato Guerra, quando foram abandonados num sótão, apresentando alguns documentos sinais de humidade e da intervenção de insetos e roedores. É agora nossa função preservá-los para a posteridade e proporcionar a sua divulgação à comunidade.

4.2. Metodologia organizativa

O *corpus* documental da investigação partiu da existência do referido arquivo de família (ASL) que reorganizamos – desde julho de 2018 – embora respeitando e conservando a estrutura herdada.

O ASL, do qual sou coproprietária com os meus irmãos, foi redescoberto há cerca de sete anos, numa arca velha num sótão de um imóvel pertencente à família Lobato, no centro da cidade de Braga.

O arquivo é composto por algumas centenas de documentos, produzidos e acumulados por diversas famílias, com origem no patriarca da família, José Joaquim de Sousa Lobato, com maior incidência no período do último quartel do século XVIII até meados do século XX. No essencial, são documentos oficiais de mercês régias – alvarás, cartas, portarias e decretos – referentes a nomeações para cargos palatinos, a atribuições de qualificações honoríficas nas Ordens Religiosas e Militares, a concessões de direitos (e ao exercício de funções nas instituições oficiais do reino – alfândegas, ouvidorias de Comarcas –, processos documentais relativos às propriedades concedidas e ainda alguma correspondência epistolar (fig. 3, 4, e 5).

No âmbito da presente investigação, circunscrevemo-nos à informação existente no ASL referente a sete elementos da família, o patriarca, José Joaquim de Sousa Lobato e quatro dos seus filhos: Matias António, 1º Visconde de Magé, Joaquim José, 2º Visconde de Magé e seus descendentes do sexo masculino, Francisco José Rufino, Visconde de Vila Nova da

Rainha e Bernardo José³ (fig. 1 e 2) correspondendo a cerca de um terço da totalidade do arquivo da família. De modo e tornar inteligível a consulta do referido arquivo, procedemos a um trabalho de identificação e de classificação dos documentos em função do seu produtor, sendo de seguida ordenados cronologicamente. Em termos de organização física, foram cotados e acondicionados de forma adequada, primeiro em capilhas e depois em pastas individuais por produtor.

A parametrização do documento, através de uma cota, obedeceu à seguinte lógica: dez (10) caracteres para o nome, dois (2) para o número da pasta e quatro (4) para o documento:

Deste modo utilizaram-se as seguintes mnemónicas:

- José Joaquim de Sousa Lobato – JOSJLOBATOP[]D[] [] []
- Matias António de Sousa Lobato – MANTLOBATOP[]D[] [] []
- Joaquim José de Sousa Lobato – JOAJLOBATOP[]D[] [] []
- Francisco José Rufino de Sousa Lobato – FRANLOBATOP[]D[] [] []
- José António de Sousa Lobato – JOSELOBATOP[]D[] [] []
(primogénito de Joaquim José de Sousa Lobato)
- Pedro de Alcântara de Sousa Lobato – PEDRLOBATOP[]D[] [] []
(secundogénito de Joaquim José de Sousa Lobato)

Por vezes, dentro de uma mesma cota, figura mais do que um documento, pela necessidade que sentimos de respeitar a organização herdada. Assim o número de documentos é superior ao número de cotas atribuídas. No entanto, é nosso objetivo, a seu tempo, proceder a uma análise mais fina, de modo a identificar melhor as agregações artificiais e a tentar manter apenas as originais; caso se revele necessário, procederemos a um ajuste de cotas. Finalmente, construímos quatro tabelas, em formato Excel, que refletem a organização descrita, com a estrutura apresentada nas tabelas em Anexo. Pensamos que o campo **“Âmbito e conteúdo”** é **suficientemente esclarecedor da abrangência da informação** referente a um ou ao conjunto de documentos.

A personagem com o maior número de manuscritos é Joaquim José de Sousa Lobato, 2º Visconde de Magé. Foram acondicionados em duas (2) pastas com referência a sessenta e sete (67) cotas, iniciando-se em JOAJLOBATOP1D001 e terminando em JOAJLOBATOP2D067. A Matias António, 1º Visconde de Magé, atribuímos trinta e três cotas (33). O pai, José Joaquim, e o seu filho, Francisco José Rufino, Visconde de Vila Nova da Rainha, apresentam um número bastante inferior de documentos. No caso deste último, de acordo com uma nota contida neste arquivo, o seu acervo estaria na posse do procurador da família, Boaventura Pedro de Carvalho Prostes ou dos viscondes de Santarém como herdeiros da sua mulher Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa. Os documentos

³ No respeitante a Bernardo José, neste arquivo (ASL), existem apenas certidões de registos paroquiais.

Fig. 2 – *Descendentes de Joaquim José de Sousa Lobato*

<i>Joaquim José de Sousa Lobato</i> 1770-1837			+	<i>Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque</i> 1784-1875		
Carlota Isabel de Sousa Lobato 1804-	Maria Lina de Sousa Lobato 1806-	Augusta Eduarda de Sousa Lobato 1809-1891	Maria da Conceição de Sousa Lobato 1811-	José António de Sousa Lobato 1773-1830	Pedro de Alcântara de Sousa Lobato 1814-1910	
+	+	+		+	+	
João António Teixeira de Carvalho 1804-	António Xavier Osório Pereira Negrão 1798-1846	João Pereira Lobo Soares de Azevedo		Rufina Carlota Pereira 1822-	Augustina Guilhermina Feo Guião 1815-	

Fig. 3 – Alvará - Mercê de D. Maria I a Matias António de Sousa Lobato

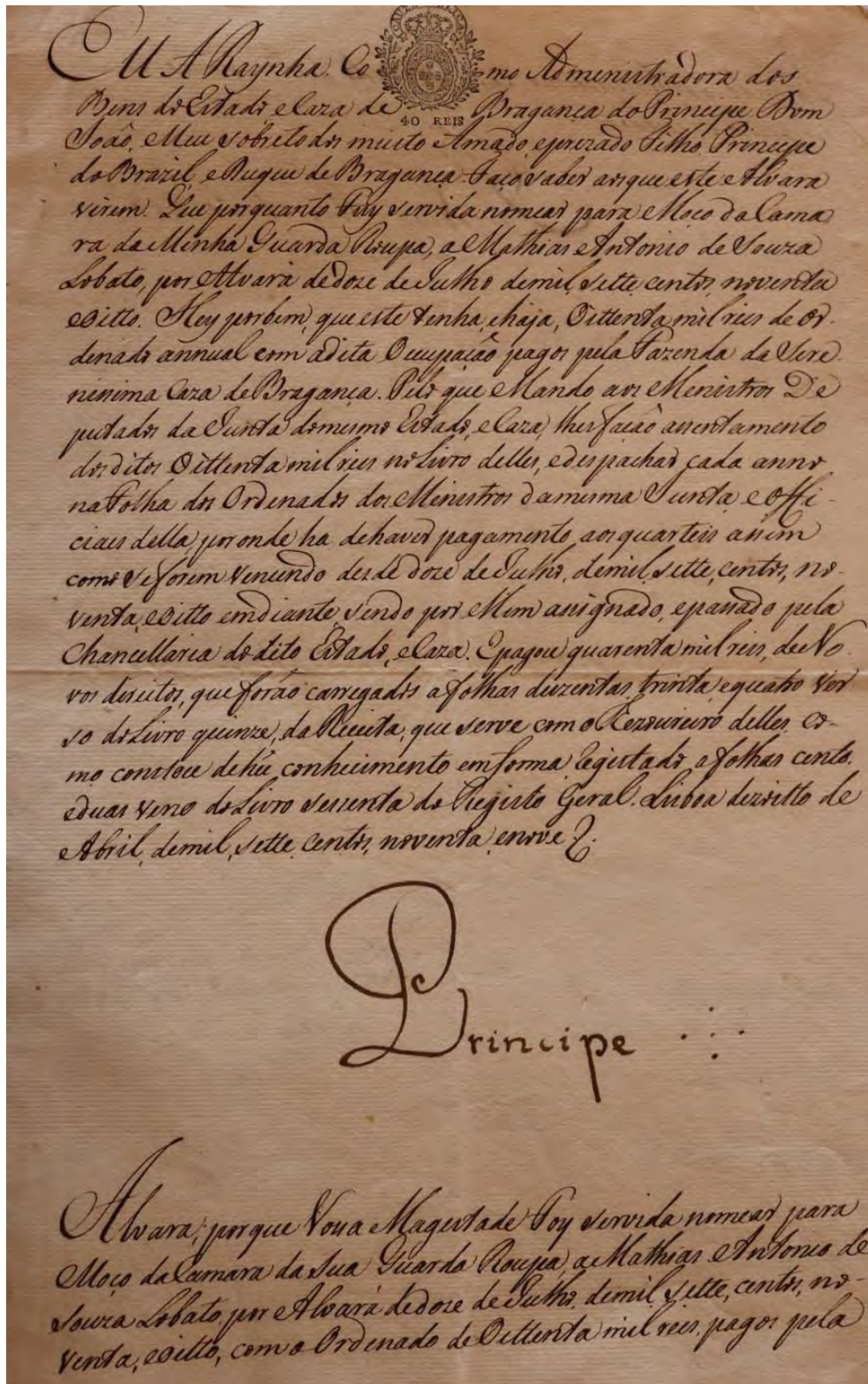


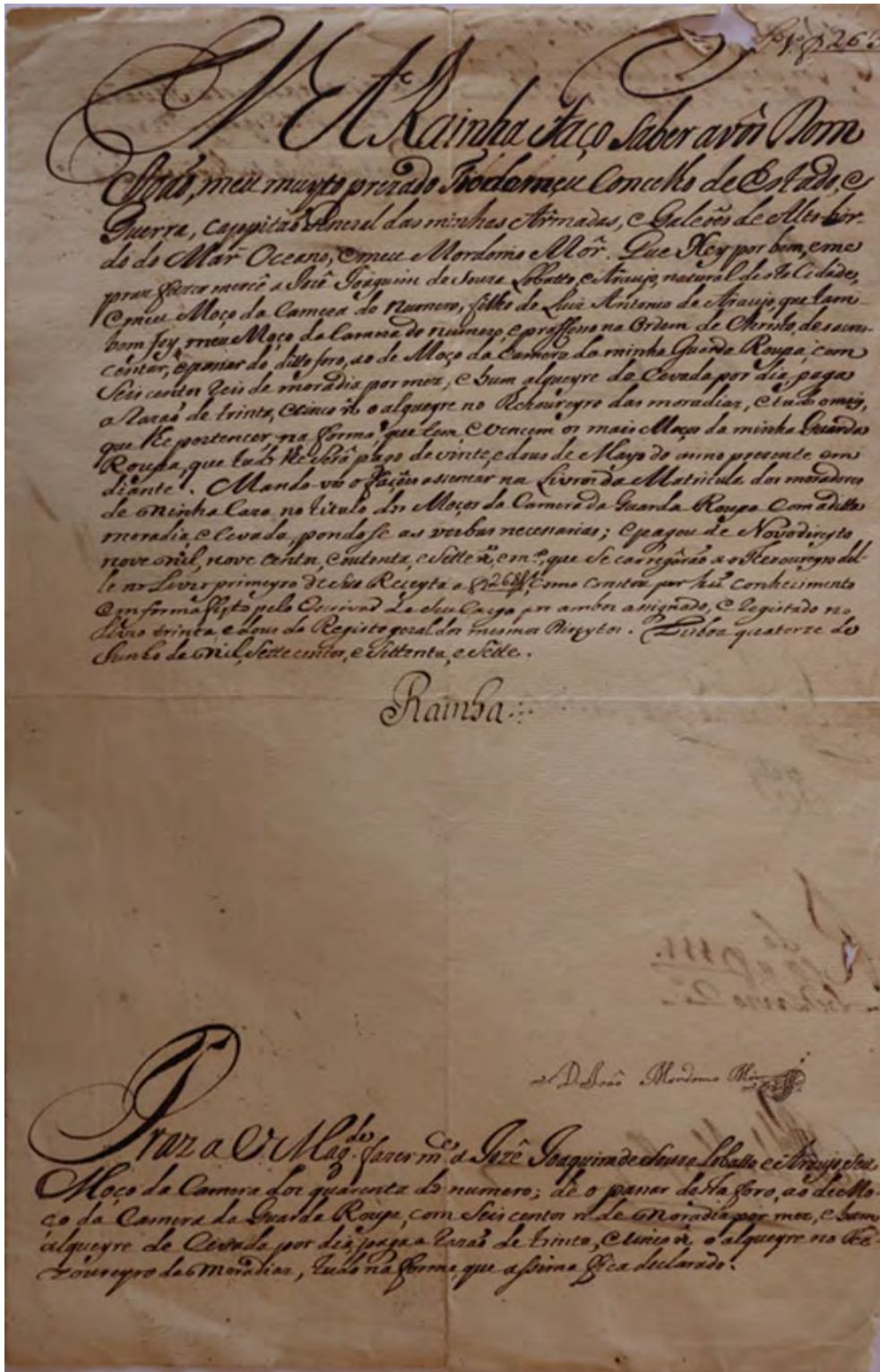
Fig. 4 – Carta do Príncipe regente D. João a Matias António de Sousa Lobato

Meu Matias remeto-te este papel p.^a te dar provas
 da minha gratidão do bem q.^e me tens servido ainda
 q.^e eu podia ter alguma coisa de me queixar pois
 sei q.^e tens humna amizade a qual te a filha da
 Broco e me não tens dito palavra pois quando se
 ama deveras sempre se tem aberto o coração p.^a quem
 se ama sembarço do q.^e te acabo de dizer sendo a
 queixa q.^e te faço menor do q.^e o m.^{to} q.^e te sou
 grato ao bem q.^e me serves te remeto o papel in-
 cluso faço o q.^e te permiti de te escrever quando
 te remete-te. e a Deus meu amor. Lago de Mafra
 em 18 de Agosto de 1807.

Amo q.^e m.^{to} te ama

J.

Fig. 5 – Alvará - Mercê de D. Maria I a José Joaquim de Sousa Lobato



5. A Família Sousa Lobato - apresentação prosopográfica

Iremos fazer a apresentação da genealogia a partir do elemento charneira desta família, que marca o percurso de ascensão social deste grupo familiar na sociedade de então: José Joaquim de Sousa Lobato (n. 12 de abril de 1736 – m. 23 de outubro de 1809, Rio de Janeiro⁴) era neto paterno de Matias de Sousa Lobato⁵, nascido em Almada em 1670, professor de Ler e Escrever na Vila de Tomar e Escrivão das Sisas da Vila de Tancos⁶, e filho de Luís António de Araújo Banha (n. 7 de julho de 1696, Lisboa, freguesia do Socorro – m. 1776)⁷ (fig. 6), moço da Câmara de D. João V, guarda-roupa de D. José I e do Infante e futuro D. Pedro III⁸ e escrivão dos Armazéns e Conselho do Ultramar⁹, casado com Maria Luísa Antónia Raimunda do Espírito Santo em 15 de janeiro de 1727¹⁰, na freguesia de Santa Justa em Lisboa, com quem teve mais dois filhos, Matias António e Ana Joaquina de Sousa Lobato (fig. 6).

5.1. José Joaquim de Sousa Lobato, o patriarca e descendentes

José Joaquim foi guarda-roupa da Rainha D. Maria I (1777)¹¹, comendador da Ordem de Cristo (1788)¹² e da Torre e Espada, fidalgo da Casa Real, proprietário dos ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa (1793)¹³, escrivão da ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila (1760)¹⁴. Casou, em 26 de outubro de 1759, com Maria Joana de Hering, de origem austríaca, que foi açaфata da rainha Maria Ana de Áustria. Filha de Bernardo José de Oliveira Costa Pereira e de Joana Mariana Cristina de Hering¹⁵, natural de Viena de Áustria. Tiveram cinco filhos, quatro rapazes e uma rapariga, todos com cargos na corte (fig. 2). A filha, Maria Joana Aniceta Francisca de Hering, foi também açaфata da Rainha D. Maria I.

⁴ ASL - Documento manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia de certidão de óbito – Livros de Óbitos da Real Capela, f. 2 – Rio de Janeiro, passada por requerimento do seu filho.

⁵ Refira-se a título de curiosidade, que fez parte da comitiva, na qualidade de estribeiro, do embaixador, Fernando Teles da Silva, 2.º marquês de Alegrete e 3.º conde de Vilar Maior, que escoltou, em 1708, a vinda para Portugal da futura Rainha D. Mariana de Áustria.

⁶ ANTT - RGM de D. João V.

⁷ ASL - *idem*. Cópia da certidão de batismo de José Joaquim de Sousa Lobato.

⁸ ASL - *idem*. Cópia da Certidão de Batismo de Matias António Sousa Lobato (filho de José Joaquim de Sousa Lobato), Livro 7, f. 32, dos Batismos da freguesia de Santa Isabel de Lisboa, 19 de fevereiro de 1769.

⁹ ANTT - Habilitação para a Ordem de Cristo de José Joaquim Sousa Lobato – 1788 - PT-TT-MCO-A-C-002-009-0060-00019_m0004_derivada.

¹⁰ ASL – *idem*. Cópia da Certidão de Casamento Livro 7, f. 32, dos Casamentos de 1727, da freguesia de Santa Justa de Lisboa, f. 236.

¹¹ ASL - Anexos - Cota: JOSJLOBATOP1D003.

¹² ANTT - Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 60, n.º 19, PT/TT/MCO/A-C/002-009/0060/00019.

¹³ ASL - Anexos - Cotas: JOSJLOBATOP1D005 e JOSJLOBATOP1D006.

¹⁴ ASL - *idem* - Cota: JOSJLOBATOP1D001.

¹⁵ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

Aquando do seu falecimento (m. 23 de outubro de 1809, Rio de Janeiro) foi-lhe dedicada uma Oração Fúnebre da autoria de Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio¹⁶.

5.1.1. *Matias António de Sousa Lobato - 1º Visconde de Magé*

Matias António de Sousa Lobato, o primogénito, (n. 31 de janeiro de 1769 – m. 28 de maio de 1826) sucedeu a seu pai nos vários cargos que ele exerceu e foi guarda-roupa de D. João VI. Casou duas vezes com as irmãs Berquó, que foram ambas açafatas de D. Maria I. O primeiro matrimónio ocorreu em 1811, com Maria Inácia Gama Freitas Berquó (n. 26 de julho de 1790 – m. 2 de fevereiro de 1814), cerca de 3 anos após o falecimento desta, desposou, em 22 de janeiro de 1817, Maria Carlota Gama Freitas Berquó (n. 11 de março de 1789 – m. 25 de janeiro de 1818). Eram filhas José Maria Maurício da Gama e Freitas (n. 1730 – m. 1805) e de Josefa Joaquina Berquó da Silveira Velasco, açafata da princesa viúva Dona Maria Benedita e irmãs de João Maria da Gama Freitas Berquó, marquês de Cantagalo que foi pelo seu casamento, 4º marquês de Viana (n. 17 de novembro de 1794 – m. 25 de março de 1852)¹⁷. Matias António fez parte da comitiva que acompanhou a família real na sua retirada para o Brasil, em 1807, onde recebeu o título de barão de Magé, em 21 de maio 1810, e depois de Visconde de Magé, em ambos os casos em sua vida, e ainda o senhorio das Terras da vila de Magé¹⁸, em 17 de Dezembro 1811. Em 10 de janeiro 1812 obteve a renovação deste título. Foi ainda comendador, escrivão da Câmara do Rei, e senhor donatário de São João de Rei¹⁹, em 1807, senhorio localizado numa freguesia do atual concelho da Póvoa de Lanhoso. Não deixou descendentes, sendo os seus títulos renovados no irmão Joaquim José²⁰.

¹⁶ Internet archive:

<https://archive.org/details/oraofunebred00sampaio>,

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Santa_Teresa_Jesus_Sampaio - “Frei Sampaio foi Pregador da Capela Imperial e Examinador da Mesa de Consciência e Ordens em 1808, onde iniciou seu envolvimento na vida política. Nos anos seguintes exerceu diversas funções e cargos que o levaram para um caminho de inserção nos assuntos da Corte Portuguesa no Brasil”.

¹⁷ O título nobiliárquico de marquês de Cantagalo foi criado por D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, em 12 de outubro de 1826. Entre outras atribuições, João Maria Berquó foi Camareiro e ajudante de campo do Imperador D. Pedro.

¹⁸ Vila fundada em 9 de junho de 1565, com o nome de Magepimirim, abreviada depois para Magé. Em 1857 foi elevada a cidade. É a segunda cidade mais antiga do Estado do Rio de Janeiro logo a seguir à cidade do Rio de Janeiro. Durante a monarquia foi criado o baronato de Magé, em 1810, e foi elevado a viscondado em 1811 - cf: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mag%C3%A9>.

¹⁹ São João de Rei é uma freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso. Foi um rentável senhorio, na posse dos Azevedo desde os tempos de D. João I, tendo regressado à coroa, por inexistência de sucessão legítima. Em 1807, passou para as mãos de Matias António de Sousa Lobato, por mercê real. Existe uma publicação Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso de 1994, 2ª Ed., da autoria de António Celestino, com o título *Antigamente era San Johan de Rey*, que nos descreve, conforme o resumo apresentado no sítio da referida Câmara: “S. João de Rei é uma velhíssima aldeia do Concelho da Póvoa de Lanhoso cujas tradições e história remontam a antes da fundação da nacionalidade. Está situada na formosa Ribeira do Cávado e tem como orago S. João Baptista, cujo dia se festeja no mesmo dia em que provavelmente se celebrava o nascimento de qualquer dos nossos Reis mais remotos e donde, talvez, lhe venha o “rei” que ostenta no nome”.

²⁰ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

5.1.2. Joaquim José de Sousa Lobato – 2º **Visconde de Magé**

Joaquim José, segundo filho do casal, (n. 20 de outubro de 1770 – m. 16 de abril de 1837), obteve a renovação do título de Visconde de Magé e do senhorio de São João de Rei, por sucessão ao seu irmão, 1º Visconde de Magé, no período de regência da Infanta D. Isabel Maria²¹. Guarda-roupa e conselheiro de D. João VI, comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada, Alcaide-Mor de Castelo de Vide, escrivão da Fazenda do Tribunal do Rio de Janeiro, proprietário dos ofícios de escrivão da Mesa Grande e das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa²². D. João VI designou-o porteiro da Real Câmara em substituição do seu irmão, Francisco José Rufino, **conforme descrito no aviso: “(...) para servir o Rei, nos impedimentos de seu irmão, Visconde de Vila Nova da Rainha, no ofício de porteiro da Real Câmara e que por sua morte continuasse a servir no mesmo ofício (...)”**²³. Desempenhou o cargo na câmara da Infanta regente D. Isabel que lhe foi confirmado por carta régia de D. Miguel de 2 de março de 1831²⁴, na sequência do falecimento do supramencionado irmão, a 5 de maio de 1830.

Casou com Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 18 de setembro de 1803, filha de António José de Araújo Sousa, desembargador da casa da suplicação e juiz da Chancelaria Régia, e de Ana José de Araújo e Albuquerque, com quem teve seis filhos, quatro raparigas e dois rapazes (fig. 2):

- Quanto às senhoras: Maria da Conceição faleceu muito nova sem descendência; Carlota Isabel (n. 4 de julho de 1804) foi acafata de D. Carlota Joaquina, casou João António Teixeira de Carvalho e tiveram um filho João Teixeira de Carvalho (n. 14 de abril de 1827); as outras duas filhas do casal, Maria Lina (n. 23 de setembro de 1806, Rio de Janeiro) e Augusta Eduarda (n. 29 de novembro, Rio de Janeiro – m. 11 de maio de 1891, Braga), casaram com nobres de província. Maria Lina desposou António Xavier Osório Pereira Negrão, senhor da Casa de Mosteiró, em Baião, desembargador da Relação no Porto, agraciado em 1825 com o foro de Moço Fidalgo, progenitores de oito filhos (fig. 8) e Augusta Eduarda que casou com João Pereira Lobo Soares de Azevedo, capitão de milícias de Guimarães e senhor da Casa da Caldeira²⁵, do seu casamento nasceram cinco filhos (fig. 7).

- No respeitante aos filhos homens: José António, filho primogénito, (n. 22 de dezembro de 1812, Rio de Janeiro) desposou, em 24 de julho de 1852, Carlota Rufina Pereira, natural de Angra do Heroísmo. Desta união nasceu uma filha, Elvira Amélia de Sousa Lobato (n. 1853 – m. 1922). Foi Moço-fidalgo, recebeu por renúncia do seu progenitor, os ofícios de escrivão da mesa grande e das marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818 e no dia da sua coroação, em 27 de fevereiro de 1818, obteve a faculdade para usar livremente a insígnia da comenda da Ordem de Cristo, pela

²¹ ASL - Anexos - Cotas: JOAJLOBATOP2D043 e JOAJLOBATOP2D047.

²² ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP1D021.

²³ ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP2D059. Aviso de 3 de março de 1826 Ordenado por D. João VI e expedido pelo Mordomo-mor.

²⁴ ASL - *idem* - Cota: JOAJLOBATOP2D049.

²⁵ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

atribuição de uma vida na comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho²⁶.

O outro filho, Pedro de Alcântara (n. em 28 de abril de 1814, Rio de Janeiro e m. 31 de janeiro de 1910, Mesão Frio) foi Moço-fidalgo, por alvará de 12 de janeiro de 1824²⁷, casou em 15 de fevereiro de 1854, com Augusta Guilhermina Feio Guião e não possuíram descendência. Os dois irmãos frequentaram o Colégio dos Nobres aonde ingressaram em 4 de outubro de 1824 (Teles, 2006:85, 96-97). Ambos tiveram uma carreira militar e defenderam a causa absolutista, militando nos exércitos de D. Miguel.

Fig. 6 – Descendentes de Luís António Araújo Banha

Luís António de Araújo Banha 1696-1776	Ana Joaquina de Sousa Lobato	+	Cândido Ricardo de Faria
	M. ^a Luísa Raimunda do Espírito Santo 1737-	+	
	José Joaquim de Sousa Lobato 1736-1809	+	Maria Joana de Hering 1737-
	Matias António de Sousa Lobato	+	Maria Joana da Silva
		+	Isabel Luísa
		+	Rita Albertina de Andrade
		+	Catarina
		+	Antónia Barruncho

5.1.3. Francisco José Rufino de Sousa Lobato – 1º Visconde de Vila Nova da Rainha

O terceiro filho, Francisco José Rufino de Sousa Lobato, (n. 30 de julho de 1773 – m. 5 de maio de 1830), foi barão (1809) e 1º Visconde de Vila Nova da Rainha, em 21 de maio de 1810, tendo recebido uma terceira vida no título, por despacho pela aclamação de D. João VI. Conselheiro e guarda-roupa do Rei, porteiro e apontador dos foros dos reposteiros da Real Câmara, tesoureiro do real bolsinho, guarda-joias e tapeçarias, secretário

²⁶ ASL - Anexos - Cota : JOSELOBATOP1D001 e JOAJLOBATOP1D022.

²⁷ Livro dos índices da Mordomias da Casa Real, 9/118 e AFONSO e VALDEZ, 1933:183.

administrador da Casa e Estado do Infantado, superintendente do Palácio e Convento de Mafra e escrivão da Mesa de Consciência e Ordens no Brasil e como Visconde de Vila Nova da Rainha foi 1º deputado da mesma mesa (NEVES, 1999:86 e 89). Foi também comendador da Ordem de Cristo e Torre e Espada, secretário das Três Ordens Militares e brigadeiro do Exército do Rei²⁸, tendo alcançado a patente de tenente-general efetivo, a 24 de abril de 1821²⁹.

Casou com Mariana Leocádia de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 9 de dezembro de 1759 – m. 7 de fevereiro de 1835), em 5 de fevereiro de 1800, açafta de D. Carlota Joaquina. Era filha de Manuel Francisco de Barros e Mesquita (n. 18 de outubro de 1729 – m. 15 de março de 1806) e de Maria Bárbara Teresa de Sousa e Carvalhosa (m. 1787)³⁰ e irmã, de João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa, 1º Visconde de Santarém (n. 18 de abril de 1757 – m. 12 de janeiro de 1818). Do casamento não teve descendência³¹. Fora do casamento teve, ainda, Ana José de Sousa Lobato (n. 1820 – m. 11 de março de 1881) legitimada por carta da Infanta regente D. Isabel Maria³², tendo falecido solteira no Convento da Encarnação de Lisboa³³, e ainda Francisco Gomes da Silva (n. 22 de setembro de 1791 – m. 30 de dezembro de 1852), seu putativo filho, conhecido pela alcunha de “Chalaça”, um dos amigos favoritos do príncipe D. Pedro, nunca legitimado³⁴.

²⁸ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

²⁹ Tenente-general efetivo, a 24-4-1821 “sem entrar em combate” – MONTEIRO (2018:90). “Porém, é dito que “Sendo Tenente agregado ao Regimento de Alcântara, foi, por decreto de 24 de Junho de 1799, colocado na 12ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Meckelmburgo. Por decreto de 6 de Setembro de 1804, ainda com a patente de Tenente, é promovido ao posto de Coronel de Milícias, ficando agregado a um dos regimentos de Milícias de Lisboa - COSTA (2005:54).

³⁰ Para além de Mariana Leocádia e João Diogo de Barros Leitão e Carvalhosa (pai do 2º Visconde de Santarém, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa), o casal foi progenitor de mais dois filhos, D. António Roberto de Barros Leitão e Carvalhosa (n. 1763 – m. 1829), arcebispo de Adrianópolis e, de Diogo José de Barros Leitão e Carvalhosa (m. 1788).

³¹ Quando casou D. Mariana Leocádia tinha cerca de 41 anos, razão pela qual, provavelmente, não terá sido progenitora - cf. Wikipédia, onde está referido um descendente, do seu casamento, de nome Evaristo José de Sousa Lobato, que terá falecido solteiro e sem descendência: https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Jos%C3%A9_Rufino_de_Sousa_Lobato. Um documento de 1832 existente no ANTT refere que um indivíduo chamado Evaristo José de Sousa Lobato, nasceu no Rio de Janeiro e era filho de pais incógnitos, o que nos faz suspeitar que se trataria da mesma pessoa referida na Wikipédia. Francisco José Rufino de Sousa Lobato não o terá sido perfilhado: Cód Ref PT/TT/MR/EXP/051/0079/0000: “Requerimento de Evaristo José de Sousa Lobato, solicitando dispensa de apresentar Certidão de Baptismo para ser admitido a Exame de segundo ano da Aula de Comércio”.

³² ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões. Cópia - do registo na Chancelaria mor do Reino, no livro de Legitimações, f. 5, Lisboa, 14 de outubro de 1826. Em 1839, Ana José reclamou ser herdeira universal de seu pai, para efeitos de herança do montepio militar paterno (AHM Caixa 68 1278/18). Refira-se, ainda que os viscondes de Vila Nova da Rainha fizeram conjuntamente um testamento, que designava como herdeiro universal o seu sobrinho, futuro 2º Visconde de Santarém.

³³ ASL - Apontamentos manuscritos diversos e relação de certidões.

³⁴ Resultante de uma ligação com Maria da Conceição Alves de 19 anos, sua criada de quarto - cf. Wikipédia: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_da_Silva_\(Chala%C3%A7a\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Gomes_da_Silva_(Chala%C3%A7a)).

5.1.4. Bernardo José de Sousa Lobato – o mais novo

Bernardo José, o filho mais novo (n. 14 de agosto de 1784 – m. 5 de fevereiro de 1837) exerceu os cargos de guarda-roupa de D. João VI, escrivão da Real Câmara e expediente da mesa do Desembargo do Paço em Portugal e no Brasil; recebeu ainda as mercês de comendador da Ordem de Cristo, da Torre e Espada e da Conceição. Desposou Maria Rita de Araújo e Albuquerque – irmã de Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, esposa de seu irmão Joaquim José, 2º Visconde de Magé – em 6 de fevereiro de 1807, tendo dois filhos: José Joaquim de Sousa Lobato Jr. (m. 7 de fevereiro de 1844, Luanda) e Maria Rita de Sousa Lobato, ambos sem descendentes.

Fig. 7 – Descendentes de Augusta Eduarda de Sousa Lobato

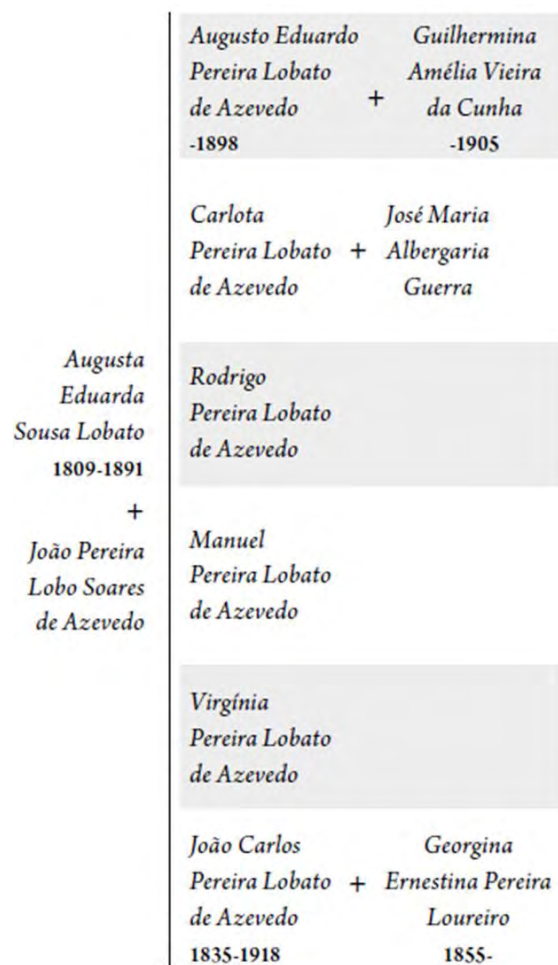
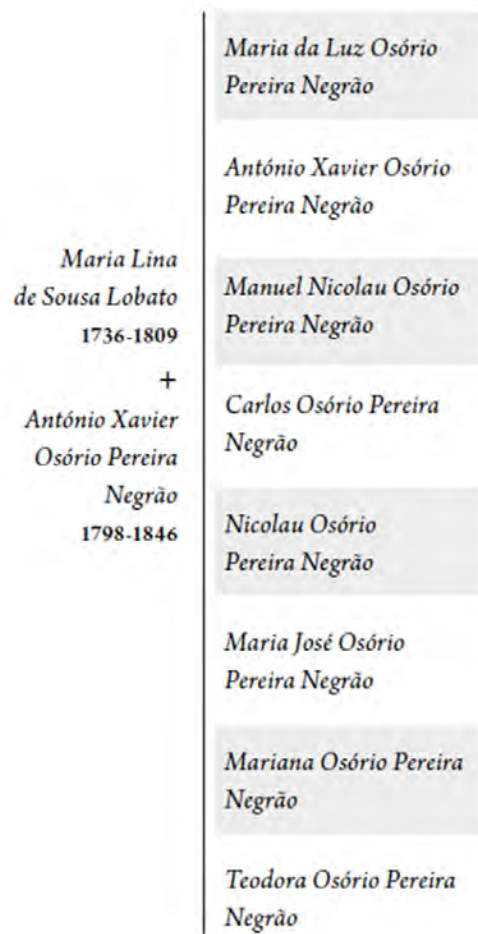


Fig. 8 – Descendentes de Maria Lina de Sousa Lobato



Siglas e abreviaturas:

- AHM – Arquivo Histórico Militar
- AHP - Arquivo Histórico Parlamentar
- AHU - Arquivo Histórico Ultramarino
- ANTT - Arquivo Nacional Torre do Tombo
- BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
- AD – Arquivos Distritais
- ADB – Arquivo Distrital de Braga
- ASL – Arquivo Sousa Lobato
- c. – casamento
- cap. – capítulo
- cf. - conforme, conferir
- coord. – coordenação
- dir. – direção
- ed. – edição
- m. – morte
- n. – nascimento
- org. – organização
- cont. – continua

Fontes manuscritas

- Arquivo da família Sousa Lobato
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa:
 - Registo Geral de Mercês e Chancelaria Régias de D. Maria I e D. João VI.
 - Habilitações de Ordens Militares e de Cristo.
 - Livro dos Índices da Mordomias da Casa Real.

Referências bibliográficas

- ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier
2004 Fabrique des archives, fabrique de **l'histoire**. *Revue de Synthèse*. 125 (2004) 1-14.
- ARCAY BARRAL, Angel
2014 *Os Arquivos de família en Galiza e Portugal: o caso da família Malvar*. Porto, 2014.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos –
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas
2013 *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico*. Porto, 2013.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos –
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CHASTANG, Pierre
2006 Cartulaires, cartularisation et scriptularité médiévale: la structuration **d'un nouveau**
champ de recherche. *Cahiers de civilisation médiévale*. Poitiers, 49 (2006).
- COOK, Terry
2013 Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms.
Archival Science. 13 (2013).
- COOK, Terry
2001 Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival*
Science. 1 (2001).
- COOK, Terry
1998 Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico
comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista de Estudos*
Históricos. 11:21 (1998).
- CORREIA, Telma Marília Assunção
2009 *A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel: séculos XIX e XX*. Porto,
2009.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos –
Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- COSTA, António José Pereira da, coord.
2005 *Os Generais do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, 2005, vol. 2, tomo
2.

- CUNHA, Mafalda Soares da
2000 *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- GAGO, Alice João Palma Borges
2019 *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite: Portugal, séculos XV-XVII*. Lisboa, 2019.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- KETELAAR, Eric
2007 Muniments and monuments: the dawn of archives as cultural patrimony. *Archival Science*. 7:4 (2007) 343-348.
- LEME, Margarida Maria de Carvalho Ortigão Ramos Paes
2018 *Costas com Dom: família e arquivo: séculos XV-XVII*. Lisboa, 2018.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales
1987 *A Casa de Oeiras e Pombal: estado, senhorio e património*. Lisboa, 1987.
Dissertação de mestrado em História – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MAIA, Sara Raquel Maciel da Silva
2017 *Os Vasconcelos de Vila do Conde: arquivo de família*. Porto, 2017.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MAIO, Vânia de Jesus Dinis
2009 *Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955): reconstituição da memória*. Porto, 2009.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARQUES, Patrícia Cardoso
2013 *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo: a aplicação do modelo sistémico*. Porto, 2013.
Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação Arquivística, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MENDES, Ana Filipa Almeida
2015 *Para a construção de uma memória: organização sistémica do Arquivo dos Condes de Azevedo*. Porto, 2015.
Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo
2003 *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal, 1750-1832*. 2ª ed. ver. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.
- MONTEIRO, Tobias
2018 *História do Império: a elaboração da independência: 1808-1823*. Brasília: Senado Federal, 2018, vol. 19.

MOREIRA, Carla de Jesus Torres

2012 *O Arquivo da Casa do Porto: o seu estudo e a sua representação: o modelo sistémico*. Porto, 2012.

Dissertação de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MORSEL, Joseph

2008 Du texte aux archives: le problème de la source. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales/Auxerre*. Hors-série n° 2 (2008).

MORSEL, Joseph

2006 En **Guise d'introduction: les chartiers entre «retour aux sources» et déconstruction** des objets historiques. In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent, ed. - *Défendre ses droits, construire sa mémoire: les chartiers seigneuriaux, XII^e-XXI^e siècle: actes du colloque international de Thouars, 8-10 juin 2006*. Paris: Société de l'**Histoire de France**, 2010, p. 9-34.

NEVES, Guilherme Pereira das

1999 *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e Clero Secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da

2016 *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos Arquivos de Família nobre nos séculos XV-XVI*. Lisboa, 2016.

Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e École **Doctorale d'Histoire**, Université Paris I Panthéon-Sorbonne.

OLIVEIRA, Marina Garcia

2013 *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo, 2013.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Abel

2018 Os Arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. In ENCONTRO DA FUNDACIÓN OLGA GALLEGÓ, 1º, Vigo, 2017 - *Arquivos Privados de Pessoas e Famílias : unha ollada á Fundación Penzol*. [S. n.]: FOG, 2018, p. 31.50.

ROSA, Maria de Lurdes

2009a Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de **estruturação das elites sociais «intermédias»**. In **FERNANDES, Isabel (coord.)**, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, 2009.

ROSA, Maria de Lurdes

2009b Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses: épocas medieval e moderna. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. [Em linha]. Coimbra. 9 (2009) 9-42. [Consult. 4 dez. 2021].

Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39576/1/Problematicas%20historicas%20e%20arquivisticas%20actuais.pdf>

ROSA, Maria de Lurdes; HENRIQUES, Luís
2016 O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. [Em linha]. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 29 (2016) 89-132. [Consult. 4 dez. 2019]. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/29_2/2291.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da
2016 Arquivística histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística: reflexões sobre um percurso científico e académico. [Em linha]. *Revista de História Portuguesa*. 49 (2016) 97-119. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/0870-4147_49_4/5018.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.]
1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e
2006 *Da Linhagem à Casa: estratégias de mobilidade num grupo familiar no Portugal Moderno, séculos XVI/XVII*. Lisboa, 2006.
Dissertação de Mestrado em História Moderna – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, Maria João da Câmara Andrade e
2017 *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV a XIX: identidade, gestão e poder*. Lisboa, 2017.
Tese de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SUBTIL, José
2011 Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização? *Ler História*. 60 (2011) 53-69.

TELES, João Bernardo Galvão
2006 Relação dos alunos do Colégio Real dos Nobres de Lisboa: 1766-1837. *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. 1 (2006) 57-118.

Dicionários, Nobiliários e Vocabulários

AFONSO, Domingos de Araújo; VALDEZ, Rui Dique Travassos
1933 *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga: Tipografia Pax, 1933.

BLUTEAU, Rafael
1712-1728 *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 10 vol.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA...

1883-1891 *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*. Coord. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883-1891, 8 vol.

FARINHA, Augusto Romano Sanches Baena

1867 *Diccionario aristocrático que contem todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real... desde 1808 até setembro de 1822*. Lisboa: Tipografia Panorama, 1867.

GAIO, Felgueiras

1938-1941 *Nobiliário das famílias de Portugal*. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941.

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco

1840 *Dicionário aristocrático: coleção de todos os alvarás de fôros da Casa Real, que se achão registados nos Livros das Mercês, hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, tomo 1.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins

1960 *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. 1 e 3.

Margarida Maria Lobato Costa | mlobato.mlac@gmail.com

Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Anexos

Relação dos documentos Sousa Lobato:

- José Joaquim de Sousa Lobato
- Matias António de Sousa Lobato
- Joaquim José de Sousa Lobato
 - José António de Sousa Lobato
 - Pedro de Alcântara de Sousa Lobato
- Francisco José Rufino de Sousa Lobato

José Joaquim de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1760/11/26	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do ofício de escrivão da Ouvidoria da Comarca da Vila da Feira e Inquiridor do Juízo do Geral da mesma Vila. Mercê do Infante D. Pedro.	JOSJLOBATOP1D001	
1795/10/27		Apostila	Separação, ordenada pelo Príncipe D. João, dos ofícios de escrivão e de inquiridor da Vila da Feira, permanecendo a de escrivão na posse de José Joaquim.		
1777/06/14	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda Roupa. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D002	
1785/09/02	Lisboa	Carta Régia	Hábito da Ordem de Cristo. Mercê de D. Maria I.	JOSJLOBATOP1D003	
1785/09/10	Lisboa	Alvará	Faculdade de poder nomear serventuário do ofício de escrivão da Ouvidoria da Vila da Feira. Mercê de D. Pedro III.	JOSJLOBATOP1D004	
1793/01/11	Lisboa	Carta Régia	Propriedade e posse do ofício de escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D005	
1800/02/10	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D006	
1801/07/28	Lisboa	Conta Corrente	Obras feitas em casas da Quinta (Prazo) da Azenha em Porto Brandão.	JOSJLOBATOP1D007	Duas contas correntes e um recibo.
1810/07/03	Lisboa	Sentença	Sentença nº 32. Dívida a Fábrica de Pão em Campo de Ourique.	JOSJLOBATOP1D008	
1829/02/19	Lisboa	Pública forma	Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOSJLOBATOP1D009	Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de fevereiro de 1800.
			Propriedade e Auto de Posse e Juramento do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa.		Auto de Posse em 20 de fevereiro de 1800.

Matias António de Sousa Lobato (2 páginas)

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1785/09/22	Lisboa	Alvará	Fidalgo Cavaleiro. Mercê de D. Maria I.	MANTLOBATOP1D001	
1798/07/12	Lisboa	Alvará	Moço da Câmara de Guarda-Roupa. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D002	
1799/04/18	Lisboa	Alvará	Oitenta mil reis de ordenado anual com a ocupação de moço da Câmara da Guarda Roupa, pagos pela Fazenda da Casa de Bragança. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D003	
1805/09/04	Lisboa	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, com o rendimento de cento e oitenta mil reis até duzentos. Não obstante não ter ainda a posse da dita Comenda é facultado o uso a insígnia de Comendador. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D004	Assinado pelo Conde de Vila Verde.
1806/08/19	Lisboa	Alvará	Cavaleiro da Ordem de Cristo. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D005	
1807/08/18, 1812/08/25 e 1815/02/03	Mafra, Rio de Janeiro e Santa Cruz	Carta	Três cartas de foro particular, do Príncipe Regente D. João, dirigidas a Matias António e um bilhete de resposta.	MANTLOBATOP1D006	
1809/04/02	Rio de Janeiro	Certidão	Matricula de Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo a título da Comenda dos Dizimos da Herdade da Vargem da Ordem de S. Tiago, cumprindo ordens do Príncipe Regente D. João, em Lisboa, 19 de agosto de 1806.	MANTLOBATOP1D007	Certidão pelo Monsenhor Almeida.
1809 a 1819	Lisboa	Pública forma	Contas Correntes demonstrativas dos rendimentos e despesas da Alfândega Grande de Lisboa dos anos de 1810 a 1817. 1-Faculdade para nomear novos serventuários no Ofício de escrivão das marcas da Alfândega Grande de Lisboa, concedido a Pedro António Virgolino, por Alvará de 9 de dezembro de 1748 e Alvará com salva, de 9 de dezembro de 1756. 2- Emolumentos do ofício de escrivão da mesma Alfândega, por Alvará de 13 de fevereiro de 1750. 3-Emolumentos que sempre foram pagos ao referido ofício de escrivão	MANTLOBATOP1D008	Informação respeitante às Marcas da Alfândega Grande de Lisboa e produzida pelos serventuários e Procuradores do Visconde de Magé, João Pedro Groot da Silva Pombo
1810/05/05	Lisboa	Pública forma	Provisão para dar posse dos Foros de S. João de Rei a Matias de Sousa Lobato, não obstante o Alvará não se apresentar ainda completo. Lisboa, 28 de janeiro de 1810.	MANTLOBATOP1D009	Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso.
1810/03/21	Lisboa	Pública forma	Auto de Posse dos Foros de S. João de Rei em 14 de fevereiro de 1810. S. João de Rei, Guimarães.	MANTLOBATOP1D010	
1810/05/21	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de Barão de Magé em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D011	
1810/10/09	Rio de Janeiro	Recibo	Compra que fez de uma morada de casas sitas na Vila de Magé.	MANTLOBATOP1D012	
1810/11/25	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D013	Por decreto de 1 de agosto de 1807.
1810	Lisboa	Conta Corrente	Resumo do rendimento das Marcas da Alfândega do Tabaco no ano de 1810.	MANTLOBATOP1D014	
1811/11/24	Lisboa	Escritura	Quitação do empréstimo contraído por José Joaquim Sousa Lobato e Maria Joana Teresa de Hering (seus pais), junto de Domingos Mendes Dias, homem de negócio da Praça de Lisboa e respectivo distrate de hipoteca do Prazo da Azenha em Porto Brandão.	MANTLOBATOP1D015	Junto a este documento está a escritura do empréstimo - Documento de Obrigação -
1812/01/10	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título de visconde de Magé, em sua vida, além de outra. Mercê do Príncipe Regente D. João.	MANTLOBATOP1D016	
1813/06/19	Guimarães	Carta	Carta que anexa memória relativa a redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D017	Remetente: Cópia de carta do Provedor de Guimarães, Francisco Barroso. Duas Memórias idênticas.
1813/08/20	Guimarães	Memória	Sobre doações realizadas, regalias e rendimentos dos Donatários, abusos dos Foreiros, Sentença proferida e proposta de reduzir a Prazos em Vidas.		
1813/07/24	Lisboa	Requerimento	Pedido ao soberano de redução a Prazos em Vidas dos Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D018	
1813/08/28	Verim - S. João de Rei	Carta	Exposição sobre o estado das rendas e Foros de S. João de Rei.	MANTLOBATOP1D019	Remetente: Capelão de Verim João António dos Reis
1813 a 1819	Rio de Janeiro e Lisboa	Letras de Câmbio	Várias letras e um recibo.	MANTLOBATOP1D020	

O ARQUIVO SOUSA LOBATO

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1814/02/08, 1814/02/20 e 1814/03/14	Guimarães	Carta	Duas cartas relativa aos Senhorios de S. João de Rei e de Terras de Bouro e uma terceira solicitando um favor.	MANTLOBATOP1D021	Remetente: Provedor da Comarca de Guimarães, Francisco Barroso. Duas cópias e um original,
1814/01/25	Braga	Pública forma	Senhorio e Direitos Reais do Senhorio de Terras de Bouro.		Foral do Rei D. Manuel I em Lisboa, 20 de outubro de
1814/04/24	Verim - S. João de Rei	Carta	Informações sobre os Foros e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Remetente: Capelão de Verim, João António dos Reis. Cópia.
1814/04/30	Barcelos	Pública forma	Provisão por onde se tomou posse para a Coroa do Senhorio e Direitos Reais de Terras de Bouro.		Provedor da Comarca de Viana.
1816/04/06	Lisboa	Pública forma	Renúncia do Ofício de escrivão da Correição da Vila da Feira do seu proprietário Matias António de Sousa Lobato em João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real.	MANTLOBATOP1D022	Certidão da Junta secretaria da Casa do Infantado em 29 de junho de 1814.
1817/01/22	Rio de Janeiro	Alvará	Licença para celebrar o seu casamento com Maria Carlota da Gama e Freitas Berquot. Aprovado por D. João VI.	MANTLOBATOP1D023	
1817/04/10	Rio de Janeiro	Recibo	Recibo de um conto de réis que fez entregar na Tesouraria do Real Erário para as urgências de Estado.	MANTLOBATOP1D024	
1817/12/13	Lisboa	Provisão	Prorrogação por três anos no ofício de Tesoureiro-mor da Bula da Cruzada nos Bispados de Coimbra e Aveiro.	MANTLOBATOP1D025	Provisão do Monsenhor Ferreira Gordo.
1818/01/28	Rio de Janeiro	Carta	Participação para se achar presente no Acto de Aclamação do Rei D. João VI, no dia 6 de fevereiro de 1818.	MANTLOBATOP1D026	
1823/12/02	Lisboa	Carta Régia	Tença de cinquenta mil réis pelo título de visconde de Magé, com assentamento no livro das tenças do Almojarifado de Évora. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D027	
1824/01/01	Lisboa	Contrato	Contrato entre o visconde de Magé e André Silvério Rosa em que este último recebe os rendimentos dos dois ofícios de que é proprietário o primeiro, Escrivão da Mesa Grande da Alfândega do Açúcar e Escrivão das Marcas, assim como a cobrança relativa aos foros de S. João de Rei e o recebimento do rendimento da Comenda da Herdade da Vargem.	MANTLOBATOP1D028	
1825/04/12	Lisboa	Pública forma	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Mercê do Príncipe Regente D. João. Auto de Posse em 14 de fevereiro de 1810. Duas pública formas.	MANTLOBATOP1D029	Alvará do Príncipe Regente D. João, em 20 de dezembro de 1807.
1825/04/29	Lisboa	Alvará	Propriedade dos Foros de S. João de Rei, em duas vidas. Alvará, com salva, por extravio do anterior de 20 de dezembro de 1807. Mercê de D. João VI.	MANTLOBATOP1D030	
1825/09/10	Rio de Janeiro	Carta	Carta sobre os negócios do visconde de Magé no Brasil.	MANTLOBATOP1D031	Remetente: João Maria da Gama Freitas Berquó (marquês de Cantagalo).
1826/01/24	Lisboa	Requerimento	Nota de confirmação do requerimento do Visconde de Magé, junto da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo à perda do emprego de Escrivão da Real Câmara do Rio de Janeiro	MANTLOBATOP1D032	
1827/11/27	Lisboa	Auto de Penhora	Auto de penhora dos bens após o seu falecimento. Relação dos bens e folha de receitas/despesas elaborada por seu irmão Joaquim José de Sousa Lobato.	MANTLOBATOP1D033	Cópias.

Joaquim José de Sousa Lobato (4 páginas)

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1796 a 1811	Lisboa e Rio de Janeiro	Documento	Manuscritos dos pareceres no Conselho de Fazenda no Rio de Janeiro e em Lisboa. Relativas à organização e fiscalização da Alfândega e assuntos relativos. Entre esses manuscritos dois mapa de rendimentos da Alfândega do Rio de Janeiro anuais do ano de 1796 a 1810 e mensais de março de	JOAJLOBATOPID001	Vários manuscritos.
1803/04/09	Baia	Certidão	Registo da conta das Esmolas dos Legados e listagem dos devedores da Bula da Santa Cruzada da	JOAJLOBATOPID002	Dois documentos idênticos.
1804/08/14	Lisboa	Carta Régia	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatu. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID003	
1804/08/30	Lisboa	Carta Régia	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua Mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID004	
1804/09/22	Lisboa	Pública forma	Ofício de Tabelião da Vila de Paracatu. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID005	Alvará de 14 de março de 1804 e Carta Régia de 14 de agosto de 1804.
1804/11/16	Lisboa	Carta Régia	Moço da Camara da Guarda Roupas, com seis centos réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia. Mercê de D. Maria I.	JOAJLOBATOPID006	
1805/01/06	Lisboa	Patente	Patente de aceitação nº 1085 como irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa.	JOAJLOBATOPID007	
1805/08/28	Lisboa	Certidão	Pedido de certidão respeitante ao preço pelo que foram arrematados os ofícios de Primeiro e Segundo Tabelião e Almotacarias da Vila de Paracatu do Príncipe.	JOAJLOBATOPID008	
1806/03/26	Lisboa	Carta	Licença para celebrar atos religiosos no Oratório da residência pelo Arcebispo de Lacedemônia, D. António Caetano Maciel Calheiros.	JOAJLOBATOPID009	
1808/11/04	Rio de Janeiro	Procuração	Procuração ao Padre José Ribeiro de Carvalho, assistente na cidade de Angra do Heroísmo, na administração da Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher no Cabo da Praia, Ilha Terceira.	JOAJLOBATOPID010	
1808/09/01	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Real Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID011	
1808/12/23	Rio de Janeiro	Alvará	Ofício de escrivão da Fazenda com o ordenado anual de 1000\$000 réis. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID012	
1809/02/18	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOPID013	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/01/24	Rio de Janeiro	Aviso	Comendador Honorário da Ordem de Torre e Espada que vagou por falecimento do seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID014	Cópia do Aviso do Príncipe Regente.
1810/01/31	Rio de Janeiro	Ofício	Faculdade para poder usar livremente a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por ordem do Príncipe Regente D. João, uma vez que lhe foi concedida a Mercê de Cavaleiro da referida Ordem.	JOAJLOBATOPID015	Ofício do Conde de Aguiar.
1810/04/30	Rio de Janeiro	Carta Régia	Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID016	
1810/05/07	Lisboa	Carta Régia	Título de Conselheiro de Capa e Espada do Conselho de Fazenda sem vencimento. Mercê do Príncipe Regente D. João. Posterior Apostila (ver abaixo), em Lisboa, em 30 de agosto de 1823, estabelecendo o efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego.	JOAJLOBATOPID017	
1810/09/19	Lisboa	Pública forma	Administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira, em sua vida. Mercê do Príncipe Regente D. João.	JOAJLOBATOPID018	Por Carta Régia do Príncipe Regente D. João em 30 de agosto de 1804.

O ARQUIVO SOUSA LOBATO

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1811/11/20	Rio de Janeiro	Carta	Carta do conde Linhares a aprovar as Memórias - Documento elaborado Joaquim José.	JOAJLOBATOP1D019	
1817/04/15	Rio de Janeiro	Recibo	Dom gratuito de duzentos e quarenta mil réis para as urgências do Estado.	JOAJLOBATOP1D020	
1817/06/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Faculdade concedida para poder renunciar da pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha por seu falecimento.	JOAJLOBATOP1D021	Por decreto do Rei D. João VI, no Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1816.
			Renúncia da Pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, em sua mulher, em sua vida, com sobrevivência a favor do filho ou filha mais velha, por seu		Carta assinada por Joaquim José.
			Propriedade do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, aceitando-lhe a desistência do ofício de escrivão da Descarga da mesma, e por seu falecimento a pensão de duzentos mil réis anuais a seu filho Joaquim José. Mercê do Príncipe Regente D. João.		Por Alvará do Príncipe Regente D. João, em 10 de fevereiro de 1800.
1818/02/27	Rio de Janeiro	Decreto	Comenda da Ordem de Cristo, por uma vida, para se venficar em seu filho primogénito, José Antônio de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI no dia da sua aclamação.	JOAJLOBATOP1D022	Decreto do Rei D. João VI de 6 de fevereiro de 1818.
1820	Rio de Janeiro	Parecer	Parecer elaborado por Joaquim José, como Conselheiro e escrivão da Fazenda, para aprovação Real, contendo informações necessárias para pôr em execução o determinado no Alvará de 25 de abril de 1818, sobre o estabelecimento e arrematações das Companhias privadas de trabalhadores, ao serviço da Alfândega da Corte... Regimento a aplicar a essas companhias. Resolução do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D023	Cópias.
1821/01/15	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra no valor de um conto de réis.	JOAJLOBATOP1D024	
1821/03/04 a 1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letras de Câmbio relativas à venda das Casas e Chácara do Catete.	JOAJLOBATOP1D025	Documentos numerados de 1 a 14.
1821/03/31	Rio de Janeiro	Pública forma	1-Ofício de escrivão da Real Câmara e Expediente da Mesa do Desembargo do Paço do Brasil, na ausência de seu irmão Bernardo José de Sousa Lobato. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 1 de setembro de 1808. 2-Ofício de escrivão da Fazenda. Mercê por alvará do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 23 de dezembro de 1808. 3-Conselheiro de Capa e Espada do Conselho da Fazenda. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 7 de maio de 1810. 4-Título do Conselho de Sua Majestade. Mercê por Carta Régia do Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1810.	JOAJLOBATOP1D026	
1823/08/30	Lisboa	Apostila	Conselheiro de Capa e Espada do Concelho de Fazenda de Lisboa, em efetivo exercício com o ordenado que compete a este emprego. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D027	
1823/09/02	Lisboa	Alvará	Pensão de duzentos mil réis anual do ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, da qual foi proprietário seu pai José Joaquim de Sousa Lobato. Mercê de D. João VI.	JOAJLOBATOP1D028	
1824/02/26	Lisboa	Alvará	Aceitação da renúncia de Joaquim José ao ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega e concessão da faculdade à sua mulher, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, da pensão de duzentos mil réis, em sua vida, com sobrevivência no filho ou filha mais velha. Mercê do Rei D. João	JOAJLOBATOP1D029	
1824/05/24	Lisboa	Parecer	Parecer ao Conselho de Sua Majestade para se executar a Resolução Régia de 8 de abril de 1823.	JOAJLOBATOP1D030	
1824/06/10	Portalegre	Certidão	Relação dos bens pertencentes à Alcaidaria-mor de Castelo de Vide	JOAJLOBATOP1D031	
1824/09/21	Portalegre	Parecer	Parecer favorável do Corregedor da Comarca de Portalegre da pretensão expressa por Joaquim José, de lhe ser concedida por duas vidas a Alcaidaria-mor da Vila de Castelo de Vide.	JOAJLOBATOP1D032	Cópia. Inclui Mapa de Rendimentos da Alcaidaria de 1806 a 1824.

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do ofício de escrivão das Marcas da Alfandega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino José Joaquim de Almeida Araújo Correia de
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias Antônio de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa...	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luis Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Moraes Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de julho de 1826, e Provisão de 14 de novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias Antônio Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José Antônio de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

O ARQUIVO SOUSA LOBATO

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1825/03/04	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-Mor da Vila de Castelo de Vide, em sua vida. Mercê do Rei D. João VI.	JOAJLOBATOP1D033	Original e uma cópia.
1825/05/28	Lisboa e Castelo de Vide	Auto de Posse	Autorização de D. João VI para que o procurador de Joaquim José de Sousa Lobato possa tomar, em seu nome, posse da Alcaidaria-Mor de Castelo de Vide. Autos de posse dos terrenos da dita Alcaidaria.	JOAJLOBATOP1D034	
1826/02/20	Rio de Janeiro	Letra de Câmbio	Letra de Câmbio.	JOAJLOBATOP2D035	
1826/05/27	Lisboa	Certidão	Requerimento e certidão relativo à avaliação do ofício de escrivão das Marcas da Alfandega do Açúcar.	JOAJLOBATOP2D036	Certidão passada pela Chancelaria-mor do Reino.
1826/07/06	Lisboa	Portaria	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D037	Portaria assinada pelo Ministro de Negócios do Reino José Joaquim de Almeida Araújo Correia de
1826/07/21	Lisboa	Alvará	Foros de S. João de Rei, em segunda vida, por morte do seu irmão Matias António de Sousa Lobato. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D038	
1826/08/23	Lisboa	Certidão	Certidão de batismo de Joaquim José, que ocorreu na Igreja Paroquial de S. Salvador, em 28 de novembro de 1770.	JOAJLOBATOP2D039	
1826/08/31	Guimarães	Carta	Participação da posse dos Foros de S. João de Rei pela Coroa...	JOAJLOBATOP2D040	Remetente: Francisco Luis Teixeira da Mota.
1826/09/01	Lisboa	Procuração	A José Boaventura Soares de Moraes Sarmento para tomar posse em seu nome (Joaquim José) dos Foros da Vila de S. João de Rei.	JOAJLOBATOP2D041	
1826/10/16	Lisboa	Aviso	Informação da Relação dos dias de Grande Gala. Por ordem da Infanta Regente D. Isabel Maria.	JOAJLOBATOP2D042	Pelo Mordomo-mor do
1826/11/14	Lisboa	Alvará	Atribuição da Posse dos Foros de S. João de Rei e dos respetivos rendimentos retroativos. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D043	Conselho da Fazenda.
1826 a 1828	Lisboa	Carta	Correspondência endereçada do Rio de Janeiro a Joaquim José, 2º Visconde de Magé.	JOAJLOBATOP2D044	
1826 a 1828	Lisboa	Recibo	Recibos correspondentes a pagamentos da dívida de Joaquim José de Sousa Lobato a Pedro Joaquim Ferreira de Mesquita representado pelo seu procurador Tomás Carlos Baptista.	JOAJLOBATOP2D045	
1827/05/11	Guimarães	Auto de Posse	Auto de posse dos Foros de S. João de Rei em conformidade com o Alvará de Mercê de 21 de julho de 1826, e Provisão de 14 de novembro do mesmo ano, expedida pelo Régio Tribunal do Conselho da Fazenda.	JOAJLOBATOP2D046	
1827/08/20	Lisboa	Carta Régia	Título de 2º Visconde de Magé, por sucessão ao seu irmão 1º Visconde de Magé e igualmente nos Foros de São João de Rei, que o mesmo possuía. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria, em nome do seu irmão D. Pedro.	JOAJLOBATOP2D047	
1829/08/05	Lisboa	Pública forma	Ofício vitalício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande do Açúcar, de que também foram proprietários José Joaquim e Matias António Sousa Lobato. Mercê de D. Miguel. Auto de Posse do mesmo ofício em 15 de maio de 1829.	JOAJLOBATOP2D048	Carta Régia de 12 de janeiro de 1829.
1831/03/12	Lisboa	Carta Régia	Propriedade do Ofício de Porteiro da Real Câmara por falecimento do seu irmão Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D049	
1831/04/18	Lisboa	Alvará	Ofício de escrivão das Marcas da Alfandega Grande de Lisboa, para se verificar em seu filho José António de Sousa Lobato, podendo servir de serventuário de seu pai, quando tivesse a idade de lei. Mercê de D. Miguel.	JOAJLOBATOP2D050	

José António de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1818/02/13	Rio de Janeiro	Carta	Faculdade para que, José António possa usar livremente da Insignia da Comenda da Ordem de Cristo, pela atribuição de uma vida na Comenda da Ordem de Cristo a seu pai, Joaquim José de Sousa Lobato, para se verificar em seu filho primogénito. No dia da coroação do Rei D. João VI, 27 de fevereiro de 1818.	JOSELOBATOP1D001	Decreto do Rei D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818. Carta asaiinda por Tomás António de Vilanova Portugal.
1824/02/13	Lisboa	Aviso	Aviso para estar presente no Palácio da Ajuda no dia 16 desse mês, pelas 2 horas da tarde "(...) para em exercício do Vosso Foro [Moço Fidalgo] servir a Sua Majestade (...)", no acto solene de entrega da a Ordem de Santo André ao rei D. João VI e o príncipe D. Miguel, concedida pelo Imperador de todas as Rússias, que se dispôs a mostrar o seu regozijo perante o golpe que interrompeu o regime constitucional saído da revolução de 1820, preocupado como estava com o progresso das ideias liberais e republicanas, insignias entregues pelo representante diplomático foi Alexei Grigorievich, filho do conde de Stroganoff.	JOSELOBATOP1D002	Aviso do mordomo-mor.
1821/03/30	Rio de Janeiro	Cópia	Certidão de batismo de José António de Sousa Lobato ocorrido em 22 de dezembro de 1822.	JOSELOBATOP1D003	
1832/12/15 a 1833/08/17	Lisboa	Documentos vários	Conta e quatro Guias de despacho e recibos passados por José António de Sousa Lobato na qualidade de escrivão das Marcas da Alfândega Grande de Lisboa.	JOSELOBATOP1D004	
1832/08/05 a 1833/12/27	Santarém	Ordens do dia	Ordens do dia do Paço de Santarém nº 136 de 13/12/1833 e nº 143 de 27/12/1833) e pequenos apontamentos.	JOSELOBATOP1D005	
	Lisboa	Certidão	Certidão que comprova que se alistou no Batalhão de Voluntários Reais de Milícias de Lisboa Ocidental (título da Praça nº 97 de 5 de agosto de 1832).		
1834/05/30	Castelo de Vide ?	Salvo-conduto	Documento de Salvo-conduto concedido por Rodill a José António Sousa Lobato para se deslocar a Lisboa.	JOSELOBATOP1D006	
1835/09/21	Rio de Janeiro	Carta	Carta de Caetano Tomás Pacheco referindo que: José António e Pedro Alcântara "(...) ficam absolvidos de toda a culpa (...)"	JOSELOBATOP1D007	
1852/07/15	Lisboa	Cópia	Sumário do processo matrimonial de José António com Rufina Carlota Pereira.	JOSELOBATOP1D008	
1854/06/10	Lisboa	Cópia	Cópia de requerimento a D. Maria II para aspirante de primeira classe da Alfandega Grande de Lisboa, não tendo meios para se sustentar e à sua família, alegando a experiência como serventuário de escrivão das Marcas da mesma Alfândega.	JOSELOBATOP1D009	
1870/07/04	Lisboa	Certidão	Escritura relativa a emissão de letras de câmbio, José António, na qualidade de procurador da sua mãe, viscondessa de Magé, e o negociante da Praça de Lisboa, Antonio Teixeira Brasil. 1 conto e seiscentos mil réis representados por oito letras de 200 mil réis cada uma, datadas de 1870/07/04 e com vencimentos, entre 31/12/1872 e 31/12/1879, inclusive, com consignação, para amortização, da colheita de trigo de 10 moios ou 7.920 litros, por todo o mês de agosto de cada ano.	JOSELOBATOP1D010	
1872/06/11	Angra do Heroísmo	Certidão	Certidão relativa a administração de prédios em Angra do Heroísmo.	JOSELOBATOP1D011	
1878/04/22	Lisboa	Requerimento	Solicita ao monarca a confirmação das sobrevivências em que sucedeu pelo falecimento de sua mãe, viscondessa de Magé, Mariana Clementina de Araújo e Albuquerque, em 17/12/1875, por renúncia de seu pai, José Joaquim de Sousa Lobato em sua mulher, com sobrevivência a favor do filho primogénito: pensão de duzentos mil réis do Ofício de escrivão da Mesa Grande da Alfândega de Lisboa, administração dos bens pertencentes à Capela instituída por Vasco Lourenço e sua mulher, no Cabo da Praia da Ilha Terceira.	JOSELOBATOP1D012	

Pedro de Alcântara de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1834/01/08	Santarém	Declaração	Declaração do Cirurgião-mor José Joaquim Pereira, expondo que Pedro Alcântara foi ferido no peito 10 de outubro de 1833 e mais tarde acometido de uma febre gastro-intestinal.	PEDRLOBATOP1D001	
1834/03/05	Almeirim	Aviso	Ordem de Francisco Vasconcelos de Meneses, para servir como o ajudante de campo do General Lemos (impedido) Regimento de Cavalaria nº 10.	PEDRLOBATOP1D002	
1834/04/26	Évora	Guia	Fornecimento de ração. Regimento de Cavalaria nº 10. Ordem do comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.	PEDRLOBATOP1D003	
1834/05/06	Évora	Guia	Competentes rações para Pedro Alcântara, promovido a Tenente. Ordem do comandante Filipe de Atouguia Sousa Coutinho.	PEDRLOBATOP1D004	
1834/06/02	Lisboa	Intimação	Intimação do Secretário Geral, Francisco Luis de Gouveia Pimenta, por pertencer ao exército do usurpador para se apresentar ao Provedor do Distrito no espaço de 24 horas.	PEDRLOBATOP1D005	
1834/08/29	Lisboa	Aviso	Intimação do capitão Moraes da Guarda Nacional de Lisboa, para se apresentar no dia 31 de agosto de 1834 pelas 8 horas da manhã, no Convento de Jesus, caso contrário incorreria na pena do artigo nº 34 da Lei da mesma Guarda.	PEDRLOBATOP1D006	
1835/09/02	Lisboa	Requerimento	Exposição de Pedro Alcântara por ter sido violentamente espancado.... E moralmente incapaz solicita a escusa de continuar a servir no 15º Batalhão da Guarda Nacional. Assinada pelo Secretário Geral, Francisco Luis de Gouveia Pimenta.	PEDRLOBATOP1D007	
1835/09/21	Lisboa	Carta	Carta de Caetano Tomás Pacheco referindo que: José Antônio e Pedro Alcântara "(...) ficam absolvidos de toda a culpa (...)"	PEDRLOBATOP1D008	
1835/09/22	Lisboa	Certidão	Em consequência do despacho da Câmara Municipal de Lisboa de 2 de setembro de 1835: "(...) vai escusa da Guarda Nacional por ser amnistiado de Évora Monte (...)". Praça no 15º Batalhão da Guarda Nacional de Lisboa, em 24 de agosto de 1834. Com a assinatura de de Caetano Tomás Pacheco.	PEDRLOBATOP1D009	
1835/10/06	Lisboa	Recibo	Pagamento de quotas da Guarda Nacional de Lisboa, 15º Bairro, 4º Distrito, 7ª Companhia.	PEDRLOBATOP1D010	
1861/04/26	Lisboa	Certidão	Casamento com Augusta Guilhermina Feo Guião em 15 de fevereiro de 1854.	PEDRLOBATOP1D011	Cópia.
1891/09/26	Ribeira de Baixo de Barcarena	Apontamento	Terça parte de um jazigo no cemitério Oriental, herdado de sua prima Ana José de Sousa Lobato (filha de Francisco Rufino de Sousa Lobato).	PEDRLOBATOP1D012	
S/D	Várias localidades	Memória	Memória do destacamento da Torre Velha.	PEDRLOBATOP1D013	
S/D	Lisboa	Cartas	Correspondência com a irmã Augusta Eduarda Sousa Lobato.	PEDRLOBATOP1D014	

Francisco José Rufino de Sousa Lobato

Data	Localidade	Tipologia	Âmbito e conteúdo	Cota	Observ.
1806/Out/30	Lisboa	Carta Régia	Alcaidaria-mor e Comenda de Castro Marim. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D001	Cópias.
		Carta Régia	Quite de pagamento de três quartos (3/4) da referida Alcaidaria e Comenda.		
1831/Mai/17	Rio de Janeiro	Pública forma	Duas vidas do título de Visconde de Vila Nova da Rainha. Mercê do Príncipe Regente D. João.	FRANLOBATOP1D002	Carta Régia do Príncipe Regente D. João
1831/Fev/17					
1826/Jan/09	Lisboa	Pública forma	Propriedade do terreno Mouchão de Esfolva Vacas. Mercê de D. João VI. Lisboa, 23 de outubro de 1823,	FRANLOBATOP1D003	Cópia por Boaventura Pedro de Carvalho Prostes, seu procurador.
			Auto de posse da referida propriedade, representado pelo seu procurador Boaventura Pedro de Carvalho Prostes. Cartaxo, 21 de janeiro de 1824.		
1826/Mar/01	Lisboa	Decreto	Honras, prerrogativas e distinções que pertencem aos oficiais-mores da Casa Real. Mercê da Infanta Regente D. Isabel Maria.	FRANLOBATOP1D004	Cópia de decreto. Assinado pelo Oficial Maior da Secretaria do Reino, Gaspar Feliciano de Morais.

Resumo: Esse artigo apresenta o trabalho de identificação e localização dos acervos produzidos por vinte comissões da verdade criadas no Brasil entre 2012 e 2018. Para tanto, utiliza os relatórios finais e as páginas virtuais das comissões, serviço eletrônico de informações ao cidadão (e-SIC) e ouvidorias estaduais e municipais, e contatos com ex-integrantes das comissões da verdade. Os resultados evidenciam a dificuldade em localizar esses acervos em razão da falta de informações sobre as comissões da verdade brasileiras e a ausência de informações da presença desses acervos nas instituições arquivísticas. Além disso, aponta para um cenário preocupante sobre a proteção e divulgação de acervos que contêm informações sobre violações de direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: Arquivos; Comissões da verdade; Ditadura militar brasileira.

Abstract: This paper provides the work of identifying and locating the archives produced by twenty truth commissions created in Brazil between 2012 and 2018. To do so, it uses the final reports and virtual pages of the commissions, the electronic citizen information service (e-SIC) and state and municipal ombudsmen and contact with former truth commission members. The results show the difficulty in locating these collections due to the lack of information about Brazilian truth commissions and the lack of information about the presence of these collections in archival institutions. Furthermore, it points to a worrying scenario regarding the protection and disclosure of archival collections which hold information about human rights violations in Brazil.

Keywords: Archives; Truth commissions; Brazilian military dictatorship.

1. Introdução

Desde a década de 1980, as comissões da verdade têm sido consideradas um dos desdobramentos mais importantes relacionados às investigações sobre violações de direitos humanos. A sua emergência remonta à necessidade de lidar com o legado de violência ocorrida durante regimes repressivos. Na América Latina, as comissões da verdade foram criadas pelos países que estiveram sob ditaduras militares e guerras civis; na Europa Central e do Leste, foram instituídas nos países que constituíram o bloco soviético; e no continente africano, foram criadas pelos países que estiveram sob regimes baseados na segregação racial.

Atualmente, as comissões da verdade têm sido utilizadas por países democráticos que investigam abusos cometidos durante determinado período e, em ambos os casos, as comissões buscam descobrir e clarificar as ocorrências de violações de direitos humanos, e registrá-las em um relatório final ao término de suas investigações.

O principal propósito das comissões da verdade, segundo Hayner (2011), é a investigação **dos fatos a fim de** “estabelecer um registro preciso do passado de um país, clarificar eventos

incertos, e levantar a tampa do silêncio e negação de um período histórico duvidoso e **doloroso**” (HAYNER, 2011:20). Nesse sentido, muitas comissões da verdade acumulam um vasto acervo resultante de documentos produzidos e recebidos durante as suas atividades.

Entre 2003 e 2004, a arquivista norte-americana Trudy Peterson desenvolveu uma pesquisa financiada pelo Woodrow Wilson Center com o objetivo de localizar os acervos produzidos por 20 comissões da verdade. A partir do contato feito com as embaixadas norte-americanas e arquivos nacionais, a consultora recebeu resposta de apenas metade dos contatos realizados. Também foram conduzidas entrevistas nas quais ex-integrantes das comissões da verdade pediam anonimato, e com ativistas de direitos humanos, cuja maioria não havia utilizado os acervos depois que as comissões da verdade foram finalizadas. Entre os resultados, a pesquisa de Peterson constatou que os acervos de apenas três países (Alemanha, África do Sul e Coreia do Sul) haviam sido depositados no Arquivo Nacional; e que os acervos da Argentina, Chade, Chile e Haiti foram transferidos ao Ministério da Justiça ou Ministério do Interior para serem disponibilizados em processos judiciais. Em três países (Bolívia, Nigéria e Zimbábue), os acervos não foram localizados. **Dessa experiência, a primeira lição que ficou, segundo Peterson (2004), foi: “como é difícil saber o que aconteceu com esses documentos” (PETERSON, 2004:216).**

No Brasil, a Lei n°. 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi aprovada quase três décadas após o fim da ditadura militar (1964-1985). Por sua vez, a Lei também estabeleceu, por meio do art. 4°, inciso VII, que a CNV **poderia: “VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos”** (BRASIL, 2011). Essa prerrogativa da Lei favoreceu a inauguração de um fenômeno – que nos parece único, internacionalmente – que foi a instalação de dezenas de comissões da verdade em estados, municípios, universidades e em representações profissionais e entidades.

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados da identificação e localização dos acervos produzidos pelas comissões da verdade brasileiras. Parte de uma pesquisa de doutorado que identificou e analisou as estratégias e ações implementadas pelas comissões da verdade no Brasil para obtenção do acesso aos arquivos; o artigo utiliza-se do *corpus* da pesquisa que, por meio do método de levantamento (*survey*), localizou 88 comissões da verdade criadas entre 2012 e 2018. Feito o mapeamento, foram selecionados 20 relatórios finais de comissões da verdade para compor o *corpus* da análise, conforme apresentado a seguir:

Quadro 1 – Comissões da verdade selecionadas para a pesquisa

n°.	Nome	Categoria
1	Comissão Nacional da Verdade	Nacional
2	Comissão Estadual da Verdade do Amapá	Estadual
3	Comissão Estadual da Verdade da Bahia	Estadual
4	Comissão Estadual da Verdade da Paraíba	Estadual
5	Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco	Estadual
6	Comissão Estadual da Verdade do Paraná	Estadual
7	Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina	Estadual

8	Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais	Estadual
9	Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro	Estadual
10	Comissão Estadual da Verdade de São Paulo	Estadual
11	Comissão Municipal da Verdade de Guarulhos	Municipal
12	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora	Municipal
13	Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo	Municipal
14	Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda	Municipal
15	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Universitária
16	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Universitária
17	Comissão da Verdade da Universidade de Brasília (UnB)	Universitária
18	Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo (USP)	Universitária
19	Comissão Camponesa da Verdade (CCV)	Setorial
20	Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Setorial

Fonte: Dados da pesquisa, com base nos relatórios finais.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, serão apresentadas algumas considerações sobre a relação das comissões da verdade com os arquivos e a importância dos acervos das comissões para as investigações sobre violações de direitos humanos. Na segunda parte, será apresentada a análise feita nos relatórios finais das 20 comissões da verdade selecionadas e os resultados das tentativas de localização dos acervos produzidos por essas comissões. E, por fim, as considerações finais.

2. Arquivos e comissões da verdade: breves considerações

Em 2012, em um evento promovido pelo Arquivo Nacional da Tunísia, em parceria com a UNESCO, o arquivista sul-africano Graham Dominy, ao aconselhar o Arquivo Nacional tunisiano sobre o seu papel na Revolução de Jasmin¹, recorreu à fala de Sarah Tyacke, proferida, anos antes, na África do Sul: **“Primeiro, pegue o documento!”** (DOMINY, 2012:18). E, complementou:

Ao que, em tempos tumultuosos, deve ser acrescentado outro imperativo: **“Não perca o documento!”** [...] **Sem receber o documento, os arquivos ficam vazios**, a história não pode ser escrita, a turbulência atual é mais difícil de ser compreendida e o futuro é mais difícil de ser definido para a geração atual. Isso é particularmente verdadeiro em países que passam por grandes transformações políticas e sociais. É durante esses períodos de transformação

¹ A Revolução de Jasmin, também conhecida como Revolução Tunísia de 2010-2011, levou à saída do presidente da República, Zine el-Abidine Ben Ali, desencadeando em uma série de protestos pelos países do Norte da África e Oriente Médio e que ficaram conhecidos como Primavera Árabe.

que os arquivos ficam mais vulneráveis à perda pela destruição pelos produtores; desconfiança dos arquivos, impedindo a transferência ordenada de documentos; ou negligência, pela escassez de recursos (DOMINY, 2012:18-19).

Os arquivos² são fonte de prova e testemunho das atividades conduzidas pelo seu produtor e, no caso dos documentos produzidos durante um regime repressivo, que outrora serviram de sustentação ao aparelho repressor (à polícia política, aos serviços de inteligência, aos tribunais militares e às forças armadas) passam a ser utilizados, com o fim do regime, como prova de violação de direitos humanos, para fins de reparação, surtindo, de acordo com **Antonio Quintana (2009), um “efeito-bumerangue”**. Ou, ainda, segundo **Adami e Hunti (2012)**, “[...] esses documentos, agora, são usados para processar os perpetradores. Uma ferramenta de repressão pode, às vezes, se tornar uma ferramenta de reconciliação” (ADAMI e HUNTI, 2012:211).

Entre esses arquivos, que adquirem denominações diversas, como “arquivos da repressão”³, “arquivos sensíveis”⁴ e “arquivos de direitos humanos”⁵, estão os arquivos produzidos, recebidos e acumulados pelas comissões da verdade durante suas atividades.

Dotadas de estratégias e metodologias diversas, as comissões da verdade⁶ devem concluir os seus trabalhos com a apresentação de um relatório final, onde ficam registradas as violações de direitos humanos ocorridas durante o período investigado. O relatório final também deve conter conclusões e recomendações para garantir a não repetição dos crimes (GONZÁLEZ e VARNEY, 2013; PAULSON e BELLINO, 2017).

² Uma das definições de arquivo, segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional brasileiro é: **“Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”** (ARQUIVO NACIONAL, 2005:27).

³ A respeito dos arquivos da repressão, Catela e Jelin (2002) apresentam a seguinte categorização: **“a) os acervos das instituições repressivas, alguns mantidos pela continuidade institucional da transição [...];** b) os acervos acumulados com base em listas e relatórios de casos, não necessariamente com material documental, como as comissões da verdade; c) outros acervos diversos e, geralmente, dispersos, que contêm documentos e rastros do regime ditatorial [...]” (LOS ARCHIVOS..., 2002:7).

⁴ Recorrendo ao historiador francês Vincent Duclert, Rodrigues (2014) afirma que a expressão **“arquivos sensíveis” é “produto do “segredo” dos arquivos”** (RODRIGUES, 2014:80).

⁵ Segundo Caswell (2014), os arquivos de direitos humanos **“compreendem os documentos burocráticos criados durante o abuso em si; documentação criada por ativistas de direitos humanos e advogados após o fato consumado para uso em julgamentos, tribunais e comissões da verdade; histórias registradas por sobreviventes, familiares de vítimas e comunidades para lembrar os mortos e forjar a memória coletiva da injustiça passada; e, cada vez mais, provas forenses como amostras de DNA e imagens de satélite que estabelecem provas científicas de violência em larga escala”** (CASWELL, 2014:208).

⁶ Uma das definições mais utilizadas sobre comissões da verdade é de Priscilla Hayner (2011): **“uma comissão da verdade (1) está focada no passado, ao invés de eventos ainda em curso; (2) investiga um padrão de eventos que ocorreram num determinado período; (3) envolve-se direta e amplamente com a população afetada, coletando informações sobre suas experiências; (4) é um órgão temporário, com o objetivo de concluir com um relatório final; e (5) é oficialmente autorizada pelo Estado** (HAYNER, 2011:12).

Se o relatório final é, portanto, uma grande compilação das atividades e das investigações das comissões da verdade, por que ter o trabalho de preservar esses documentos?

Para Peterson (2005), há três razões principais. A primeira delas é que os regimes **repressivos buscam impor uma amnésia seletiva à sociedade e “destruir os documentos** garante que apenas as coisas que entraram em um relatório final publicado serão oficialmente lembradas” (PETERSON, 2005:2). A segunda razão é para mostrar às futuras gerações como foi o funcionamento da comissão da verdade, como ela lidou com os fatos, e o que ela sabia e não sabia. E, por fim, porque novas perguntas àqueles fatos históricos podem ser formuladas, bem como evidências podem ser reinterpretadas à luz de novas inquietações.

Os acervos e relatórios produzidos pelas comissões da verdade são compreendidos como um legado e utilizados posteriormente por tribunais nacionais e internacionais, nos esforços para processar aqueles envolvidos em crimes investigados anteriormente pelas comissões da verdade⁷.

A criação da CNV remonta à aprovação, em 2009, do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) que incluiu, no “Eixo Orientador VI: Direito à Memória e à Verdade”, o estabelecimento de um grupo de trabalho para elaborar um projeto de lei para a criação da comissão da verdade⁸. Reforçando a necessidade da criação de uma comissão, em 2010, ao julgar o “Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil”, a Corte Interamericana de Direitos Humanos recomendou que o Estado brasileiro estabelecesse uma comissão da verdade como um instrumento de esclarecimento dos fatos, determinação das responsabilidades e construção da memória histórica⁹.

A CNV foi instalada, formalmente, em 16 de maio de 2012, e extinta em 10 de dezembro de 2014. Simultaneamente, dezenas de comissões da verdade foram criadas em praticamente todo o território nacional. Muitas dessas comissões da verdade locais firmaram acordos de cooperação técnica com a CNV, possibilitando a realização de atividades conjuntas, como audiências públicas e diligências aos locais onde ocorreram as graves violações de direitos humanos, e contribuindo para a elaboração dos relatórios finais.

As comissões da verdade locais também puderam criar agendas mais específicas ao seu próprio local, produzindo novas interpretações e narrativas sobre a ditadura militar, e **mobilizando “diferentes noções de gravidade, de modo a ajustá-las às várias experiências históricas, de sensibilidades e sofrimentos” (HOLLANDA, 2018:14).**

⁷ A título de exemplo, as condenações dos militares ocorridas no Chile e Argentina nessa década, anos após o funcionamento das comissões da verdade (Argentina, 1983-1984; Chile 1, 1990-1991; Chile 2, 2003-2005), e dos arquivos da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul, depositados no Arquivo Nacional sul-africano, mas de propriedade intelectual do Ministério da Justiça.

⁸Disponível em:

<https://www.ohchr.org/documents/issues/nhra/programmanacionaldireitoshumanos2010.pdf>. [Consult. out. 2021].

⁹ Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. [Consult. out. 2021].

A criação de comissões da verdade locais no Brasil se deu numa conjuntura favorável aos trabalhos de investigação sobre a ditadura militar. Concomitantemente à criação da CNV, foi aprovada a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei nº 12.527/11. A LAI, além de regulamentar o direito à informação, previsto na Constituição Federal de 1988, e garantir maior transparência à administração pública, também determina que informações e documentos que versem sobre violações de direitos humanos pelo Estado não sejam objetos de restrição de acesso ou destruição.

Somadas à regulamentação do direito à informação, desde a década de 1990, iniciativas de recolhimento dos acervos dos antigos órgãos de repressão da ditadura militar resultaram na transferência dos arquivos dos departamentos de ordem política e social (DOPS) aos arquivos públicos estaduais, embora de modo independente e desarticulado com a esfera federal.

Em 2005, a situação quanto ao recolhimento e acesso desses arquivos mudou em decorrência do Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que determinou o recolhimento dos acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigações (CGI) à Coordenação Regional do Arquivo Nacional (COREG), em Brasília. Àquela época, segundo Stampa *et al.* (2014), o acervo da coordenação regional sobre o regime militar foi ampliado em mais de vinte vezes, passando de 2 para 43 fundos (STAMPA *et al.*, 2014).

Em 2009, foi criado, pela Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, com o objetivo de possibilitar o acesso aos acervos sobre a ditadura militar e promover a articulação em rede, coordenada pelo Arquivo Nacional – órgão gestor do Memórias Reveladas – entre as entidades detentoras de documentos sobre o período ditatorial. A rede de articulações denominada Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas foi inicialmente constituída por 24 instituições (STAMPA *et al.*, 2014) e, atualmente, de acordo com o *website* do Centro, conta com 163 instituições¹⁰.

Além das iniciativas oficiais do Estado brasileiro, destacam-se os acervos produzidos, ainda na década de 1970, pelas instituições que combateram a ditadura militar, como o dossiê produzido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos¹¹ e o projeto *Brasil: Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas¹².

¹⁰ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/entidades-parceiras>>. [Consult. out. 2021].

¹¹ O dossiê foi entregue à Comissão Mista sobre a Anistia no Congresso Nacional em 1979. Posteriormente, ele foi organizado e ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia/RS, constando 339 nomes de mortos e desaparecidos políticos. Esse livro orientou a pesquisa para a elaboração do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, publicado em Recife, em 1995 e, em São Paulo, em 1996.

¹² O projeto *Brasil: Nunca Mais* conseguiu reunir cópias de 707 processos políticos completos e dezenas de outros incompletos que tramitaram pela Justiça Militar brasileira, entre 1964 e 1979. Uma síntese desse trabalho foi publicada em formato de livro, em 1985. O acervo está depositado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

3. Os acervos das comissões da verdade brasileiras e sua localização atual

A partir do relato de Trudy Peterson (2005) sobre as dificuldades de encontrar os acervos produzidos por comissões da verdade de determinados países, foi realizada uma pesquisa para localizar os acervos das comissões da verdade brasileiras. Essa investigação esteve inserida numa pesquisa de doutorado, iniciada em 2015, que realizou um levantamento para identificar as comissões da verdade criadas no Brasil entre 2012 e 2018, e que localizou, aproximadamente, uma centena de comissões. Dentre elas, foram selecionados 20 relatórios finais que atendiam aos objetivos da pesquisa.

Àquela época, o levantamento contou com uma grande disponibilidade de informações na Internet sobre as comissões da verdade, incluindo *websites* institucionais e páginas no Facebook, além de notícias e dos próprios relatórios finais disponíveis *online*. Dessa forma, foi possível produzir um mapeamento das comissões da verdade locais e compreender as regiões de maior estabelecimento dessas iniciativas, além de analisar – como objetivo central da pesquisa de doutorado – as formas como as comissões da verdade obtiveram acesso e utilizaram os arquivos em suas atividades.

As investigações sobre a localização dos acervos das 20 comissões da verdade selecionadas se deram próximo ao término da pesquisa de doutorado, em 2019. Naquele momento, a situação quanto à disponibilidade de informações na Internet sobre as comissões da verdade havia mudado drasticamente. A grande maioria dos *websites* localizados outrora **já não estavam “no ar”**; uma pesquisa no Facebook sobre “comissões da verdade” localizava pouquíssimas páginas, a maior parte delas, sem atualização há muitos meses.

As investigações começaram pelos *websites* das comissões da verdade apresentados nos relatórios finais, além da página virtual do projeto *Memórias Reveladas*, disponível no *website* do Arquivo Nacional.

Também foram encaminhadas perguntas sobre a localização dos acervos das comissões da verdade aos e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) e ouvidorias de estados e municípios, além do contato realizado com instituições arquivísticas e ex-integrantes das comissões da verdade, identificados a partir dos relatórios finais.

No caso da CNV, respeitando o art. 11º da Lei nº 12.528/11, o acervo físico da comissão foi depositado no Arquivo Nacional¹³ e disponibilizado na página virtual do projeto *Memórias Reveladas*¹⁴, que hospeda, também, o *website* da CNV¹⁵. No entanto, não foi possível localizar, na página do projeto, os acervos de outras comissões da verdade locais, apesar da

¹³ Segundo a “**História de Acumulação**” do Fundo CNV, como consta na base de dados (SIAN) do Arquivo Nacional, “o acervo foi destinado ao Arquivo Nacional. A primeira remessa deu-se em 15 de maio de 2015, provisoriamente recebida pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, contabilizando 249 caixas, compreendendo documentos em suporte papel e em formato digital, acompanhadas de listagem preparada pela Coordenação-Geral da Estrutura Temporária para organização do acervo da CNV tendo em vista o seu recolhimento ao Arquivo Nacional (Decreto nº 8.378/2014)”.

¹⁴ Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. [Consult. out. 2021].

¹⁵ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. [Consult. out. 2021].

previsão de encaminhando, ao Arquivo Nacional, dos acervos das comissões da verdade que firmaram acordo de cooperação técnica com a CNV, conforme estabelecida em seu relatório final (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Quanto às páginas virtuais das comissões da verdade, a Comissão Estadual da Verdade do Amapá afirmou, no seu relatório final, que todo o acervo estaria hospedado no *website* oficial da comissão da verdade¹⁶. Todavia, apesar de conter alguns vídeos com depoimentos, não foi possível localizar o acervo no *website*.

Os *websites* da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Comissão da Verdade da Universidade de Brasília (UnB) não funcionavam, apesar de seus respectivos relatórios finais afirmarem que essas páginas virtuais seriam um canal de pesquisa permanente aos acervos das comissões da verdade.

Em relação ao uso dos e-SIC e ouvidorias, as tentativas quase não surtiram efeito¹⁷. Entre as negativas, vale ressaltar algumas respostas: a alegação, no caso do estado de Santa Catarina, de que o e-SIC era um **“canal exclusivo para dúvidas sobre os dados divulgados no Portal da Transparência do Poder Executivo”**¹⁸, dando a impressão de que o serviço de acesso à informação catarinense não tinha ciência de que, por força da LAI, o setor público tem a obrigação de divulgar dados por iniciativa própria – a transparência ativa, bem como disponibilizar informações em atendimento a demandas específicas – a transparência passiva. O e-SIC do estado de Pernambuco contestou que a pergunta não **“estava sujeita aos ditames da Lei de Acesso à Informação”**¹⁹, enganando-se por não compreender que a informação requisitada era de caráter geral e público. No caso do e-SIC do estado de São Paulo, a resposta foi mais simples: **“não há responsabilidade do estado pela informação solicitada”**²⁰. A única resposta relevante foi fornecida pela Ouvidoria do estado de Santa Catarina que informou sobre a localização do acervo – no Arquivo Público do Estado – e as formas de contato com a instituição de custódia²¹.

Foram enviadas perguntas às instituições arquivísticas que poderiam ter recebido os acervos das comissões da verdade e o desafio foi posto desde a tentativa de localizar um canal de contato com essas instituições. Por exemplo, a partir do relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, afirmando que o **“acervo da comissão seria transferido, em caráter temporário, à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) até que fosse construído o Arquivo Público do Estado do Amapá”** (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017:6), foram feitas várias tentativas de identificar uma forma de contato com o Arquivo Central ou qualquer outro departamento da UNIFAP ligado à comissão da verdade, sem qualquer êxito.

¹⁶ Disponível em: www.cev.ap.gov.br. [Consult. out. 2021].

¹⁷ Foram endereçados pedidos de acesso à informação pelo e-SIC nos seguintes estados: Amapá, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo, além da cidade de Guarulhos, no estado de São Paulo.

¹⁸ Resposta enviada às autoras em 14/02/2019.

¹⁹ Resposta enviada às autoras, em 14/02/2019.

²⁰ Resposta enviada às autoras, em 14/02/2019.

²¹ Resposta enviada às autoras, em 15/02/2019.

Da mesma forma, não foi possível contato, pelo *website*, com o Arquivo Histórico de Juiz de Fora, do estado de Minas Gerais, cujo endereço eletrônico da página virtual, além de difícil localização, não funcionava.

O Arquivo Público do Estado de Santa Catarina não possuía uma página virtual própria, mas foi possível entrar em contato pelo *e-mail* disponibilizado no *website* da Secretaria de Estado da Administração. Como resultado, foram enviadas informações detalhadas sobre o acervo da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, incluindo, uma cópia do seu inventário.

Foram enviados *e-mails* aos arquivos públicos dos estados da Bahia, Pernambuco, Paraná e São Paulo, sem qualquer atendimento.

Quanto ao acervo da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, o contato realizado com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), onde foi depositado o acervo, deu-se de forma rápida e eficiente. Todos os *e-mails* foram respondidos.

O Arquivo Público Mineiro (APM), responsável pela custódia do acervo da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais, informou, por meio de uma mensagem automática, que buscava solucionar o problema da indisponibilidade da página virtual da comissão da verdade²².

Por outro lado, todo o acervo da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco estava disponibilizado virtualmente na página do Arquivo Público do Estado.

O contato com ex-integrantes das comissões da verdade a partir das informações apresentadas nos relatórios finais foi mais frutífero. A grande maioria dos integrantes pertenciam às universidades e, por essa razão, sem acesso aos e-mails dessas pessoas, foi utilizada a Plataforma Lattes, mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e que integra as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições da área de Ciência e Tecnologia. A base possibilita envio de mensagem aos pesquisadores cadastrados na plataforma. Das 14 mensagens enviadas, 7 foram respondidas. Essas respostas permitiram confirmar as informações dos relatórios finais e complementá-las. Outros ex-integrantes de comissões da verdade já eram conhecidos e responderam às perguntas sobre os acervos.

As mensagens a três ex-integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Amapá não foram respondidas e não foi possível confirmar se o acervo da comissão havia sido transferido à UNIFAP.

O relatório final da Comissão Estadual da Verdade da Bahia afirmava o seguinte: “todo o acervo pode ser consultado no Arquivo Público do Estado da Bahia, nas bibliotecas da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e na *web* nos endereços: www.comissaoestadualdaverdadebahia.uneb.br e www.paraquenuncamaisaconteca.uneb.br” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA

²² Resposta às autoras recebida em 15/02/2019. Semanas após a consulta, foi constatado que o *website* havia voltado ao funcionamento, o que ocorre atualmente [Consult. out. 2021]. Disponível: <http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/626>.

BAHIA, 2016). Em outro momento, afirmava que “todo o acervo da CEV-BA foi inventariado [...]. Os arquivos digitais foram copiados para serem entregues às instituições que os manterão à disposição do público. Os impressos ficarão no Arquivo Público do Estado” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA BAHIA, 2016:23). No entanto, os endereços virtuais indicados no relatório final não funcionavam e não foi possível confirmar essa informação com o Arquivo Público do Estado da Bahia. Ademais, a página do Facebook da comissão baiana informava, em 21/11/2016, que o acervo havia sido cedido à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mais uma vez, não foi possível confirmar essa informação, apesar do contato feito com um ex-integrante da Comissão Estadual da Verdade da Bahia²³.

No caso da Paraíba, o decreto de criação da comissão estadual da verdade definia a criação do Memorial da Democracia. Dois ex-integrantes da comissão informaram que o acervo havia sido depositado nesse memorial, ainda não inaugurado, e abrigado na Fundação Casa de José Américo. Embora disponível ao público, o *website* da Fundação não informava a presença desse conjunto documental entre os seus acervos, além de não possuir uma forma de contato²⁴. Sem o contato direto com os ex-integrantes da comissão da verdade, não teria sido possível saber a localização do acervo.

O acervo físico da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco foi depositado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e disponibilizado virtualmente.

Apesar das diversas tentativas de contato com ex-integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, nenhuma resposta foi atendida. No caso da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, um ex-integrante informou que embora o acervo estivesse disponível no *website* da Comissão, um acervo físico não havia sido constituído. Em contrapartida, os ex-integrantes das comissões estaduais da verdade do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram muito solícitos e confirmaram as informações sobre o recolhimento dos acervos aos arquivos públicos.

Um ex-integrante da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora informou que o acervo havia sido depositado no Arquivo Histórico da cidade e que estava disponível ao público. Essa informação foi confirmada pelo diretor do Arquivo por meio de mensagem no seu telefone particular. No entanto, informações sobre o acervo da Comissão não estavam disponíveis na página virtual do Arquivo Histórico, hospedada no *website* da Secretaria de Administração e Recursos Humanos²⁵.

O acervo da Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo foi recolhido ao Arquivo Histórico Municipal, incluído, no *website*, entre os acervos permanentes da instituição, e disponível ao público mediante agendamento de consulta.

²³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/Comiss%C3%A3o-Estadual-da-Verdade-Bahia-823438191004153/>. [Consult. out. 2021].

²⁴ Disponível em: <https://fcja.pb.gov.br/documentacao-e-arquivos>. [Consult. out. 2021].

²⁵ Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/arquivo_historico/acervo.php. [Consult. out. 2021].

Um ex-integrante da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda informou que o acervo, de livre acesso, havia sido depositado no Centro de Memória Genival Luís da Silva, criado no âmbito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal Fluminense (UFF). A página virtual do Centro informava a presença desse acervo²⁶, além de uma página no Facebook que continha informações sobre a transferência do acervo ao centro de memória.

Em relação às comissões da verdade universitárias, o *website* da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) informou, em 5/10/2015, que o acervo havia sido transferido ao Departamento de História, mas, apesar de contatos com alguns de seus ex-integrantes, nenhuma resposta foi encaminhada.

No caso da Universidade de São Paulo (USP), ex-integrantes informaram que a Comissão da Verdade da USP não havia constituído um acervo, apesar da grande quantidade de documentos disponibilizados no relatório final.

A Comissão da Verdade de Brasília (UnB) informou que o acervo ainda não havia sido recolhido a uma instituição arquivística.

De acordo com um ex-integrante, o acervo da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) havia sido digitalizado e estava disponibilizado ao público numa sala do Núcleo de História Oral. Também informou que parte do acervo foi depositado no Arquivo Geral da UFES.

A Comissão da Verdade Camponesa (CCV) não constituiu um acervo, segundo um ex-integrante. No caso da Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores (CUT), um ex-membro da comissão informou que o acervo havia sido depositado e disponibilizado ao público no Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC)²⁷.

Nas investigações, não foi possível localizar seis acervos das comissões da verdade; duas comissões, segundo ex-integrantes, não constituíram um acervo; e a grande maioria das instituições arquivísticas de custódia não divulgavam a existência desses acervos em seus *websites* ou instrumentos de pesquisa.

Como resultado da busca pelos acervos das comissões da verdade brasileiras selecionadas para a pesquisa, apresenta-se a seguinte constatação, no Quadro 2:

Quadro 2 – Localização dos acervos das comissões da verdade e sua custódia

Nº.	Nome	Foi localizado?	Onde está?
1	Comissão Nacional da Verdade	Sim	Arquivo Nacional no Rio de Janeiro
2	Comissão Estadual da Verdade do Amapá	Não	-

²⁶ Disponível em: <http://cemesf.vr.uff.br/> [Consult. out. 2021].

²⁷ Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br> [Consult. out. 2021].

3	Comissão Estadual da Verdade da Bahia	Não	-
4	Comissão Estadual da Verdade da Paraíba	Sim	Memorial da Democracia, na Fundação Casa de José Américo
5	Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco	Sim	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
6	Comissão Estadual da Verdade do Paraná	Não	-
7	Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina	Sim	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
8	Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais	Sim	Arquivo Público Mineiro (APM)
9	Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro	Sim	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
10	Comissão Estadual da Verdade de São Paulo	Não	-
11	Comissão Municipal da Verdade de Guarulhos	Não	-
12	Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora	Sim	Arquivo Histórico de Juiz de Fora
13	Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo	Sim	Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
14	Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda	Sim	Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luis da Silva

Fonte: Dados da pesquisa.

4. Conclusões

As comissões da verdade são ferramentas importantes para as investigações sobre violações de direitos humanos e para a construção de sociedades mais democráticas. Dotadas de metodologias que buscam fazer uma reconstituição abrangente do período analisado, elas podem produzir relatórios finais e acervos arquivísticos decorrentes das atividades de investigação.

Embora as comissões da verdade devam apresentar uma síntese de seus trabalhos nos relatórios finais, os arquivos recebidos, produzidos e acumulados no âmbito de suas atividades devem ser preservados e disponibilizados.

Todavia, não parece ser tarefa fácil localizar os acervos produzidos pelas comissões da verdade, tampouco esses acervos são de fácil acesso. Como constatou a arquivista Trudy Peterson (2005), em estudo realizado sobre os acervos de comissões da verdade de 20 países, ex-integrantes de comissões têm receio em fornecer informações sobre esses acervos.

No caso do Brasil, o cenário não é diferente quando analisada a situação sobre a localização dos acervos de 20 comissões da verdade brasileiras. Apesar das tentativas de contato com ex-integrantes das comissões da verdade, instituições arquivísticas locais e serviços de informação ao cidadão (e-SIC) e ouvidorias, não foi possível localizar o acervo arquivístico de quase um terço das comissões da verdade selecionadas para a pesquisa.

Foi possível constatar que os canais de contato e divulgação das comissões da verdade tornaram-se obsoletos após a entrega do relatório final ou término de suas atividades. Essa conclusão resulta da experiência em utilizar os mesmos canais de contato e divulgação que, anos antes, permitiram um mapeamento robusto de quase uma centena de comissões da verdade criadas no Brasil. Quase quatro depois, foi constatado que diversas comissões da verdade não mais possuíam *website* ou páginas no Facebook.

Por essa razão, foram feitas tentativas de contato por meio dos *e-mails* de instituições arquivísticas. Além da dificuldade em localizar os *e-mails* de várias dessas instituições, quando confirmada a presença dos arquivos das comissões da verdade entre seus acervos, foi possível constatar que diversas instituições arquivísticas não divulgavam a existência desses arquivos.

Foram enviadas mensagens aos serviços de informação ao cidadão (e-SIC) e ouvidorias dos respectivos locais das comissões da verdade. Além de não terem respondido às mensagens, quando feito, majoritariamente, apresentaram um quadro de confusão e desconhecimento sobre as obrigações públicas de fornecimento de informação.

Contatos realizados com ex-integrantes das comissões da verdade muitas vezes não foram atendidos. Todavia, foram os canais que mais contribuíram para clarificar a existência ou não, e a localização dos acervos das comissões da verdade.

Retomando às conclusões de Peterson (2004), essa presente pesquisa corrobora da mesma sensação: não é tarefa fácil localizar os acervos das comissões da verdade e há pouca divulgação sobre a sua presença entre os acervos das instituições arquivísticas. Esse cenário impõe uma nova preocupação: as questões relativas à proteção e à divulgação de acervos que contêm importantes informações sobre as violações de direitos humanos no Brasil.

Referências bibliográficas

ADAMI, Tom; HUNT, Martha

2010 Reconciliation in regions affected by armed conflict: the role of archives. In *Better off forgetting?: Essays on archives, public policy, and collective memory*. Org. Cheryl Avery, Mona Holmlund. Toronto: University of Toronto Press, 2010, p. 195-214.

LOS ARCHIVOS DE LA REPRESIÓN

2002 *Los Archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Org. Ludmila Catela, Elizabeth Jelin. Madrid: Siglo XXI de Espana Editores, 2002.

BRASIL. Arquivo Nacional

2005 *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2011 *Lei n.º 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. 2011.

CASWELL, Geraci

2014 Defining human rights archives: introduction to the special double issue on archives and human rights. *Archival Science*. 14:3/4 (2014) 207-213.

CHAPMAN, Audrey; BALL, Patrick

2001 The Truth of truth commissions: comparative lessons from Haiti, South Africa, and Guatemala. *Human Rights Quarterly*. 23:1 (2001) 1-43.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ

2017 *Francisco das Chagas Bezerra Chaguinha: relatório final*. Macapá, 2017.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA BAHIA

2016 *Relatório de atividades: agosto 2013 - abril 2016*. Salvador, 2016. Vol. 1.

DOMINY, Graham

2012 **Apartheid's sensitive records, the Truth and Reconciliation Commission and the National Archives of South Africa**. In *Les Archives et le droit de savoir: actes de la Journée de réflexion organisée par l'UNESCO et les Archives Nationales de Tunisie*. Org. Perrine Canavaggio. Tunis, 2012.

GONZÁLEZ, Eduardo; VARNEY, Howard, ed.

2013 *Busca da verdade: elementos para a criação de uma comissão da verdade eficaz*. Brasília: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2013.

HAYNER, Priscilla

2011 *Unspeakable truths: transitional justice and the challenge of truth commissions*. New York: Routledge, 2011.

HOLLANDA, Cristina

2018 Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [Em linha]. 33:96 (2018) 1-18. [Consult. dez. 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8PRcJPCwcY9VRRXbxMSkTzy/?lang=pt>.

PAULSON, Julia; BELLINO, Michelle

2017 Truth commissions, education, and positive peace: an analysis of truth commission final reports, 1980-2015. *Comparative Education*. 53:3 (2017) 351-378.

PETERSON, Trudy

2005 *Final acts: a guide to preserving the records of truth commissions*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005.

PETERSON, Trudy

2004 Truth and the records of truth commissions. *Studien und Quellen*. 30 (2004) 215-226.

QUINTANA, Antonio

2009 *Archival policies in the protection of Human Rights: an updated and fuller version of the report prepared by UNESCO and the International Council on Archives (1995), concerning the management of the archives of the state security services of former repressive regimes*. Paris: UNESCO, 2009.

RODRIGUES, Georgete

2014 **Acesso aos “arquivos sensíveis”**: contextualização do debate e da legislação no Brasil e na França nos anos 1990-2000. In *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Org. Icléia Thiesen. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 67-84.

STAMPA, Inês [et. al.]

2014 Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Org. Icléia Thiesen. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 43-66.

Mônica Tenaglia | monicatenaglia@ufpa.br

Universidade Federal do Pará, Brasil

Georgete Medleg Rodrigues | medleg.georgete@gmail.com

Universidade de Brasília, Brasil

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NO TRATAMENTO DE FERIDAS É O MESMO EM TODO O BRASIL?

IS THE INFORMATIONAL BEHAVIOR IN THE TREATMENT OF WOUNDS THE SAME THROUGHOUT BRAZIL?

Bruno Santana da Silva | Paulo Vanzolini Moura da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16a12>

Resumo: Apesar de o comportamento informacional de enfermeiros já ter sido investigado, os fatores que influenciam tais comportamentos ainda são pouco conhecidos. Este trabalho investigou se e como a variação na localização do usuário influencia seus comportamentos informacionais durante o tratamento de feridas. Através de um questionário eletrônico distribuído entre janeiro e fevereiro de 2020, 566 estudantes e profissionais de enfermagem de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal forneceram dados sobre sua localização geográfica e seus comportamentos informacionais durante o tratamento de feridas. Variações no uso das fontes, na frequência de obtenção e no modo de registro das informações durante o tratamento de feridas puderam ser relacionadas com variações entre região do país, estado e cidade dos participantes. Identificou-se até 16% de variação nos comportamentos informacionais entre cidades do mesmo porte, até 51% de variação nos comportamentos informacionais entre diferentes regiões do país, e até 100% de variação nos comportamentos informacionais entre estados brasileiros.

Palavras-chave: Comportamento informacional; Enfermagem; Fonte de informação; Saúde.

Abstract: Although informational behavior of nurses has already been investigated, factors that influence such behavior are still poorly understood. This work investigated whether and how variation in user's location influences his informational behaviors during wound care. Through an electronic questionnaire distributed between January and February 2020, 566 students and nursing professionals from 23 Brazilian states and from Federal District provided data on their geographical location and their informational behaviors during wound care. Variations in information sources use, in frequency of obtaining information and in way of recording information during wound care could be related to variations between country region, state and city of the participants. Up to 16% variation in informational behaviors was identified between cities of the same size, up to 51% variation in informational behaviors between different regions of the country, and up to 100% variation in informational behaviors between Brazilian states.

Keywords: Information behavior; Nursing; Information source; Health.

1. Introdução

As necessidades informacionais costumam influenciar os comportamentos das pessoas de modo que elas possam satisfazê-las (WILSON, 1981). Com um volume cada vez maior de informação registrada e disponível, diversos sistemas de informação têm sido desenvolvidos e incorporados no cotidiano das pessoas (MARTÍNEZ-SILVEIRA e ODDONE, 2007; ROCHA, DUARTE e PAULA, 2017). Eles auxiliam gerenciar o volume e a complexidade das informações pelos diferentes fluxos de atividades envolvidas. O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de informação deveriam tomar como base uma boa compreensão das necessidades e comportamentos dos seus usuários. Assim, será possível identificar se a solução está adequada ou não, bem como entender os porquês.

As pessoas são naturalmente diferentes em diferentes aspectos. Essas diferenças também podem se refletir em seus comportamentos informacionais e influenciar o uso que elas fazem dos sistemas de informação (WILSON, 1981). Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996) e Martínez-Silveira e Oddone (2007) relatam exemplos de aspectos que podem influenciar comportamentos informacionais dos usuários: características da informação, características demográficas, características das fontes de informação, etc. O entendimento dos aspectos relacionados com os comportamentos informacionais é útil para orientar o projeto, desenvolvimento, avaliação e a evolução de sistemas de informação. Assim, é possível acomodar nestes sistemas a diversidade e a dinâmica humana.

Compreender fatores que influenciam comportamentos informacionais também contribui para a melhoria do uso dos sistemas de informação, seja por intervenções sobre os usuários com treinamentos, por exemplo, ou por intervenções sobre os próprios sistemas para adequá-los melhor aos diversos comportamentos informacionais. Em áreas de conhecimento específicas e técnicas, o esforço para aquisição dessa compreensão requer maior atenção pela maior distância em relação ao senso comum e pelas suas particularidades.

Estudantes e profissionais de enfermagem precisam considerar muitas informações sobre a saúde do paciente durante o tratamento de feridas na pele (KORDESTANI, 2019). Em alguns casos, o tratamento de feridas pode se estender por semanas. Para administrar tanta informação durante tanto tempo, diferentes sistemas de informação costumam ser utilizados para consultar, administrar e preservar informações importantes no processo de tratamento de feridas. A literatura relata investigações sobre necessidades e comportamentos informacionais de enfermeiras (BLYTHE; ROYLE, 1993; ROYLE *et al.*, 2000; LATHEY e HODGE, 2001; FRANÇA, 2002; BARO e EBHOMEYA, 2013; SILVA e SILVA, 2021). Todavia, ainda existe espaço para ampliar a compreensão sobre os fatores relacionados com comportamentos informacionais durante o tratamento de feridas. Essa compreensão é importante para orientar o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de informação utilizados neste processo.

Este trabalho investigou se e como o comportamento informacional durante o tratamento de feridas varia conforme a localização dos usuários de enfermagem. Este objetivo foi posto em prática através da investigação de 9 questões de pesquisa:

1. As fontes de informação usadas durante o tratamento de feridas variam conforme a região do país?
2. A frequência de obtenção de informações usadas durante o tratamento de feridas varia conforme a região do país?
3. O modo de registro de informação usadas durante o tratamento de feridas variam conforme a região do país?
4. As fontes de informação usadas durante o tratamento de feridas variam conforme o estado?
5. A frequência de obtenção de informações usadas durante o tratamento de feridas varia conforme o estado?

6. O modo de registro de informação usadas durante o tratamento de feridas variam conforme o estado?
7. As fontes de informação usadas durante o tratamento de feridas variam conforme a cidade?
8. A frequência de obtenção de informações usadas durante o tratamento de feridas varia conforme a cidade?
9. O modo de registro de informação usada durante o tratamento de feridas varia conforme a cidade?

2. Metodologia

A investigação sobre variações entre comportamento informacional no tratamento de feridas e localização de usuários foi realizada por meio de uma pesquisa quantitativa descritiva (CRESWELL, 2010). Um questionário eletrônico foi utilizado para coletar dados em 15 perguntas, no primeiro bimestre de 2020 (FINK, 2003). Estudantes e profissionais de enfermagem receberam o questionário por listas de *e-mails* e pelos Facebook e Instagram. Dentre o conjunto de perguntas do questionário, este trabalho analisou apenas as 6 seguintes:

1. Qual sua formação profissional?
2. Em qual estado você trabalha?
3. Em qual cidade você trabalha?
4. Como você costuma obter informações sobre a saúde do paciente?
5. Com que frequência você consegue obter essas informações sobre a saúde do paciente?
6. Como você registra informações sobre o tratamento de feridas?

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme o parecer 3616463 na Plataforma Brasil. Deste modo, o início do questionário ofereceu aos participantes um momento para consentir com sua participação na pesquisa de forma livre e esclarecida.

Em busca de respostas para as 6 questões enunciadas, contabilizou-se quantos participantes que atuavam num determinado local X (região do país, estado, cidade) relataram um comportamento informacional Y (fonte de informação, frequência de obtenção ou modo de registro). O resultado deste cálculo permitiu analisar se e como a variação na localização do participante está relacionada com a variação nos comportamentos informacionais descritos por ele. Para cada questão em mente, primeiro os participantes foram agrupados por localidade. Calculou-se então a quantidade de participantes em cada grupo (valor T). Em seguida, cada grupo de uma localidade foi subdividido outra vez conforme o comportamento informacional referido na questão de pesquisa analisada. O total de participantes em cada subgrupo também foi computado

(valor C). Por fim, calculou-se a porcentagem de participantes de uma localização que relatou determinado comportamento informacional em relação ao total de participantes da mesma localização (C dividido por T, multiplicado por 100). Optou-se por analisar os dados em porcentagem para facilitar a observação de tendências de variação, visto que os grupos possuem valores absolutos diferentes.

3. Resultados

Nesta pesquisa participaram 566 profissionais e estudantes de enfermagem de quase todos os 26 estados brasileiros e do Distrito Federal. Apenas Roraima, Rondônia e Mato Grosso do Sul não tiveram participantes neste estudo. Os estudantes de enfermagem totalizaram 78 participantes (13,8% do total), quando somados os cursos de nível técnico e superior.

Em geral, os participantes das cinco regiões do país apresentaram comportamento similar nas fontes de informação utilizadas durante o tratamento de feridas (Tabela 1). Porém, existem alguns pontos superiores que se destacam. Outros profissionais de saúde são consultados por 70% dos participantes no Sul, enquanto que nas outras regiões por pouco mais de 50% deles. O prontuário médico em papel é consultado por 61% dos participantes no Centro-Oeste, enquanto que no Norte e Nordeste por algo na ordem de 50% deles e no Sul e Sudeste na ordem dos 35%. *Softwares* são consultados por algo na ordem de 30% dos participantes no Sul e no Centro-Oeste, enquanto que nas demais regiões por algo próximo de 15% deles. No Sul, uma menor quantidade de participantes que consultam o prontuário médico em papel foi acompanhada por uma maior quantidade dos que consultam algum *software*. Isso não ocorreu no Sudeste. No Centro-Oeste, uma maior quantidade de participantes que consultam prontuário médico em papel não impediu que região tivesse uma das maiores porcentagens de consulta a algum *software*. Os pacientes e acompanhantes foram as únicas fontes de informação com menor variação entre as regiões brasileiras (9%).

Tabela 1 – Regiões do país versus fontes de informação utilizadas

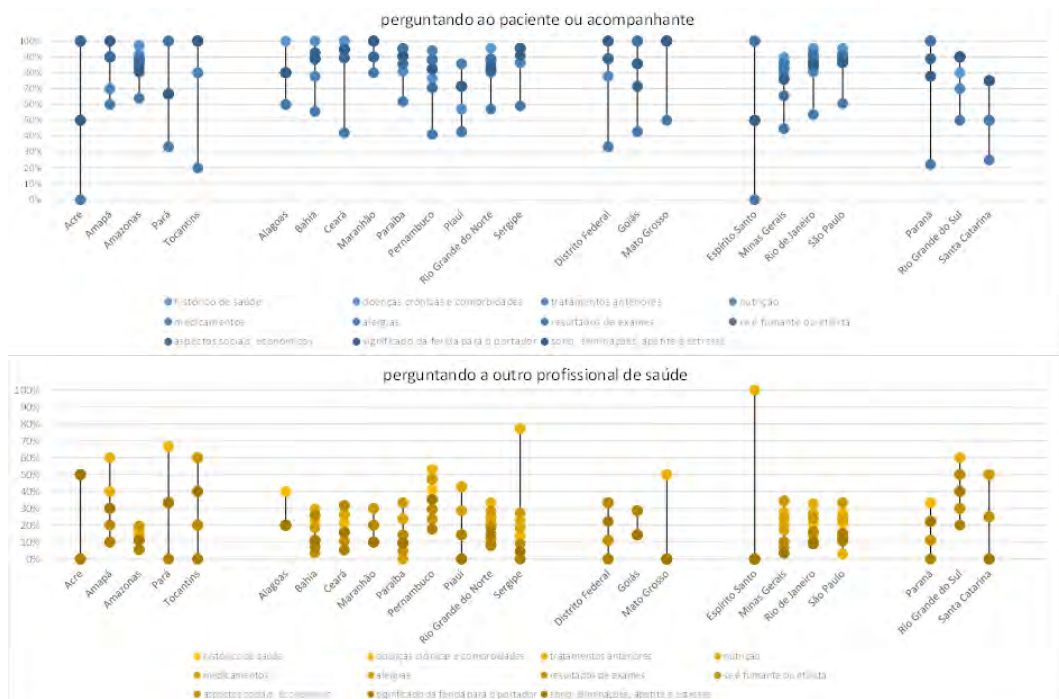
	perguntando ao paciente ou acompanhante	perguntando a outro profissional de saúde	prontuário médico em papel	consultando algum <i>software</i>
Sul	91%	70%	35%	30%
Sudeste	98%	53%	38%	18%
Centro-Oeste	100%	56%	61%	28%
Norte	100%	50%	52%	13%
Nordeste	98%	51%	48%	14%

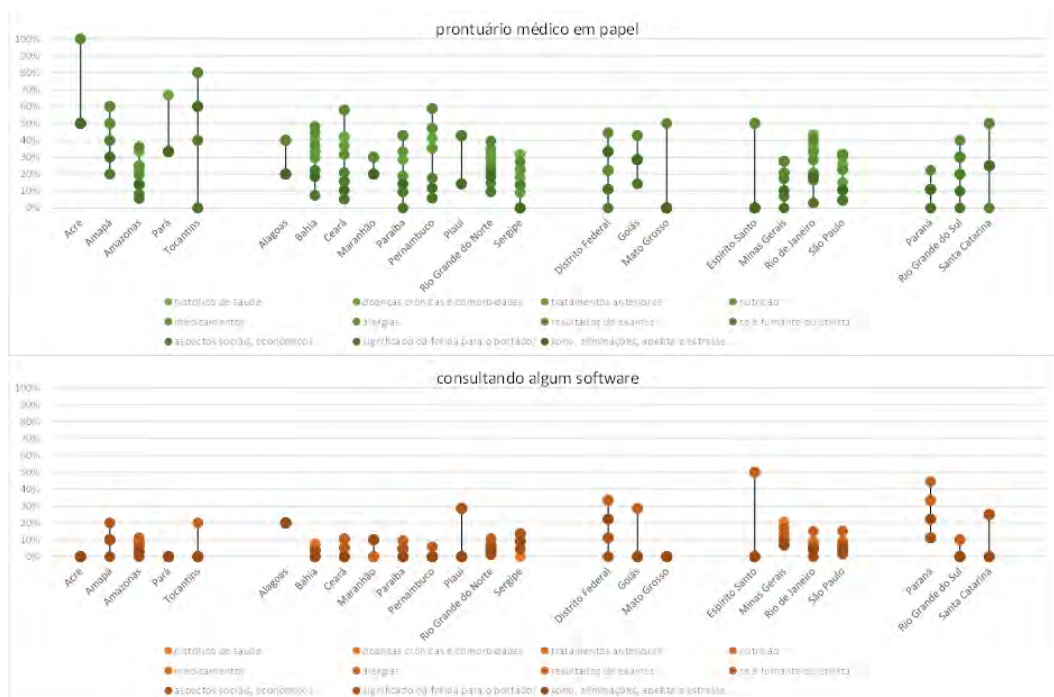
Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

Os estados apresentam grandes variações entre eles nas fontes utilizadas para obter cada informação de saúde do paciente (Fig. 1). O paciente e seu acompanhante são consultados por mais de 50% dos participantes na maioria dos estados. Acre, Espírito Santo, Tocantins e Paraná apresentam as maiores no uso desta fonte, enquanto que Maranhão, Amazonas e Paraíba as menores variações. Os estados do Nordeste parecem se destacar pela homogeneidade na consulta desta fonte de informação, com porcentagens de participantes maiores e variações menores no geral. Os estados do Centro-Oeste também parecem ser mais homogêneos, mas com variações maiores.

Outros profissionais de saúde são consultados como fonte de informação sobre a saúde do paciente por menos de 50% dos participantes na maioria dos estados. Espírito Santo, Sergipe, Pará e Tocantins apresentam as maiores variações na consulta desta fonte, enquanto que Amazonas, Goiás, Alagoas e Maranhão as menores. O prontuário médico em papel é fonte de informação sobre a saúde do paciente para menos de 50% dos participantes na maioria dos estados, exceto no Norte em que mais de 50% dos participantes utilizam esta fonte em quatro estados. Tocantins, Pernambuco e Ceará apresentam as maiores variações na consulta desta fonte, enquanto que Maranhão, Alagoas e Paraná as menores. *Software* é utilizado como fonte de informação sobre a saúde do paciente por menos de 30% dos participantes na maioria dos estados. Espírito Santo, Paraná e Distrito Federal apresentam as maiores variações no uso desta fonte, enquanto que Acre, Pará, Alagoas e Mato Grosso as menores.

Fig. 1 – Fontes utilizadas para obter cada informação de saúde do paciente por estados





Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

A consulta a fontes de informação sobre a saúde do paciente é estratificada por tipo de cidades na Tabela 2. As fontes de informação utilizadas na capital e região metropolitana apresentam menor variação (76%) do que as utilizadas em cidades médias (87%) e em cidades menores (92%) do estado. A consulta ao paciente ou seu acompanhante mudou muito pouco (3%) entre tipos de cidades. Outros profissionais de saúde são mais consultados na capital (55%) do que em cidades menores (47%) do estado. O prontuário médico em papel é mais consultado em cidades médias (57%) e menos em cidades menores (43%) do estado. O uso de *software* como fonte de informação no tratamento de feridas decresce conforme o tamanho da cidade: é maior na capital (21%), seguido por cidades médias (12%) e depois por cidades menores (8%).

Tabela 2 – Cidades versus fontes utilizadas para obter informação sobre a saúde do paciente

	perguntando ao paciente ou acompanhante	perguntando a outro profissional de saúde	prontuário médico em papel	consultando algum software
capital e região metropolitana	97%	55%	44%	21%
cidade média no estado	99%	54%	57%	12%
cidade menor do estado	100%	47%	43%	8%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

A Tabela 3 indica a porcentagem de participantes que obtêm com determinada frequência qualquer uma das 10 informações sobre a saúde do paciente indicadas no questionário, por região do país. Como um mesmo participante pode ter sido computado em mais de uma frequência de obtenção de informações, o somatório de todas as frequências em uma região é maior do que 100%.

Quando analisamos cada frequência de obtenção de informação, observa-se uma variação de até 23% entre as regiões. Na frequência “sempre que necessário”, o Sudeste tem a maior porcentagem (83%) de participantes e o Sul tem a menor (70%). Na frequência “na maioria das vezes”, o Sul e Sudeste empatam com a maior porcentagem (70%) de participantes, enquanto que o Centro-Oeste tem a menor delas (61%). Na frequência “algumas vezes sim, outras não”, o Centro-Oeste tem a maior porcentagem (56%) de participante, enquanto que o Sudeste a menor (33%). Na frequência “em poucas vezes”, o Norte tem a maior porcentagem (16%) dos participantes e o Sul a menor (4%). Na frequência “não consigo obter”, o Norte continua com a maior porcentagem (4%) e o Sul e Centro-Oeste não possuem participantes que indicaram esta opção (0%). É interessante observar que a maior variação (23%) ocorreu na frequência “algumas vezes sim, outras não” entre as regiões, geralmente aquela em que aparecem as dúvidas mais significativas entre resultados positivos e negativos. A menor variação (4%) entre as regiões ocorreu na frequência “não consigo obter”, que também pode ser considerada como a pior frequência.

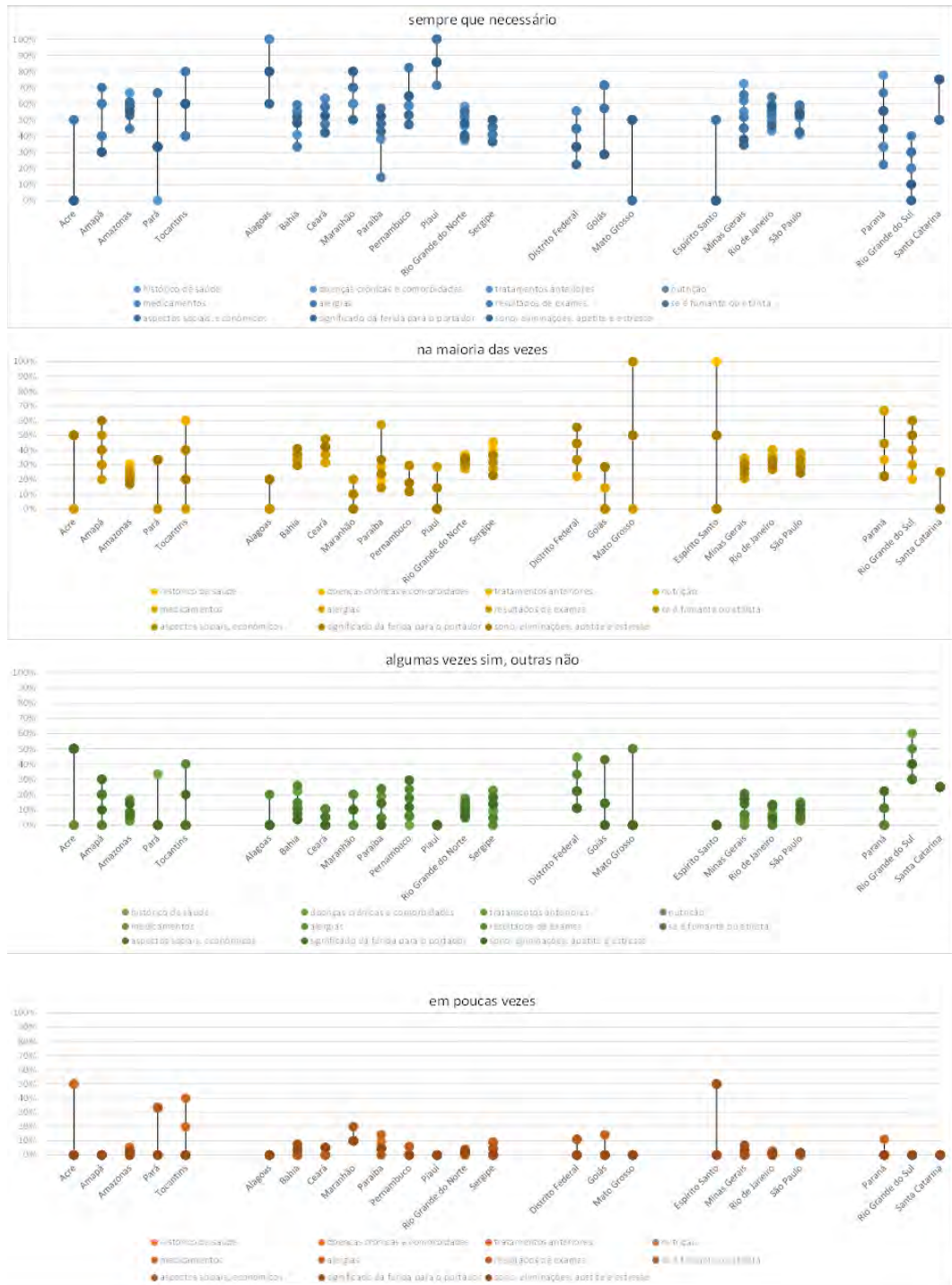
Tabela 3 – Regiões do país versus frequência de obtenção de informações sobre a saúde do paciente

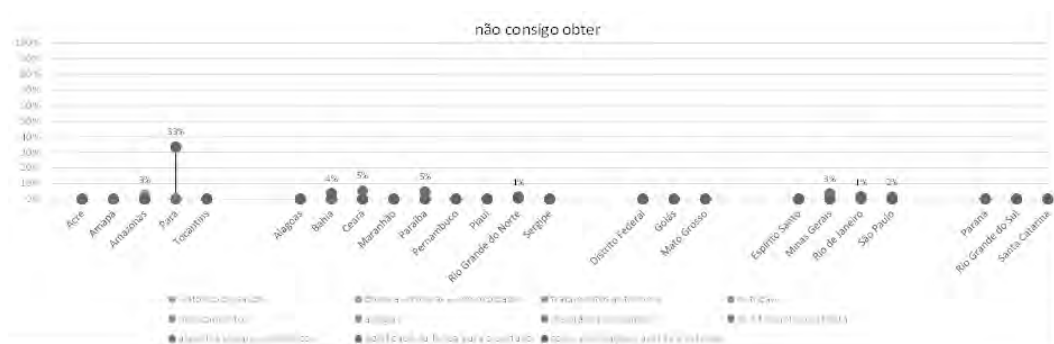
	sempre que necessário	na maioria das vezes	algumas vezes sim, outras não	em poucas vezes	não consigo obter
Sul	70%	70%	48%	4%	0%
Sudeste	83%	70%	33%	8%	2%
Centro-Oeste	72%	61%	56%	11%	0%
Norte	77%	64%	34%	16%	4%
Nordeste	77%	67%	36%	12%	3%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

Os estados variam muito nas maiores frequências de obtenção de cada informação sobre a saúde do paciente (Fig. 2). Já nas menores frequências poucos são os estados com variações mais expressivas. Entre 30% e 80% dos participantes da maioria dos estados sempre obtêm a informação de que necessitam. Menos de 60% dos participantes de quase todos os estados obtêm as informações desejadas na maioria das vezes. Menos de 30% dos participantes na maioria dos estados obtêm as informações desejadas algumas vezes sim e em outras vezes não. Menos de 20% dos participantes na maioria dos estados obtêm as informações desejadas em poucas vezes. Menos de 5% dos participantes na maioria dos estados não conseguem obter as informações desejadas.

Fig. 2 – Frequência de obtenção de informação de saúde do paciente por estados (continua)





Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

Existe uma variação pequena quando se compara a frequência de obtenção de informações de saúde do paciente entre cidades de diferentes tipos (Tabela 4). A frequência “sempre que necessário” variou apenas 1% entre capital, cidade média e cidade menor no estado. A frequência “na maioria das vezes” variou 6%, com 69% nas cidades menores e 63% nas cidades médias. A frequência “algumas vezes sim, outras não” também variou 6%, com 38% na capital e 32% nas cidades médias. A frequência “em poucas vezes” variou 7%, com maior valor na capital (14%) e empate (7%) nas cidades médias e menores. A frequência “não consigo obter” variou 2%, com maior valor na capital (3%) e empate (1%) nas demais cidades. Com uma variação tão pequena, os tipos de cidades não parecem influenciar significativamente a frequência de obtenção de informações.

Tabela 4 – Cidades versus frequência de obtenção de informações sobre a saúde do paciente

	sempre que necessário	na maioria das vezes	algumas vezes sim, outras não	em poucas vezes	não consigo obter
capital e região metropolitana	78%	68%	38%	14%	3%
cidade média do estado	79%	63%	32%	7%	1%
cidade menor do estado	78%	69%	35%	7%	1%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

A Tabela 5 indica as porcentagens de participantes de cada região que utilizam determinado modo de registro de informações produzidas durante o tratamento de feridas. A ausência de registro dessas informações varia 6% entre as regiões, com menor ocorrência no Sul (4%) e maior ocorrência no Norte (9%) e Nordeste (10%). Anotações em papel variam bastante (25%) pelo país, com menor frequência no Sul (43%), Sudeste (56%) e com incidência bem maior no Norte (66%), Centro-Oeste (67%) e Nordeste (68%). Anotações no celular tiveram variação de 11%, com menor ocorrência no Sul (9%) e maior no Sudeste (20%). Neste caso, Nordeste (19%) e Centro-Oeste (17%) se aproximam mais do Sudeste, enquanto que o Norte (14%) se aproxima do Sul. Anotações em computador é o modo de registro com maior variação (51%) entre as regiões. Sul se destaca com 74% dos

participantes, seguido por Centro-Oeste (50%) e Sudeste (46%). Bem mais distantes aparecem Norte (36%) e Nordeste (23%). O registro de feridas por foto variou 19%. Com ordenação bem similar às anotações em computador, Sul se destaca no topo de registro em fotos com 87% e Nordeste (69%) e Norte (68%), na base. A gravação de áudio variou 6%. Centro-Oeste teve a maior incidência (6%), seguido de perto por Norte (5%) e Nordeste (5%), depois por Sudeste (4%). Sul foi a única região que não grava áudio durante o tratamento de feridas.

Tabela 5 – Regiões do país versus modo de registro de informações produzidas

	não registra	anoto em papel	anoto em celular	anoto em computador	tiro fotos	gravo áudios
Sul	4%	43%	9%	74%	87%	0%
Sudeste	7%	56%	20%	46%	70%	4%
Centro-Oeste	6%	67%	17%	50%	78%	6%
Norte	9%	66%	14%	36%	68%	5%
Nordeste	10%	68%	19%	23%	69%	5%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

O registro de informações produzidas durante o tratamento de feridas foi estratificado por estado na Tabela 6. Quase metade dos estados (12) possui participantes que não registram informação, com destaque para Piauí (29%) e Santa Catarina (25%). O registro em papel foi muito comum nos estados do Norte, com discrepância no Amazonas, cujo comportamento se parece mais com estados do Sudeste, e no Pará, cujo comportamento parece mais com estados do Nordeste. Na maior parte do Nordeste, entre 60% e 70% dos participantes fazem anotação em papel, com destaque superior para Alagoas (100%) e Ceará (84%) e inferior para Piauí (43%). Houve grande variação nos estados do Centro-Oeste, desde 56% no Distrito Federal até 100% no Mato Grosso. No Sudeste houve variação de 28% entre os estados, com menor valor em Minas Gerais (41%) e maior valor no Rio de Janeiro (69%). No Sul houve grande variação, com extremos de 67% no Paraná até 0% em Santa Catarina.

Anotação em celular ocorreu em apenas dois estados do Norte: Amapá (20%) e Amazonas (17%). Anotação em celular ocorreu em quase todos os estados do Nordeste, exceto Piauí. Houve grande variação (60%), com maior valor em Alagoas (60%) e menor na Paraíba (14%) depois da ausência no Piauí (0%). No Centro-Oeste, Distrito Federal faz mais anotações em celular (22%), seguido por Goiás (14%) e sem participação no Mato Grosso (0%). Houve grande variação (31%) nas anotações em celular no Sudeste, com maior valor no Espírito Santo (50%) e menor em Minas Gerais (17%). A incidência de anotações no celular do Paraná (11%) foi muito semelhante no Rio Grande do Sul (10%). Santa Catarina foi o único estado do Sul sem ocorrência deste modo de registro (0%).

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NO TRATAMENTO DE FERIDAS...

Tabela 6 – Estados versus modo de registro de informações produzidas

	não registra	anoto em papel	anoto em celular	anoto em computador	tiro fotos	gravo áudios
Acre	0%	100%	0%	0%	100%	0%
Amapá	0%	90%	20%	40%	70%	0%
Amazonas	14%	53%	17%	42%	67%	8%
Pará	0%	67%	0%	0%	67%	0%
Tocantins	0%	100%	0%	20%	60%	0%
Alagoas	0%	100%	60%	40%	80%	20%
Bahia	11%	70%	33%	19%	67%	4%
Ceará	5%	84%	21%	21%	74%	5%
Maranhão	10%	70%	30%	10%	70%	10%
Paraíba	0%	62%	14%	33%	71%	5%
Pernambuco	6%	65%	18%	6%	76%	6%
Piauí	29%	43%	0%	0%	14%	0%
Rio Grande do Norte	14%	67%	16%	23%	66%	5%
Sergipe	0%	68%	27%	36%	100%	9%
Distrito Federal	0%	56%	22%	89%	78%	0%
Goiás	14%	71%	14%	14%	86%	14%
Mato Grosso	0%	100%	0%	0%	50%	0%
Espírito Santo	0%	50%	50%	100%	0%	0%
Minas Gerais	3%	41%	17%	62%	72%	0%
Rio de Janeiro	4%	69%	19%	31%	76%	6%
São Paulo	11%	50%	20%	52%	64%	5%
Paraná	0%	67%	11%	67%	89%	0%
Rio Grande do Sul	0%	40%	10%	80%	80%	0%
Santa Catarina	25%	0%	0%	75%	100%	0%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

O registro de informações em computador variou bastante no Norte, com destaque para Amapá (40%) e Amazonas (42%) e ausência (0%) no Acre e Pará. No Nordeste também houve variação semelhante com a do Norte, com destaque para Alagoas (40%), Sergipe (36%) e Paraíba (33%) e baixa ocorrência em Pernambuco (6%) e Piauí (0%). A variação foi bem grande (69%) nos estados do Sudeste, de 100% no Espírito Santo até 31% no Rio de Janeiro. As diferenças no Sul foram menores (13%), com menor ocorrência no Paraná (67%) e maior no Rio Grande do Sul (80%). O registro de feridas por fotos foi próximo em quase todos os estados brasileiros, com ocorrência entre 60% até 80%. As principais exceções foram no topo Acre, Sergipe e Santa Catarina (100%) e na base Espírito Santo (0%), Piauí (14%) e Mato Grosso (50%).

No Norte, o áudio foi gravado durante o tratamento de feridas apenas no Amazonas por 8% dos participantes. No Nordeste, a gravação de áudio variou 20% entre estados, com destaque superior para Alagoas (20%), Maranhão (10%) e Sergipe (9%) e inferior para Bahia (4%) e Piauí (0%). No Centro-Oeste, apenas Goiás teve gravação de áudio (14%). No Sudeste, a gravação de áudio ocorreu apenas no Rio de Janeiro (6%) e São Paulo (5%). Nenhum estado do Sul gravou áudio.

A Tabela 7 estratifica o modo de registro de informações produzidas durante o tratamento de feridas por tipo de cidade. Mais participantes na capital e região metropolitana não registram informações (11%), seguidos pelos que trabalham em cidade menor (7%) e depois pelos que trabalham em cidade média (3%). Mais participantes (76%) que atuam em cidade média fazem registro de informações em papel do que os que atuam na capital (61%) ou em cidade menor (61%). O registro em celular teve uma variação muito pequena entre tipos de cidades (3%): 17% em cidades menores, 19% nas capitais e 20% em cidades médias. O registro em computador foi mais comum nas capitais (36%) e em cidades médias (37%) do que em cidades menores (27%). Não houve diferença no registro de feridas por fotos entre os tipos de cidade considerados. Em todos elas foram 70% dos participantes que tiram fotos. A gravação de áudio é realizada por mais participantes em cidades médias (7%), do que na capital (5%) e em cidades menores (4%) do estado.

Tabela 7 – Cidades versus modo de registro de informações produzidas

	não registra	anoto em papel	anoto em celular	anoto em computador	tiro fotos	gravo áudios
capital e região metropolitana	11%	61%	19%	36%	70%	5%
cidade média do estado	3%	76%	20%	37%	70%	7%
cidade menor do estado	7%	61%	17%	27%	70%	4%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

A Tabela 8 indica as maiores variações nos comportamentos informacionais quando comparados participantes com diferentes localizações. As porcentagens de consultas às

fontes de informação variaram até 14% entre cidades de portes diferentes, até 24% entre regiões diferentes do país e até 100% entre estados brasileiros. As porcentagens de frequências de obtenção da informação variaram até 7% entre cidades de portes diferentes, até 25% entre regiões do país e até 100% entre estados brasileiros. As porcentagens de registro de informações variaram até 16% entre cidades de porte diferentes, até 51% entre regiões do país e até 100% entre estados brasileiros.

Tabela 8 – Maior variação na porcentagem entre participantes por localização e por comportamentos informacionais

	fonte de informação	frequência de obtenção da informação	registro de informações
regiões do país	24%	25%	51%
estados	100%	100%	100%
cidades	14%	7%	16%

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

4. Discussões

Diferentes comportamentos informacionais no tratamento de feridas são esperados em um país com dimensões continentais como o Brasil (MARTÍNEZ-SILVEIRA e ODDONE, 2007; LECKIE *et al.*, 1996). Todavia, as relações entre comportamento informacional e localização dos sujeitos ainda têm sido pouco estudadas. Este trabalho ajuda ampliar essa compreensão para um grupo específico de participantes, sem, no entanto, permitir fazer inferências estatísticas pela amostra não ser probabilística. A Tabela 9 resume os principais resultados deste estudo com o intuito de facilitar sua discussão. Para cada questão de pesquisa, a principal característica das relações entre localização dos participantes e seus comportamentos informacionais no tratamento de feridas foi indicada por símbolos de **diferença (≠)**, **semelhança (≈)**, tendência de aumento (↑) e tendência de diminuição (↓). Assim, fica fácil comparar rapidamente as relações identificadas.

As regiões apresentam usos semelhantes de fontes de informação, porém seus estados variam bastante nesse uso. Não convém extrapolar para os estados aquilo que for pensado sobre as fontes de informação nas regiões. O uso das fontes de informação apresentou tendências mais claras quando analisado por cidade. O aumento da consulta a pacientes conforme diminui o tamanho da cidade pode estar relacionado com ausência de outras fontes de informação em cidades menores, ou mesmo com dificuldades de acesso e de aprendizagem no uso de outras fontes. A diminuição da consulta a outros profissionais de saúde e *softwares* como fonte de informação em cidades menores pode ter relação com a menor disponibilidade deste nessas localidades. O menor uso de prontuários médicos em papel como fonte de informação em cidades menores pode estar relacionado a questões culturais que prejudicam sua gestão (em particular, registro, preservação e recuperação).

A maior variação no uso de fontes de informação em cidades menores pode estar relacionada com maior diversidade de fontes de informação disponíveis nessas cidades (uma cidade pequena pode ter uma fonte disponível e em outra cidade não) e na diversidade no modo como elas são geridas. Em cidades maiores a disponibilidade de fontes e as formas de gestão possivelmente são mais homogêneos.

Tabela 9 – Resumo dos principais resultados

	fontes de informação	frequência de obtenção de informações	modo de registro de informações
região	<p>≈</p> <p>Regiões fazem uso similar das fontes de informações, apesar de alguns destaques importantes no topo.</p>	<p>≠</p> <p>Sudeste e Nordeste apresentaram as maiores proporções de participantes que conseguem obter as informações de saúde do paciente “sempre que necessário” e “na maioria das vezes”, enquanto o Centro-Oeste apresentou as menores.</p>	<p>≠</p> <p>Nordeste, Centro-Oeste e Norte têm mais registros em papel.</p> <p>Sul e Centro-Oeste têm mais registro em computador e em fotos.</p> <p>Sudeste e Nordeste têm mais registros em celular.</p> <p>Apenas Sul não tem registro em áudio, que são similares nas demais regiões.</p> <p>Nordeste e Norte têm menos registro de informações.</p>
estado	<p>≠</p> <p>Estados variam muito de fonte utilizada para obter cada informação sobre a saúde do paciente.</p>	<p>≠</p> <p>Estados variam muito de frequência de obtenção para cada informação sobre a saúde do paciente.</p>	<p>≠</p> <p>Estados variam muito de modos de registro de informações produzidas.</p>

	fontes de informação	frequência de obtenção de informações	modo de registro de informações
cidade	<p>↑ Consulta a pacientes tendem a sutil aumento conforme diminui a cidade.</p>	<p>≈ Cidades de diferentes tamanhos geralmente apresentam frequências semelhantes de obtenção de informação sobre a saúde do paciente.</p>	<p>≈ Cidades de diferentes tamanhos apresentam registros semelhantes em papel, celular, fotos e áudio.</p>
	<p>↓ Consulta a profissional de saúde, prontuário em papel e <i>software</i> tende a diminuir conforme diminui a cidade.</p>		<p>↓ Registro em computador tende a diminuir com o tamanho das cidades.</p>
	<p>↑ A variação no uso das fontes para obter informação sobre a saúde do paciente aumenta conforme diminui a cidade.</p>		<p>↓ O não registro tende a diminuir com o tamanho das cidades.</p>

Fonte: Dados coletados nesta pesquisa

Apesar de a frequência de obtenção de informações necessárias durante o tratamento de feridas ser maior no Sudeste e Nordeste, ela também varia muito entre os estados das regiões. É preciso tomar muito cuidado em transpor reflexões sobre a frequência de obtenção nas regiões para os estados. Cidades de diferentes portes também apresentaram frequências semelhantes de obtenção de informações durante o tratamento de feridas. Então, não parece que o tamanho da cidade influencia significativamente a frequência de obtenção das informações nesse contexto.

Cada região se destacou em pelo menos um modo de registro de informações produzidas durante o tratamento de feridas. Novamente, seus estados apresentaram grandes variações. Isso dificulta transpor os resultados das regiões para os estados. O registro em computador diminui em cidades menores provavelmente pela falta de suporte tecnológico nesses locais. É difícil explicar a diminuição do não registro de informações produzidas em cidades menores. Seria motivado por questões culturais? Seria um viés dos participantes? O registro em papel parece não ser influenciado significativamente pelo tamanho das cidades, provavelmente por ser um modo já bem estabelecido e de custo viável a cidades de vários tamanhos. Os registros em celular, em fotos e em áudio também não parecem ser afetados significativamente pelo tamanho das cidades. Isso provavelmente ocorre por depender do celular particular dos profissionais de enfermagem, já que 98% dos participantes afirmaram usar com frequência este dispositivo.

Participantes que atuam em cidades com portes diferentes apresentaram menos diferença nos comportamentos informacionais analisados do que aqueles que moram entre

diferentes regiões do país. Por sua vez, as diferenças nos comportamentos informacionais foram menores entre regiões do que entre estados brasileiros. As expressivas diferenças entre estados podem estar relacionadas com o fato de alguns estados terem um pequeno número de participantes nesta pesquisa. Então, pequenas diferenças nos valores absolutos tornam-se expressivas proporcionalmente. Ainda assim, é difícil explicar porque estados diferentes tem variação significativamente maior do que cidades de porte diferentes. Entender essas diferenças associadas à localização requer estudos futuros mais aprofundados.

5. Considerações finais

Este trabalho investigou se e como varia os comportamentos informacionais durante o tratamento de feridas quando varia a localização do usuário. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa descritiva com a participação de 566 profissionais e estudantes de enfermagem de 23 estados brasileiros e do Distrito Federal. A coleta de dados foi realizada por um questionário eletrônico nos dois primeiros meses de 2020.

Os resultados identificaram semelhanças, diferenças sem tendências claras, tendências de aumentos e de diminuição de comportamentos informacionais entre participantes de diferentes regiões do país, diferentes estados e diferentes cidades. Os estados apresentaram as maiores variações entre uso de fontes de informação, frequência de obtenção e o modo de registro das informações produzidas durante o tratamento de feridas. Depois dos estados, a maiores variações ocorreram entre regiões do país e as menores variações ocorreram entre cidades de porte semelhante. Então, os comportamentos informacionais de regiões do país não parecem servir de parâmetro para seus estados, pois os comportamentos informacionais variaram bastante entre eles. Já os comportamentos informacionais entre cidades de mesmo porte parecem mais semelhantes.

Uma melhor compreensão dos comportamentos informacionais durante o tratamento de feridas pode auxiliar na melhoria de sistemas de informação existentes e apoiar o desenvolvimento de novos. Assim, é possível contemplar mais adequadamente o uso que estudantes e profissionais fazem destes sistemas durante o processo de enfermagem.

Trabalhos futuros precisam investigar se as variações entre comportamento e localização dos sujeitos identificadas nesta pesquisa seriam valores não desejados, aceitáveis ou desejados. Além disso, é importante investigar se essas variações também acontecem durante outras atividades do processo de enfermagem. Outras questões importantes que surgem são: como acomodar adequadamente esses diferentes comportamentos informacionais nos sistemas de informação? Como avaliar se essas acomodações oferecidas nos sistemas de informação são adequadas ou não à diversidade e a dinâmica dos sujeitos informacionais e suas realidades?

Referências bibliográficas

- BARO, E. E.; EBHOMEYA, L.
2013 Information needs and seeking behaviours of nurses: a survey of two hospitals in Bayelsa State, Nigeria. *Health Education*. [Em linha]. 113:3 (2013). [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09654281311309828/full/html>
- BLYTHE, J.; ROYLE, J. A.
1993 Assessing nurses' information needs in the work environment. *Bulletin of the medical library association*. 81:4 (1993) 433.
- CRESWELL, J. W.
2010 *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FINK, A.
2003 *The Survey handbook*. 2ª ed. London: SAGE; Thousand Oaks, 2003.
- FRANÇA, L. D.
2002 *O Comportamento informacional dos profissionais médicos e enfermeiros do Programa Saúde da Família (PSF), Sistema Único de Saúde (SUS)*. Belo Horizonte, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- KORDESTANI, S. S.
2019 *Atlas of wound healing: a tissue regeneration approach*. St. Louis: Elsevier, 2019.
- LATHEY, J. W.; HODGE, B.
2001 Information seeking behavior of occupational health nurses: how nurses keep current with health information. *AAOHN Journal*. [Em linha]. 49:2 (2001) 87-95. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/216507990104900205>.
- LECKIE, G. J.; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C.
1996 Modeling the information seeking of professionals: a general model derived from research on engineers, health care professionals, and lawyers. *The Library Quarterly*. 66:2 (1996) 161-193.
- MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N.
2007 Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 36:2 (2007) 118-127. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/KrG78hPcXjDbCyKLHWMcKNP/?lang=pt>.
- ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; PAULA, C. P. A. de
2017 Modelos de práticas informacionais. *Em Questão*. [Em linha]. 23:1 (2017) 36-61. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67014/0>.
- ROYLE, J. A. [et al.]
2000 Evaluation of a system for providing information resources to nurses. *Health Informatics Journal*. [Em linha]. 6:2 (2000) 100-109. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146045820000600208>.

SILVA, P. V. M.; SILVA, B. S.

2021 Que informações são utilizadas durante o tratamento de feridas? *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*. [Em linha]. 5:1 (2021) e23593. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/23593>.

WILSON, T. D.

2000 Human information behavior. *Informing Science*. [Em linha]. 3:2 (2000) 49-53. [Consult. 4 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.informingscience.org/Publications/576>.

WILSON, T. D.

1981 On user studies and information needs. *Journal of Documentation*. 3:1 (1981) 3-15.

Bruno Santana da Silva | bruno@imd.ufrn.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Paulo Vanzolini Moura da Silva | p.vanzolini@hotmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Recensão: CORNU, Marie [et al.], dir. - 1979: *Genèse d'une loi sur les archives*. Paris: Ministère de la Culture, 2019. (Travaux et documents; n. 41). ISBN 978-2-11-157027-6.

Review: CORNU, Marie [et al.], dir. - 1979: *Genèse d'une loi sur les archives*. Paris: Ministère de la Culture, 2019. (Travaux et documents; n. 41). ISBN 978-2-11-157027-6.

Georgete Medleg Rodrigues

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16d1>

“Este não é um livro de história dos arquivos, assim como ele não é um livro da história dos Arquivos. Nem uma história dos documentos que denominamos ‘arquivos’, nem uma história das instituições denominadas ‘Arquivos’”. Assim se inicia o primeiro parágrafo da Introdução de 1979: *Genèse d'une loi sur les archives* remetendo às inúmeras possibilidades de interpretação de um texto jurídico, quase à maneira do quadro de René Magritte *Ceci n'est pas une pipe*. Assinado pelos organizadores da obra, o texto introdutório, ao se iniciar esclarecendo o que o livro “não é”, evoca a forma documental do texto da lei de arquivos francesa, promulgada em 1979, nos seus elementos constitutivos formais como quer a disciplina Diplomática: um discurso articulado em torno de seis títulos e trinta e seis artigos, portando uma data, as assinaturas do então presidente da República francesa e seus ministros de Estado, garantidores da legalidade do documento e veiculado num suporte físico atestando sua origem e autoridade documental, isto é, o *Journal officiel de la République Française*. Importante destacar que esse formato físico, tecnologia *oblige*, hoje se encontra acessível em formato digital, porém sempre circunscrito, na sua autoridade documental, ao *website* de *Légifrance*, o sítio oficial do governo francês para a difusão do direito.

Assim delimitado, independentemente do suporte, é sob esse discurso, desse conjunto ordenado “de palavras” segundo a lógica do direito que, segundo os organizadores do livro, “cada dia milhares de decisões jurídicas são editadas nas administrações” francesas e se decide eliminar documentos e dados ou conservar outros; decide-se o acesso para alguns e nega-se a outros; recusa-se todo e qualquer acesso; reivindica-se a propriedade de acervos. Desse modo, as palavras, mesmo reunidas num formato específico, são “apenas palavras” que aguardam uma “interpretação”. Nesse sentido, destacam os organizadores de 1979, os profissionais que na França se reconhecem como “arquivistas” veem nessa lei a “pedra angular” de suas atividades cotidianas¹. As palavras da lei são, nesse sentido, as mediadoras graças às quais os arquivos são “enquadrados pelo direito”, na expressão de Olivier Beaud (1990) citado pelos autores da Introdução.

¹ Embora uma nova Lei tenha sido aprovada em 2008.

A obra é um dos resultados do Programa de pesquisa intitulado *Mémoloi, la mémoire des grandes lois de protection du patrimoine culturel* que, como ressaltado no texto, já produziu dois outros estudos ancorados na investigação sobre grandes leis de proteção do patrimônio; a criação de uma plataforma digital sobre os monumentos históricos pertencentes ao Fundo da **Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine** e uma exposição itinerante (2018-2019) intitulada *Juger le patrimoine*. Contribuíram para sua realização, instituições como o Institut des Sciences Sociales et du Politique/CNRS.

Com mais de 700 páginas, incluindo vários anexos, uma bibliografia seletiva e biografias dos colaboradores, a obra é dividida em duas grandes partes e seis capítulos, assinados por juristas, historiadores-arquivistas, arquivistas, conservadores do patrimônio, com variados vínculos institucionais: Arquivos Nacionais, Universidades, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Grandes Escolas, Institutos Internacionais, Instituto Nacional do Patrimônio (INP). Ilustrações com significados bem particulares ao contexto da Lei de 1979 também integram o livro. O uso de fontes de arquivo até então inéditas é outro grande mérito da obra. Dito isso, é preciso, de antemão, confessar que fazer uma recensão de uma obra de tal envergadura não é algo banal. Nesse sentido, buscaremos, então, nos ater às grandes linhas que a percorrem.

A primeira parte da obra, intitulada *Concevoir une loi sur les archives* divide-se em três capítulos, nos quais os autores buscaram se debruçar ao mesmo tempo sobre uma história – a da normatividade desde a Revolução Francesa – e um contexto – o dos anos 1970, essas duas dimensões sendo a moldura interpretativa para a compreensão do processo de elaboração do projeto e, finalmente, da lei aprovada em 3 de janeiro de 1979.

A segunda parte, denominada *Investir la loi sur les archives*, compreende três capítulos, cujo objetivo é o de fazer uma espécie de radiografia do texto da Lei de 1979 sob a perspectiva dos direitos e obrigações que ela enquadra e os atores envolvidos: os produtores de fundos de arquivo, os usuários e, na mediação, os arquivistas. Desse modo, os textos que compõem essa segunda parte tentam compreender não apenas o que havia de novo na Lei de 1979, mas buscam, igualmente, apreender os fenômenos pelos quais as regras ou práticas antigas se inscreviam nessa nova lei, impulsionaram para uma determinada direção e, ao mesmo tempo, como essas práticas foram modificadas por ela. Logo, avaliar, de uma parte, o que a lei produz (ou não) nas práticas dos produtores, dos usuários e dos arquivistas; de outro, **a maneira pela qual o “texto age” mediante outros modos de produção da norma.**

As considerações finais do livro são de autoria de Marc Olivier Baruch, diretor de pesquisas na École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) de Paris, que elabora suas próprias reflexões sobre o tema do livro. Entretanto, para esta recensão, irei me permitir destacar para os leitores e leitoras da revista *Páginas a&b* os principais aspectos que, na minha leitura particular, considero interessantes para o campo da Arquivologia.

Inicialmente, destaco os atores que permeiam a história da construção do projeto de lei de 1979. Um deles, incontornável e quase onipresente, é Michel Duchein, falecido em agosto de 2021. Praticamente todos os textos fazem referência ao seu papel central. Não por acaso, Duchein concedeu uma entrevista especialmente para o livro. Os outros atores são o próprio Arquivo Nacional da França, representado pelos seus diretores; os diretores de arquivos departamentais e comunais, a Associação dos Arquivistas Franceses (AAF) e os

próprios arquivistas. Importa destacar, também, a participação do Comitê Técnico Paritário da Direção dos Arquivos da França.

Em seguida, o contexto. Os anos 1970 têm uma particularidade, como bem sintetizado por um dos autores da obra, Jaques Chevalier. A partir de meados dos anos 1970, o segredo, até então fundamento da administração pública francesa, passa a ser questionado e o final daquela década é marcado pela necessidade de reformas e exigências de acabar com o **princípio do “segredo administrativo”**. **Começa-se a falar de “transparência administrativa”**. **É justamente nessa década** que três projetos de lei circulam em paralelo: o da lei dos arquivos; o da transparência administrativa; e o relacionado à proteção de dados pessoais informatizados. Em 1978 e 1979, tem-se, então, três leis aprovadas: a lei que cria a Comissão d’**Accès aux Documents Administratifs (CADA)**; a lei que cria a Comissão Nationale Liberté et Informatique (CNIL) e a lei dos arquivos. Bruno Ricard, um dos autores da coletânea, demonstra que apesar da complementaridade evidente entre essas leis, não houve articulação, no campo arquivístico, entre os projetos.

Recuperando fontes arquivísticas, Bruno Ricard mostra que o então diretor dos arquivos departamentais do Loiret observara, à época da elaboração do projeto da lei dos arquivos, que os temas arquivísticos eram tratados de maneira excessivamente isolados, sem **referência aos “problemas gerais jurídicos e técnicos da informação”**. **Esse autor destaca**, também, o papel dos debates no Parlamento francês que propiciou, por exemplo, a inclusão do acesso aos documentos administrativos que, inicialmente, não constava na lei que criou a CADA. Na prática, a CADA antecipava o direito de acesso à informação que viria a ser reivindicado com mais força em todo o mundo nos anos 2000. Por fim, Ricard nota que somente em 2008, com a nova lei dos arquivos, haveria uma convergência entre a CADA e a Lei dos arquivos.

Yann Potin, também um dos autores, destaca o imaginário idealizado da lei do 7 Messidor ano II como um marco do direito de acesso aos arquivos na França; a acumulação na França, ao longo dos séculos, de uma série de normativos legais, manuais e tratados que iriam sedimentar o terreno para a elaboração de uma verdadeira lei nacional dos arquivos e o papel dos arquivos departamentais, comunais e hospitalares nesse percurso. Os anos 1930 e os anos 1960 também são considerados marcos na trilha para a criação da lei de 1979. No contexto dos anos 1930, por exemplo, emerge o tema da regulamentação dos arquivos privados, conforme aponta outro dos autores, Noé Wagner.

Outro aspecto a ressaltar, o tempo de maturação de uma lei, desde sua fase de elaboração: no plano administrativo (cinco anos), e sua tramitação no legislativo (dois anos) totalizando treze versões e um total de sete anos até sua aprovação, de acordo com Christine Nougaret. Marie Cornu e Nicolas Thiébaud nos apresentam o complexo exercício parlamentar no Senado e na Assembleia Nacional francesa, mostrando como a apreciação do projeto de Lei foi objeto de intervenções bem diferenciadas. No Senado, buscou-se conciliar dois imperativos: o do interesse geral e o dos direitos coletivos, na busca do **“equilíbrio justo”, resultando em poucas emendas. Na Assembleia Nacional, ao contrário**, os debates foram muito mais acalorados, com argumentos sobre os direitos do Estado, os meios que a administração pública deve ter em matéria de arquivos e, sobretudo, o direito dos cidadãos à informação.

A controvérsia, ainda viva em muitos países, a respeito da natureza pública ou privada dos arquivos produzidos pelos presidentes da República ou seus equivalentes é analisada por

Perrine Canavaggio. Tendo sido chefe do serviço de arquivos da presidência da República durante duas décadas, Canavaggio conhece o tema em profundidade. Assim, ela mostra que no contexto dos anos 1970, ainda predominava a prática de se considerar os arquivos de presidentes, gerados durante as suas gestões, como arquivos privados, embora com uma certa regulamentação superando a prática arbitrária que remontava ao século XVI. Desse modo, em 1979, um acordo foi assinado entre o Chefe de Estado e o Ministério da Cultura, **para um “depósito privado” dos arquivos presidenciais. E isso em outubro de 1979**, meses após a promulgação da lei de arquivos. Somente décadas depois, com a Lei de 2008, a questão foi legalizada. No mesmo texto, Perrine Canavaggio, para efeitos comparativos, faz um breve balanço da situação na Finlândia, na Áustria, nos Estados Unidos, no Canadá e na Bélgica, com experiências diferenciadas e conciliatórias.

Os arquivos gerados em função das competências dos ministérios das relações exteriores, em particular de suas relações com outros países, são, em geral, classificados como **“sensíveis” e, em geral, esses ministérios gozam de uma autonomia em relação aos seus arquivos**. O rebuliço provocado pelo vazamento de relatórios do Departamento de Estado norte-americano pelo Wikileaks em 2010 e publicados pelos principais jornais do mundo como *New York Times*, *Le Monde*, *The Guardian* e *Der Spiegel* são uma prova disso. O texto de Pascal Even observa a tradição histórica de autonomia na gestão dos arquivos diplomáticos franceses que remonta ao reinado de Luís XVI. Essa tradição foi, de certa forma, mantida na Lei de 1979 e na de 2008, embora nos dois casos, tenham sido necessários decretos específicos para o enquadramento da instituição.

Da mesma forma que o Ministério das Relações Exteriores, as Forças Armadas francesas também têm um estatuto particular quanto à gestão dos seus arquivos. O pesquisador e jurista Jérôme Fromageau, que assina o texto *Statut particulier du Ministère de la Défense*, destaca, logo de início, que o Service Historique de la Défense (SHD) possui uma organização particular, inclusive no que diz respeito à própria classificação arquivística, autonomia essa sustentada no argumento da tradição herdada do Antigo Regime, portanto, anterior à própria criação do Arquivo Nacional. Assim, tanto o Exército, quanto a Marinha e a Aeronáutica (esta, mais tardiamente), souberam conservar um estatuto particular para **seus arquivos sem que essa situação tenha sido “verdadeiramente questionada”**. Ademais, mesmo com a criação do SHD, muitas questões ainda restam em aberto, particularmente no que diz respeito ao acesso a esses arquivos, objeto mesmo de um relatório do Senado francês.

O texto de Jean Le Pottier intitulado *La Loi sur les archives et l’Outre-mer* levanta uma questão relacionada com um dos princípios arquivísticos, o princípio da territorialidade. De fato, ao pesquisar documentos preparatórios do projeto de lei de 1979, o autor expõe o quanto as leis arquivísticas podem ser tributárias da política nacional, pois, segundo ele, uma das razões apontadas para a não aplicabilidade da lei aos territórios ultramarinos da França foi, justamente, o desejo de não evidenciar, quando da discussão do projeto de lei, **a “questão delicada em direito internacional do destino dos arquivos dos países prestes a se tornarem independentes”**.

Obra monumental e de referência sobre a gênese de uma lei, no caso a lei dos arquivos francesa de 1979, o percurso metodológico entrecruzando diacronia e sincronia históricas, ao esquadrihar um texto legislativo sob diversos ângulos, os seus idealizadores conseguiram fazer emergir as principais questões que envolvem os arquivos – e Arquivologia – até hoje. Seguindo o raciocínio de alguns dos autores da coletânea, ficamos

diante da “dimensão prescritiva” da Arquivologia (Patrice Marcilloux); da associação inevitável entre arquivos e o poder expressas no texto de Nicolas Thiébaud que pergunta se **“reformular os arquivos” é necessário para “reformular o Estado”**. Finalmente, pode-se compreender que Arquivística francesa, ao menos do ponto de vista da lei de arquivos de 1979, é tributária de contribuições internacionais e de parcerias com organismos internacionais como esclarece Pascal Plas no texto *L'Étude des droits étrangers dans la perspective de la nouvelle loi*, que recupera os estudos de Michel Duchein sobre legislações de outros países e artigos publicados na revista do Conselho Internacional dos Arquivos, a *Archivum*.

A título de conclusão, quem se aventurar na leitura da obra terá o prazer de acompanhar os detalhes quase microscópicos da gênese de uma lei, além de identificar, na grande maioria dos textos, uma tradição arquivística complexa, tanto do ponto de vista administrativo quanto da formação, competência e dedicação profissional. A obra consolida a ideia de que os arquivos são, diferentemente dos livros, tributários do direito e sua normatividade uma exigência da disciplina quanto da profissão. Nesse sentido, talvez o que expressa com mais clareza esses laços seja a questão do acesso. Por outro lado, o livro nos apresenta também um país consciente do poder do escrito e dos registros arquivísticos como prova de ações, fato demonstrado, por exemplo, em transcrições de telefonemas para consultas a respeito do projeto da lei que, de outro modo, teriam se perdido. O *corpus* fundamental da pesquisa está, principalmente, no Arquivo Nacional e um dos resultados **do estudo foi, como dito nos “Remerciements”, um “canteiro de identificação, de digitalização e de disponibilização de documentos de arquivo”**.

Recensão: GUERREIRO, Maria de Lurdes Ribeiro Fernandes - *A Biblioteca Pública e o conhecimento universal: elementos para um estudo e implementação de competências biblioinclusivas*. Almada: Augusto Deodato Guerreiro; EDLARS - Educomunicação e Vida, 2020. ISBN 978-989-33-1173-8.

Review: GUERREIRO, Maria de Lurdes Ribeiro Fernandes - *A Biblioteca Pública e o conhecimento universal: elementos para um estudo e Implementação de competências biblioinclusivas*. Almada: Augusto Deodato Guerreiro; EDLARS - Educomunicação e Vida, 2020. ISBN 978-989-33-1173-8.

Armando Malheiro da Silva

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag16r1>

Em plena Era Digital e largas dezenas de anos passadas sobre a aprovação pela Assembleia Geral da ONU da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), a temática da equidade no acesso e fruição da informação, seja qual for o código em que estiver plasmada, por qualquer cidadão com ou sem deficiência sensorial, é de saudar em todo e qualquer estudo que inventarie, recolha elementos esquecidos ou ignorados, ouse traçar uma geografia exaustiva dos serviços criados para possibilitar a instrução e cultura global dos cegos. Só por ousar este desiderato (não obstante ficou omissa no título a palavra biblio-inclusão, surgida apenas como adjetivo no subtítulo), o estudo de Maria de Lurdes Guerreiro, elaborado no âmbito de uma dissertação de mestrado, merece aplauso. E mais do que isto: serve de pretexto para que reflitamos sobre o papel das bibliotecas no presente e, sobretudo, no futuro. Mas antes de relevar esta problemática vale a pena apresentar a estrutura do trabalho, essencial para compreendermos genericamente a importância e a pertinência do respetivo conteúdo.

A obra abre com uma introdução e fecha com *Reflexões e considerações finais*, seguidas **pelas inevitáveis referências bibliográficas e por “Apêndices e Anexos”**. Um apêndice, *Serviços/estabelecimentos com investigação e desenvolvimento, produção e/ou utilização de documentos para leitura especial em Portugal*, e três anexos: I- *Conferência Nacional o Som e a Informação (Resoluções/Recomendações sob a presidência do Professor Doutor J. A. Bragança de Miranda)*; II- *Os Deficientes visuais e a leitura*; III - *Repositório Nacional de objetos em formatos alternativos (RNOFA)*. A conclusão do livro surge em forma de capítulo, o que não é formalmente habitual, mas é de leitura imprescindível, porque aí é sintetizada a situação que se mantém de fraco cumprimento das recomendações **e desiderato do “Manifesto”, não obstante os esforços feitos, nomeadamente pela UNESCO, para uma alteração da situação iníqua vigente. E a fechar o capítulo refere: “Procuramos entender e viver, conviver e valorizar a diversidade e, na diversidade, procurando igualmente entender e viver, conviver e promover a equidade, tendo por base, como suporte social e intelectual, ético e cívico, de justiça e paz em fraternidade, igualdade e liberdade, para sermos capazes de caminhar rumo a um desejável e verdadeiro alcance humano da vida em dignidade, onde, nessa caminhada, que se pretende natural, consigamos nunca parar de contribuir e irmos encontrando a inclusão em equidade a acontecer na universalização do conhecimento. É esta a nossa forma de luta pela inclusão em equidade,**

e onde, nesta perspectiva, também a Biblioteca Pública poderá assumir uma função **singularmente determinante e revolucionariamente inovadora!** (p. 136), Expressa um desejo compreensível e louvável, que faz todo o sentido como epílogo de uma pesquisa com dois propósitos claros: recensar e historiar iniciativas e instituições culturais que se colocaram assumidamente ao serviço de cegos e de pessoas de baixa visão; e propor medidas constituintes de uma política global que efetive a equidade e a reparação de uma persistente injustiça cometida contra os que, por fatalidade do destino, nascem e vivem na margem da alegada vida normal, por serem portadores de uma diferença que estigmatiza, marginaliza e condena a uma sobrevivência penosa.

Percebe-se, pois, o desejo, mas talvez haja nele uma dose excessiva de otimismo, na medida **em que o papel da Biblioteca Pública hoje está a ser fortemente reduzido pelo “império das plataformas digitais” que se expande, não é dia a dia, mas minuto a minuto...** E a Autora mostra ter uma percepção clara disto mesmo por recorrer no enquadramento teórico do seu trabalho ao conceito de comunicação e à ênfase posta nesta dimensão como modo incontornável de enfrentar a problemática da exclusão. A instituição cultural criada na Modernidade, sob a égide do racionalismo das Luzes e o nacionalismo romântico, com a missão de instruir e conferir liberdade/autonomia plena aos cidadãos, não é hoje o instrumento único para garantir uma cidadania forte e profundamente literacizada. No ciberespaço, no espaço de fluxos ou na infoesfera, a dinâmica infocomunicacional, que não cessa de crescer e de se expandir, tem de dar resposta a todos quantos são marcados pela diferença, merecem e exigem ser iguais a todos os outros.

Neste sentido, entende-se que a pesquisa levada a cabo por Maria de Lurdes Guerreiro deve ser prosseguida e aprofundada num plano em que terá de ser enfrentada a realidade em que estamos imersos: um Mundo em mudança em que o acesso à informação/conhecimento exige processos de comunicação em equidade digital, ou seja, a inclusão tecnológica tem de acompanhar rapidamente as políticas de inclusão social e das incapacidades físicas. Este imperativo obriga desde já que nos centremos na definição que usamos de informação, como meio operativo de definir o campo ou objeto da Ciência da Informação, e tiremos daí algumas consequências importantes. A definição operativa que usamos é: informação é um conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas, modeladas socialmente, passíveis de serem registadas num qualquer suporte e comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Primeira ilação: o facto de a informação se reportar a representações cognitivas e emocionais do Homo Sapiens que são codificadas delimita, por um lado, o fenómeno a que se reporta – estritamente humano e social; e, por outro, que a codificação ou uso de sinais e símbolos criados coletivamente pelos humanos obriga a que a maneira única de a informação ser partilhada por todos e a de se tornar acessível a todos é pelo manejo de cada código, que não é apenas linguístico, é numérico, é geométrico, é cromático, é gestual, é braille, etc. Sendo, assim, a possibilidade de todas as crianças desde o pré-escolar poderem aprender LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais = Língua Gestual) e braille teria de ser natural não apenas para surdos e cegos, mas para todos. Esta exigência tem um impacto educativo e psicológico previsível: dotar os que veem e ouvem a usar a língua dos que não possuem ativos esses sentidos, o que aproxima no quotidiano e de forma muito mais imediata e menos preconceituosa uns e outros.

Outra ilação é que a informação/conhecimento já saiu há umas décadas do papel e do espaço biblioteconómico e é acessível através de dispositivos especiais aos que não têm

visão ou audição. No entanto, esses dispositivos não podem ser estranhos aos outros cidadãos e nesta linha vale a pena trazer à colação o caso do Musibraille, plataforma para aprendizagem e prática musical de uso pelos cegos e não cegos. Este é um caminho claro e inovador de garantir uma maior e efetiva inclusão em equidade.

Delimitar o conceito operatório de informação com vista a precisar-se um objeto de estudo científico implica, inevitavelmente, convocar um conceito diferente, mas complementar que é o de comunicação. E, por isso, apesar de a Autora não ter usado esta via epistemológica, é de realçar a ênfase posta nesta dimensão. Implicitamente a proposta de competências elencadas nesta obra remete para um profissional que pode e deve ser sintético – o profissional da infocomunicação ou, melhor ainda, da e-infocomunicação (2014), desdobrando-se por eletrónico o prefixo. Melhor dizendo: infocomunicação em plataformas digitais de acesso e uso por todos.

Pensamos que a publicação da pesquisa feita em âmbito de Mestrado tem a extrema utilidade de nos permitir levar o mais além possível a reflexão sobre o que falta fazer em torno da *biblioinclusão* e assumir que o desafio está hoje posto na *infocominclusão*.

Referencias bibliográficas

E-INFOCOMUNICAÇÃO

2014 *E-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. Org. Brasilina Passarelli, Armando Malheiro da Silva, Fernando Ramos. São Paulo : Editora SENAC, 2014.